

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

JOEL JOÃO CARINI

RETERRITORIALIZAÇÕES DE AGRICULTORES MIGRANTES COMPULSÓRIOS:  
RACIONALIDADES, REPRESENTAÇÕES E CIDADANIA

Porto Alegre

2010

JOEL JOÃO CARINI

RETERRITORIALIZAÇÕES DE AGRICULTORES MIGRANTES COMPULSÓRIOS:  
RACIONALIDADES, REPRESENTAÇÕES E CIDADANIA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Ivaldo Gehlen

Série PGDR - Tese nº 34

Porto Alegre

2010

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas  
da UFRGS

C277r Carini, Joel João

Reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios: racionalidades,  
representações e cidadania / Joel João Carini. – Porto Alegre, 2010.  
233 f. : il.

Orientador: Ivaldo Gehlen.

(Série PGDR – Tese, n. 34).

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.

1. Sociologia rural : Territorialidade : Rio Grande do Sul, Norte. 2. Migração  
compulsória : Agricultura familiar : Cidadania : Rio Grande do Sul, Norte. I.  
Gehlen, Ivaldo. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de  
Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III.  
Título.

CDU 332.132.4

JOEL JOÃO CARINI

RETERRITORIALIZAÇÕES DE AGRICULTORES MIGRANTES COMPULSÓRIOS:  
RACIONALIDADES, REPRESENTAÇÕES E CIDADANIA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 26 de novembro de 2010.

---

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen (Orientador – Presidente)

Departamento de Sociologia/UFRGS

---

Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos

(s/vínculo)

---

Prof. Dr. Egon Roque Fröhlich

PGDR/UFRGS

---

Prof. Dr. João Carlos Tedesco

PPGH/UPF

---

Prof. Dr. Sergio Baptista da Silva

Departamento de Antropologia/UFRGS

*À Bila, minha esposa, companheira de  
muitas travessias pelos oceanos da vida, pelo  
apoio incondicional em todos os momentos;  
Às minhas filhas Mariana e Juliana,  
minhas motivações sempre renovadas;  
Aos meus pais, Júlio e Justina (in  
memoriam), pelos ensinamentos singelos a  
respeito da importância dos valores que  
emergem da vida no campo.*

## AGRADECIMENTOS

Embora reconhecendo o risco de ser injusto por deixar de citar nomes que foram importantes para a realização deste trabalho acadêmico, valho-me deste espaço para agradecer:

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), particularmente, ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), por oportunizarem-me a realização do doutoramento.

Ao professor orientador, Dr. Ivaldo Gehlen, cuja a aproximação, desde o final do ano de 2006, permitiu que estabelecêssemos sólida amizade e confiança. Agradeço pela competente orientação, pelas palavras de incentivo, pela disponibilidade em me receber em sua casa para orientação, mesmo no período em que esteve convalescente, recuperando-se de acidente.

Aos agricultores que me acolheram e disponibilizaram tempo para as entrevistas e aqueles que me ciceronearam no contato com seus parentes e amigos durante o trabalho de campo. Agradeço, particularmente, ao Sadi Riedi, Reassentamento Nova Conquista, Irineu Juriati, Reassentamento Cristo Rei e Osvaldo Baraldi de Engenho Velho.

Aos colegas professores do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha, Campus Santo Augusto, Tarcísio Samborski e Ricardo Correa pelos debates (acredito que a convivência entre marxistas e weberianos seja possível) e pelo empréstimo de acervos bibliográficos; à Ana Carolina Salgado Jardim e ao Cristiano Nunes dos Santos pelo empréstimo de acervos.

Ao professor Dr. João Carlos Tedesco, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, meu orientador do mestrado, amigo e conselheiro, que me iniciou na pesquisa acadêmica, de quem sou parceiro em pesquisas e publicações desde o ano de 2004.

À esposa Belmira (a Bila), pelo incentivo constante, companheirismo, tolerância em relação aos meus maus humores e compartilhamento de angústias. Devo, também, a ela minha trajetória acadêmica e, em especial esta tese.

Às filhas Juliana e Mariana, minhas incentivadoras e que me auxiliaram no trabalho de correção final, enquanto eu dividia meu tempo com atividades inerentes à minha condição de professor.

## RESUMO

Esta tese tem como tema o processo de reterritorialização de agricultores familiares da Terra Indígena de Serrinha (TIS), situada no Norte do Rio Grande do Sul. Esses agricultores se tornaram migrantes compulsórios, recentemente, após terem sido desalojados de suas terras, ilegalmente ocupadas ao longo das décadas de 1950 e 1960. Contemporaneamente, no Brasil, dentre as causas das migrações compulsórias de agricultores, destacam-se: a realização de obras públicas como barragens; a demarcação de áreas de preservação ambiental e a re-demarcação de terras destinadas às comunidades indígenas e remanescentes de quilombos. Parte-se do princípio de que esses agricultores desalojados busquem sua reterritorialização no meio rural a fim de assegurar e ampliar sua cidadania. Considerado este contexto, analisa-se a relevância das estratégias de reterritorialização, os resultados alcançados e as mudanças entre os reterritorializados, por meio da investigação das performances socioeconômicas e das representações sociais dos agricultores. Para tanto, o estudo ancorou-se no método weberiano de tipos ideais, mediante a definição de três tipos de agricultores: 1) tradicionais, 2) modernizados e 3) semimodernizados, construídos a partir de indicadores econômicos, tecnológico-produtivos e socioculturais. A pesquisa de campo foi realizada através da *survey* de questionário estruturado e de entrevistas semiestruturadas. Concluiu-se que, no processo de reterritorialização, as racionalidades são determinadas pelos diferentes modos de (re)inserção dos agricultores em um novo território e geram mudanças que acompanham a evolução dos processos produtivos, tecnológicos e mercadológicos, porém, elas também reforçam permanências expressivas da tradicionalidade nas formas de produzir e de vida societária rural. Os agricultores modernizados melhoram suas condições de vida e aumentam seu patrimônio, ao passo que os tradicionais mantêm inalteradas suas condições econômico-sociais e permanecem excluídos dos processos de modernização capitalista. Os semimodernizados, mesmo aderindo a algumas tecnologias modernas, encontram dificuldades para se reterritorializarem no meio rural, devido à redução da capacidade de trabalho, o que induz à terceirização de serviços e à redução do número de atividades ou fontes de renda. Observou-se ainda que as reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios reproduzem as desigualdades sociais, redundando em cidadanias diferenciadas que se expressam na convivência comunitária e nas relações de reciprocidade estabelecidas no novo território.

**Palavras-chave:** Reterritorializações. Racionalidades de reassentamentos. Agricultores familiares. Cidadania.

## ABSTRACT

This thesis is about the process of reterritorialization of family farmers from the Indígena de Serrinha's land, located in the North of Rio Grande do Sul. Recently, these farmers became compulsory migrants, after being unsettled from their lands that they have illegally occupied in the 50's and 60's. Contemporarily, in Brazil, among the reason to compulsory migrations are: the erection of public building such as dams; the delimitation of environmental protection areas and the (re) stabilization of land's boundaries assigned to indigenous communities and to remainder communities of quilombos. This study suggests that these unsettled farmers are looking for its reterritorialization in the rural area in order to assure and to extend its citizenship. Considering this context, in this study it has been analyzed the relevance of reterritorialization strategies, the results obtained and the changes between the reterritorialized, through the investigation of socioeconomic performances and social representation of the farmers. This study is supported by weberian's methods of the ideal types, through the definition of three types of farmers: 1) traditional, 2) modernized and 3) semi modernized, constituted from economic, technological-productive and sociocultural indicators. The research field has been carried out by a survey, using the application of semi-structured questionnaire and semi-structured interviews. The results suggest that, in the process of reterritorialization, the rationalities are determined by different ways of (re) insertion of farmers in new territories and originates changes that follow the evolution of productive, technological and marketing processes, although its changes also strengthens expressive of traditionally in the way they produced and the social rural life. The modernized farmers have improved its life's condition and have increased its property, as well as the traditional farmers have kept unchanged its social economic conditions and have become excluded from the modernization of the capitalist process. The semimodernized farmers, even though adhering to some modernized technologies; they have found shortcoming to reterritorialization in the rural field, decreasing the work capacity, inducing outsourcing of jobs and the reducing the number of activities or the incoming sources. It also has been observed that the reterritorialization of compulsory migrated farmers reproduced the social inequalities, resulting in differentiated citizenship that is expressed in community living and in the relationship of reciprocity established in the new territory.

**Keywords:** Reterritorialization. Rationalities of rural resettlements. Family farmers. Citizenship.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Etapas para a escolha da população-alvo e definição da amostra da pesquisa .....	31
Figura 2 – Localização dos universos empíricos da pesquisa .....	36
Figura 3 – Formatos sociais rurais brasileiros dos anos 1960, segundo Otávio Velho. ....	93
Figura 4 – Territorialização da agricultura familiar-colonial em áreas de matas do Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX.....	98
Figura 5 – Fronteiras de conflitos por território no Norte-Noroeste do Rio Grande do Sul em diferentes momentos.....	99
Figura 6 – Imagens da reterritorialização de agricultores tradicionais.....	153
Figura 7 – Imagens da reterritorialização dos modernizados pelo fortalecimento do grupo familiar .....	159
Figura 8 – Imagens da reterritorialização com priorização da pecuária leiteira e da produção de grãos.....	164
Figura 9 – Imagens da reterritorialização dos modernizados: Agricultura de escala, tecnologia e dependência de financiamentos. ....	171
Figura 10 – Imagens da reterritorialização pelo fortalecimento da comunidade no reassentamento, com ênfase na religiosidade. ....	178
Figura 11 – Reterritorialização via melhorias técnicas do setor leiteiro. ....	184
Gráfico 1 – Percentual de famílias por número de fontes de receitas agropecuárias AD .....	163
Gráfico 2 – Percentual de famílias por número de fontes de receitas agropecuárias AR.....	163
Gráfico 3 – Variação do percentual de famílias por número de fontes de receitas agropecuárias, considerando os três tipos de agricultores.....	165
Quadro 1 - Tipologia de agricultores reterritorializados .....	33
Quadro 2 - Modalidades de representações, segundo Jovchelovitch. ....	74
Quadro 3 - Origens, etnias e períodos de intrusão dos chefes das UPF estudados ou de seus ascendentes .....	123
Quadro 4 - Variáveis e indicadores na definição do Índice de Campesinidade .....	132
Quadro 5 – Variáveis e indicadores na definição do Índice de Modernidade.....	134

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Aumento no número de estabelecimentos agropecuários em dois municípios do Médio Alto Uruguai gaúcho ao longo da década de 1940 .....	117
Tabela 2 - Variação da produção agrícola, considerando os três principais produtos da agricultura familiar dos anos 1940, em dois municípios. ....	118
Tabela 3 - Demarcações e expropriações de terras indígenas no Rio Grande do Sul - 1910-1968 .....	119
Tabela 4 - Aumento do número de estabelecimentos agropecuários e da área ocupada na Grande Erechim ao longo da década de 1940 .....	127
Tabela 5 - Índices de campesinidade por variável.....	137
Tabela 6 - Número médio de fontes de receita dos agricultores pesquisados .....	138
Tabela 7 - Produção média por UPF dos principais produtos da agropecuária comercial e sua variação.....	139
Tabela 8 - Número de agricultores que realizam trocas de dias de serviços com vizinhos, de acordo com suas respostas .....	140
Tabela 9 - Índice de modernidade por variável .....	142
Tabela 10 - Índices de Campesinidade e de Modernidade, segundo a tipologia de desreterritorializado .....	144
Tabela 11 - Número médio de UTHs/UPF, de acordo com os diferentes tipos de agricultores .....	157
Tabela 12 - Número médio de fontes de receitas agropecuárias/UPF, de acordo com cada tipo.....	162
Tabela 13 - Área média dos estabelecimentos para cada tipo de desreterritorializado .....	168
Tabela 14 - Variação dos índices de dependência financeira, de acordo com os diferentes tipos .....	170
Tabela 15 - Percentual de famílias que venderam seus produtos a comerciantes locais no último ano agrícola AD, por percentual de vendas, segundo os diferentes tipos.....	181
Tabela 16 - Percentual de famílias que venderam seus produtos a comerciantes locais no ano agrícola 2008/2009, por percentual de vendas, de acordo com os diferentes tipos.....	182

## **LISTA DE SIGLAS**

AD - Antes da Desterritorialização

AR - Após Reterritorialização

CIMI-SUL - Conselho Indigenista Missionário do Sul

CRAB - Comissão Regional de Atingidos por Barragens

DTC - Diretoria de Terras e Colonização

FEE - Fundação de Economia e Estatística

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GRAC - Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICUPF - Índice de Campesinidade da Unidade Produtiva Familiar

IMUPF - Índice de Modernidade da Unidade Produtiva Familiar

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MI - Movimento Indígena

MQ - Movimento Quilombola

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PGDR - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

PMA - Programa Mais Alimento

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RS - Rio Grande do Sul

TIS - Terra Indígena de Serrinha

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UP - Unidade Padrão

UPF - Unidade de Produção Familiar

UTH - Unidades de Trabalho Homem

UVM - Unidade de Valor Máximo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	28
1.2 JUSTIFICATIVA OU PERSPECTIVAS DE CONTRIBUIÇÃO .....	38
<b>2 TEORIAS EXPLICATIVAS DA TERRITORIALIZAÇÃO.....</b>	<b>41</b>
2.1 TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÃO E CIDADANIA.....	42
2.2 TEORIA DA RACIONALIDADE.....	62
2.3 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: DE DURKHEIM A MOSCOVICI.....	67
<b>3 A TERRITORIALIZAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES NAS SOCIEDADES MODERNAS .....</b>	<b>75</b>
3.1 O CAMPONÊS E O CAPITALISMO .....	75
3.2. TERRA, TRABALHO E FAMÍLIA – CATEGORIAS ESTRUTURANTES DE UM MODO DE VIVER CAMPONÊS.....	84
3.3. RECIPROCIDADE CAMPONESA EXPRESSA NA COMUNIDADE DE PERTENCIMENTO .....	86
3.4 MUDANÇAS NOS FORMATOS SOCIAIS E PRODUTIVOS RURAIS CONTEMPORÂNEOS: O PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA .....	88
<b>4 AS DESRETERORIZAÇÕES DOS RURAIS DO NORTE DO RS: DO FINAL DO SÉCULO XIX AO FINAL DO SÉCULO XX.....</b>	<b>95</b>
4.1 O AVANÇO DA “FRONTEIRA DA CIVILIZAÇÃO” NO BRASIL.....	95
4.2 O AVANÇO DA FRONTEIRA ECONÔMICA NO NORTE-NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL .....	97
4.3 A TERRITORIALIDADE DO COLONO, DO INDÍGENA E DO CABOCLO NOS LIMITES DA FRONTEIRA ECONÔMICA.....	100
4.4 A DESTERRITORIALIZAÇÃO DE COLONOS PELA LÓGICA DO CAPITALISMO....	116
4.5 TRAJETÓRIAS DOS INTRUSOS EM SERRINHA .....	122

<b>5 A CAMPESINIDADE E A MODERNIDADE NAS ESTRATÉGIAS DE RETERRITORIALIZAÇÃO DOS DESALOJADOS DE SERRINHA ....</b>	<b>129</b>
5.1 METODOLOGIA DE CÁLCULO DO ICUPF E DO IMUPF.....	130
5.2 MUDANÇAS NOS ÍNDICES GERAIS DE CAMPESINIDADE E MODERNIDADE DOS RETERRITORIALIZADOS .....	136
<b>6 MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA VIDA DOS DESRETTERRITORIZADOS, SEGUNDO A TIPOLOGIA DE AGRICULTORES .....</b>	<b>144</b>
6.1 PRUDÊNCIA, AVERSÃO AO RISCO E RESISTÊNCIA: CASOS EMBLEMÁTICOS DE DESRETTERRITORIZADOS TRADICIONAIS.....	145
6.2 FORTALECIMENTO DO GRUPO FAMILIAR E CAPITALIZAÇÃO: O AGRICULTOR FAMILIAR MODERNIZADO OU PROFISSIONALIZADO.....	156
6.3 TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM MÁQUINAS E A DESESTRUTURAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR .....	171
6.4 RELAÇÕES MERCANTIS .....	180
<b>7 AS ESTRATÉGIAS DE RETERRORIZAÇÃO DOS AGRICULTORES DESALOJADOS DA TERRA INDÍGENA DE SERRINHA.....</b>	<b>187</b>
7.1 RACIONALIDADES (RE)TERRITORIZADORAS.....	188
7.2 REPRODUÇÃO E AUTOEXPLORAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA FAMILIAR ENQUANTO ESTRATÉGIAS DE RETERRORIZAÇÃO .....	195
7.3 A DIVERSIFICAÇÃO E A ESPECIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIAS COMO ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS FAVORÁVEIS À RETERRORIZAÇÃO .....	199
7.4 RECIPROCIDADE E CIDADANIA .....	203
<b>8 CONCLUSÃO .....</b>	<b>211</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>215</b>
<b>APÊNDICE A - Questionário para pesquisa de campo com agricultores reterritorializados.....</b>	<b>226</b>

## 1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

A desterritorialização compulsória de populações rurais não é um fenômeno novo no Rio Grande do Sul. A migração forçada tem se repetido no decurso da própria história da ocupação espacial, constituindo-se em um problema social desde recuados tempos. A disputa geopolítica pelas terras do Brasil Meridional, entre as coroas de Portugal e da Espanha no Período Colonial, além de promover o massacre de milhares de indígenas guaranis, contribuiu para a desterritorialização de outros tantos. O estabelecimento de estâncias constituiu-se como estratégia da Coroa Luso-Brasileira para a fixação de limites, sobretudo, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, promovendo a privatização de extensas glebas de campos e matas e induzindo à desterritorialização compulsória de populações nativas. No começo da era republicana, projetos geoeconômicos de povoamento e colonização das áreas de matas consolidam a fronteira interétnica interna e promovem novas desterritorializações de populações nativas e de posseiros (antigos tropeiros, mestiços indígenas ou caboclos e negros) (GOLIN, 2006).

No caso do Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul, a ocupação oficial e a colonização intensificaram-se desde a consolidação do projeto modernista-modernizador do Estado, posto em execução a partir da República Brasileira, na virada do século XIX para o XX. Inicialmente, o deslocamento de populações indígenas e a consequente destruição de suas bases (sociais, culturais, simbólicas) territoriais de reprodução deu-se pela ideia geoestratégica e/ou geoeconômica do Estado de ocupar os chamados “vazios demográficos” através da ocupação por colonos de origem europeia. Neste primeiro momento, vastos territórios indígenas foram reduzidos a pequenos “espaços de confinamento”, tais como as reservas indígenas. Em um segundo momento, muitas reservas foram confiscadas para fins de assentamento de agricultores sem-terra, ocasionando nova desterritorialização de indígenas.

Ressalta-se que a ocupação por colonos de descendência europeia promoveu, também, a desterritorialização de milhares de caboclos<sup>2</sup>, pequenos posseiros, pobres, sem recursos para

---

<sup>1</sup> Nesta tese, são adotadas as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, vigente desde janeiro de 2009; entretanto, é mantida a grafia original em citações diretas, em respeito ao ano de publicação/edição das obras.

<sup>2</sup> Há controvérsias no debate acadêmico quanto ao uso do cognome caboclo ou o caboclo enquanto categoria social. Martini (2006), em sua análise sobre a história do Rio Grande do Sul da época imperial, apresenta uma descrição sobre o caboclo que se aproxima da ideia desenvolvida ao longo desta tese. Segundo essa historiadora, caboclo denominou, ao longo do tempo, aquele trabalhador livre que viveu da natureza, da terra pública, e nela circulava, até 1850, em posse legal. [...] foi aquele que fez cultivo sazonal, extração vegetal, caça, pesca, comércio e trabalho eventual em derrubada de mato, roça, cuidando de rebanho nos momentos de grande

a legitimação de suas posses, exigência da Lei de Terras de 1850 para permanecerem territorializados (CARINI, 2005). Grande parte destes caboclos originou-se nos campos sulinos, onde seus antepassados exerceram sua territorialidade por meio da caça de gado selvagem ou “extraviado” para a alimentação, vestuário ou comércio com os portugueses e espanhóis. É possível deduzir que a privatização dos campos, pelo sistema sesmarial, ao reduzir-lhes o território, tenha-os forçado a migrar na direção dos campos e matas do Norte do Rio Grande do Sul em busca de “terras livres”.

A partir do último quartel do século XX, em um contexto de conflitos por terras com expressão histórica de mais de meio século, milhares de agricultores familiares do Norte do Rio Grande do Sul são forçados a abandonar suas terras e migrar, em função de três eventos: 1) a construção de barragens; 2) a retomada de terras indígenas (reservas) pelos índios, ocupadas por colonos durante a expansão da colonização; e 3) a demarcação de territórios destinados às comunidades remanescentes de quilombos.

No que concerne às barragens, há que se considerar que, a bacia hidrográfica do Rio Uruguai, no seu alto e médio curso, por apresentar um relevo acidentado, com grandes vales, condição que contribui para a diminuição dos custos para a construção das hidrelétricas, foi eleita, no âmbito do Rio Grande do Sul, como prioritária para o aproveitamento de seu potencial energético. Porém, ao longo desses vales, não obstante as condições topográficas desfavoráveis para a agricultura intensiva, encontram-se áreas rurais, tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina, intensamente ocupadas por pequenos produtores, com propriedades de até 50 hectares, por isso, a construção de hidrelétricas tem produzido elevado impacto social, além de ambiental, o que tem contribuído para a organização de movimentos, como é o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)<sup>3</sup>.

Ao longo da década de 1970, centenas de famílias de agricultores foram atingidas pelas barragens de Passo Real, no Rio Jacuí, e de Passo Fundo, no Rio Passo Fundo. No final

---

serviço; [...] eram os mestiços em geral; eram aqueles que não eram vistos por serem anejos; eram aqueles que se escondiam para fugir” (MARTINI, 2006, p. 155). Por sua vez, Gehlen sugere que parte dos caboclos dos campos nativos gaúchos do sul do Brasil se originou nas fazendas de gado, entre a segunda metade do século XVIII e o final do século XIX, com o deslocamento de indígenas subjugados, principalmente guaranis das Missões, e que, em contato com outras pessoas que passaram a dividir o mesmo espaço, se miscigenaram biológica e culturalmente (GEHLEN, 1998). Nesta tese, usa-se a expressão caboclo para designar o camponês mestiço do Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul, que vivia de pequenas lavouras e do extrativismo da ervamate, ao longo dos séculos XIX e XX e, em muitos casos, na condição de agregado ou peão nas fazendas de gado das áreas de campo.

<sup>3</sup> O MAB foi criado em 1988 e tinha por objetivo garantir os direitos dos atingidos por barragens e defender a diversidade social, cultural e biológica das respectivas regiões. Uma das vertentes do MAB foi a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), criada em 1979, na região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul (SEMINOTTI, 2008). Vê-se que a mobilização dos atingidos inicia no Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, bem antes do movimento se estender em escala nacional.

dos anos de 1970, estudos divulgados pela Eletrosul previam a construção de 22 barragens na Bacia do Rio Uruguai, sendo que dentre as obras prioritárias a serem iniciadas ainda no início da década de 1980 estavam as barragens de Machadinho (RS) e Itá (SC) (SEMINOTTI, 2008). Segundo Moraes (1994), havia, no começo dos anos de 1990, uma previsão de que as barragens projetadas na Bacia do Rio Uruguai iriam ameaçar as bases de reprodução de 40.000 famílias rurais. Conforme Paim e Ortiz (2006), somente as barragens de Machadinho e Itá, em operação desde 2000 e 2001, respectivamente, desalojaram mais de 5000 famílias, em sua maioria agricultores familiares. Por sua vez, Seminotti (2008), baseado em estudos feitos pelas Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A., salientou que, em seu conjunto, as cinco hidrelétricas – construídas ou em fase de construção – do Rio Uruguai, a saber: Machadinho, Itá, Campos Novos, Barra Grande e Foz do Chapecó, atingiriam 34.053 hectares de terra e desalojariam 21.648 pessoas.

Em relação às desterritorializações (migrações) compulsórias de agricultores devido à questão indígena, alguns eventos notabilizaram-se por suas repercussões sociais imediatas. No ano de 1978, cerca de mil famílias de agricultores que haviam ocupado a reserva indígena de Nonoai durante os anos de 1960, na luta por um território, foram expulsas pelos índios, em uma ação da comunidade indígena caingangue daquela reserva que entrou para a história dos movimentos sociais agrários (MARCON, 1997; TEDESCO; CARINI, 2007). Este evento notabilizou-se por sua repercussão sociológica imediata, pois os desalojados acabaram promovendo os primeiros acampamentos e invasões de propriedades do período militar e foram o germe do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (GEHLEN, 1983; MARCON, 1997). A partir de meados dos anos de 1990, a redemarcação de terras indígenas, proposta pela Constituição de 1988, novamente determina a desterritorialização de centenas de famílias de agricultores no Norte do Rio Grande do Sul. A redemarcação das reservas de Serrinha, Ventarra, Votouro, Monte Caseiros e Nonoai, determinou o desalojamento de 1.764 famílias de agricultores familiares. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 1998).

Há ainda que se considerar as desapropriações de agricultores objetivando o assentamento de remanescentes das comunidades dos quilombos, embora no Norte do Rio Grande do Sul a questão quilombola se apresente com menor expressividade do que a questão indígena. A exemplo dos direitos dos povos indígenas, a Constituição Brasileira de 1988 assegurou direitos às comunidades quilombolas remanescentes. Por meio do artigo nº 68 do Ato das Disposições Transitórias, é preconizado o direito das comunidades quilombolas de obterem terras que tenham sido tradicionalmente ocupadas por seus ancestrais. Em 2001, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul tratou de implementar o Decreto Federal nº

3.912, de 10 de setembro de 2001, buscando regularizar a questão no Estado, determinando a execução do Projeto de Estudo, Reconhecimento e Demarcação de seis áreas de terra de comunidades quilombolas remanescentes. As áreas a serem estudadas foram: a) Morro Alto, no município de Maquiné; b) São Miguel, no município de Restinga Seca; c) Rincão dos Martimianos, também em Restinga Seca; d) Casca, na cidade de Mostardas; e) Arvinha, em Sertão e Coxilha e f) Mormaça, no município de Sertão (SALLES & KUJAWA, 2010).

Essa dinâmica espacial de desterritorialização-reterritorialização contemporânea deve ser compreendida no contexto da modernidade ocidental capitalista. A hegemonia da racionalidade instrumental na modernidade sobrepôs o objetivo ao subjetivo. Os particularismos passam a dar lugar aos universalismos. Como denunciou Touraine (2002, p. 216), “[...] a imagem da sociedade moderna é de uma sociedade sem atores”. A separação entre sujeitos e objetos, imposta pela racionalidade técnico-instrumental criou os espaços úteis ao capital. Assim, os espaços ocupados por populações tradicionais, segundo a racionalidade positivista, são considerados vazios demográficos. Nestes vazios, só conta o que pode (e deve) ser produzido e reproduzido, segundo a razão técnica. As terras indígenas, por exemplo, por muito tempo foram consideradas terras incultas, quando eram negados os direitos originários sobre os territórios tradicionalmente ocupados por índios; assim como a territorialização de hidrelétricas, que induzem à desterritorialização de populações rurais (agricultores, indígenas, ribeirinhos, pescadores), e ocorre sempre sob o argumento “do mal necessário”.

No que diz respeito à reforma agrária, setores conservadores da sociedade brasileira rejeitam as desapropriações sob o argumento da “terra produtiva”. A terra deve ser produtiva, pois o receituário modernista não aceita a alegação de que a terra possa, também, cumprir função social, ao se enquadrar no critério de territorialização humana (terra de morada), e não apenas naquele da territorialização do capital (terra de lucro).

No caso das barragens, o argumento do “mal necessário” tem se robustecido nas últimas décadas, ancorado no discurso fundamentado na concepção de “desenvolvimento sustentável”. Com a difusão da ideia da supressão gradativa das fontes de energia de origem fóssil e da defesa das chamadas energias limpas e/ou renováveis, esse discurso, a partir do final dos anos de 1980, encontra eco na mídia e nas forças políticas. A nível de Rio Grande do Sul, o discurso favorável às hidrelétricas ganhou corpo, pois os políticos, em particular, e a opinião pública, em geral, viam na construção de hidrelétricas a possibilidade de obtenção de

vantagens econômicas, como o desenvolvimento do turismo e a obtenção de *royalties* para os seus municípios<sup>4</sup>.

Porém, como ficou evidenciado acima, deve-se salientar que, particularmente no Brasil, a dinâmica espacial de desterritorialização-reterritorialização tem se apresentado de várias maneiras, às vezes de forma contraditória. A construção de barragens, seja para geração de energia elétrica ou para projetos técnico-econômicos de irrigação, ao “[...] destruírem as bases materiais de existência dos trabalhadores rurais atingidos” (MORAES, 1994, p. 108), promove a desterritorialização humana em favor da territorialização do capital. Isso se acentua quando estas atingem áreas rurais de minifúndios. O Estado aqui se coloca como guardião do capital, através dos grandes projetos de desenvolvimento, como foi o caso da Barragem Binacional de Itaipu, por exemplo. Entretanto, muitas vezes, o Estado tem se mostrado confuso em suas políticas de ocupação territorial, como no caso das políticas de colonização no Rio Grande do Sul, onde, em um primeiro momento, colaborou para a territorialização de agricultores em terras indígenas, e, em um segundo momento, buscou reverter o erro, promovendo a reterritorialização indígena, mas em consequência houve a desterritorialização de agricultores. A própria questão das terras quilombolas tem servido para desencadear conflitos entre colonos e afrodescendentes, como é o caso da disputa da área da Mormaça, no município de Sertão, Rio Grande do Sul, referido por Salles & Kujawa (2010).

As migrações compulsórias criam rupturas nas relações sociais, culturais e econômicas das comunidades atingidas (CARVALHO; MEDEIROS, 2009), por isso, muitas vezes, ocorre resistência por parte das populações forçadas a migrar. Um dos casos emblemáticos de resistência à migração compulsória é o próprio Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Embora possa ser caracterizado, também, como um movimento de cunho ideológico, abrangendo outras demandas que não apenas a luta de resistência (luta pela permanência) ou reivindicações (indenizações, reassentamentos), estas últimas constituem o carro-chefe das ações efetivas. Esse cenário suscita algumas inquietações/questões, especificamente no que diz respeito às migrações compulsórias: O que acontece com um agricultor forçado a migrar? Quais são suas estratégias de reterritorialização? Por que ele adota tais estratégias?

Há que se considerar que neste começo do século XXI, em que se discute o papel do rural no contexto do mundo (pós)moderno, a partir de um debate acadêmico que privilegia o tema “desenvolvimento”, estudos sobre migrações compulsórias de populações rurais, em uma perspectiva multidisciplinar, praticamente inexistem, sobretudo, em relação às mudanças

---

<sup>4</sup> As empresas de eletricidade pagam aos estados e municípios que têm áreas alagadas, proporcionalmente à área alagada de cada um, compensação financeira pelo uso da água.

e permanências no âmbito de cada unidade de produção familiar (UPF)<sup>5</sup> desreterritorializada e no âmbito das estratégias de reprodução social das famílias desalojadas, levadas a migrar compulsoriamente e a buscar novos espaços de reterritorialização rural.

Nesta tese, discute-se a reterritorialização de agricultores enquanto condição para o exercício da cidadania. Isso implica reconhecer não apenas o direito do agricultor migrante compulsório em receber ou adquirir outra propriedade rural, que tenha, no mínimo, as mesmas condições materiais para produzir que a terra de origem, mas, também, em reconstituir suas redes de relações sociais e/ou de reciprocidades, desfeitas pela desterritorialização. Assim, o agricultor forçado a migrar é concebido como alguém capaz de fazer escolhas, ao reconstruir sua trajetória de vida, de acordo com suas condições materiais e guiado por sua racionalidade. Estudar as mudanças ocorridas na estrutura produtiva e nas relações sociais mantidas por esse sujeito/indivíduo, a partir das suas representações sociais, permite entender as verdadeiras consequências de ações desterritorializadoras, oferecendo subsídios para se discutir políticas voltadas para projetos de desreterritorialização.

Os estudos focados na problemática das relocações de desalojados rurais encontrados pelo autor até o momento, notadamente os que se referem aos desalojamentos devido à construção de barragens, em geral, limitam o debate a questões operacionais e logísticas, aos efeitos sociais, às ações de atores mediadores e aos direitos dos atingidos<sup>6</sup>. Particularmente em relação à atuação e/ou ao papel do MAB, enquanto movimento social rural originado a partir dos eventos desterritorializadores na Bacia do Rio Uruguai, nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, já foram publicados diversos estudos. Nessa perspectiva, Viana (2003) discute a evolução das tratativas e o processo de negociação e reparação dos prejuízos trazidos pela Barragem de Itá, sem, no entanto, adentrar na discussão sobre as estratégias dos próprios atores atingidos no enfrentamento do problema. Por sua vez, Moraes (1994) discute o Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai, a partir de uma análise da ação político-educativa dos mediadores, inserindo as discussões no contexto político dos anos de 1980, momento histórico em que se deu o processo de reorganização da sociedade civil brasileira, com a abertura política, em 1985, culminando com a Constituição, 1988. Tal como foi focado por Viana, no estudo de Moraes, o agricultor atingido aparece muito mais como o ator que sofre uma ação externa, como alguém que está ao alcance dos formuladores de

---

<sup>5</sup> Considera-se Unidade de Produção Familiar, nesta tese, um estabelecimento ou propriedade agrícola explorada pelo agricultor(a) e sua família, que residem na mesma.

<sup>6</sup> É possível encontrar numerosos trabalhos acadêmicos que tratam das barragens, sob vários enfoques: econômico, ambiental, social. No entanto, são discussões que se limitam às vantagens-desvantagens, priorizando regiões e determinadas populações locais.

políticas públicas e/ou mediadores, inserido em um grupo de indivíduos que pensa e age coletivamente. Nas iniciativas ou estratégias dos atingidos, as ações individuais, induzidas pelas suas representações sociais, não são levadas em consideração para efeito de análise.

Ao analisar as conquistas e desafios do MAB, na Bacia do Rio Uruguai, Rocha (2010) discute a questão das barragens a partir dos campos político, judicial e ambiental, ressaltando que existe no Brasil uma disputa entre o projeto neoliberal (representado pelo Estado Brasileiro e pelas grandes empresas de capital privado) e o projeto democrático-participativo (representado pelo MAB). Assim, estão em confronto duas realidades distintas, a das empresas privadas ou estatais de eletricidade e a dos pequenos proprietários rurais desalojados. As primeiras apresentam o argumento da necessidade das obras por estas “atenderem aos anseios da sociedade em seu conjunto”. Já os últimos, carentes de recursos materiais e de poder político e, portanto, em situação desvantajosa, sem condições de manter por largo tempo uma disputa judicial, são induzidos a aceitar as condições oferecidas pelas empresas na busca pela reterritorialização (ROCHA, 2010).

Referindo-se ao processo de reterritorialização dos agricultores desalojados por barragens na Bacia do Rio Uruguai, diante da “inevitabilidade do remanejamento populacional”, o mesmo autor apresenta uma proposta, consoante os preceitos sociais, ambientais, políticos e econômicos previstos no Projeto Político do MAB. Referindo-se, especificamente, aos reassentamentos, sugere:

A título de especulação, este projeto poderia se chamar Pequeno Reassentamento Agroecológico Suburbano (PRAS); em linhas gerais, constaria de um número reduzido de lotes, de acordo com a livre adesão dos atingidos, dentro de áreas disponíveis e aprovadas por eles e em locais de fácil acesso aos centros urbanos, de forma a explorar o crescente mercado dos produtos agroecológicos (ROCHA, 2010, p. 202).

Pela proposta, percebe-se que o agricultor é colocado como alguém ao alcance de ações externas à propriedade rural ou como alguém que age coletivamente. Assim, não são consideradas as diversidades individuais em termos de racionalidades, como já foi postulado acima. A proposta apresentada pelo autor sugere inovações no âmbito tecnológico e mercadológico, pressupondo que o agricultor estivesse disposto a aderir e a inovar. Não é feita nenhuma referência àqueles que não estão dispostos a se arriscar em inovações.

A discussão sobre a temática das desreterritorializações de famílias rurais induz, necessariamente, a uma outra discussão sobre o que é considerado rural atualmente (ou sobre

a territorialidade rural). A configuração social e econômica e o papel do rural têm sofrido profundas e constantes transformações na contemporaneidade, tanto nos países ditos desenvolvidos quanto no chamado Terceiro Mundo. Desse modo, tornou-se difícil definir conceitualmente e empiricamente o que realmente pode ser considerado como próprio do rural. Ademais, a aproximação do “mundo rural” ao “mundo urbano”, seja pela difusão de produtos e costumes urbanos no meio rural (ante a redução das distâncias resultante dos avanços dos meios de comunicação e transporte), seja pela transformação dos agricultores em pluriativos, via adesão às atividades urbanas concomitantemente às atividades rurais, tem fomentado o debate sobre a viabilização de projetos alternativos de trabalho e renda para as populações rurais, atentando-se ainda para a multifuncionalidade do próprio rural.

A concepção de espaço rural, enquanto território que se contrapõe ao espaço urbano, a partir de uma perspectiva ou visão clássica, atribui à ruralidade algumas características especiais, tais como: isolamento, baixa densidade populacional, atraso material e cultural da população ou maior apego à tradição.

Recentemente, a partir dos novos paradigmas surgidos no Brasil com o declínio do modelo produtivista de agricultura, o debate sobre o conceito de ruralidade e/ou sobre o papel do rural ganhou fôlego, postulando-se a existência de uma nova ruralidade. Autores como Wanderlei (2000) admitem que essa nova ruralidade conta com novas categorias sociais, as quais assumiram papéis para além de meros produtores de alimentos e matérias-primas. Segundo a autora, o novo espaço rural hoje conta com os benefícios do avanço da modernidade, que significa a superação do arcaico em favor do moderno, ou remete ao fato de que se pode levar o conforto da vida nas cidades para o campo, tornando-a uma extensão da vida urbana. Nessa perspectiva de mudança de paradigmas, o espaço rural passou a ser valorizado tanto pela importância atribuída ao patrimônio natural, quanto ao cultural das localidades.

Entretanto, muitas das conceituações e postulações que se fazem hoje em termos de mudanças relacionadas ao rural, não passam de meras representações que se fazem acerca do rural. Assim, termos como camponês, comunidade e modernização foram substituídos por agricultor familiar, localidade e multifuncionalidade. Essas representações sociais do rural têm a ver com mudanças ocorridas de fato nesse meio, mas, também, carregam desejos de mudanças, como a ideia de rural enquanto espaço de preservação ambiental.

De qualquer forma, deve-se reconhecer a existência de numerosas realidades sociais rurais, não somente na comparação entre as ruralidades de diferentes países, como dentro de um mesmo país, estado, região ou município. Além disso, o debate sobre a questão da

multifuncionalidade da agricultura contemporânea, como foi exposto acima, sugere a existência de múltiplos focos ou prismas de análises que remetem para variados campos do conhecimento, reclamando por estudos multidisciplinares.

Feita essa ressalva de natureza teórico-conceitual sobre o “mundo rural”, adentra-se na discussão sobre a permanência do agricultor no meio rural. Do ponto de vista da análise do desenvolvimento social rural, crescem em importância nas últimas décadas, não apenas os estudos sobre a agricultura familiar, sua capacidade de resistência-sobrevivência frente à competitividade dos mercados e sua performance multifuncional, como também sobre a própria questão das desigualdades sociais nesse contexto, independentemente das características do estabelecimento familiar.

Mesmo sem aprofundar a discussão sobre o conceito “desenvolvimento rural”, de natureza polissêmica, o que não é foco nesta tese, há que se considerar a existência de numerosas realidades rurais no Rio Grande do Sul, não apenas em termos espaciais – dinâmicas regionais e/ou diversidade de estilos de agricultura familiar (CONTERATO, 2008) –, mas, também, no que tange às desigualdades entre atores sociais. Em outras palavras, reforça-se aqui a ideia de que, para além das diferenças agrícolas regionais, a inserção do rural na lógica do produtivismo, da eficiência e competitividade – independentemente do estilo de agricultura praticado, se centrado em fatores endógenos ou exógenos – criou as condições para acentuar ou acelerar o processo de exclusão de parte dos atores sociais do campo. Como sugerido por Gehlen (2004), é relevante considerar o papel de certas políticas públicas como colaboradoras nesse processo:

As políticas de tipo participativas e dirigidas para segmentos específicos (como é o caso do Pronaf), embora apontem para mudanças, tendem a fortalecer os que apresentam racionalidade moderna e centrada na ética do trabalho e da competitividade, apropriando-se das melhores chances. Não havendo igualdade de chances nas oportunidades que se oferecem, verifica-se que as políticas públicas convencionais (tipo crédito agrícola, por exemplo, ou estímulo à formação de cooperativas) não superam a discriminação e a desigualdade entre uns e outros, como caboclos, índios e quilombos, por exemplo. (GHELEN, 2004, p. 95-96).

A profissionalização sugerida pelo discurso modernista ou modernizador, que tem a competitividade como paradigma central, não leva em consideração as diferentes racionalidades entre os rurais. Como nos propõe o autor supracitado, atores como caboclos, índios e povos quilombolas (considerados povos tradicionais), ainda que se mantenham

atrelados aos mercados, são portadores de racionalidades centradas em outros valores éticos sobre a reprodução socioeconômica, relações sociais e meio ambiente. Salienta-se que, mesmo entre descendentes de colonos europeus é possível encontrar agricultores ainda vivendo de “forma tradicional” ou não inseridos no contexto da profissionalização modernista. O discurso modernizador sustenta que, para ser moderno, há que se renunciar aos valores e saberes tradicionais e se apropriar de outros que levam à perda do controle sobre o processo de produção em sua totalidade (GHELEN, 2004).

Levanta-se aqui essa discussão, pois conforme constatado em um estudo anterior (CARINI, 2005), no conjunto de desalojados ou desterritorializados rurais encontram-se famílias de agricultores considerados tradicionais, que viviam em condições materiais consideradas precárias no local de origem ou inadequadas, segundo o receituário produtivista. Radicados em pequenas glebas, caracterizadas por terrenos de difícil mecanização, praticavam uma agricultura baseada fortemente em uma racionalidade que apenas satisfazia às necessidades básicas da família e o excedente era comercializado. A disciplina metódica e/ou a regularidade no trabalho, exigências da racionalidade capitalista-modernista-competitiva, estavam ausentes ou parcialmente presentes na maioria das propriedades. A preocupação nesse caso foi ver como esses atores conseguiram se reterritorializar após os desalojamentos, ocorridos a partir do final dos anos de 1990, considerando-se que estavam impregnados por uma racionalidade não moderna ou pouco moderna e a inserção em ambientes que clamam ou exigem a adoção de pacotes tecnológicos, diante de um desenvolvimento rural (ou agrícola) de caráter exógeno.

A desreterritorialização dos agricultores familiares, tema desta tese, deve ser entendida enquanto uma mudança no tempo e no espaço. Em relação ao tempo, é importante levar em conta a evolução histórica dos sentidos ou das funções atribuídas à agricultura familiar e que acabam por (re)definir o próprio papel dos agricultores em cada momento histórico. Essas mudanças no tempo interferem na esfera da mediação, definindo políticas públicas e agendas reivindicativas, quase sempre preocupadas mais com o agrícola do que com o rural-familiar, isto é, políticas e agendas atreladas a estratégias dos agentes situados a montante e a jusante do setor agrícola (forças do mercado), os quais desde o início da “Revolução Verde” no Brasil, no final dos anos de 1960 e início dos 70, vêm subordinando a agricultura à indústria e ao capital financeiro ou o campo à cidade. No que concerne ao espaço, deve ser reconhecido que o território vincula o agricultor familiar impregnado de campesinidade<sup>7</sup> ao rural. Em

---

<sup>7</sup> Nesta tese, utilizam-se os termos campesinidade e modernidade a partir de um enfoque multidimensional. A campesinidade é referenciada enquanto expressão de uma forma de viver que tende a preservar valores, saberes e

outras palavras e a título de exemplificação, deve-se considerar que um colono de origem europeia fora de sua comunidade<sup>8</sup> é como um “peixe fora d’água”, isto é, para o agricultor-colono “enraizado”, aquele que escolheu a terra para viver e não apenas produzir, a comunidade de pertencimento é considerada o prolongamento da unidade produtiva, cumprindo papel territorializador decisivo.

Por outro lado, existe a questão da terra como patrimônio que mantém o *status*. Ser proprietário de terra significa fazer-se agricultor ou colono. Nas entrevistas, desalojados-reassentados manifestam essa percepção, quando falam com orgulho sobre a condição de proprietários novamente, manifestando certo desconforto ou constrangimento com a experiência de sem terra vivida logo após o desalojamento de suas terras. Estar desalojado representa incluir-se na categoria de sem-terra, algo deprimente para alguém que era proprietário. É possível que essa mentalidade remonte ao campesinato europeu medieval, em que o camponês era arrendatário ou não proprietário, espoliado pelo senhor (MAESTRI, 2001; PLOEG, 2008). Roche (1969), referindo-se especialmente à colonização alemã no Rio Grande do Sul do século XIX, assevera que, apesar de alguns colonos abandonarem suas terras no começo da colonização e migrarem para as cidades, face ao desânimo diante da floresta a desbravar e à insignificância do valor comercial das primeiras colheitas, “[...] no conjunto, o fato de ser proprietário da terra, que assegurava aos colonos a independência econômica e social, deu a sua classe uma estrutura e uma mentalidade especiais” (ROCHE, 1969, p. 571).

Num outro estudo sobre a questão que envolve a ocupação irregular de terras indígenas por colonos, concluiu-se que os processos de desalojamentos de agricultores no Rio Grande do Sul – em que o Estado é o protagonista das ações de despejo – têm sido avaliados apenas sob o ponto de vista econômico-produtivo. Quando se desaloja, avaliam-se os possíveis prejuízos materiais dos desalojados em termos da retomada da capacidade de produção de cada unidade de produção. O Estado, atentando para a necessidade de se livrar do

---

representações sociais que remetem à agricultura familiar tradicional dos colonos de descendência europeia do Rio Grande do Sul. Por sua vez, a modernidade é entendida como uma forma de ultrapassar a tradicionalidade na agricultura e colocar-se na vanguarda dos avanços técnico-produtivo. Ressalta-se que esses conceitos foram elaborados unicamente com o propósito de estabelecer alguns parâmetros para comparações dos casos pesquisados, sem grande rigor científico. Esse assunto será detalhado no quinto capítulo.

<sup>8</sup> A comunidade aqui é entendida enquanto espaço de pertencimento, onde se estabelece um ambiente de confiança, típica de culturas pré-modernas, nos termos propostos por Giddens (1991). A comunidade colonial, também chamada “linha”, congrega elementos materiais e simbólicos que ajudam a solidificar laços de amizades, reciprocidades, entreajudas que contribuem para a permanência no meio rural. Os três principais elementos de uma comunidade colonial são a capela, o pavilhão social e a escola. Há que se ressaltar o fato de que, nos últimos anos, face ao reduzido número de alunos, em muitas comunidades rurais do RS, escolas foram fechadas. Isso tem sido visto por muitos desalojados-reassentados como um estímulo ao êxodo rural.

problema, partindo do senso comum, oferece em geral duas opções aos desalojados: a indenização pela terra paga individualmente ou o reassentamento coletivo. Tanto em um caso, quanto em outro, considera-se o fato de que o desalojado possa vir a se reintegrar ao rural, seja por meio do reassentamento direto ou pela compra de terra com o dinheiro das indenizações, reproduzindo o *status quo* anterior ao desalojamento. Não se discute nesses casos o processo de redefinição da identidade dos agricultores após sua desterritorialização e a própria autorrealização profissional (reafirmação da cidadania), considerando suas racionalidades, isto é, não existe uma preocupação em se definir políticas diferenciadas de indenização e reassentamento, a partir das racionalidades dos próprios agricultores. Em geral, os desalojados buscam a reterritorialização a partir do que lhes é oferecido, tendo que decidir em um curto espaço de tempo se aceitam ou não tais condições. Os valores das indenizações pagas são estabelecidos através de critérios exclusivamente técnico-produtivos. Isso induz a subvalorizações das indenizações no caso de terras pouco propícias às práticas agrícolas intensivas, fato que ocorre com as terras de agricultores pobres. Assim, em geral, os recursos obtidos com as indenizações são insuficientes para a aquisição de áreas de terra com as mesmas dimensões das indenizadas. No caso dos reassentamentos, em geral são formados às pressas, em uma corrida contra o tempo. A adesão a um grupo de reassentados ocorre muitas vezes motivado pelo temor do agricultor de ser preterido pelas lideranças que o representam junto às esferas político-institucionais e obrigado a permanecer à espera de uma solução por vários anos, impedido de plantar (CARINI, 2005).

É necessário considerar que as identidades de um agricultor familiar são forjadas no contexto de seu cotidiano de trabalho, tendo forte relação com suas origens etnoculturais. Embora ocorram mudanças nas identidades, provocadas pelo avanço da modernização, existem permanências que podem ser reforçadas em determinadas circunstâncias. No debate sobre desterritorializações de agricultores, o enfoque sobre identidades torna-se relevante ou mesmo indispensável, pois permite compreender as escolhas ou decisões dos agricultores ao serem desterritorializados, as quais, muitas vezes, à primeira vista, podem se apresentar como irracionais.

Conforme será abordado no quarto capítulo, historicamente, a agricultura familiar no Norte do Rio Grande do Sul foi representada por duas formas sociais, com racionalidades territorializadoras distintas. Uma delas, de matriz de origem indígena, resultou no campesinato caboclo, com sua lógica territorializadora voltada mais para a subsistência do que para o mercado; mostrou-se sempre pouco propensa à sedentarização, devido ao modo de produzir baseado no sistema de derrubadas-queimadas seguidas de pousios, prática agrícola

complementada pelo extrativismo. A outra matriz, de origem europeia, apresentou desde o início uma vinculação maior com a terra, tanto por suas relações mercantis, quanto por razões culturais (religiosidade, redes de parentesco).

Uma prática territorializadora comum nas propriedades camponesas e/ou coloniais do Norte gaúcho é o sistema agrícola baseado na integração agricultura-pecuária ou agricultura-pequena-criação visando ao mercado. Embora tenha sido uma prática estruturada inicialmente de forma a garantir a subsistência da família camponesa em um contexto de mercado pré-capitalista, no Rio Grande do Sul, desde as colônias antigas, ela se estrutura em um contexto de mercado local-regional e se converte na mola propulsora da acumulação econômica dos colonos, tendo propiciado que os mesmos conseguissem ampliar seus empreendimentos, com a aquisição de mais terras para si e para a colocação dos filhos, ainda que, geralmente, à custa de muito sacrifício e privações. No Norte do Rio Grande do Sul, esta prática vigorou por mais de quatro décadas e consolidou um *savoir faire* tipicamente colonial. Tedesco (2001), em sua análise sobre racionalidade e contratualização na agricultura familiar, tomando como base empírica o contexto sociorrural da Encosta Superior do Nordeste Gaúcho, reforça esta ideia ao afirmar “[...] que a produção de aves e suínos para o colono (dessa região gaúcha) é um prolongamento da agricultura; é uma estratégia da unidade familiar que promove a aglutinação da força de trabalho e objetiva retorno econômico” (TEDESCO, 2001, p. 125).

Portanto, várias práticas agrícolas, algumas típicas da colônia de origem europeia e outras herdadas da tradição cabocla e indígena, acompanharam as trajetórias históricas das comunidades rurais por décadas, incrustaram-se no cotidiano das colônias mistas e permanecem até hoje como emblemas ou símbolos culturais, resistindo aos novos apelos da ciência agrícola, em um contexto de hegemonia do modelo tecnicista-modernista, e do mercado fortemente atrelado à agroindustrialização.

Diante desse contexto geral de discussões teóricas e de análises empíricas, julgou-se oportuno dedicar um estudo sobre desterritorializados rurais em processo de reterritorialização. Se a modernização do sistema produtivo e as novas relações com o mercado se apresentam como exigências dos novos tempos no meio rural, sendo indicadoras do potencial para a viabilização do agricultor em sua atividade, resta saber até que ponto a desterritorialização compulsória pode influenciar negativamente ou positivamente a reprodução social desse agricultor, a partir de suas condições econômicas e socioculturais.

De antemão ressalta-se que este é um estudo que busca privilegiar o ator desreterritorializado ou a família desterritorializada, enquanto unidade social, e não o território em si, enquanto base produtiva. O que é central nesta tese é o debate sobre as

estratégias dos desterritorializados visando à reterritorialização, a partir de suas condições socioculturais e guiados por suas racionalidades, ficando o debate a respeito de outras abordagens (políticas públicas, desenvolvimento territorial rural, desenvolvimento regional), relegado a um segundo plano. Essas discussões, igualmente importantes, exigiriam um esforço de análise muito grande e desnecessário para o que se propõe nesta tese.

O tema de pesquisa escolhido é uma investigação sobre as estratégias das diferentes famílias no sentido de buscar sua reinserção no espaço rural, após sua desterritorialização compulsória, mediante as condições que lhe são oferecidas – *reassentamentos e indenizações*. Busca-se analisar até que ponto aspectos ligados à tradição camponesa (campesinidade): trabalho familiar, reciprocidades; e à modernidade capitalista: tecnologias, racionalidade do cálculo, relações com mercados avançados colaboram para ou dificultam na reterritorialização de agricultores desterritorializados. Destarte, aspectos ligados à (re) preservação ou não de valores econômicos definidores de identidades socioprofissionais dos reterritorializados (realocados) recebem a mesma atenção que os relacionados às sociabilidades e/ou às identidades socioculturais.<sup>9</sup>

Assim, o objetivo geral que Norteia a tese é analisar as estratégias de reterritorialização dos agricultores familiares migrantes compulsórios, desalojados da Terra Indígena de Serrinha, no Norte do Rio Grande do Sul, nas perspectivas da busca e ampliação da cidadania, a partir das performances socioeconômicas e de suas representações sociais.

Os objetivos específicos da tese são:

1. Construir indicadores do grau de campesinidade e de modernidade das unidades de produção familiar pesquisadas, considerando variáveis tanto socioculturais - determinantes da campesinidade, quanto econômicas e tecnológicas – determinantes da modernidade, visando a estabelecer parâmetros objetivos para classificação das mesmas.

---

<sup>9</sup> Os conceitos de identidade socioprofissional e identidade sociocultural são desenvolvidos por Gehlen (2009) e outros que o referenciam, no que concerne à vida privada ou coletiva dos indivíduos. O conceito de identidade sociocultural é utilizado por Gehlen para designar modos de viver e pensar de pessoas e/ou grupos, em que se manifestam aspectos culturais da vida privada e coletiva, que remetem a diferentes formas sociais e/ou a diferentes grupos sociais ou étnicos. Nas palavras do próprio autor, “a identidade sociocultural remete-nos à condição de existência privada, referenciada na relação com o meio (intra), com o chamado local, que possui abrangência e conteúdos não padronizados; por isso precisa ser definido em cada situação, salvo quando se refere a conceitos já consagrados, como comunidade, município, estado, nação, etc. Privado no sentido de referir-se à determinada totalidade cultural, aquela à qual os atores sociais têm pertencimento” (GEHLEN, 2009, p. 32). Schultz (2006), por sua vez, referindo-se especificamente ao ator social rural, define identidade socioprofissional como sendo uma representação social do ator, entendendo que se trata de uma construção feita a partir dos discursos e das percepções dos agricultores sobre sua atividade profissional. (SCHULTZ, 2006).

2. Identificar as mudanças e permanências ocorridas em cada Unidade de Produção Familiar (UPF), quanto à organização produtiva e divisão do trabalho no âmbito familiar.
3. Analisar as relações de reciprocidade estabelecidas no que concerne à comunidade de pertencimento, na transição da situação original para a atual.
4. Analisar as representações sociais dos agricultores reterritorializados expressivas de seu grau de cidadania.

Esse debate sobre as estratégias de agricultores desterritorializados na busca pela reterritorialização, independentemente do recorte empírico escolhido, remete ao entendimento de que a dinâmica reterritorializadora não obedece a um padrão ou formato único. As estratégias são variadas e os desterritorializados apresentam-se como desafiadores das políticas públicas voltadas à problemática da desterritorialização compulsória. Atentando-se para essas considerações e objetivos, foram formuladas três hipóteses:

1. As diferentes racionalidades nos processos de reterritorialização resultam de diferentes formas de (re)inserção dos agricultores no meio rural, acompanham a evolução dos processos produtivos e mercadológicos, porém, reforçam permanências expressivas da tradicionalidade.
2. No processo de reterritorialização, os agricultores modernos se profissionalizam, melhoram suas condições de vida e aumentam seu patrimônio; os tradicionais mantêm suas condições econômico-sociais e permanecem excluídos do processo de modernização capitalista e os semimodernizados ou parcialmente modernizados encontram dificuldades, devido à redução da força de trabalho e de atividades agrícolas.
3. Nas reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios, reproduzem-se as desigualdades sociais, o que gera diferenciações de cidadanias, que se expressam nas representações sociais, na convivência comunitária e nas relações de reciprocidade estabelecidas no “novo território”.

## 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Antes de avançar nos detalhes sobre a metodologia utilizada nesta tese, vale a pena recorrer a algumas recomendações de Weber (2006) sobre a metodologia nas ciências sociais ou “ciências da cultura”, como ele as chamava.

É possível reter de Weber a ideia de que os fenômenos da vida humana possuem um caráter de transitoriedade porque renascem a cada instante, assumindo novas configurações. Destarte, ainda que possam ocorrer permanências ou preservações conceituais no decurso da história, a realidade está sempre assumindo formas novas, desafiando o pesquisador a buscar respostas para novas perguntas.

O fluxo do devir incomensurável flui incessantemente ao encontro da eternidade. Os problemas culturais que fazem mover a humanidade renascem a cada instante e sob um aspecto diferente, e permanece variável o âmbito daquilo que, no fluxo eternamente infinito do individual, adquire para nós importância e significação, convertendo-se em individualidade histórica. Mudam também as relações intelectuais sob as quais são estudados e cientificamente compreendidos. Por conseguinte, os pontos de partida das ciências da cultura continuarão a ser variáveis no imenso futuro, enquanto uma espécie de imobilidade chinesa da vida espiritual não desacostumar a humanidade de fazer perguntas à sempre inesgotável vida. (WEBER, 2006, p. 63-64).

O autor reforça na citação a necessidade de se praticar uma ciência da realidade, considerando-se o momento histórico, em que apenas uma parcela finita do universo infinito de eventos da vida social deve interessar ao pesquisador.

Portanto, a base dos fundamentos do pensamento weberiano repousa na sua convicção sobre o caráter mutável e individualista das manifestações da vida humana. Assim, ele nega a existência de leis universais que expliquem os fenômenos sociais. Para ele, os fatores sociais devem ser analisados como fenômenos culturais "historicamente significativos", pois "[...] a realidade empírica é cultura para nós porque e na medida em que a relacionamos a ideias de valor"(WEBER, 2005, p. 92). O autor alerta, também, que:

Temos de admitir que ‘cosmovisões’ nunca podem ser o resultado de um avanço do conhecimento empírico, e que, portanto, os ideais supremos que nos movem com a máxima força possível existem em todas as épocas na forma de uma luta com outros ideais que são, para outras pessoas, tão sagrados como o são para nós os nossos. (WEBER, 1992, p. 113).

A epistemologia weberiana, portanto, condena a ciência com visão teleológica, centrada em uma determinada crença ou visão metafísica, que remete à ideia de mundo do “progresso” ou da “felicidade” eternos. Dessa forma, sua posição era a de que ao cientista competia procurar entender os fatos de seu tempo – sociologia compreensiva –, despido de qualquer roupagem religiosa ou ideológica. Assim, para Weber, o importante é o real concreto, não o idealizado, como queria Platão.

A objetividade nas ciências sociais parte da subjetividade do cientista. Isso significa que a ciência simplesmente é aquilo que os homens de determinada sociedade, em determinada época, entenderam ser importante pesquisar. Por conseguinte, a força que impulsiona o pesquisador para determinada realidade empírica advém de seus valores que poderão não corresponder aos valores de outros. O significativo para ser pesquisado pode ser um evento particular que se tornou significativo para o autor, de acordo com suas ideias de valor ou significação cultural, nos termos propostos por Weber. Assim, o autor alerta para o fato de que o real concreto, não o real desejado, deve interessar ao pesquisador, na medida em que: “uma ciência empírica não tem como ensinar a ninguém sobre o que deve, somente sobre o que pode e – eventualmente – sobre o que quer” (WEBER, 2006, p. 17). Em outras palavras, não se pode esquecer que, mesmo guiado por valores culturais, o pesquisador deve emitir juízos de fato (juízos científicos) e não juízos de valor.

Um outro aspecto relativo à busca pela objetividade do conhecimento nas ciências sociais, ressaltado pelo autor, é o de que os fenômenos sociais não possuem caráter objetivamente intrínseco. Isso significa que é necessária a imputação causal a esses fenômenos e, em seguida, a pesquisa para que se verifique se as hipóteses se confirmam. Isso não significa dizer que o pesquisador prescindia do conhecimento sobre regularidades de ocorrências ou do conhecimento nomológico, nos termos de Weber. A segurança da imputação causal será tanto maior quanto mais seguro e amplo for o conhecimento geral do pesquisador. Porém, o autor adverte que “[...] para as ciências exatas da natureza as leis são tanto mais importantes e valiosas quanto *mais geral* é sua validade. Para o conhecimento das condições concretas dos fenômenos históricos as leis mais gerais são frequentemente as menos valiosas, por serem as mais vazias de conteúdo” (WEBER, 2006, p. 56).

Devido à impossibilidade de se chegar a conclusões hipotéticas sobre fenômenos sociais ou culturais simplesmente a partir de conceitos genéricos ou totalizadores, Weber sugere a criação do recurso do *tipo ideal*. Trata-se de recurso usado no intuito de se compreender uma parcela finita da realidade infinita dos fenômenos sociais ou culturais. O tipo ideal não se apresenta como hipótese, mas é o caminho para a sua formulação. Atribui-se

ao tipo ideal especificidades dos fenômenos a serem investigados que conduzem à formulação de hipóteses. Segundo o autor, o tipo ideal permite a formação de um quadro homogêneo de pensamento. E acrescenta: “[...] torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia” (WEBER, 2006, p. 73).

Outro alerta interessante é o de que o tipo ideal não pode ser entendido como significando “melhor” ou “exemplar” ou “aquilo que deve ser”. O tipo ideal se apresenta enquanto tentativa de apreender os indivíduos históricos ou seus diversos elementos em conceitos que contenham traços culturais que reputamos significativos. Esses traços são representações do pesquisador e cumprem papel heurístico. O tipo ideal não tem finalidade explicativa, apenas auxilia na análise e oferece um padrão de medida para a comparação de fenômenos.

Por fim, ressalta-se que o conceito ou sistema de conceitos entendido como *tipo ideal* permite uma leitura de um contexto de significação cultural específica ou particularizada, fugindo das conceptualizações genéricas.

Atentando para esses pressupostos weberianos, para esta tese, decidiu-se pela formatação de uma tipologia, a partir de uma caracterização multidimensional das unidades familiares, que facilitasse a elaboração das hipóteses, segundo critérios estabelecidos a partir dos objetivos da tese, com base nos levantamentos a campo.

Na escolha do universo de abrangência da pesquisa de campo, levaram-se em consideração as peculiaridades agrícolas da mesorregião (Norte) Noroeste-rio-grandense, tais como: trabalho familiar; estrutura fundiária de minifúndios (as propriedades rurais raramente ultrapassam 20 hectares); colonização por descendente de imigrantes europeus que preservam traços culturais de seus antepassados (*ethos* de colono); agricultura centrada na produção de *commodities*, porém com forte presença de aspectos que remetem à tradicionalidade camponesa (mão-de-obra braçal; fraca insumização e produção para autossustentação).

Em um primeiro momento, criou-se uma expectativa em relação ao universo de abrangência do empírico a ser pesquisado, pois se julgou ser possível e interessante realizar uma pesquisa envolvendo dois recortes geográficos: a área da Terra Indígena de Serrinha (TIS) e a área da Barragem de Itá, ambas situadas nos chamados Médio e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul. Em um segundo momento, a partir de 15 entrevistas realizadas, oito com agricultores desalojados da TIS e sete com agricultores da Barragem de Itá, constatou-se que havia semelhanças entre os casos das duas áreas. Julgou-se, por conseguinte, ser desinteressante incluir os dois recortes para a definição da amostra. Assim, optou-se por

apenas um recorte geográfico, considerado mais apropriado, consoante os objetivos da tese e as condições materiais e humanas para o estudo.

Considerando-se os fatores limitadores acima elencados, decidiu-se pela escolha da TIS<sup>10</sup> como recorte geográfico a partir do qual seria definida a amostra para a pesquisa. Trata-se de área territorial que abrange os municípios de Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeiras, situados na região do chamado Médio Uruguai (Norte) do Rio Grande do Sul, onde aproximadamente 1200 famílias de agricultores foram desalojadas para que as terras fossem devolvidas aos índios.

Definido o universo de abrangência da pesquisa, realizou-se o primeiro trabalho de campo ou estudo exploratório, que ofereceu subsídios para se definir a amostra (*corpus*).<sup>11</sup> Na definição da amostra para a pesquisa, considerou-se o lugar de origem dos pesquisados ou lugar em que viviam antes da desterritorialização e não o lugar de destino ou de reterritorialização.

A Figura 1 mostra a sequência das etapas percorridas até a definição da amostra.

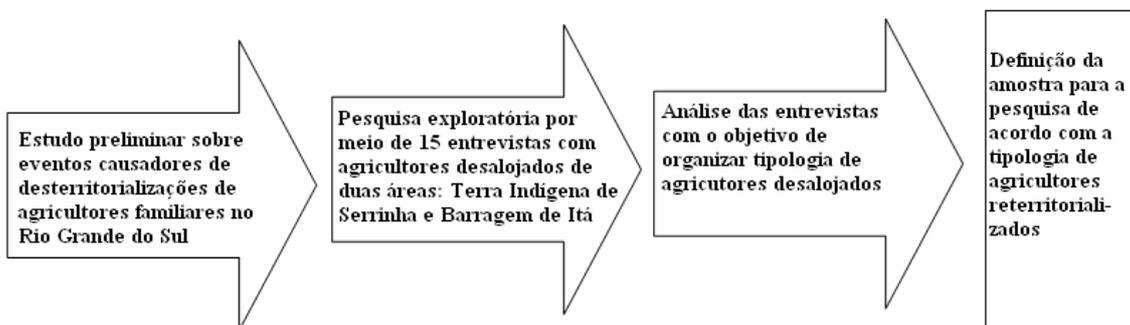


Figura 1 – Etapas para a escolha da população-alvo e definição da amostra da pesquisa

Fonte: Elaborada pelo autor.

<sup>10</sup> A TIS ocupa uma área de 11.950 hectares. Foi demarcada em 1911 pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), juntamente com outras reservas indígenas distribuídas na região de matas do Norte do Rio Grande do Sul, em uma tentativa do Estado Brasileiro de garantir aos índios sua territorialização, ameaçada então pela colonização que se iniciara entre fins do século XIX e começo do século XX. Durante os anos de 1950 a área foi invadida por centenas de colonos, que acabaram recebendo do Estado do Rio Grande do Sul, no começo dos anos de 1960, os títulos de posse definitiva. A nova Constituição Brasileira de 1988 criou dispositivo jurídico, permitindo às comunidades indígenas a recuperação das terras tradicionalmente ocupadas. Assim, no final dos anos de 1990, houve a retomada da TIS pelos índios e o consequente desalojamento de cerca de 1200 famílias (agricultores, pequenos comerciantes, funcionários públicos). Ver Carini (2005).

<sup>11</sup> De antemão, ressalta-se que este recorte geográfico foi limitado, conforme salientado, pelas condições materiais e humanas do pesquisador, devido à falta de financiamento (bolsa) e à necessidade de trabalhar (não houve dispensa do trabalho), enquanto realizava a pesquisa.

Através das entrevistas e dos questionários, realizados com o (a) responsável pelo domicílio, colheu-se opiniões e obteve-se informações indicativas de representações e racionalidades dos desreterritorializados, considerando-se as seguintes variáveis e respectivos indicadores:

- a) Econômica: fontes de renda, sistema de produção e mercado.
- b) Tecnológico-produtiva: mecanização, força de trabalho, uso de pacotes tecnológicos.
- c) Sociocultural: família, reciprocidades, cosmovisões.

A elaboração do esquema tipológico de inspiração weberiana, como já referido, representado pelo quadro 1, a seguir, foi idealizado após algumas leituras e se tornou possível a partir de levantamentos preliminares a campo ou incursões exploratórias iniciais, através de entrevistas com agricultores, aplicação de alguns questionários e observação direta do autor, visando à elaboração do projeto de pesquisa e qualificação da tese.

De acordo com suas características ou racionalidades, os agricultores foram classificados em três tipos, conforme explicitará o quadro 1.

O primeiro tipo reúne agricultores mais voltados para o que se poderia chamar de “agricultura tosca”, isto é, tipo de agricultura altamente dependente da natureza, em que há pouco uso de tecnologias e forte ênfase na produção para a autossustentação. Este tipo de agricultura tem forte relação com o campesinato caboclo, como se verá no quarto capítulo.

O segundo tipo reúne os agricultores modernizados, aqueles que foram considerados pelos fazedores de políticas públicas de um passado recente como os que deveriam servir de exemplo a todos os agricultores familiares.

O terceiro tipo agrupa agricultores tradicionais que buscam se aproximar da condição de capitalistas modernos, embora sem disporem dos capitais necessários.

A tipologia, representada no quadro 1, foi concebida, como foi frisado, com o intuito de servir como recurso para a formulação das hipóteses e de Nortear o trabalho de campo posterior. O quadro apresenta de forma sintetizada as características de cada tipo, a partir de variáveis e indicadores.

VARIÁVEIS	INDICADORES	TIPOS		
		TIPO 1 Agricultor tradicional	TIPO 2 Agricultor modernizado	TIPO 3 Agricultor semimodernizado
ECONÔMICA	Sistema de produção	Ênfase na agropecuária de subsistência e produção comercial em pequena escala e pouco diversificada.	Produção comercial de <i>commodities</i> em escala, e relativamente diversificada.	Produção comercial em escala, porém, pouco diversificada. Predomínio do cultivo de soja.
	Origens da renda familiar	Equilíbrio entre receita agropecuária, receita previdenciária e/ou de políticas assistenciais (bolsa família).	Predomínio da receita agropecuária sobre outras fontes.	Predomínio da receita agropecuária em alguns casos; equilíbrio entre receita agropecuária e assistência social, na maioria dos casos.
	Mercado	Venda do excedente a mercados próximos: comércio local, atravessadores ou intermediários e venda direta ao consumidor.	Produção para mercados distantes (cooperativas e agroindústrias), prioritariamente.	Produção para mercados distantes (cooperativas e agroindústrias), prioritariamente.
TECNOLÓGICO-PRODUTIVA	Tecnologias	Ênfase na força braçal e tração animal e uso esporádico de máquinas e equipamentos contratados de terceiros; baixa utilização de insumos.	Uso predominante e às vezes exclusivo de máquinas, implementos e/ou equipamentos <b>próprios</b> e insumos modernos.	Uso predominante de mecanização, mediante a <b>terceirização de serviços realizados com máquinas e equipamentos</b> na lavoura, uso esporádico (mínimo) de força braçal e animal.
SOCIAL E/OU SOCIOCULTURAL	Força de trabalho	Exclusivamente familiar; baixo nº de UTHs.	Exclusivamente familiar; alto número de UTHs.	Baixo nº de UTHs; arrendamento eventual.
	Reciprocidade	Rede de relações sociais e institucionais precária; tendência ao isolamento.	Rede de relações sociais (sobretudo, com a parentela) e institucionais ampla e sólida.	Rede de relações sociais fraca; enfraquecimento do grupo familiar.

Quadro 1 - Tipologia de agricultores reterritorializados

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2009).

Para a realização dos levantamentos a campo, adotaram-se como técnicas de pesquisa as entrevistas semiestruturadas e o *survey* de questionário.

O recurso da entrevista qualitativa semiestruturada, ao fornecer dados ao pesquisador para a compreensão das relações entre os atores sociais e sobre sua situação e percepções no tocante aos contextos em que vivem e aos eventos da vida cotidiana, permite a compreensão de suas crenças, atitudes, valores e motivações (GASKELL, 2007). Como se trata de uma pesquisa em que as representações dos pesquisados, sobre assuntos julgados como importantes, são as que mais contam, o recurso da entrevista individual e em profundidade tornou-se essencial.

A entrevista qualitativa semiestruturada foi a principal técnica de pesquisa utilizada. Esta técnica permite que o entrevistador faça perguntas focalizadas, específicas, mas também deixe o entrevistado responder em seus próprios termos, como sugerem Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998). Os dados qualitativos consistem, em geral, na descrição de percepções, pensamentos, emoções, comportamentos particulares, por isso são muito úteis para compreender os “motivos subjacentes, os significados e as razões internas do comportamento humano” (SAMPIERRI; COLLADO; LUCIO, 2006). Outro tipo de entrevista qualitativa realizada foi a “história de vida”. As histórias de vida constituíram-se em ferramentas importantes, considerando o que se propunha na pesquisa.

Em relação ao método de pesquisa *survey* via questionário, salienta-se que ele foi utilizado pensando-se na obtenção de dados ou informações sobre características, ações e opiniões dos atores, como forma de complementação das informações obtidas com as entrevistas, a partir do recurso da tipologia. Segundo Freitas et al. (2000, p. 105-106), a *survey* é apropriada como método de pesquisa quando se deseja responder a questões do tipo: O quê? Por quê? Como? Quanto?, e o objeto de interesse ocorre no presente ou no passado recente.

Desse modo, o questionário contou com 60 perguntas, abertas e fechadas. Ressalta-se que o mesmo foi refeito várias vezes, pois ao longo do trabalho de campo, sobretudo, na primeira investigação, realizada no final de 2008 e início de 2009, o pesquisador, a partir dos dados coletados nos primeiros questionários, foi construindo interpretações que acabaram gerando novas questões, também foi percebendo as limitações das questões quanto ao seu poder de recolher dados considerados essenciais, consoante as hipóteses formuladas.

Considerando-se os objetivos desta tese, decidiu-se por definir uma amostra não probabilística. Salienta-se que, ao contrário da amostra probabilística, na amostra não probabilística, nem todos os elementos da população têm a mesma chance de serem escolhidos (FREITAS et al., 2000). Para se definir quem deveria fazer parte da amostra, levou-se em consideração que, das cerca de 1200 famílias desalojadas, muitas residiam em áreas urbanas (sedes de distritos) e se ocupavam de atividades não diretamente ligadas à

agricultura. Outras, mesmo dedicando-se à agricultura, eram absenteístas. Essas famílias foram excluídas desde o primeiro momento, por não possuírem o perfil que interessava na pesquisa. Estimou-se, então, com base em dados da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, que o número de agricultores efetivamente radicados no interior da área e dedicados à agricultura perfazia um total aproximado de 700 famílias. A partir dessas informações, estabeleceu-se em 70 (10%), o número aproximado de famílias a serem investigadas, entre reassentados e indenizados.

Após a decisão sobre o número de participantes com os quais se iria trabalhar, considerando-se o caráter qualitativo do enfoque, não se buscou a representatividade da população a ser estudada, por meio de seleção aleatória, para definir quem deveria participar da pesquisa. Como sugerido por Sampieri, Collado e Lucio (2006), no enfoque qualitativo, “[...] a amostra é uma unidade de análise ou um grupo de pessoas, contextos, eventos, fatos, comunidades, etc. de análise, sobre o(a) qual deverão ser coletados dados, sem que necessariamente seja representativo(a) do universo ou da população que se estuda”. Assim, optou-se pela amostra não probabilística dos casos típicos (*typical cases*). Nesse tipo de amostra, a escolha dos participantes é feita por se considerar que eles representam situação típica (FREITAS et al., 2000). Para facilitar o trabalho de campo, foram coletadas, inicialmente, informações sobre o perfil dos participantes, em sindicatos de trabalhadores rurais, prefeituras e Emater. Após iniciado esse trabalho, a escolha foi sendo facilitada pelas informações dos primeiros participantes.

O momento derradeiro do trabalho de campo aconteceu no segundo semestre de 2009, quando foram aplicados 60 questionários e realizadas 52 entrevistas. O número de questionários e de entrevistas foi definido seguindo-se o preceito de que “[...] a construção do *corpus* é um processo interativo, onde camadas adicionais de pessoas ou textos são adicionados à análise, até que se chegue a uma saturação e dados posteriores não trazem novas observações” (GASKEL & BAUER, 2007, p. 485). Ressalta-se que os entrevistados foram sendo escolhidos, tendo-se o cuidado de que apresentassem características conforme a tipologia estabelecida e de que fossem contemplados nesse universo tanto indenizados, quanto reassentados. Assim, os 60 agricultores selecionados foram os que se julgou terem perfis que se enquadrariam na tipologia estabelecida, entre indenizados e reassentados. Destes, oito foram excluídos da listagem de participantes, por se julgar que não se incluíam em nenhum dos três tipos. Dessa forma, trabalhou-se com uma amostra de 52 participantes. Desse total, sete agricultores foram classificados como tradicionais, sendo que todos haviam sido indenizados; 19 foram classificados como modernizados, sendo 16 reassentados e três

indenizados e, por fim, 26 foram classificados como semimodernizados, sendo 17 reassentados e nove indenizados.

No mapa a seguir, visualiza-se o recorte geográfico onde foi determinada a amostra da pesquisa. Em escala maior, está destacada a área onde ocorreu a desterritorialização (localização da TIS). Em escala menor, estão os municípios onde vivem os reterritorializados (reterritorializados reassentados e reterritorializados indenizados).

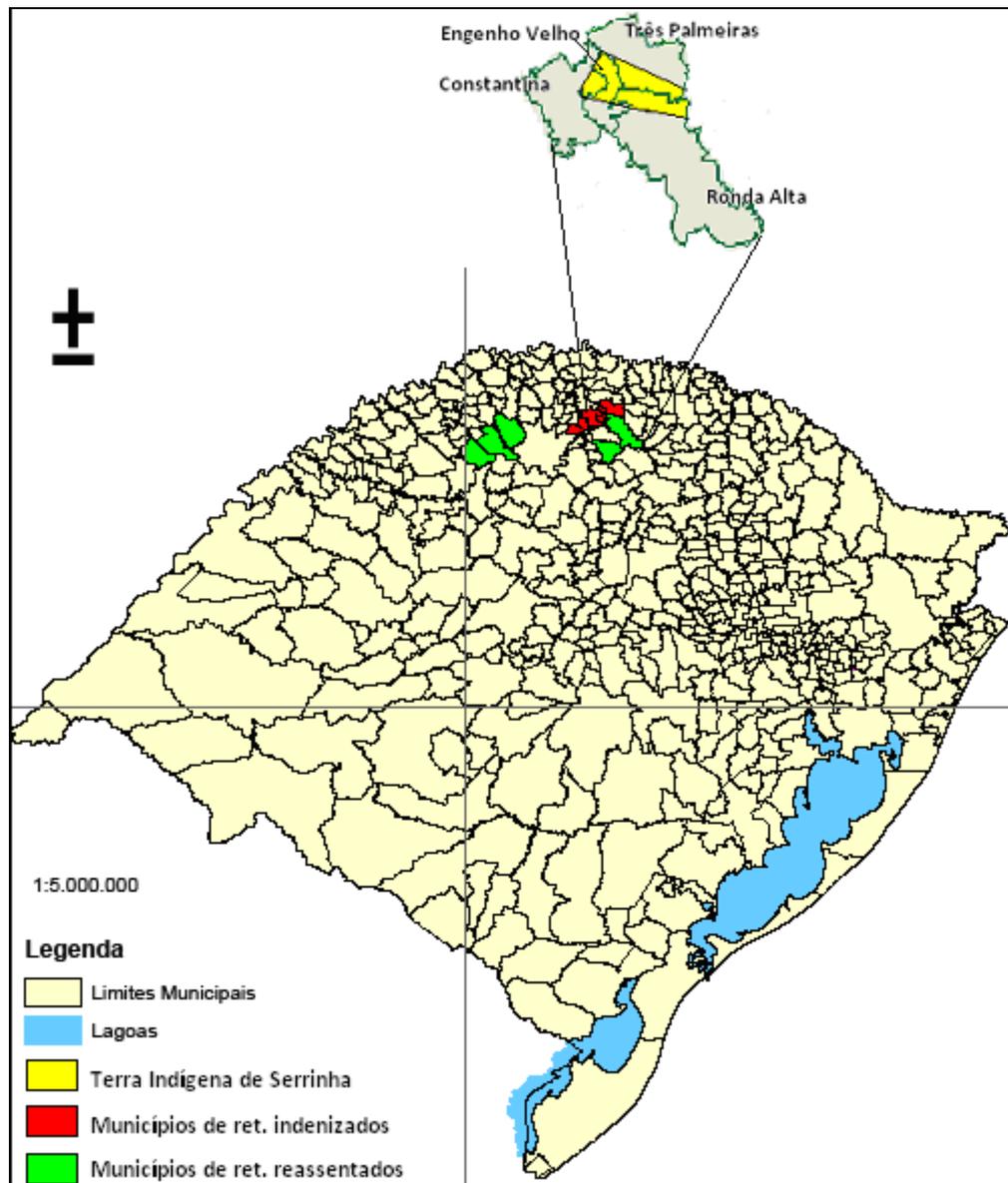


Figura 2 – Localização dos universos empíricos da pesquisa

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Rio Grande do Sul (2010).

A mesorregião geográfica definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como Noroeste rio-grandense, onde se situa o universo da pesquisa, apresenta uma paisagem rural de agricultura predominantemente familiar, em que ocorreu ao longo do século XX um intenso processo de fragmentação fundiária ou minifundização que avançou inclusive sobre áreas de terrenos declivosos, impróprios para a prática da agricultura intensiva e/ou mecanização. Ademais, desde o final dos anos de 1970, a agricultura tradicional (camponesa/colonial), fortemente centrada na naturalização dos processos produtivos, sob o apelo do agronegócio, foi impactada pela lógica racional da artificialização das formas de produzir. Esta artificialização passou a exigir grandes somas de capital e outra racionalidade produtiva. O resultado foi um intenso processo de empobrecimento geral dos municípios, sobretudo os mais dependentes de rendas oriundas do setor rural, acarretando um contínuo esvaziamento demográfico (CARINI, 2005; CONTERATO, 2008). Entretanto, importa ressaltar o fato de que as unidades produtivas familiares que sobreviveram, não obstante a modernização parcial do sistema produtivo, mantiveram algumas de suas características tradicionais.

Para a realização da pesquisa que constitui esta tese, foram escolhidos agricultores que no território de origem, na TIS, apresentassem entre si, certas semelhanças, quais sejam: todos fossem proprietários (não fossem agregados, arrendatários ou peões – considerados como ‘sem-terras’ e incluídos em programas estatais de assentamento)<sup>12</sup>; todos fizessem uso de mão-de-obra exclusivamente familiar; que as propriedades agrícolas tivessem no máximo 50 hectares<sup>13</sup>; que as propriedades agrícolas estivessem localizadas em terrenos não mecanizáveis ou pouco mecanizáveis<sup>14</sup>. A preocupação central foi a de se estabelecer parâmetros de análise em que não houvesse interferência de fatores externos às propriedades.

---

<sup>12</sup> Tendo em vista a instabilidade da territorialização desses agricultores, isto é, o fato de estarem pouco enraizados, a comparação entre a situação anterior e a posterior ao desalojamento ficaria comprometida, prejudicando, por conseguinte, a análise sobre aspectos relacionados à comunidade, reciprocidade, considerados importantes nesta tese.

<sup>13</sup> Propriedades no interior da TIS com mais de 50 hectares pertenciam, em geral, a agricultores absenteístas, tipo de atores que não interessa para o que se propõe na tese.

<sup>14</sup> Ressalta-se que o território da TIS apresenta uma geografia que permitiu ao longo dos anos o surgimento de duas formas de ocupação das terras: a) Os terrenos situados na parte Norte, nordeste e Noroeste são bastante acidentados, com solos pedregosos e rasos, de difícil mecanização. Nestes estavam territorializados agricultores considerados “fracos” (usando uma expressão dos próprios agricultores); b) Os terrenos situados a sudeste, sul e sudoeste são, em geral, planos e mecanizáveis. Neles encontravam-se os agricultores de mais posses (os “fortes”).

## 1.2 JUSTIFICATIVA OU PERSPECTIVAS DE CONTRIBUIÇÃO

A temática foco desta pesquisa apresenta-se como atual no contexto dos debates sobre o rural, tanto em âmbito nacional, no geral, quanto no que concerne ao Rio Grande de do Sul, em particular. Em um momento em que as discussões sobre o mundo rural voltam-se para seus novos papéis, contemplando vários enfoques (desenvolvimento rural, sustentabilidade ambiental, agroecoturismo, pluriatividades), a proposta de se discutir o rural a partir das estratégias, iniciativas e/ou representações dos próprios agricultores permite visualizar e pensar o campo a partir do próprio campo. Assim, o estudo apresenta-se oportuno, tanto sob o aspecto acadêmico, quanto o sociopolítico-econômico e/ou no que remete às políticas públicas.

No tocante à sua importância acadêmica, acredita-se que a discussão apresentada nesta tese encontra eco nos debates contemporâneos relativos às transformações do rural, seus novos formatos, funções, atores e tendências, assim como seus novos (?) problemas. A partir do final do século XX, publicações relacionadas ao rural têm contemplado um repertório variado de temas: industrialização da agricultura, desenvolvimento rural, estilos de agricultura familiar, agricultura camponesa *versus* agricultura empresarial, diversidades rurais, pluriatividades, desenvolvimento rural endógeno *versus* exógeno; extrapolando a fronteira teórica das abordagens da economia neoclássica sobre o rural, preocupadas mais com o desenvolvimento agrícola, pela via da modernização. Tanto autores estrangeiros (ELLIS, 1988, 2000; MARSDEN, 2003; PLOEG, 2008; SABOURIN, 2009), quanto brasileiros (ABRAMOVAY, 1992; SILVA, 1998, 2003; SCHNEIDER, 1999; MALUF, 2003; KAGEYAMA, 2008), além de outros, têm se dedicado à problematização dessas temáticas, produzindo um volume razoável de publicações.

O acervo bibliográfico investigado pelo autor, no entanto, não apresentou estudos abrangentes ou consistentes sobre migrações compulsórias de populações rurais ou sobre estratégias de reprodução de unidades familiares ou camponesas ocorridas em comunidades rurais desenraizadas por quaisquer processos; no caso específico do Brasil contemporâneo, leia-se: comunidades atingidas por barragens, comunidades desalojadas de áreas indígenas ou desalojadas pelo movimento quilombola ou por outros motivos, como já salientado.

A maioria dos estudos realizados no Rio Grande do Sul relacionados ao mundo rural divide as atenções entre um debate sobre o novo papel do rural no desenvolvimento social e preservação cultural, diante de um contexto de profundas mudanças em nível macro, e a

questão do desenvolvimento rural sustentável. São *approaches* sobre reprodução social do agricultor familiar, racionalidades produtivas da agricultura familiar, integração aos mercados, pluriatividades, agricultura produtivista-mercantilista convencional ou de escala *versus* agricultura orgânica; temáticas frequentemente discutidas por cientistas sociais em âmbito mundial, observando que, no Rio Grande do Sul, ganham formatos específicos ao serem tratadas concomitantemente a questões locais-regionais, como é o caso da discussão em torno das desigualdades regionais e da própria questão dos agricultores ditos sem-terra.

De acordo com comentários anteriores, desalojamentos de agricultores familiares têm sido muito frequentes nas últimas décadas, aumentando sobremaneira os conflitos agrários, em razão da ampliação do número de demandantes por terra, com o surgimento de vários contingentes de “novos sem”. Assim, entende-se que há uma demanda por estudos que tenham como foco os desalojados. Esta demanda, no entanto, vai além do estudo focado nas estratégias de lutas reivindicativas pela terra ou por direitos, empreendidas pelos vários atores, formando o que se convencionou chamar de movimentos sociais agrários. Sobre estes já existem várias produções (GEHLEN, 1983; GOHN, 2004; MARCON, 1997; MORAES, 1994; SOUZA, 1999; TEDESCO; CARINI, 2007; WARREN, 2005). O que se está propondo aqui é um estudo que contemple o agricultor em processo de reterritorialização. Isto é, estudo que tem como enfoque o agricultor em processo de reinserção no mundo rural ou de redefinição de sua identidade socioprofissional e sociocultural, a partir da análise de suas racionalidades e representações sociais.

Quanto ao aspecto das políticas públicas, a pesquisa deverá ter importância para as ações de governo voltadas aos desalojados rurais. O conhecimento do problema permitirá um melhor planejamento e a tomada de decisões que resultem na redução de prejuízos econômicos, emocionais, sociais, causados pelos desalojamentos de agricultores em quaisquer circunstâncias, por revelar possíveis demandas econômico-sociais entre os desalojados, que tenham resultado do descaso das autoridades ou poderes constituídos.

Vale considerar o fato de que são numerosas as situações vivenciadas ao longo da história, inclusive recentemente, resultantes de problemas ocasionados por decisões tomadas por governantes ao sabor de interesses do momento, sem preocupação em resolver em definitivo os problemas sociais ligados ao campo, mormente a questão fundiária e a pobreza. Os próprios desalojamentos de agricultores de áreas indígenas são resultado de políticas públicas mal pensadas ou mesmo da inexistência destas. Assim, acredita-se que este estudo deverá transformar-se em um instrumento que permitirá direcionar ações, a fim de reduzir as

possibilidades de erros nas tomadas de decisão para o encaminhamento de soluções por parte das esferas governamentais.

Por outro lado, neste estudo, analisa-se a eficácia de políticas públicas destinadas a reassentamentos rurais formados a partir de desalojamentos, ensejando propostas de políticas de reforma agrária, de créditos para investimento e custeio em assentamentos ou reassentamentos, de estímulo ao desenvolvimento rural endógeno, de incitação ao desenvolvimento rural respeitador do meio ambiente, em um país em que o Estado historicamente tem proposto políticas homogeneizadoras de incentivo à agricultura, inseridas em uma proposta de desenvolvimento agrícola que busca preservar o latifúndio como paradigma para o desenvolvimento econômico, e que demonstra desrespeito ao meio ambiente e aos povos tradicionais. Ademais, deverá contribuir para dimensionar a capacidade de reação e readaptação do empreendimento agrícola familiar diante de situações de agravamento das condições para a sua reprodução.

## 2 TEORIAS EXPLICATIVAS DA TERRITORIALIZAÇÃO

Encontrar teorias que explicassem as evidências empíricas e, no limite, a problemática proposta, foi o primeiro grande desafio nesta tese. Havia a necessidade de ultrapassar o nível empírico e encontrar instrumentos teóricos que estivessem afinados com o objeto. Após várias injunções teórico-metodológicas e conceituais, procurando descartar as que se julgara insuficientes para explicar a realidade empírica, concluiu-se que as teorias da racionalidade de Weber (1991, 2009), e das representações sociais de Moscovici (2007), aliadas à teoria multidisciplinar (ainda que marcadamente geográfica) de território, seriam as mais adequadas para a análise das estratégias de reterritorialização de agricultores familiares que se pretendia estudar, pois remetem a discussões sobre ações e percepções dos atores que buscam reterritorializar-se no meio rural, no processo de reconstrução desse tecido social, em um momento histórico em que o sistema capitalista coloca cada dia mais barreiras à sobrevivência dos empreendimentos agrícolas familiares de herança camponesa. Parte-se aqui do pressuposto de que, para se compreender as estratégias de (re)territorialização de agricultores familiares, é necessário que sejam entendidas suas ações sociais individuais e que se tenha ciência de suas representações sociais, uma vez que estas corroboram para o entendimento das ações e relações sociais que se estabelecem em diferentes instâncias.

Assim, neste capítulo, inicialmente, discutem-se os enfoques teóricos acerca dos conceitos de território e territorialidade, caros à geografia, mas que ultimamente vêm assumindo caráter multidisciplinar, cujas as discussões têm ultrapassado a fronteira da geografia, despertando o interesse de outras ciências, tais como: a sociologia, a economia, a filosofia e a antropologia, além de outras.

No segundo tópico, discute-se a teoria weberiana da racionalidade, a partir do enfoque de sua sociologia compreensiva. No terceiro tópico, adentra-se na teoria das representações sociais, abordagem recente no campo da psicologia social e que apresenta Moscovici (2007) como principal expoente, analisando-se, também, algumas abordagens feitas por autores contemporâneos que aprofundaram seus estudos a partir dos postulados moscovicianos.

## 2.1 TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÃO E CIDADANIA

As mudanças de paradigmas no final do século XX revitalizaram no meio acadêmico as discussões teóricas acerca do conceito de território. Tema quase exclusivo da geografia até então, ganhou espaço nas mais diversas esferas das ciências sociais, a partir do discurso da desterritorialização ou do desaparecimento dos territórios, promovido pelo processo de globalização econômica. Como referiu Haesbaert (2004, 2007), as ciências sociais redescobriram o território para falar de seu desaparecimento. Segundo esse autor, durante muito tempo, os filósofos e cientistas sociais, com raras exceções, negligenciaram o espaço em suas análises e somente a crise ‘pós-moderna’ contemporânea teria novamente alertado para a importância do indicador espacial da sociedade.

Raffestin (1993) aborda a noção de território a partir do conceito de poder. No entanto, o autor refuta a ideia de que se deva considerar somente o poder do Estado – o poder marcado por uma maiúscula –, aquele dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. Admite que existe um poder, nome comum, que se esconde atrás do Poder, nome próprio, por isso é difícil liquidá-lo. Esse poder em minúscula que se esconde nos interstícios do poder em maiúscula, segundo o autor, está em todo o lugar e nem sempre é perceptível à primeira vista. A visão de poder desse autor aproxima-o de Foucault que, por sua vez, não se preocupa em definir precisamente o poder, mas procura destacar aspectos imanentes de sua natureza. Para Foucault (2003), qualquer relação é um lugar de poder. Assim como Raffestin (1993), Foucault (2003) ressalta a existência de instâncias de poder diferentes e para além do poder do Estado.

O homem, apropriando-se e transformando o meio natural pela inovação técnica e econômica e transformando o meio social pela inovação social e cultural, através do trabalho, necessita do saber. Por essa razão “[...] todo ponto de exercício do poder é ao mesmo tempo um lugar de formação de saber” (RAFFESTIN, 1993, p. 56). Assim, o autor reconhece que trabalho, poder e saber constituem uma tríade inseparável, porém, diz que a relação de poder é intencional e não subjetiva. Dessa forma, a energia e a informação, necessárias no trabalho, constituem no sistema capitalista uma dicotomia. Neste caso, o trabalho pode ser, simplesmente, destruído, pois é possível a apropriação de uma ou de outra, privando o homem de sua capacidade primitiva de transformação. A separação entre energia e informação reduz a possibilidade de autorrealização do homem pelo trabalho, tornando-o vulnerável e sujeito à exclusão social.

Em sua crítica ao trabalho alienado imposto pelas relações de poder, Raffestin (1993) salienta:

Pode-se afirmar que, por esse mecanismo, os homens perderam sua capacidade original de transformação, que passou para as organizações. A distinção drástica entre trabalho manual e trabalho intelectual não é nada mais que a expressão mais visível, mais corrente. A destruição da unidade-trabalho se realizou pela alienação, isto é, pelo fato de que os produtos do trabalho se tornam output cristalizados, de que se apropria uma organização específica que projeta seus trunfos estruturais para obter a equivalência forçada. Realizar a equivalência do não-equivalente é apropriar-se do trabalho sob múltiplas formas. (RAFFESTIN, 1993, p. 57).

O território, para o autor, é construído a partir do momento em que um determinado ator sintagmático se apropria de um determinado espaço, sem, necessariamente, no caso do sistema capitalista, que seja necessário dispor do trabalho ou energia. Assim, a definição de estratégias de territorialização, desterritorialização ou reterritorialização da mão-de-obra não parte da vontade própria dos atores em mobilidade. O fluxo se dá pela vontade do grande capital. É o que se depreende pela citação:

Há portanto um processo de desterritorialização da mão-de-obra, que viria do fato de que as multinacionais só raciocinam, para a sua estratégia, num espaço concreto caracterizado por um conjunto de propriedades e dados a serem preservados [...] Pode-se certamente pretender que as empresas que manipulam a informação e a energia têm, sem nenhuma dúvida, um efeito considerável sobre os fluxos de população. (RAFFESTIN, 1993, p. 93).

A territorialização abstrata do capital, leia-se multinacional ou transnacional, destoa da territorialização concreta da população. O autor entende que, enquanto uma população tem uma territorialização concreta e estável, com vínculos com todo um meio simbólico, o capital transnacional tem uma territorialidade abstrata e instável. Trata-se de uma relação dissimétrica para a população que, em troca de um salário, deve aceitar romper com o seu meio de enraizamento (RAFFESTIN, 1993).

Tanto o Estado quanto uma empresa têm estratégias para facilitar ou restringir a mobilidade da população. Entretanto, o Estado tem menos capacidade persuasiva devido ao seu discurso geral, vago ou despersonalizado. Uma empresa, apresentando uma informação

mais personalizada, como, por exemplo, informando valores salariais de um dado emprego, tem maior probabilidade de desencadear um processo de mobilidade ou de não mobilidade.

Se o território é uma produção que envolve relações que se inscrevem no campo do poder, nos termos propostos por Raffestin, ele pode ser apropriado a partir da produção de uma representação. Assim, qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território.

A produção do território se dá nas relações que se estabelecem entre os atores, formando o chamado “sistema territorial”. Segundo Raffestin (1993, p. 152-153), do Estado ao indivíduo, passando pelas empresas, em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que “produzem” o território. “[...] essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional”.

O sistema territorial produzido pelos atores é composto por tessituras, nós e redes. A tessitura, enquanto base ou substrato do território, tanto pode expressar o funcionamento no nível ótimo de um conjunto de atividades para uma população, tornando-se, portanto, algo desejado por um grupo, quanto pode expressar o controle da população. Nos limites das tessituras ou malhas, encontram-se os nós ou pontos que se ligam a outros, de modo a constituir redes. Os nós ou pontos acham-se distribuídos hierarquicamente de acordo com o poder dos diferentes atores por eles simbolizados. Por isso “[...] toda a rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes” (RAFFESTIN, 1993, p. 156-157).

Nas relações de poder estabelecidas nos territórios, sejam existenciais ou produtivistas, define-se a territorialidade. De acordo com o mesmo autor, a ideia de territorialidade tem sua origem nas ciências naturais, preocupadas em explicar a conduta de um ser vivo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie. Ele reconhece que esse debate naturalista se tornou menos polêmico ou mais consensual do que o da territorialidade humana. A discussão sobre territorialidade humana é mais complexa pelo número de variáveis determinantes de uma situação socioespacial. Para o autor, um dos elementos constituidores ou determinantes da territorialidade humana é a identidade espacial. Além disso, diz que a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal.

A ideia de apreensão e ocupação do espaço como pressuposto para a produção do território está também em Santos (2007), quando este autor afirma que:

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças... [...] o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. [...] O território é o fundamento do trabalho; o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2007, p. 13-14, grifo do autor).

Para Corrêa (1996), o conceito de território, a partir da noção de apropriação, tem duplo indicador. De um lado, a apropriação associa-se à ideia de controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, exercido por instituições ou grupos, sobre um dado segmento do espaço. Neste caso, o conceito vincula-se à geografia política ou geopolítica; por outro lado, a apropriação pode assumir um indicador afetivo. Para o autor, portanto, o território é entendido como o espaço revestido dos indicadores político/a e afetivo ou ambos (CORRÊA, 1996).

Haesbaert (2004) destaca a multidisciplinaridade conceitual de território. Segundo o autor, enquanto a geografia enfatiza a materialidade do território, em seus múltiplos indicadores (devendo necessariamente incluir a interação sociedade-natureza), a ciência política enfatiza sua construção a partir de relações de poder; a economia percebe-o como um fator locacional ou como uma das bases da produção; a antropologia destaca seu indicador simbólico; a sociologia enfoca-o a partir de sua intervenção nas relações sociais, e a psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. Ele afirma ainda que, embora reconheça a importância da conceituação de território a partir de quatro dimensões: a política, a cultural, a econômica e a natural, a definição de território irá depender, sobretudo, da posição filosófica adotada pelo pesquisador.

Pode-se dizer que,

[...] de qualquer forma, o território define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido. [...] Fica evidente a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e idealidade, numa complexa interação tempo-espaço. [...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2004, p. 78).

O conceito de território, numa perspectiva teórica clássica, não pode, portanto, ser separado da ideia de apropriação do espaço, seja qual for o indicador dessa apropriação: privado, coletivo, material, simbólico, político, econômico.

Nicolas (1996) enfatiza que a cada apropriação do espaço, uma nova lógica adquire conteúdo. Transforma-se o espaço ao se transformar a sociedade, com as atribuições de uma temporalidade particular que é a que vive a sociedade num dado momento. “Apropriar-se de um espaço é reconstruir sua lógica temporal” (NICOLAS, 1996, p. 85).

O autor considera a existência de três formas básicas de apropriação do espaço:

- a) espaço-tempo circular, apropriação tradicional ou dos povos primitivos;
- b) espaço-tempo linear, numa forma básica e progressista ou do capitalismo-fordista e
- c) espaço-tempo da simultaneidade – forma recente ou “pós-moderna”.

O espaço-tempo circular seria o das sociedades tradicionais, quando as transformações resultam da sobreposição de tempos. Em outras palavras, o novo não ofusca totalmente o velho ou o anterior, ou seja, é um modelo no qual a permanência e a repetição se constroem a partir da apropriação imutável (transformação muito lenta do espaço).

O espaço-tempo linear seria o da modernidade, do relógio, da história. Ele permite o recriar, procurando apagar a temporalidade anterior. É próprio do capitalismo fordista. É concebido dentro de uma visão desenvolvimentista. Busca-se aqui a recriação do espaço e não a adaptação de novas formas ao velho. Para tanto, o recurso do suporte tecnológico é fundamental. Impera, nesse caso, a lógica fordista da dominação do espaço e expansão sobre o tempo, do que resultou a internacionalização.

O espaço-tempo da simultaneidade resulta da nova concepção de espaço-tempo, trazida pelos avanços tecnológicos, mudando a lógica fordista. É a simultaneidade no espaço que cria as condições para a mundialização.

Haesbaert (2004) distingue três grandes indicadores sociais a partir dos quais a desterritorialização é tratada, mesmo que não se adote um critério de rigidez estruturalista em sua separação, são eles: os indicadores econômico, político e simbólico ou cultural.

A análise conceitual de território, a partir da geografia crítica, efuta a ideia de território enquanto espaço pré-concebido, sugerindo que ele compreende ao mesmo tempo forma e conteúdo. Como forma, o território é o espaço concreto, físico; como conteúdo, é o espaço objetivamente apropriado pelo homem, usado, construído, enfim, o território é o espaço habitado fazendo parte de uma totalidade em constante movimento (Santos, 2004).

Schneider (2004) discute o conceito de território na perspectiva do desenvolvimento rural, atribuindo, portanto, a adequação de seu uso a finalidades normativas e práticas, isto é,

para além do campo acadêmico. Ademais, o autor destaca que a emergência da abordagem territorial está ligada ao esgotamento ou desgaste teórico e prático da abordagem regional. Para este autor, o novo cenário vislumbrado no Brasil, a partir da globalização, sobretudo no pós 1990, criou o território como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas, em substituição à região. E acrescenta:

Neste cenário, ganham destaque iniciativas como a descentralização das políticas públicas; a valorização da participação dos atores da sociedade civil, especialmente ONGs e os próprios beneficiários; a redefinição do papel das instituições; e cresce a importância das esferas infranacionais do poder público, notadamente as prefeituras locais e os atores da sociedade civil. (SCHNEIDER, 2004, p. 102).

Território nessa perspectiva é entendido como o espaço que pode induzir ao desenvolvimento a partir de processos endógenos, independentes ou pouco dependentes de fatores externos: “[...] não há determinismo de qualquer ordem ou evolução predeterminada, pois a viabilização dos atores e dos territórios dependerá do modo particular e específico de cada tipo de interação, das decisões e racionalidades” (SCHNEIDER, 2004, p. 105).

O autor lembra que o uso conceitual de território pela geografia tem atendido antes de tudo às finalidades heurísticas e analíticas, porém isso não impede que seja utilizado para fins políticos e práticos. Todavia, alerta que: “[...] cabe aos usuários explicitar em que sentido recorrem ao território, se conceitual ou normativo ou ambos ao mesmo tempo” (SCHNEIDER, 2004, p. 107).

Em torno do debate sobre desenvolvimento rural, Kageyama (2008) se alia a outros autores das ciências sociais, focalizando, também, o rural em uma perspectiva territorial, salientando que “[...] a essência da noção de rural é territorial ou espacial, não podendo ser identificada com setor de atividade nem com mercado enquanto *locus* de transações mercantis específicas” (KAGEYAMA, 2008, p. 29). Na perspectiva da autora, a centralidade da discussão sobre o conceito de território rural impõe percebê-lo enquanto espaço de vida e não apenas de produção.

Discutindo a construção social de territórios frente à globalização hegemônica, Flores (2003) admite que contemporaneamente diversos territórios vêm se desenvolvendo, tanto na Europa quanto no Brasil, como mérito de políticas públicas. O território é abordado pelo autor sob o prisma do desenvolvimento local-regional, em que as relações de troca no mercado de produtos, que apresentam expressões culturais típicas, se abrem como perspectivas

interessantes de consumidores de diferentes regiões. Ao se referir a essas peculiaridades locais-regionais ou expressões culturais típicas de certas localidades, o autor salienta que existe uma relação entre território e identidade coletiva. Para além da visão meramente econômica, o conceito de identidade coletiva remete à ideia de grupo de pertencimento cultural.

Portanto, o território corresponderia a um espaço geográfico marcado por expressões econômicas típicas e por uma identidade coletiva que se constrói e reconstrói constantemente nas relações sociais que se estabelecem. Assim, o conceito de identidade passa a ser determinante no processo de construção de territórios.

A ideia de identidade coletiva como demarcadora de limites territoriais transparece na obra de Flores (2003), quando o autor afirma que:

O território passa a representar os limites físicos compreendidos por uma determinada identidade, cujas fronteiras foram construídas socialmente. Por isso mesmo, a formação dos territórios é um processo de construção, identificada com os limites construídos pelas coletividades envolvidas, onde a identidade é uma manifestação relacional. A partir da forma de relação entre os grupos ou comunidades, é que se pode compreender o fenômeno identitário. No caso dos territórios, se agrega à identidade construída, o componente espaço geográfico. (FLORES, 2003, p. 90).

O autor ainda ressalta a importância da construção social de territórios como delimitadores de identidades coletivas com bases geográficas, enquanto estratégia de fortalecimento do multiculturalismo como contraponto à globalização hegemônica, com o propósito de apoiar a construção de uma cidadania planetária. Para a efetivação dessa proposta, ele evoca a necessidade de políticas públicas baseadas nas mobilizações comunitárias e na intensa participação democrática. Assevera que iniciativas no sentido da construção social de territórios já se fazem sentir no Brasil, seja partindo da sociedade civil ou de organizações do Estado ou paraestatais. Porém, reconhece a falta de tradição democrática do Brasil, o que poderá ser um fator limitador.

Fazendo coro com a maioria dos teóricos que abordam o assunto, Balanza (2001) sugere que o território deve ser entendido como uma realidade multidimensional. Múltiplas visões se imbricam e por vezes se contradizem, conjugando níveis estáticos e dinâmicos, graus de rigidez e de flexibilidade conceitual, funcionalidades e institucionalidades. Quando se trata de conceituar o território ou a apropriação territorial em geral, deve-se ter em conta

que se está fazendo referência a múltiplas realidades, em diferentes níveis e significações. O território concebido num nível estático e abstrato pode ser encontrado no âmbito do Estado Nacional, em suas várias instâncias de poder institucional (no caso brasileiro, Federal, Estadual e Municipal). Neste caso, ele se torna o substrato da institucionalidade no cenário político-administrativo. Por outro lado, há que se considerar, também, o território concebido em um nível dinâmico e flexível, a partir de múltiplas visões ou racionalidades. É o caso da visão do indígena sobre território, baseada na ideia de territorialidade étnica ou de pertencimento e não fundada no indicador funcional-desenvolvimentista (BALANZA, 2001).

Referindo-se à realidade socioétnica rural de seu país, a Bolívia, o autor sugere que o Estado deve:

*Modificar su lectura de la territorialidad con la perspectiva de una territorialidad múltiple, producto de formaciones históricas diversas y heterogéneas, con cierto grado de imaginación y flexibilidad de acuerdo a las realidades locales. De similar manera una política de desarrollo rural debe ser lo suficientemente flexible y autónoma para definir prioridades diferenciadas e intersectoriales como consecuencia de las diferentes lógicas territoriales. (BALANZA, 2001, p. 6-7).*

Percebe-se que o pensamento do autor flui para o entendimento de que as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial rural devem ser direcionadas ao atendimento de necessidades múltiplas, em face das realidades locais múltiplas, tal como se pretende mostrar nesta tese. Reconhecer a multiplicidade de formatos sociais rurais é reconhecer ou levar em consideração os diferentes processos históricos de formação do habitante rural e de suas comunidades.

Como visto até aqui, a maioria dos autores que têm se ocupado em discutir a heurística sobre território reconhecem sua multidisciplinaridade conceitual e o concebem como sendo *um lugar*, seja espaço de exercício do poder (físico, econômico ou simbólico), seja espaço normativo, de pertencimento (em um indicador cultural) ou de vida.

Sob o ponto de vista exclusivamente da geografia clássica, o território é entendido enquanto espaço demarcado ou delimitado, com suas fronteiras definidas por contratos ou acordos, onde se exerce a soberania. Por isso, essa geografia menospreza ou pouca importância dá às dinâmicas desreterritorializadoras como foco de análise. Em outras palavras e como exemplo, a vida do nômade nunca despertou muito o interesse da geografia clássica. Partindo de uma discussão filosófica sobre território e destoando da concepção geográfica

clássica, Deleuze e Guattari (1997, p. 128) deixam muito clara a percepção de território enquanto espaço de pertencimento imaginado ou pensado: “se for preciso tomarei meu território em meu próprio corpo”. Estar territorializado para esses autores é fazer parte de uma comunidade constituída por um conjunto de agenciamentos e por redes específicas de relações sociais. Isso sugere que o processo de desterritorialização e reterritorialização faz parte do cotidiano das pessoas. Estar territorializado é sentir-se incluído em um espaço de agenciamentos, é manter-se junto de elementos heterogêneos. Sob esta ótica, o território é entendido como aespacial.

Os autores discutem a territorialização a partir da ideia de agenciamento. O desejo é o que move ou faz as pessoas tomarem decisões. Assim, o desejo cria territórios, pois ele cria uma série de agenciamentos - agenciamento comporta componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica, quanto social, maquínica, imaginária (HAESBAERT; BRUCE, 2002).

Os autores discutem o território a partir da territorialidade dos animais. Em relação aos animais, podemos perceber a importância de atividades que consistem em formar territórios (o canto do pássaro que atrai a fêmea é um delimitador de território) ou em abandoná-los ou mesmo em refazê-los (a casa do João de Barro, abandonada por algum motivo). Ao contrário destes animais, que vivem em um território específico, o homem não tem um mundo, mas vive a vida de todo o mundo.

O conceito de território com o qual se trabalha nesta tese remete à ideia de ambiente de um grupo, constituído por padrões de interações, onde ele assegura uma certa estabilidade e localização. Assim, há uma diferenciação entre a percepção do índio e do colono acerca da territorialização, embora o primeiro já possa estar integrado no mesmo contexto sociocultural do último. Deleuze e Guattari (1997) estabelecem uma diferenciação entre as sociedades capitalistas e as sociedades pré-capitalistas. Enquanto as sociedades capitalistas modernas possuem uma segmentaridade dura, uma máquina despótica que disciplinariza e desterritorializa os corpos, as pré-capitalistas, apresentando mais flexibilidades, criam outras relações com a terra, constituindo uma dinâmica de interdependências e complementaridades. Nessa perspectiva, é possível apreender que a definição de território induz a um debate a propósito de seu sentido, isto é, se diz respeito apenas a uma base espaço-físico-material sobre a qual a sociedade se reproduz ou é um fruto exclusivo de relações sociais ou de poder. Nesse aspecto podem ser encontradas divergências, como ressaltou Haesbaert (2007), desde aqueles que concedem à materialidade um papel acessório ou quase nulo diante das relações sociais até aqueles que colocam este substrato físico como mediador fundamental ou até determinante dessas relações sociais.

De qualquer forma, a importância de se considerar o sentido relacional do território nesta tese está no fato de que nela se considera e se valoriza a historicidade do território. Ele não pode ser entendido apenas pelo que apresenta visivelmente aos olhos e pelo papel que desempenha na atualidade, mas também pelo que esconde e representou no passado.

As relações sociais que marcaram determinada coletividade humana localizada no passado, centrada na razão do uso, evoluindo para as relações que passaram a marcar as coletividades contemporâneas, centradas na razão da troca e governadas pela ideologia do lucro ou pela lógica do dinheiro e da competitividade, hegemônica na atualidade, como denunciou Santos (2007), mostram que no território se definem e se redefinem as identidades dos indivíduos, assim como suas possibilidades de inclusão ou de exclusão, de afirmação ou de negação da cidadania. Essa particularidade se explora no tópico a seguir.

### **2.1.1 Territorialidade e Cidadania**

A territorialização, nos termos que se está propondo, pressupõe a conquista de um espaço que permita a realização pessoal ou a conquista de condições necessárias para tal. Entende-se, pois, que o território é, por si só, o substrato da realização da cidadania. O cidadão territorializado sente-se satisfeito a partir da garantia de que as condições objetivas para a sua reprodução social não lhes são negadas. Isto posto, sabe-se que a condição de cidadão reclama por direitos sociais. Um dos direitos sociais fundamentais é o de o cidadão poder viver em um determinado espaço onde possa se sentir territorializado. Considerando-se aqui a territorialidade como o sentimento de pertencimento e de compartilhamento de determinado espaço, neste tópico, discute-se a territorialidade enquanto condição para a efetivação da cidadania. Inicia-se com algumas considerações sobre o tema cidadania.

A cidadania, entendida dentro do marco conceitual clássico, pressupõe a conquista de direitos assegurados pelo Estado de direito. Defendendo a ideia de cidadão cosmopolita, Bobbio (1992) assevera que os direitos dos homens são históricos, pois surgem gradativamente a partir de lutas que buscam superar velhos poderes. À medida que a sociedade evolui, com os progressos técnicos e científicos, aumenta a capacidade do homem de dominar a natureza e os outros homens. Disso resultam novas ameaças e novos remédios. As ameaças são enfrentadas através de demandas de limitações de poder. Os remédios são

providenciados através da exigência de que o mesmo poder intervenha de modo protetor. Assim,

O desenvolvimento dos direitos do homem passou por três fases: num primeiro momento, afirmaram-se os direitos de liberdade, isto é, todos aqueles direitos que tendem a limitar o poder do Estado e a reservar para o indivíduo, ou para os grupos particulares, uma esfera de liberdade em relação ao Estado; num segundo momento, foram propugnados os direitos políticos, os quais – concebendo a liberdade não apenas negativamente, como não impedimento, mas positivamente, como autonomia – tiveram como consequência a participação cada vez mais ampla, generalizada e frequente dos membros de uma comunidade no poder político (ou liberdade no Estado); finalmente, foram proclamados os direitos sociais, que expressam o amadurecimento de novas exigências – podemos mesmo dizer de novos valores –, como os do bem-estar e da igualdade [...]. (BOBBIO, 1992, p. 32-33).

Amparado na filosofia da história, Bobbio (1992) ressalta o ideal kantiano que apregoa a evolução do homem rumo a um *telos*. Nesse particular, ele reforça a teoria kantiana que postula ser a liberdade um direito natural, ou seja, transmitido ao homem pela natureza e não por uma autoridade constituída. Assim, a busca por liberdade como autonomia traduz-se no primeiro direito de qualquer cidadão.

Embora reconheça a ambiguidade da história humana para quem se põe o problema de atribuir-lhe um “sentido”, na qual o bem e o mal se misturam, se contrapõem, se confundem, o autor assevera que a parte obscura da história do homem é bem mais ampla do que a parte clara. Porém, reconhece que uma face clara tem aparecido de tempos em tempos, ainda que por breve duração. Assim, saúda conquistas alcançadas contemporaneamente pela humanidade, como a supressão da escravidão, o surgimento de movimentos ecológicos, o interesse de partidos e governos pela afirmação, reconhecimento e proteção dos direitos do homem (BOBBIO, 1992).

Relativamente às condutas humanas, o autor lembra que o mundo moral surgiu como remédio ao mal que o homem pode causar ao outro. Encontrando-se num mundo hostil, tanto em face da natureza quanto em relação a seus semelhantes, o homem buscou superar as dificuldades, pelo aprimoramento de seus recursos para enfrentamento ou defesa. Assim, os mandamentos e as proibições constituíram os marcos reguladores de condutas contempladas em leis, tanto religiosas quanto políticas e civis. “Isso quer dizer que a figura deontica originária é o dever, não o direito” (BOBBIO, 1992, p. 56).

Os preceitos morais eram considerados originariamente mais do ângulo da sociedade do que do indivíduo. O preceito “não matar”, por exemplo, não tinha tanto “a função de

proteger o membro individual do grupo, mas de impedir uma das razões fundamentais do próprio grupo. Para que ocorresse a passagem do código dos deveres para o código dos direitos, era necessário inverter a moeda: o problema da moral devia ser considerado não mais do ponto de vista apenas da sociedade, mas também daquele do indivíduo” (BOBBIO, 1992, p. 57-58). Segundo o autor, foi no Ocidente, a partir da secularização da ética cristã pela via do jusnaturalismo que surgiu a doutrina filosófica que fez do indivíduo, e não mais da sociedade, o ponto de partida para a construção da doutrina da moral e do direito.

Para o mesmo autor, a consolidação da cidadania ocorre com a emergência do Estado de direito. A passagem do ponto de vista do príncipe para o ponto de vista do cidadão inverte a lógica da relação Estado-cidadão e da relação direito-dever. “No Estado absoluto, os indivíduos possuem, em relação ao soberano, direitos privados. No Estado de direito, o indivíduo tem, em face do Estado, não só direitos privados, mas também direitos públicos. O Estado de direito é o Estado dos cidadãos” (BOBBIO, 1992, p. 61).

Nas suas considerações conclusivas, Bobbio atém-se ao plano real contemporâneo de suas reflexões para dizer que se considera, por um lado, otimista em relação a certas conquistas da sociedade mundial, algumas contempladas em documentos de organismos internacionais (Declaração dos Direitos da Criança – 1959; Declaração sobre a Eliminação da Discriminação à Mulher – 1967; Declaração dos Direitos do Deficiente Mental – 1971), postulando que houve avanços nos direitos dos cidadãos. Por outro lado, diz-se pessimista, pois, não obstante as promessas de proteção dos direitos do homem, há um contraste entre “as declarações solenes e sua consecução, entre a grandiosidade das promessas e a miséria das realizações. [...] De boas intenções, o inferno está cheio” (BOBBIO, 1992, p. 63-64).

A afirmação da cidadania no Brasil tem a ver com a evolução das conquistas democráticas, cuja origem se encontra nas transformações político-ideológicas e culturais ocorridas na sociedade civil brasileira nos anos de 1970-80. Esse avanço é creditado aos movimentos sociais, deflagrados nesse período da história do Brasil e levados a termo graças a uma mudança nas concepções da esquerda brasileira em relação ao seu papel na sociedade brasileira, passando a apoiar tais movimentos.

De acordo com Dagnino (2000), até o começo dos anos de 1970, o marco teórico-conceitual das abordagens feitas pela esquerda latino-americana na análise das relações entre cultura e política baseavam-se nas premissas básicas derivadas do marxismo clássico. Por essas premissas, a primazia do conceito de ideologia contemplava um certo determinismo econômico, que retirava da cultura qualquer possibilidade de dinâmica própria. A cultura era considerada “uma mera expressão epifenomenal de uma essência econômica” (DAGNINO,

2000, p. 68). Segundo o mesmo autor, a mudança no pensamento da esquerda latino-americana no final de 1970 e anos de 1980 ocorre sob a influência da obra de Gramsci, cuja teoria sugere a substituição da estratégia revolucionária pela estratégia da subversão cultural da sociedade, como forma de chegar ao poder.

A inserção dos preceitos gramscianos no receituário da esquerda brasileira influenciou os movimentos sociais, tal como sublinha Dagnino (2000, p. 69): “Não é difícil visualizar como os conceitos gramscianos de hegemonia, sociedade civil, intelectuais orgânicos, vontade coletiva e reforma moral e intelectual proporcionaram meios adequados para a construção intelectual e a ação política no novo cenário”. A luta pela democracia, portanto, ganhou corpo, subsidiada por um novo quadro teórico da esquerda, tornando possível a construção da hegemonia pela sociedade civil. Por sua vez, “[...] a hegemonia, enquanto processo de articulação dos diferentes interesses necessários para construir uma vontade coletiva e alcançar um consentimento ativo, é ela mesma um processo de constituição de sujeitos” (DAGNINO, 2000, p. 69-73).

Os movimentos sociais, diante deste novo quadro teórico e político da sociedade brasileira, tornam-se forças capazes de produzir ou induzir as hegemonias. Sua capacidade de produzir novas visões de uma sociedade democrática, na medida em que identificam a ordem social existente como limitadora e excludente com relação a seus valores e interesses, levam a sociedade a propugnar por mudanças culturais consideradas essenciais no processo de democratização. Como exemplos, podem ser citados o movimento feminista, de homossexuais e de negros.

Os movimentos sociais acabam por oferecer uma visão ampliada da noção de democracia e de direitos, a partir da apropriação da noção de cidadania. O alcance da supressão de carências e de necessidades, a obtenção de novos olhares, a luta pelo direito à igualdade e à diferença, “encontrou claro apoio na noção redefinida de cidadania” (DAGNINO, 2000, p. 83).

A partir dos anos de 1990, o uso do termo “cidadania” pela sociedade brasileira generalizou-se. Subjacente aos discursos e às práticas dos movimentos sociais e de alguns partidos políticos, a expressão cidadania aparece de forma recorrente nas campanhas de solidariedade, veiculadas pela grande mídia, voltadas para a mobilização da classe média, inclusive em setores do empresariado progressista. Dessa forma, o termo cidadania se generalizou, com sentidos e intenções obviamente diferentes.

Ao se enfatizar a noção de cidadania como uma estratégia política de conquista de direitos, ressalta-se seu caráter de construção histórica, expressando interesses e práticas que,

*a priori*, não são definidas por uma essência universal dada. Nesse sentido, observa-se que a noção de cidadania se define e redefine de acordo com “[...] a dinâmica dos conflitos reais e da luta política vivida por uma sociedade em particular em um momento histórico dado” (DAGNINO, 2000, p. 86).

Em sua reflexão sobre as transformações dos discursos e práticas ocorridas na esquerda latino-americana nos anos de 1970-80, Dagnino destaca o surgimento do que convencionou chamar de “nova cidadania”, como um avanço político e cultural na sociedade brasileira. Ao contrário das concepções de cidadania que se vinculam às estratégias das classes dominantes e do Estado, pelas quais os chamados excluídos obtêm a conquista gradual de direitos de forma paternalista, a nova cidadania reclama por sujeitos sociais ativos. Essa nova cidadania se expressa no despertar dos cidadãos em relação a seus direitos e se consolida nas lutas por seu reconhecimento. Mas, a nova cidadania não propugna apenas a conquista formal e legal de um conjunto de direitos, mas, também, a ampliação de seu alcance:

A nova cidadania é um projeto para uma nova sociabilidade: não somente a incorporação no sistema político em sentido estrito, mas um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis, inclusive novas regras para viver em sociedade (negociação de conflitos, um novo sentido de ordem pública e de responsabilidade pública, um novo contrato social, etc.). [...] Esse tipo de projeto questiona não somente o autoritarismo social como modo básico de ordenamento social no Brasil, como também os discursos neoliberais mais recentes, que estabelecem o interesse privado como medida de tudo, negando a alteridade e, portanto, obstruindo as possibilidades de uma dimensão ética da vida social. (DAGNINO, 2000, p. 88-89).

Empiricamente, em um estudo sobre democracia e cidadania, a autora concluiu que o autoritarismo social como modo cultural dominante nas relações sociais constituía-se em uma das questões centrais em torno das quais se organizava a luta dos movimentos sociais pela cidadania no Brasil dos anos de 1990. A falta de respeito, a discriminação social e os preconceitos eram então fatores limitadores da cidadania, segundo a percepção dos entrevistados, escolhidos dentre participantes de vários movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores. (DAGNINO, 2000, 89-95).

A territorialidade, como pressuposto para o exercício da cidadania, supõe que o território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido, no seio do qual um sujeito se sente em casa. Seguindo o pensamento filosófico deleuze-guattariano, o território de um cidadão pode conter inúmeros outros territórios. No caso específico de um

agricultor familiar que preserva aspectos de tradicionalidade ou campesinidade, poder-se-ia dizer que ele vive um contínuo processo de desreterritorialização. Habita o território da casa, com seus agenciamentos familiares específicos; o território do vizinho; o território da capela comunitária, do clube social, etc. A condição de territorializado é, portanto, a do sentir-se territorializado. Não é necessariamente a do estar confinado num espaço definido por limites geográficos e de poder, por isso a discussão sobre territorialização, desterritorialização e reterritorialização deve abarcar também a temática da cidadania.

Para Santos (2007), no sistema capitalista, o território é o campo onde se trava a luta entre o capital, que busca territorializar-se sempre e cada vez mais em condições mais favoráveis para sua reprodução, e o trabalhador, que busca a afirmação de sua cidadania. Ele defende que a questão da cidadania deve estar aliada à cultura e ao território. Diz que “o modelo cívico forma-se, entre outros, de dois componentes essenciais: a cultura e o território” (SANTOS, 2007, p. 17).

Em relação ao conceito de cidadania, Santos postula que ele se forma a partir da cultura de cada povo: “[...] a cidadania, sem dúvida se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. [...] A cidadania pode começar por definições abstratas, cabíveis em qualquer tempo e lugar, mas para ser válida deve ser reclamada” (SANTOS, 2007, p. 20). Não há como definir, *a priori*, princípios determinantes de cidadania, pois as ideias de bom/ruim, certo/errado, normal/anormal são carregadas de subjetividade. Entretanto, o autor elege a busca pela liberdade como fator de aproximação das diferentes culturas, pois: “Os homens, pela sua própria essência, buscam a liberdade. Não a procuram com a mesma determinação porque o seu grau de entendimento do mundo não é o mesmo. As sociedades, pela sua própria história, são mais ou menos abertas às conquistas do homem” (SANTOS, 2007, p. 20).

Santos (2007) reconhece ainda que a cidadania foi conquistada por meio de um intenso processo de lutas travadas em diversos países. Ademais, postula que as formas de cidadania teriam evoluído com a modernidade. Da condição de membro da sociedade nacional no século XVII, o homem conquistou o direito de associação no século XIX, até que fossem consolidados os direitos sociais em pleno século XX. Entretanto, a cidadania não se consolidou em todos os países de forma igualitária. Além de ter sido atrofiada pelo neoliberalismo, tornou-se uma farsa no Terceiro Mundo e particularmente no Brasil.

Em relação ao caso brasileiro, o autor diz que houve um processo histórico de elaboração do “não cidadão” pela combinação de várias causas, ao mesmo tempo revolucionárias e dissolventes, por isso diz que se trata de um caso bastante singular:

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da busca da ascensão social. (SANTOS, 2007, p. 25).

Relativamente às migrações ditas “espontâneas” ou “autônomas” (ou não compulsórias), nos termos propostos por Raffestin, entende-se que elas devam ser encaradas do ponto de vista humano, na medida em que elas se dão pela ausência de direito a um entorno permanente.

Cada vez mais, no Brasil, as pessoas mudam de lugar ao longo da existência; o número dos que vivem fora do lugar onde nasceram aumenta de ano para ano, de um recenseamento a outro. Condenar os indivíduos à imobilidade seria igualmente injusto. Mas as migrações brasileiras, vistas pelo ângulo da sua causa, são verdadeiras migrações forçadas, provocadas pelo fato de que o jogo do mercado não encontra qualquer contrapeso nos direitos dos cidadãos. São, frequentemente, também migrações ligadas ao consumo e à inacessibilidade a bens e serviços essenciais. (SANTOS, 2007, p. 60).

Para Santos (2007), a exclusão do direito de acesso aos bens e serviços essenciais, representa o fator de mobilidade das pessoas. No caso dos agricultores migrantes, o autor elege o latifúndio e a mentalidade capitalista arraigada nas pessoas, como fatores que freiam o processo de reforma agrária. Dessa forma, para o autor, a migração de agricultores ou a mobilidade autônoma resulta da exclusão do acesso à terra e às tecnologias. A territorialidade rural, no contexto da modernização capitalista brasileira, considerando a realidade fundiária e a existência de milhares de camponeses sem-terra, depende de uma política de reforma agrária que atenda às pressões de um significativo segmento social brasileiro pelo direito de trabalhar.

Em sua crítica à sociedade de massa contemporânea, o mesmo autor proclama a busca pela desalienação como pressuposto para o alcance da cidadania, elegendo como fundamental o fortalecimento das relações entre os homens e um distanciamento entre sujeito e objeto. Diz que “a alienação, como fábrica de enganos, se robustece e se alastra, num mundo em que os homens pouco se comunicam pela emotividade e se deixam mover como instrumentos” (SANTOS, 2007, p. 70). Acrescenta ainda que a individualidade, sufocada pela busca do êxito

a qualquer preço, impede a busca de valores. Porém, postula que a individualidade não morre, apenas adormece. O acordar da individualidade leva o sujeito a recusar-se a reproduzir comportamentos considerados *a priori* como ‘corretos’, que são impostos pela sociedade de massa, tal como o autor esclarece:

Fábrica de preconceitos, essa natureza inferior que mutila a consciência do homem e cria a submissão aos mecanismos de manipulação, o cotidiano é também o lugar da descoberta. Aí o homem se recusa a reproduzir como certos os comportamentos da sociedade de massa. A conformidade com as regras de um jogo em que a própria sobrevivência biológica deixa de ser conformismo. Os instintos segundos, inspirados pela sua existência no mundo, que ele agora enxerga mais claramente, tomam o lugar dos instintos primeiros, ditados pelo imediatismo e a fragmentação que provoca. (SANTOS, 2007, p. 71-72).

Como já referido neste capítulo, a territorialidade humana está ligada a uma identidade espacial. Assim sendo, o espaço pode tornar-se lugar de alienação ou de negação da cidadania para aqueles que, forçados a migrar, instalam-se em territórios estranhos, desprovidos de condições materiais e simbólicas capazes de operar a inserção cultural e econômica dos migrantes. Santos é categórico ao afirmar que “quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja a memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (2007, p. 81). O autor entende que existem correlações tanto entre cidadania e cultura quanto entre cultura e territorialidade:

Assim como cidadania e cultura formam um par integrado de significações, assim também cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos. [...] Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento. É por isso que as migrações agredem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar. Desterritorialização é frequentemente uma outra palavra para significar alienação, estranhamento, que são, também, desculturização. (SANTOS, 2007, p. 81-82).

Entretanto, a migração pode conter o germe da mudança. O autor reconhece que o novo meio pode despertar para uma adaptação com uma mudança na territorialidade e cultura:

O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida. (SANTOS, 2007, p. 83).

O novo espaço pode tornar-se o lugar da cidadania quando o “novo homem” for capaz de construir sua nova territorialidade. A citação, a seguir, é emblemática e expressa bem o significado do processo de reconstituição-reconstrução da territorialidade de um migrante:

Para mim, a terra natal não é exatamente o lugar onde nossos mortos estão enterrados; é o lugar onde temos as nossas raízes, onde possuímos nossa casa, falamos nossa linguagem, pulsamos os nossos sentimentos mesmo quando ficamos em silêncio. É o lugar onde sempre somos reconhecidos. É o que todos desejamos, no fundo do nosso coração: sermos reconhecidos e bem recebidos sem nenhuma pergunta. (LENZ apud SANTOS, 2007, p. 83).<sup>1</sup>

Se a migração pode significar alienação ou cidadania incompleta, em situações em que o migrante é forçado a migrar porque não tem outras escolhas, o contrário também deve ser dito, isto é, a não migração das pessoas em certas circunstâncias pode significar sua condenação ao empobrecimento dia a dia ou a viver em contextos socioculturais hostis. Santos (2007, p. 111) explicita bem o que se está querendo dizer quando afirma que “[...] se uma cidade... cria condições para o empobrecimento da sua população, a esse empobrecimento escapam unicamente os que forem capazes de mobilidade social ou de mobilidade geográfica”. Em outras palavras, o autor aponta que não se deve considerar a pobreza apenas sob a ótica espacialista, mas também sob a ótica da acessibilidade e das condições individuais.

Na mesma direção do pensamento de Santos, Haesbaert (2004) ressalta que a mobilidade espacial pode ser uma estratégia de superação da pobreza, por permitir a “reterritorialização cidadã”, no contexto da sociedade contemporânea:

---

<sup>1</sup> O autor faz referência a LENZ, S. *The Heritage*. New York: Hill and Wang, 1985.

É importante lembrar que o simples fato de o pobre desterritorializado ter a opção da mobilidade, ou, em outras palavras, de migrar, pode lhe garantir uma espécie de capital espacial frente àquele que permanece lá onde foi desterritorializado, tamanho o valor dado pela sociedade contemporânea ao movimento, à fluidez, à ideia ou perspectiva de mudança e, mais do que isto, à possibilidade de acessar e/ou de acionar/recriar diferentes territórios. (HAESBAERT, 2004, p. 251).

A territorialidade do “homem-cidadão” se efetiva na contemporaneidade de forma cada vez mais imbricada com sua situação social e em fusão com a geográfica. Efetivamente, o homem, enquanto produtor e consumidor, depende de instâncias detentoras de poder de decisão e administração, de fontes de informação e de acessibilidades capazes de oferecer-lhes as condições materiais para a sua reprodução social. A carência de tais condições o impedem de ter acesso a melhores mercados e a trabalhos melhor remunerados.

Nesse sentido, Gehlen (2006, p. 266) discorre acerca do tema cidadania, incluindo-o no debate sobre território e identidade. Sua tese se aproxima daquela de Santos, pois afirma que a cidadania se “referencia na sociedade histórica a qual cada um pertence e na totalidade nacional, segundo normas por esta estabelecida”. Após destacar a evolução da cidadania em vários contextos sociais mundiais e em vários momentos históricos, desde a Antiguidade Clássica (Grécia e Roma) até a Europa Moderna ou burguesa, passando pela Europa Medieval e Feudal, o autor discorre sobre a evolução dos contextos e dos contratos sob os quais se afirmavam a identidade e a cidadania. De acordo com ele, a cidadania se afirma como um direito público, porém sob contrato negociado em que o trabalho e o compromisso político entram como moeda de troca, ou seja, em troca da liberdade no território, do acesso ao saber universal e aos bens comuns.

As postulações dos autores referidos neste tópico induzem a se pensar que existe uma correlação entre cidadania, cultura e território. De acordo com os preceitos da modernidade ocidental, o trabalho remunerado dignamente territorializa o cidadão ao possibilitar-lhe a aquisição dos bens materiais de que necessita.

Segundo Gehlen (2006), se o trabalho na antiguidade era atributo do não cidadão, por sua penosidade e desprestígio social, o avanço da modernização ocidental e a Revolução Industrial atribuíram ao trabalho a centralidade ética e econômica do ser humano, impondo à gestão do trabalho sua subordinação ao tempo. Ademais, “a ascensão da burguesia politizou e positivou o conceito de igualdade e de trabalho” (GEHLEN, 2006, p. 267).

O autor reforça a relação entre cidadania e identidade ao se referir ao contexto social criado pela globalização. A identidade que se oferece como possibilidade de dar um sentido

ao cotidiano, reivindicada por alguns movimentos sociais, aquela que valoriza a cultura local, passa a ser enviesada por outras identidades, induzindo a aceitação das diferenças frente à globalização.

A afirmação da cidadania dá-se quando a territorialização não se torna excludente, isto é, uma territorialização parcial, em que faltam aos que buscam territorializar-se, além das condições para sua reprodução social, o reconhecimento de seu papel e de suas identidades por parte da sociedade global. Referindo-se especificamente à territorialização de agricultores familiares no atual contexto da modernidade, o autor afirma que,

É a partir das lutas sociais de resistência, de reivindicações ou de produção de políticas específicas para o desenvolvimento rural que a autoestima dos agricultores, sobretudo os familiares, se afirma. O agricultor familiar se territorializa e passa a recusar ser identificado por termos com os quais não se identifica, tais como: camponês, colono ou trabalhador rural. Em alguns lugares recriou o sentido original do termo colono por razões mercadológicas, especialmente turísticas. Em outros, como na região cerealeira, os “antigos” colonos recusam este termo e o substituem por familiar, empresário agrícola, ou pela identificação profissional: fumicultor, sojicultor, avicultor, etc. (GEHLEN, 2006, p. 277).

Porém, há que se ressaltar que a territorialização de um agricultor, enquanto condição para a definição identitária pela afirmação de sua autoestima, leia-se cidadania, sugere a necessidade de um espaço que permita o reestabelecimento de condições de reprodução não apenas do agricultor enquanto um ente inserido nos circuitos de mercantilização, como normalmente é pensado pelos fazedores de políticas públicas de desenvolvimento e por alguns estudiosos do desenvolvimento rural, mas também de seu *ethos*. Dito de outra forma, acredita-se que a territorialização de um agricultor familiar envolve o estabelecimento de redes de relações sociais – parentais e de vizinhança que acompanham, mas que por vezes ultrapassam, a instância do econômico. Assim, a perda destes referenciais pode induzir ao abandono do rural, ainda que as condições materiais mínimas para a reprodução social sejam mantidas.

## 2.2 TEORIA DA RACIONALIDADE

A etimologia da palavra racionalidade encontra no latim sua raiz, na palavra *ratione*, razão, que significa raciocínio. A origem da racionalidade situa-se no horizonte histórico, na evolução do pensamento filosófico antigo, que proporcionou o rompimento entre mito e razão, a partir de questionamentos e reflexões sobre os fenômenos naturais. Essa nova concepção de conhecimento tem sua matriz nos filósofos sofistas da antiguidade clássica – tendo Protágoras (487-420 a.C.) como um dos principais expoentes – que fazem uma crítica à mitologia tradicional e centram no homem e nas suas necessidades o foco de suas preocupações. Na mesma época, o filósofo Sócrates, através da sua maiêutica<sup>2</sup>, induzia as pessoas à busca da verdade pela investigação e descoberta do próprio homem. Assim, tornou-se famosa a frase: “Conhece-te a ti mesmo”. A partir de Sócrates, o pensamento filosófico dominante até o século XVII se pauta na busca pela separação entre conhecimento falso e verdadeiro (SOUZA et al., 2003).

Nos séculos XVII e XVIII, o Iluminismo surge como movimento que busca substituir o pensamento religioso-teocêntrico, até então hegemônico, pelo pensamento racional. A libertação do homem guiado pelas crenças e sua emancipação pela razão compunha o ideário dos filósofos iluministas. A filosofia do Iluminismo busca universalizar a forma de existência conduzida em conformidade com a razão, antes propriedade de alguns.

A racionalidade concebida enquanto meio de libertação do homem, postulada pelos primeiros pensadores iluministas, no entanto, volta seu foco para a ciência e a técnica, e a razão libertadora torna-se instrumental, isto é, passa a estar a serviço de fins imediatos, sob a égide do cálculo. Inici-se assim a modernidade racionalista.

No começo do século XX, Weber, centralizando seu foco de análise no capitalismo e na moderna sociedade de massa, produz uma importante teoria sobre a racionalidade, a partir da ideia de ação social e relação social, estabelecendo uma dicotomia entre racionalidade voltada para o cálculo ou instrumental e racionalidade voltada ao valor ou substantiva. No próximo tópico, se tecem algumas considerações sobre a teoria da racionalidade weberiana.

---

<sup>2</sup> Método da dialética que tentava, através de perguntas, induzir as pessoas a buscarem a verdade.

## 2.2.1 A Racionalidade em Weber

Como já referido na introdução, a base do pensamento weberiano repousa em sua convicção sobre o caráter mutável e individualista das manifestações da vida humana. Assim, ele nega a existência de leis universais que expliquem os fenômenos sociais. Para ele, os fatores sociais devem ser analisados como fenômenos culturais "historicamente significativos", pois "a realidade empírica é cultura a nossos olhos porque e tanto que nós a elevamos a ideias de valor" (WEBER, 2005, p. 92). Weber, portanto, parte da visão de homem histórico, capaz de agir racionalmente e estando inserido em um mundo no qual seu destino depende de uma multiplicidade de fatores causais e não em um fator único, como sugeria Marx (WEBER, 1971, p. 64). Como indica Carvalho (2004, p. 51), "[...] o que para Marx é determinação econômica, para Weber é interesse, isto é, o fato de o homem atribuir um sentido à vida, de ser racional" é o que determina o seu comportamento. Assim, para Weber o essencial é entender o sentido das ações dos indivíduos e não apenas o seu aspecto exterior destas ações. Passa então a postular acerca da própria teoria da ação social.

### 2.2.1.1 Ações sociais

A partir da sociologia compreensiva, reafirmando seu caráter individualista, Weber busca compreender a "ação social" enquanto carregada de sentido. A ação social orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro (WEBER, 1991, 2009). Os outros podem ser indivíduos ou multiplicidade indeterminada de pessoas. Nesse caso, o pensador sugere que o comportamento individual é orientado pelas ações dos outros, sejam econômicas, religiosas ou outras. O campo científico, para o autor, deve, pois, dar conta ou interessar-se apenas com o indicador dos fenômenos sociais que possam traduzir-se em ações. Por esse viés, ele destaca a multiplicidade de fenômenos sociais nas relações dos homens, o que sugere a impossibilidade do estabelecimento de axiomas que possam explicar de forma homogênea e universal o comportamento humano.

Weber (2009, p. 45-46) estabelece quatro tipos de ação social (sem pretender uma segmentação rígida):

- a. **Ações de modo racional referentes a fins:** têm fundamentalmente características racionais. São escolhas tomadas, segundo seus fins, após terem sido examinadas as consequências previsíveis, os custos e os benefícios. A compreensão se dá pelas evidências, de modo que o grau máximo de evidência se situaria neste tipo de ação. São ações desenvolvidas/efetivadas, em relação a expectativas de outras pessoas, utilizadas como “condições” ou “meios” para se alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente como o sucesso. São também ações motivadas por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior. Trata-se de um tipo de ação racional considerado ideal e mais apropriado.
- b. **Ações de modo racional referentes a valores** são ações movidas ou suscitadas pelos valores dos sujeitos, sem que se leve em consideração as consequências; tais como: crença em valores éticos, estéticos e religiosos.
- c. **Ações afetivas:** respondem a sentimentos, sem referência ao racional, movidas por afetos ou estados emocionais atuais: “[...] age de maneira afetiva quem satisfaz sua necessidade atual de vingança, de gozo, de entrega, de felicidade contemplativa ou de descarga de afetos (seja de maneira bruta ou sublimada)”. (WEBER, 1991, p. 15).
- d. **Ações tradicionais:** são aquelas que se realizam segundo valores adquiridos da sociedade, equivalem aos ritos, às normas de comportamento social (baseiam-se no hábito; estão na fronteira do que pode ser considerado como ação).

Não há uma relação direta entre os tipos de ação social e os tipos de racionalidades propostos por Weber. Para o autor, enquanto as ações sociais em relação a fins e as ações em relação a valores são consideradas racionais, as afetivas e as tradicionais seriam irracionais.

Ademais, o autor ressalta que se tratam de tipos puramente conceituais, construídos para fins de análise sociológica e que, portanto não se encontram na realidade de forma pura; em geral, os quatro tipos de ação misturam-se ou manifestam-se de maneira aproximada nas relações humanas. Isso significa que sua observância depende da interpretação do comportamento das pessoas e do estabelecimento de um parâmetro de comportamento “ideal”. Assim, para Weber, o comportamento será considerado racional quanto mais se aproximar do ideal típico racional em relação a fins, e será concebido como irracional quanto mais se distanciar deste tipo.

Quanto às ações sociais racionais que mais interessam nesta pesquisa, ressalta-se que Weber vincula a racionalidade formal à ação social racional em relação a fins, e a

racionalidade substantiva ou material à ação social racional em relação a valores. Weber (1991) deixa isso explícito ao fazer referência à gestão econômica:

Chamamos racionalidade formal de uma gestão econômica o grau de cálculo tecnicamente possível e que ela realmente aplica. Ao contrário, chamamos racionalidade material o grau em que o abastecimento de bens de determinados grupos de pessoas (como quer que se definam), mediante uma ação social economicamente orientada, ocorra conforme determinados postulados valorativos (qualquer que seja sua natureza) que constituem o ponto de referência pelo qual este abastecimento é, foi ou poderia ser julgado. (WEBER, 1991, p. 52).

A noção de regularidade comportamental é central no entendimento de racionalidade em Weber, isto é, para que um comportamento seja considerado racional em relação a fins, espera-se que seja guiado por uma racionalidade regular. Em outras palavras, para explicar processos irracionais é preciso antes interpretar como seria o comportamento "no caso limite ideal típico racional com relação a fins e racionalidade regular".

Na análise crítica que faz da teoria da racionalidade em Weber, na obra com o sugestivo título *Max Weber: Entre a paixão e a razão*, Saint-Pierre (1991) afirma que a teoria da ação social weberiana é tipológica e desenvolvida em termos de probabilidade. Ele sugere que Weber, ao conceber a separação entre ações racionais e irracionais, admite que as racionais em relação a fins sejam típicas ideais. Ao fazê-lo, estabeleceu uma escala de probabilidades de resultados. Dito de outra forma, para que se possa chegar a uma explicação causal correta, é necessário que se conheça de antemão tanto o ambiente externo, quanto o motivo que leva um sujeito à ação. O autor sugere ainda que: “Assim apresentados, os modos de ação social constituem um jogo de tipos ideais de ação dos quais os cientistas sociais poderiam se aproveitar para o conhecimento e ordenamento do fluxo caótico dos acontecimentos” (SAINT-PIERRE, 1991, p. 107-117).

Weber estabeleceu uma hierarquia classificatória dos fenômenos da vida cotidiana, separando os fenômenos econômicos dos não econômicos. Sinteticamente, poder-se-ia caracterizá-los da seguinte forma:

- a. Fenômenos econômicos: estão diretamente ligados à vida econômica;
- b. Fenômenos economicamente relevantes: não estão ligados diretamente à vida econômica, mas podem se tornar relevantes no sentido econômico ou em determinadas circunstâncias adquirir um significado econômico. É o caso de acontecimentos da vida religiosa.

- c. Fenômenos não econômicos (segundo o sentido que lhes são atribuídos são aqueles cujos efeitos econômicos pouco ou nenhum interesse oferecem.

Todavia, Weber reconhece que o âmbito das relações econômicas é fluido, não podendo ser delimitado com rigor.

#### 2.2.1.2 Relações sociais

Weber (1991, p. 17) vê a sociedade como uma trama de relações sociais. Ele aponta que a relação social consiste exclusivamente na probabilidade de haver no passado, no presente ou no futuro e de forma indicável ações reciprocamente referidas quanto ao sentido; sustenta que “uma relação social pode ter caráter transitório ou permanente, isto é, que exista a probabilidade de repetição”.

De acordo com o autor, podem ser sintetizadas algumas características das relações sociais:

- Revestem-se de pluralidade.
- Sempre tratam de um sentido empírico entre as partes.
- Nelas, a noção de reciprocidade pode ser entendida de forma diferente entre os atuantes.
- A duração pode ser permanente ou por tempo definido.
- A durabilidade é diretamente proporcional à racionalidade.
- Seus fins podem variar com o tempo.
- O sentido ‘de relação’ pode ser pactuado entre as partes.

Segundo o autor, as ações sociais revestidas de sentido – o agir em sociedade ou em comunidade – se orientam por expectativas dos atores, alimentadas em regulamentações. Entretanto, o agir real dos indivíduos pode ser orientado, de maneira objetiva e provida de sentido, segundo diversos regulamentos que, de acordo com os hábitos de pensamento predominantes em cada caso, se ‘contradizem’ de maneira provida de sentido, mesmo que sejam ‘válidos’ ‘paralelamente’ e ‘empiricamente’ (WEBER, 1992).

Percebe-se que, para Weber, como sugere Cohn (2003), não importa a vivência dos sujeitos, mas sua experiência, assim como, não interessam suas ações de *per si*, mas o estabelecimento de nexos causais entre as várias ações do mesmo agente (típico) ou entre as

ações de vários sujeitos diversos, em um mesmo contexto. Destarte, o sujeito weberiano é capaz de criar sua racionalidade como valor e orientar suas ações em consonância com ela, pressupondo certa autonomia para tal.

Weber estabelece uma diferenciação ou dicotomia, a partir da noção de ação social, entre uma relação social “associativa” e “comunitária”. Em uma relação social associativa, a ação social repousa num ajuste ou união de interesses, racionalmente motivados (com referência a valores ou fins), a partir de um ordenamento estatuído, contando com um dirigente e eventualmente um pessoal administrativo. Por outro lado, uma relação social denomina-se ‘comunitária’, quando e na medida em que a atitude na ação social repousa nos sentimentos subjetivos dos participantes (afetivos, emocionais-sentimentais ou tradicionais) ao mesmo grupo. Uma comunidade familiar seria aquilo que expressa de forma mais convincente este tipo. Entretanto, ressalta-se que a grande maioria das relações sociais tem caráter em parte comunitário e em parte associativo. Lembra o autor que “[...] toda a relação social, mesmo a teleológico-racional, prosaicamente criada e intentada (a clientela por exemplo) pode produzir valores afectivos que vão além do fim simplesmente querido”(WEBER, 2009, p. 67).

Cabe, por fim, salientar ou reafirmar que a sociologia compreensiva weberiana promove o encontro do homem com seus valores. Os valores e padrões, no entanto, são constantemente redefinidos na intersubjetividade. Ou, parafraseando Rodrigues (1996, p. 6, grifo do autor), “[...] o ator weberiano por certo se depara com regras, normas de conduta, padrões estabelecidos. Ocorre, porém, que no universo da sociologia compreensiva as regras, normas e padrões são referenciais intersubjetivos, parâmetros para diferentes ‘modos de agir’ e, ao mesmo tempo, produto de interações intersubjetivas”.

### 2.3 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: DE DURKHEIM A MOSCOVICI

A compreensão dos fenômenos ou fatos cotidianos que envolvem indivíduos e grupos sociais remete à necessidade de análise das representações sociais desses indivíduos e/ou coletividade. No alto de seu holismo metodológico, Durkheim sugere que as representações traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Ainda, segundo ele, as representações coletivas, por terem características de fato social, assim

como as instituições e estruturas, são exteriores ao indivíduo e exercem coerção sobre as consciências individuais.

Por sua vez Weber, a partir de seu individualismo metodológico, como já foi inferido, observa que, o objeto de conhecimento em qualquer contexto é o complexo de significados da ação dos indivíduos (BERGER; LUCKMANN, 1987).

A dicotomia estabelecida entre a teoria durkheimiana, apontando as instituições ou estruturas exteriores ao indivíduo como modeladoras de suas ações e a teoria weberiana, apontando o indivíduo, através de suas ações sociais, como modelador da sociedade, reduz o debate em torno da discussão sobre quem influencia quem. A teoria das representações sociais parece ter surgido como uma tentativa de consenso entre a teoria do individualismo e a do coletivismo.

Farr (2008, p. 34-35) refere que a pré-história das representações sociais pode ser encontrada em Durkheim, que fez uma separação entre o estudo das representações individuais (domínio da psicologia) e o estudo das representações coletivas (domínio da sociologia). Entretanto, o conceito de representação social e todo um fértil terreno de debates em psicologia social em torno da teoria das representações sociais surgem com Serge Moscovici, no começo dos anos de 1960, com a publicação de sua pesquisa sobre a *Representação social da psicanálise* (FARR, 2008; JOVCHELOVITCH, 2008; LANE, 2004; SPINK, 2004). Ao criticar a teoria durkheimiana, Moscovici propôs que a teoria das representações sociais fosse classificada como campo sociológico e não psicológico da psicologia social (FARR, 2008).

Moscovici (2007) deu uma valiosa contribuição à psicologia social ao fazer uma profunda análise crítica dos pensamentos dos autores clássicos, tanto do campo da sociologia (Durkheim e Lévy-Bruhl) quanto da psicologia (Piaget, Vygotsky e Freud) relativamente à teoria do conhecimento (formação das representações). Ressalta-se que o autor foi fortemente influenciado por esses pensadores. A centralidade da tese de Moscovici consiste num esforço no sentido de descortinar a teoria evolucionista de Durkheim e Piaget, ao afirmar que não existe uma progressão linear no pensamento de um indivíduo ou grupo, mas a coexistência de diferentes sistemas cognitivos, que ele denominou de “polifasia cognitiva”, considerando que “[...] diferentes tipos de saber, possuindo diferentes racionalidades, vivem lado a lado no mesmo indivíduo ou coletivo” (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 125). Neste ponto, Moscovici afasta-se um pouco de Durkheim e aproxima-se de Weber, ao admitir que as formas de pensamento não emergem apenas a partir das experiências coletivas de um grupo, solidificadas através das ideias, emoções, rituais ou costumes de forma homogênea, mas

podem emergir do próprio indivíduo e/ou de minorias ativas, portanto da diferenciação e da interação. Assim, ele abandona a ideia de representações “coletivas” e adota a de representações “sociais”.

A maior parte das vezes, as duas palavras são usadas como sinônimas. Eu prefiro, contudo, usar apenas “social”, por que ele se refere a uma noção clara, aquela da sociedade, a uma idéia de diferenciação, de redes de pessoas e suas interações. No século dezenove, a palavra “coletivo” era muito comum, sugerindo a imagem de um amontoado de pessoas, um agregado de indivíduos formando um todo. (MOSCOVICI, 2007, p. 348, grifo do autor).

Fica explícita pela citação a ideia do autor de elaboração das representações pela interação entre indivíduos, que promove a criação e recriação de consensos ou do senso comum. Entretanto, esse senso comum pode variar de acordo com os indivíduos ou grupos sociais, promovendo o surgimento de diferentes causalidades sociais ou explicações causais (“diferentes porquês”). Ele faz uma aproximação empírica ao citar como exemplo a questão do desemprego, que afeta a maioria das famílias hoje, alertando para a dicotomia representacional entre a classe dominante e a dominada, o que ele classifica como causalidade social de “direita” *versus* de “esquerda”. De acordo com o autor, para a classe dominante, o indivíduo é o responsável por tudo o que lhe acontece. Para a classe dominada, as dificuldades se devem sempre às circunstâncias que a sociedade cria para o indivíduo. Cada um de nós acaba aderindo a uma dessas correntes ou causalidades sociais (MOSCOVICI, 2007).

A elaboração de explicações causais pelos indivíduos, enquanto seres pensantes, remete à ideia de adesão do indivíduo ao grupo apenas de forma parcial. Entretanto, é no grupo que se origina o “alimento para o pensamento” dos indivíduos, alimento este extraído dos acontecimentos, da ciência e da ideologia (MOSCOVICI, 2007).

Pelo que precede, observa-se que as representações sociais podem derivar do campo científico, denominado por ele de “universo reificado”. No entanto, enquanto a finalidade da ciência é estabelecer um mapa das forças, dos objetos e acontecimentos que são independentes dos nossos desejos, aos quais devemos reagir de modo imparcial e submisso, a finalidade das representações é restaurar a consciência coletiva, dando-lhe forma e explicando os objetos e acontecimentos de tal forma que eles se tornem acessíveis a qualquer um e coincidam com nossos interesses imediatos (MOSCOVICI, 2007).

Em seus estudos sobre o papel dos meios de comunicação de massa no estabelecimento do senso comum, em que este foi elevado à função de uma ideologia dominante, Moscovici (2007) estabeleceu um quadro evolutivo na formação dessa ideologia, em que reconhece três fases sequenciais: a) a fase “científica” de sua elaboração, a partir de uma teoria/uma disciplina científica como a economia, biologia, etc.; b) a fase “representativa”, em que ela se difunde em uma sociedade; suas imagens, conceitos e vocabulário são difundidos e adaptados; c) a fase “ideológica”, em que a representação é apropriada por um partido, uma escola de pensamento ou um órgão do Estado.

Parece ficar claro, portanto, que, ao criar o conceito de representação social, Moscovici estava preocupado em discutir o conhecimento consensual. De fato, ele mesmo estabelece uma fronteira entre dois mundos: o mundo reificado (da ciência) e o mundo consensual (do senso comum). Enquanto a ciência produz conhecimento para nós compreendermos o “universo reificado”, as representações sociais dizem respeito ao “universo consensual”. Em outros termos, o autor diz que a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar.

A ideia de familiar e não familiar fica explicitada ao afirmar: “Sustento, pois, que as representações sociais têm como finalidade primeira e fundamental tornar a comunicação, dentro de um grupo, relativamente não-problemática e reduzir o vago através de certo grau de consenso entre seus membros” (MOSCOVICI, 2007, p. 208).

Para tornar familiar o não familiar, as representações sociais dependem de dois processos: a “ancoragem” e a “objetivação”. O autor define “ancoragem” como: “Um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” (MOSCOVICI, 2007, p. 60-61). Ancorar significa portanto encontrar uma explicação plausível ao aparentemente inexplicável ou estranho. Ou, parafraseando Guareschi (2008, p. 213): “O barco está à deriva, pronto a deslizar, impulsionado por essa correnteza ‘motivadora e mobilizadora’ da não familiaridade. É preciso encontrar agora faróis que o orientem e margens seguras que o ancorem, nos jordões da existência”.

A objetivação, segundo Moscovici (2007, p. 71), é a materialização do abstrato ou a transformação da “palavra que substitui a coisa na coisa que substitui a palavra”. A objetivação é uma forma de dar confiabilidade a uma representação. É o meio através do qual uma representação social traz para um nível quase material a produção simbólica de uma comunidade (JOVCHELOVITCH, 2008).

Ainda no campo da psicologia social, vários autores, discípulos ou críticos de Moscovici, produziram importantes textos sobre a teoria das representações sociais. Jovchelovitch (2008) discorre sobre as representações sociais e suas relações com a comunidade e a cultura, num enfoque intitulado “os contextos do saber”. Trata-se de uma abordagem a partir de uma triagem aos clássicos da sociologia, psicologia, psicologia social e psicologia da educação. De Durkheim e Weber a Lévy-Bruhl e de Freud e Piaget a Paulo Freire, a autora realiza um esforço hercúleo no sentido de desmistificar a ideia da existência do “homem racional puro”. Já no início de sua obra, ela faz o seguinte alerta: “Se a psicologia nos ensinou alguma coisa, é que o sujeito plenamente racional não existe” (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 32). Ela critica a teoria totalizante ou totalizadora de Descartes sobre o conhecimento representacional baseado na separação entre sujeito e mundo. Para Descartes, o homem é aquele que olha o mundo como se este lhe fosse alheio ou exterior. Assim, a teoria cartesiana desconsidera a possibilidade da convivência harmônica entre diferentes conhecimentos, ao admitir que existe apenas um tipo de conhecimento verdadeiro ou válido: aquele que não tem pátria ou, como sugere Nagel, citado por Jovchelovitch (2008, p. 52)<sup>3</sup>, “aquele baseado em uma visão desde lugar nenhum”. A partir desse conhecimento, tido como verdadeiro, real ou oficial, os demais saberes – dos mitos, das crenças, do senso comum – seriam relegados à condição inferior.

A construção-solidificação de representações dos atores dá-se no processo histórico, através da soma de experiências culturais da vida cotidiana (JOVCHELOVITCH, 2008). Nessas experiências, os atores constituem uma teia de representações simbólicas que ajudam na construção de utopias e na leitura do mundo. Na relação do Eu com o Outro, constrói-se o mundo simbólico coletivo, efetivado na interssubjetividade. Diz-se então que o espaço do Eu perpassa o espaço do Outro e cria um terceiro espaço potencial, o espaço da representação simbólica. Este espaço surge dentro de um contexto que é emocional, social e cultural (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 68-70).

Na abordagem que realiza sobre “representações sociais e a diversidade do saber”, Jovchelovitch retoma a discussão sobre a existência de uma dicotomia entre os conceitos durkheimianos de representações coletivas e de representações sociais. Na concepção durkheimiana, representações coletivas referem-se às crenças, sentimentos e ideias habituais, dadas e homogeneamente compartilhadas de uma comunidade. Elas existiriam na sociedade, independentemente da consciência individual – contrariando, como foi dito no início deste

---

<sup>3</sup> A autora refere-se a NAGEL, T. *The view from nowhere*. New York: Oxford University Press, 1986.

tópico, a teoria weberiana da “consciência individual” – e estariam sustentadas pela moral que guia a ação de todos os membros de uma comunidade:

Quando Durkheim discutiu as características das representações coletivas ele as concebeu como externas e coercitivas em relação a indivíduos, bem como estáveis ao longo do tempo. As representações coletivas, ele argumentou, possuem uma existência objetiva e autônoma, pois são produzidas e reproduzidas pela ação coletiva. (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 97-98).

A concepção durkheimiana de representações coletivas foi forjada na ideia de classificação social do conhecimento, dentro de uma perspectiva evolucionista: do estágio primitivo para o científico. O estágio primitivo do conhecimento seria aquele em que se encontram as sociedades primitivas, unidas por laços sociais e emocionais que solidificam formas específicas de pensar ou conceber o mundo.

Essa teoria evolucionista que defendia a existência de apenas um tipo de racionalidade foi desafiada por pensadores contemporâneos a Durkheim, dentre eles Lévy-Bruhl. Este pensador ousou, em um momento histórico de grande difusão do pensamento racional ocidental, desafiar os postulados da racionalidade única e desvinculada do emocional, corpóreo e social e defendeu o enredamento do pensamento com a vida psíquica, inserindo a ideia da participação de mundos diferentes em um mesmo grupo humano como forma de entender pensamento de uma coletividade. Assim, a ideia de participação permite concluir a respeito da heterogeneidade do pensamento humano, sob o ponto de vista de uma cultura e de um indivíduo (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 99-106).

Referindo-se às contribuições de Lévy-Bruhl em relação a evolução do pensamento psicossocial, Jovchelovitch (2008) postula que

Ele nos removeu de uma lógica que opõe “nós” (sociedade dita moderna) e “eles” (povos primitivos), para uma lógica que busca entender a diversidade do pensamento tanto na “nossa” cultura como na cultura “deles” e, a partir daí, descobrir não apenas o que é diferente entre nós e eles, mas, também, o que é semelhante. (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 104).

Distanciando-se, em certa medida, da concepção durkheimiana, Piaget, ao formular sua psicologia social da criança, aproxima-se de Lévy-Bruhl ao admitir a heterogeneidade das

estruturas do pensamento e ao afirmar que as representações constituem um processo em constante construção ou, parafraseando Jovchelovitch (2008, p.107, grifo nosso), “[...] o conhecimento representacional do mundo implica um processo pelo qual toda a criança deve reinventar o mundo que a precede”. No entanto, Piaget se aproxima de Durkheim em sua definição evolucionista de lógica, ao comparar as sociedades tradicionais às crianças na primeira infância. Para ele, em ambos os casos, o egocentrismo e a coerção social do pensamento obstruem a conquista do final lógico do desenvolvimento (JOVCHELOVITCH, 2008).

Discorrendo sobre os contextos em que se processa o saber, Jovchelovitch considera a existência de cinco indicadores da representação: “o quem”, “o como”, “o porquê”, “o quê” e “o para quê”. O “quem” do saber diz respeito à identidade, indicador psicossocial central dos contextos do saber. Para a autora, “as representações aglutinam a identidade, a cultura e a história de um grupo de pessoas” (2008, p.175). O “como” das representações refere-se aos modos de ação e comunicação da representação: “os processos representacionais são uma conquista da comunicação” (2008, p. 177). O “porquê” da representação diz respeito à posição do sujeito frente ao objeto-mundo. Este indicador remete à velha discussão sobre a dicotomia razão-emoção ou razão-paixão. Por sua vez, o “quê” da representação diz respeito à construção do objeto. Finalmente, o “para quê” da representação exerce a importante função de tornar o não familiar, familiar. É o indicador que explica ou justifica uma representação, se ideológica ou não (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 172-194). As representações coletivas e representações sociais são didaticamente analisadas pela autora, ao serem colocadas lado a lado como duas modalidades de representações dicotômicas e tratadas por ela como tipos ideais. Em ambas as modalidades de representação, entrecruzam-se três aspectos representacionais, formando o que ela denominou de arquitetura tríplice dos processos representacionais: o “objetivo” – esfera pública de uma comunidade e a estrutura cognitiva, o “intersubjetivo” – interação e comunicação Eu – Outro, e o “subjetivo” – indicador emocional e pessoal. Os principais pontos discordantes entre as modalidades podem ser observados na síntese apresentada no quadro a seguir.

Representações coletivas	Representações sociais
Esfera pública tradicional	Esfera pública “destraditionalizada”
Coerção social	Cooperação social
Relação hierárquica	Relação não hierárquica
Homogeneidade	Heterogeneidade

Quadro 2 - Modalidades de representações, segundo Jovchelovitch

Fonte: Adaptado de Jovchelovitch (2008, p. 203).

A maioria dos campos representacionais contém, entretanto, características de ambas as modalidades. Segundo a autora, o mito, a crença e a ideologia desempenham funções homogeneizadoras da identidade, da comunidade e da memória social, que têm tendência à constância ou à preservação. Por sua vez, o senso comum e a ciência, na condição de campos abertos, tornam-se acessíveis à mudança e à inovação (JOVCHELOVITCH, 2008).

Em sua problematização acerca da representação, a autora evoca novamente a necessidade de se considerar a multiplicidade de saberes (o que ela denomina “os saberes no plural”) e o fato de que eles podem coexistir pacificamente na vida social. Ademais, estando os saberes ligados ao Eu, à emoção e à cultura, tendem a se perpetuar, isto não significando que sejam infalíveis:

Todos os saberes envolvem representação e todos são falíveis em determinados momentos. A ciência sempre encontrou dificuldades para aliviar as tristezas do coração e a crença sozinha não ajuda na promoção de estratégias de saúde pública. Mas seria bobagem negar a contribuição que cada um destes tipos de saber pode trazer a ambos os problemas. (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 211).

Para se evitar formas preconceituosas de validação de saberes na pesquisa sobre desalojados, há que se ter em mente essas múltiplas realidades em termos representacionais. No encontro do Eu com o Outro, é necessário levar a sério as palavras do Outro. Não se trata de dizer se o que o outro pensa é a verdade ou o saber correto. Antes é necessário levar em consideração as ontologias dos entrevistados e o processo histórico de criação e recriação de suas formas simbólicas. Os saberes devem ser entendidos como o resultado da interação Eu-Outro, ambos inseridos em seu grupo de pertencimento. Faz-se relevante estabelecer uma relação dialógica, parafraseando Jovchelovitch (2008), no encontro de saberes Eu-Outro.

### **3 A TERRITORIALIZAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES NAS SOCIEDADES MODERNAS**

O debate acadêmico sobre o campesinato ou sobre a “racionalidade camponesa” nas sociedades modernas já rendeu numerosas publicações sem produzir consensos. Neste capítulo, discute-se a lógica da racionalidade territorializadora camponesa, destacando e comentando algumas estratégias que asseguram a reprodução social do camponês, transformado ou não em agricultor modernizado ou profissionalizado. Inicialmente, faz-se uma breve incursão a propósito da produção teórica relativa ao campesinato, a partir de autores clássicos, como Chayanov e Weber, para, posteriormente tecer algumas considerações sobre a lógica da reprodução social da agricultura familiar, sobretudo no Brasil, a partir de estudos de alguns autores contemporâneos.

#### **3.1 O CAMPONÊS E O CAPITALISMO**

A discussão sobre a territorialização camponesa no contexto das sociedades modernas traz de volta a antiga pergunta: É possível o “pequeno empreendimento agrícola”<sup>1</sup> familiar não sucumbir diante de um contexto prescrito pela modernidade, sobretudo, capitalista? Numerosas teorizações tentaram dar conta da heurística sobre o campesinato. Tanto de parte dos pensadores marxistas, quanto dos burgueses, o extermínio do camponês foi anunciado várias vezes. Amim e Vergopoulos (1986) expressam de forma muito clara essa constatação, ao afirmarem que:

---

<sup>1</sup> Nos debates relacionados ao mundo rural brasileiro, as palavras “pequeno e grande” aparecem com muita frequência nos discursos políticos e/ou no discurso do senso comum, sem que se defina com alguma precisão os seus significados no terreno teórico. Por isso, o uso de tais expressões, na linguagem científica, não é recomendado ou é veementemente desaconselhado, por não permitir a possibilidade de mensuração. Nesta tese, usa-se a expressão “pequeno empreendimento familiar”, a fim de identificar estabelecimentos agrícolas familiares com indicadores de até um módulo fiscal, correspondendo à maioria das propriedades agrícolas familiares do Rio Grande do Sul.

A produção camponesa é considerada por todas as ortodoxias, tanto marxistas como burguesas, como uma anomalia residual em vias de liquidação... [...] Os “marxistas” e “burgueses” do século XX estão de acordo em chamar a atenção do público para o caráter antieconômico da pequena produção camponesa, como uma forma decadente que prejudica o pleno desenvolvimento do capitalismo em geral. (AMIM; VERGOPOULOS, 1986, p. 135).

No entanto, contrariando, em certo sentido, as profecias apocalípticas das “ortodoxias”, o agricultor familiar atravessou séculos e aí está, buscando, através de estratégias variadas, sua territorialização rural, mesmo num contexto capitalista adverso. Isto induz a pensar que existem componentes, para além das forças do mercado, que explicam a permanência do agricultor familiar no meio rural, ainda que estejam esgotadas, aparentemente, as possibilidades para sua reprodução social.

Os primeiros grandes debates em torno da viabilidade e/ou da preservação do campesinato<sup>2</sup> no contexto da modernidade vão acontecer na Europa, na época da Revolução Russa, no primeiro quartel do século XX. Lênin será um dos primeiros a tecer considerações importantes acerca da sobrevivência do camponês. A análise de Lênin em torno do campesinato tem eminentemente cunho político. Ele esforçava-se para mostrar que os

---

<sup>2</sup> No Brasil, de modo geral, tanto nos meios acadêmicos quanto nos círculos oficiais ou governamentais, a ideia da existência de um campesinato foi negada por muito tempo (SABOURIN, 2009). Quando admitida, o campesinato foi associado à ideia de tradicional, o que remete à pobreza, atraso, isolamento e, por conseguinte, à subserviência do agricultor à ganância de latifundiários e à usura de comerciantes e/ou atravessadores locais. A produção do camponês destinava-se basicamente à subsistência, ocorrendo a comercialização de apenas parte da produção, o excedente. Portanto, numa concepção modernista, o mundo do camponês sempre foi estigmatizado como sendo o lugar da vida social e do ambiente cultural que representa o arcaico e que, numa perspectiva teleológica neopositivista, deveria desaparecer para dar lugar ao “progresso”. Numa perspectiva economicista, nos anos de 1960, autores da corrente neomarxista discutiam o conceito de camponês colocado em contraposição ao de proletário rural. Para estes, a penetração do capitalismo no campo brasileiro estaria levando à proletarianização rural. Assim, a maioria dos trabalhadores rurais brasileiros seriam proletários rurais e não camponeses (VELHO, 2009). Por outro lado, desde os anos de 1980 existe uma corrente político-ideológica, atrelada aos movimentos sociais agrários, sobretudo, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que utiliza o termo campesinato como categoria política, sem que seja apresentado por essas organizações um modelo científico de economia camponesa, como reconhece Sabourin (2009). Por fim, há que se ressaltar o fato de que, nos últimos tempos, tem se fortalecido no meio acadêmico o debate sobre o assunto, envolvendo, sobretudo, os campos da sociologia e da antropologia, para os quais o camponês incorporaria um *ethos* que se relaciona com o mundo do trabalho, da vida social, da família e com a terra (TEDESCO, 1999; WORTMANN, 1990). No entanto, deve-se admitir que ainda há controvérsias entre os cientistas sociais contemporâneos sobre se seria o camponês um tipo ideal que se aplicaria à realidade rural contemporânea brasileira e sobre uma suposta dicotomia camponês *versus* agricultor familiar moderno. Para alguns teóricos, na agricultura familiar, diferentemente do campezinato, o agricultor se insere no contexto do mercado e do capital, necessitando para tanto passar por um processo de profissionalização (ABRAMOVAY, 1992). Porém, alguns autores consideram que, no contexto da agricultura familiar contemporânea, existe uma multiplicidade de tipos ou estilos, só identificáveis empiricamente (PLOEG, 1994; SCHNEIDER, 1999). Sem a pretensão de polemizar a esse respeito, postula-se que existe uma “condição camponesa” na agricultura familiar que inexistia na agricultura empresarial. Essa condição se expressa, sobretudo, no trabalho familiar, na dupla finalidade da produção (mercado e produção para autosubsistência), nos vínculos comunitários e na reciprocidade. Denominou-se essa condição de “campesinidade”.

camponeses não passavam de deserdados e famintos, que o crescimento de pequenas propriedades era ilusório e que essas propriedades estariam prestes a serem engolidas pelo empreendimento capitalista. Estabeleceu-se, portanto, uma convicção na corrente marxista, baseada no viés econômico ou economicista: o campesinato passou a ser considerado inviável dentro de uma conjuntura capitalista. O camponês ou ascenderia socialmente à classe burguesa ou se proletariaria (AMIM; VERGOPOULOS, 1986).

Outros autores, fundamentados na realidade existente no mundo rural dos países da Europa do início do século XX, notadamente da Rússia e da Alemanha, deram ênfase em suas teses à ideia da inviabilidade do empreendimento familiar no contexto modernista, seja pela miséria do camponês, seja pela incompatibilidade entre progresso técnico e produção familiar. Por sua vez, os formuladores da utopia marxista tentaram destruir a territorialidade camponesa no intuito de inserir a luta de classes no campo.

As análises e/ou teorias marxistas centravam-se no fator econômico e representavam uma antítese à ideia de sobrevivência da agricultura familiar ou camponesa. Assumindo uma postura um tanto diferente em relação ao campesinato, Alexander Chayanov destacou-se na Rússia como o principal expoente dentre os economistas agrícolas e engenheiros agrônomos na tentativa de contribuir para que os camponeses melhor gerissem seus recursos, possibilitando sua preservação social.

Em sua teoria, Chayanov considerava o campesinato russo um setor dotado de unidade e identidade, que possuía substância social para fundamentação de um projeto social que deveria ser respeitado. Defendia, portanto, as iniciativas que buscassem sua preservação social. Para ele, o campesinato não era uma forma social, ocasional, transitória, fadada ao desaparecimento, mas um sistema econômico com leis próprias de reprodução e desenvolvimento econômico.

Enquanto Lênin e Kautsky se preocupavam com a politização dos camponeses, objetivando prepará-los ou “domesticá-los” para a coletivização forçada, Chayanov preocupava-se com questões de natureza prática, agrônômica, que viessem a melhorar suas condições de vida. Para Chayanov, o processo de transformação para o socialismo deveria partir da organização de cooperativas semiautônomas e não da coletivização forçada imposta pelo Estado Soviético (capitalismo de Estado). Antes da destruição do campesinato, fosse pelo avanço da racionalização capitalista, fosse pela coletivização forçada das propriedades rurais, Chayanov via a possibilidade de sua sobrevivência, a partir da inserção no mundo da racionalidade técnica, com a organização de cooperativas de produção familiar. A ideia era induzir à concentração vertical “de las unidades económicas campesinas”, considerando a

coletivização cooperativa como o único caminho à planificação estatal (CHAYANOV, 1974, p. 317).

A territorialização camponesa, segundo o mesmo autor, dependeria de uma lógica própria. Analisando o contexto rural da Rússia de seu tempo, ele elegeu a produção para o autoconsumo como variável determinante da reprodução social camponesa. Sua tese fundamenta-se no pressuposto de que o aumento do número de consumidores numa unidade familiar determinaria o volume da atividade econômica da família, obviamente mantendo-se estáveis todos os demais fatores. O aumento da produção a partir dessa pré-condição de escassez de alimentos, induzindo a uma autoexploração do camponês, não significaria, portanto, melhora no bem-estar familiar. Isso só seria possível se houvesse aumento da produção anual devido à melhoria das condições de produção. O autor busca explicar a possibilidade de sobrevivência do campesinato alicerçado na teoria do balanço trabalho-consumo<sup>3</sup> no sentido de apreender a racionalidade camponesa que difere da racionalidade capitalista, como postulou Almeida (2003).

O equilíbrio familiar insere-se como central na teoria chayanoviana, em sua explicação sobre a organização da unidade econômica camponesa, possível tanto num sistema capitalista quanto em outros sistemas:

*Por lo tanto, si queremos tener un simple concepto organizativo de la unidad de explotación doméstica campesina independiente del sistema económico en el cual está insertada, inevitablemente deberemos basar la comprensión de su esencia organizativa en el trabajo familiar. (CHAYANOV, 1974, p. 34).*

Vê-se que, para o autor, os elementos “trabalho” e “família” são essenciais e constituintes da racionalidade territorializadora camponesa: “*La fuerza de trabajo de la unidad de explotación doméstica está totalmente determinada por la disponibilidad de miembros capacitados en la familia*” (CHAYANOV, 1974, p. 47). Acresce a estes, ainda, os elementos “terra” e “capital”, dando especial ênfase à inter-relação terra, capital e força de

---

<sup>3</sup> Ressalta-se que a teoria do balanço trabalho-consumo, também denominada teoria da diferenciação demográfica, foi formulada a partir da lógica do Mir russo, uma comunidade aldeã existente na Rússia pré-revolucionária, onde existia um controle no estoque de terras para evitar especulações. Era “um mundo formado pelo czar (controlador do Mir), os Kulaks, os pequenos camponeses e a grande assembléia (SKHOD) que fazia a repartição/redistribuição das terras a cada oito anos de acordo com as necessidades da família (ALMEIDA, 2003, p. 69). Obviamente, para análise da realidade da agricultura familiar brasileira esta teoria restaria incompleta, diante do contexto de livre mercado de terras. No entanto, para esta análise, interessa o foco dado por Chayanov à integração/inter-relação terra-trabalho-família-consumo numa unidade econômica camponesa.

trabalho. Obviamente, isso não indica autonomia da unidade familiar, enquanto unidade dependente apenas da produção agrícola. O autor reconhece as dificuldades conjunturais como determinantes para a adoção de estratégias ou racionalidades adaptativas. Assim, em situação de crise agrícola, admite a possibilidade de o camponês recorrer a atividades não agrícolas (artesaniais e comerciais), ainda que existisse disponibilidade de terra para o trabalho.

Como foi exposto até aqui, para Chayanov, o aumento ou a diminuição do esforço de trabalho numa unidade econômica camponesa está intimamente relacionado à diminuição ou aumento do consumo: “[...] *la energía desarrollada por un trabajador en una unidad doméstica de explotación agrária es estimulada por las necesidades de consumo de la familia y, al aumentar éstas, sube forzosamente la tasa de autoexplotación del trabajo campesino*” (CHAYANOV, 1974, p. 84). Em condições adversas, devido à falta de terras ou de baixos ganhos (preços baixos e/ou baixos salários), aumenta a autoexploração da força de trabalho para a obtenção da satisfação das necessidades da família.

Assim, a partir dessa lógica territorializadora camponesa, Chayanov indica como condição para um desenvolvimento cada vez maior das atividades agrícolas o aumento da força de trabalho da família camponesa, independentemente da disponibilidade de capital: “*En este caso vemos claramente que el capital no es un determinante aritmético del volumen de la actividad sino sólo una de las condiciones en las cuales lo determina la familia*” (CHAYANOV, 1974, p. 104).

A proletarianização camponesa, sobretudo entre os camponeses mais pobres, era uma possibilidade prevista por Chayanov na Rússia de seu tempo. Entretanto, isso não era visto por ele como sinal de um processo irreversível de desterritorialização camponesa, pela via do êxodo rural, senão, pelo contrário, como estratégia de reprodução social camponesa ou de territorialização pela via da pluriatividade. Para manter-se no meio rural, reproduzindo-se social e economicamente, o camponês recorria às atividades não agrícolas, notadamente ao comércio e ao artesanato. A adesão a atividades extralavoura – artesanais e comerciais – representava uma estratégia de busca do equilíbrio econômico, em face das necessidades da família. Por outro lado, como abordado, o autor não via a diminuição do capital numa família camponesa como fator determinante de desterritorialização, uma vez que “[...] *el aumento de la fuerza de trabajo de la familia campesina se traduce en el desarrollo cada vez mayor de la actividad agrícola con el mismo monto de capital, compensando su falta de capital con la intensidad de su fuerza de trabajo*” (CHAYANOV, 1974, p. 104). A lógica territorializadora

camponesa, segundo este autor, está, portanto, na sua capacidade de autoexploração e adaptação às adversidades.

De acordo com o que foi exposto até aqui, percebe-se que na análise de Chayanov alguns fatores são considerados determinantes para a reprodução social camponesa, dentre os quais destacam-se a família, a força de trabalho, a terra e o capital. Ele os explicita de forma inconfundível, estabelecendo correlações e/ou dependências entre eles. Porém, o autor deixa claro que a versatilidade é uma característica intrínseca da racionalidade camponesa, pois a família camponesa busca sempre, dentre as oportunidades de remuneração da força de trabalho, aquelas que lhes proporcionem melhores ganhos, ainda que seja necessário deixar “[...] *sin utilizar la tierra y los médios de producción de que dispone si otras formas de trabajo le proporcionan condiciones más ventajosas*” (CHAYANOV, 1974, p. 120). Portanto, o autor reitera como uma estratégia de superação de crises em unidades camponesas russas do início do século XX a adesão a pluriatividades, seja para solucionar a falta de terra ou para enfrentar a baixa remuneração do trabalho agrícola.

Enquanto Chayanov debruçava-se sobre a realidade rural russa do começo do século XX, teorizando sobre o campesinato russo, quase na mesma época, Weber discutia a influência do capitalismo na sociedade rural da Alemanha, buscando na história da agricultura europeia, sobretudo, no período da passagem do feudalismo para o capitalismo, as bases de sua teorização. Nesta análise, o autor faz comparações entre diferentes realidades rurais: a comunidade rural alemã é confrontada com a inglesa e, particularmente, com a dos Estados Unidos. Internamente, Weber compara a realidade rural do leste da Alemanha com a do oeste e sul.

Embora não tenha produzido uma teoria específica sobre o campesinato, como fez Chayanov, Weber faz considerações sobre o comportamento (racionalidades) do camponês alemão de seu tempo na luta para manter-se territorializado, mesmo diante do avanço do modernismo, sobretudo, do capitalismo.

Preocupado sempre com as evidências empíricas ou com a construção de evidências da realidade, os “tipos ideais”, com finalidades analíticas, Weber infere sobre os tipos de atores do cenário rural europeu e Norte-americano do início do século XX, na tentativa de compreender os diferentes efeitos do capitalismo na agricultura no velho e no novo mundo (WEBER, 1971).

É interessante frisar que, para Weber, o capitalismo promovera na Europa o surgimento de formas sociais específicas, diferentemente da América. Enquanto nesta última a disponibilidade de terras para compra ou colonização e a existência de um mercado que foi

predecessor do agricultor fizeram surgir “um empresário e produtor notável para o mercado”, na primeira, “o poder da tradição predominava na agricultura, criando e mantendo tipos ‘tradicionais’ de população rural, tais como o ‘antigo camponês’” (WEBER, 1971, p. 415).

Quem era o camponês europeu tradicional weberiano? Estaria ele fadado ao desaparecimento ou tendendo a ser desterritorializado, diante da força avassaladora da racionalidade mercantil? Na verdade, Weber, analisando, particularmente, a realidade rural da Alemanha do começo do século XX, construiu dois “tipos ideais” de camponeses:

- 1) o camponês do tipo antigo ou tradicional, que herdara a terra e produzia principalmente para atender às suas próprias necessidades, estando fadado à exploração pelo senhor e/ou à autoexploração, uma vez que afastado do mercado urbano;
- 2) o camponês dotado de uma certa margem de educação econômica, que recebera influência educativa das comunidades urbanas e que estava apto a vender produtos rurais nos mercados mais próximos possíveis. Este poderia ser considerado o protótipo do agricultor familiar moderno contemporâneo.

O camponês europeu weberiano tradicional ou “do tipo antigo” era um homem condenado por sua própria história. Encontrado no leste da Alemanha, o descendente de camponeses servos na Europa Feudal foi condenado a continuar submisso ao senhor de terras, mesmo após findo o regime jurídico que permitia a apropriação das terras camponesas pelos senhores ou foi forçado a tornar-se um migrante. Isso ocorreu, segundo Weber, porque no leste, mesmo com a formalização do ocaso do Antigo Regime, através de um corpo jurídico específico, na prática, o poder dos senhores de terras continuou hegemônico. Ocorre que, na passagem do feudalismo para o capitalismo, no começo dos tempos modernos, os senhores de terras transformaram-se em senhores cultivadores de suas terras, apropriando-se de parte das terras dos camponeses (os enclaves). Assim, grande número de camponeses que, originalmente, tinham bons títulos de propriedade da terra, desapareceram, tornaram-se servos dos novos senhores (agricultores) ou tornaram-se assalariados rurais destes. O capitalismo agrário do leste, portanto, segundo o autor, não possibilitou a libertação do camponês de sua condição social de servo e nem permitiu ou facilitou sua territorialização. Os que não aceitaram essas condições acabaram se tornando emigrantes, buscando territorializar-se além-fronteiras, seja na parte ocidental da Europa ou no além-mar, nos confins da América.

Contrariamente ao que aconteceu com o camponês do leste, o do oeste e sul da Alemanha ascendeu social e economicamente, fugindo da condição de camponês tradicional e passando à de “pequeno agricultor”, adaptado às exigências do mercado local, fortemente

influenciado pelo crescimento industrial e urbano. As explicações dadas pelo autor para a sobrevivência e metamorfose do camponês do oeste e sul e sua ascensão à condição social de agricultor familiar moderno assentam-se nas condições históricas e naturais de um comércio local intensivo, mais favoráveis do que no leste. Nessas duas regiões, os camponeses não foram afastados de suas terras pelos senhores e transformados em sua força de trabalho, mas transformados em contribuintes. As formas de relações sociais de subordinação mantidas entre camponeses e senhores, dentre outras razões, portanto, justificariam a dicotomia entre oeste e sul em relação ao leste (WEBER, 1971).

Tecendo considerações sobre a racionalidade capitalista voltada à agricultura, ainda tendo como base geográfica a Alemanha, Weber levantava a possibilidade de ocorrer a territorialização do pequeno camponês em ambientes próximos aos grandes centros industriais. Entretanto, ressaltava a necessidade de adaptação às novas exigências do contexto socioeconômico. A mudança do camponês tradicional para o agricultor moderno dar-se-ia, segundo ele, num “período de transição pacífico”, pois:

Em certos pontos de produção agrícola, o pequeno camponês, se souber como libertar-se das cadeias de tradição, pode adaptar-se às novas condições de administração. O aumento constante do arrendamento, nas vizinhanças das cidades, a elevação do preço da carne, laticíneos, verduras, bem como o cuidado intensivo do gado novo, possível ao pequeno agricultor que trabalha por conta própria, e as despesas maiores com a contratação de homens – esses fatores habitualmente constituem oportunidades muito favoráveis para o pequeno agricultor que trabalha sem auxiliares contratados próximo dos centros industriais abastados. Isso ocorreu sempre que o processo de produção se desenvolveu na direção de uma crescente intensidade do trabalho, e não do capital. (WEBER, 1971, p. 417-418).

Vê-se que, assim como proposto por Chayanov, para Weber, a disposição do camponês para a autoexploração é uma das razões para a sua territorialização. Observa-se, portanto, que a lógica da racionalidade camponesa voltada para a valorização *do* e propensão *para* o trabalho é um dos mais importantes pontos a se considerar em uma discussão sobre a territorialização de agricultores familiares, no contexto da modernidade.

Ao lado do fator *trabalho*, Weber também expressa a importância do fator *terra* como altamente significativo para a territorialização de um agricultor familiar, o que fica explícito na explicação dada por ele sobre a viabilização do agricultor na França e no sudoeste da Alemanha:

O antigo camponês é, assim, transformado num trabalhador que é dono de seus próprios meios de produção, como podemos ver na França e no Sudoeste da Alemanha. Mantém sua independência devido à intensidade e alta qualidade de seu trabalho, que é aumentado pelo seu interesse privado nele e sua adaptabilidade às exigências do mercado local. Esses fatores lhe dão uma superioridade econômica que continua, mesmo quando a agricultura em grande escala poderia predominar tecnicamente. (WEBER, 1971, p. 418).

A racionalidade formal ou do cálculo financeiro aparece na citação acima como condição para que o agricultor familiar possa enfrentar a concorrência da “agricultura em grande escala”. Na esteira do capitalismo industrial, segundo o autor, isso seria possível no oeste da Alemanha, mas não no leste, onde imperava o capitalismo agrário, sob a hegemonia do *junker* prussiano, um aristocrata que vivia de rendas. Destarte, Weber entendia que:

Quando não existem as condições de superioridade econômica específica da pequena agricultura, por ser a importância qualitativa do trabalho feito pelo próprio dono substituída pela importância do capital, o velho camponês luta pela sua existência como um assalariado do capital. (WEBER, 1971, p. 418).

Tal fato ocorreria porque, segundo ele, devido à valorização da terra, o camponês não poderia permanecer na condição de camponês nem tornar-se um dono de terras capitalista (WEBER, 1971, p. 419). Destarte, para o autor, a desterritorialização camponesa seria inevitável, diante da impossibilidade do acesso à terra pelo camponês, em contextos de agricultura dependente fundamentalmente de capital, onde houvesse ausência de mercado capaz de absorver produtos diferenciados ou tipicamente camponeses, isto é, altamente dependentes de trabalho intenso e qualificado. Esta teoria condiz com o que está sendo proposto contemporaneamente para a agricultura familiar, ao sugerir-se que o agricultor familiar deva dedicar-se à produção de produtos diferenciados e abandonar aqueles produtos que requerem escala de produção.

### 3.2 TERRA, TRABALHO E FAMÍLIA – CATEGORIAS ESTRUTURANTES DE UM MODO DE VIVER CAMPONÊS

Discute-se neste tópico os fatores condicionantes da territorialização camponesa, por se entender que eles foram e continuam sendo determinantes para a permanência ou reinserção de um agricultor no meio rural. O modo de vida camponês, predecessor daquele do agricultor familiar moderno, foi moldado e solidificado a partir dos fatores estruturantes: terra, trabalho, família e comunidade de pertencimento.

Como tratado antes, tanto Chayanov quanto Weber, em suas abordagens sobre as condições facilitadoras da territorialização camponesa, elegem os fatores: “terra”, “trabalho” e “família” como determinantes, por permitirem a reprodução do campesinato não obstante as dificuldades impostas pela agricultura capitalista.

Um elemento que sempre esteve diretamente relacionado ao *enraizamento* ou à territorialização, no contexto da organização agrícola de base camponesa, é o trabalho. O que não raro caracterizou o empreendimento agrícola de base familiar foi a possibilidade de ocupação de todos os membros da família (ou pelo menos da maioria) em tarefas ligadas à unidade produtiva agrícola.

Como sugere Wolf (2003, p. 100), a família desempenha multifunções e “retém a condição de organização multipropósitos”. No caso da família camponesa, às suas características de autoexploração, adaptabilidade às variações das condições de vida e multifuncionalidade, acrescenta-se ainda a de sua capacidade ou propensão à cooperação comunitária.

Bourdieu, discorrendo sobre a gênese e estrutura do campo burocrático, diz que a família, tal como aprendemos a aceitá-la, é uma criação ou construção simbólica, carregada de normatividade, funcionalidade e moralidade. Por isso ele a considera “o lugar da reprodução social”, uma vez que:

De fato, a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o ‘sujeito’ principal das estratégias de reprodução. (BOURDIEU, 2007, p. 131).

A concepção de família camponesa parece carregar de forma ainda mais consistente esses atributos. A categoria família no âmbito do campesinato compõe, juntamente com as categorias terra e trabalho, a tríade definidora de uma certa ordem moral, a campesinidade, nos termos propostos por Woortman (1990). Segundo a autora, estas categorias são reconhecidas como fundamentais para a explicação do campesinato, enquanto ordem moral, diferentemente do empreendimento que se justifica por objetivos meramente mercantilistas. Tedesco (1999), por sua vez, analisando especificamente a lógica da reprodução social de famílias de colonos no Rio Grande do Sul, diz que as categorias terra, trabalho e família determinam a consolidação do *ethos* de colono. O autor aproxima sua noção de *ethos* à ideia de campesinidade, fazendo o seguinte esclarecimento:

Ao tematizarmos o *ethos*, então, temos presente as noções de incorporação de sistemas que caracterizam formas de vida, estilos de ação, disposições (morais, estéticas e culturais), quadros de referência e condutas; todas elas em dinamismo/confronto com processos sociais e visões de mundo. (TEDESCO, 1999, p. 20).

Em outras palavras, as categorias *terra, trabalho e família* estão intimamente imbricadas na cultura camponesa, porque são constituidoras de uma totalidade. Na vida camponesa, não se pensa a terra, sem se pensar a família e o trabalho. A esta tríade poder-se-ia acrescentar a “comunidade de pertencimento ou de enraizamento” como o prolongamento da família. Efetivamente a comunidade de pertencimento, centralizada no espaço religioso (a capela) e no recreativo (o pavilhão de festas, com cancha de bochas) pode ser considerada como um espaço emblemático da tradição das colônias de descendentes de europeus no Sul do Brasil, cuja funcionalidade persiste no atual momento, conforme será mostrado ao longo desta tese.

A categoria comunidade circundante, como prolongamento da família, espaço da socialização, da entreajuda ou reciprocidade, da expressão da religiosidade, e das contradições (sacro/profano, moral/imoral), como apontou Tedesco (1999), tem sido historicamente um espaço típico das comunidades das colônias no Rio Grande do Sul. O principal elemento articulador da comunidade da colônia de descendência europeia foi a capela (CARINI, 2005). Segundo Maestri (2001), as capelas coloniais, típicas das primeiras colônias italianas instaladas na Serra do nordeste do Rio Grande do Sul eram centros culturais, políticos e religiosos das linhas, picadas e travessões. Além da capela, o núcleo comunitário contava com

o pavilhão para festas e outros eventos da comunidade, anexo ao qual existia a cancha de bocha.

A comunidade rural teve, portanto, para a colônia uma força integradora, como local da manifestação da dádiva, da amizade desinteressada, do apreço pelo outro, da socialização. A comunidade rural da colônia, edificada nas linhas, picadas, travessões dos assentamentos de colonos do Sul do Brasil, constituía um mundo relativamente fechado, onde se desenvolviam relações sociais entre semelhantes, onde a reprodução social intergeracional era assegurada pela proximidade étnica e parental (WOORTMANN, 1995). Obviamente, essa centralidade e harmonia derivavam da forma como funcionavam as estruturas definidoras de cada unidade familiar: o casamento entre indivíduos de uma mesma comunidade ou comunidades próximas; a sucessão e a herança como garantidoras da reprodução social da família; a inacessibilidade ao ensino superior dos filhos de agricultores e a própria distância em relação ao mundo urbano.

### 3.3 RECIPROCIDADE CAMPONESA EXPRESSA NA COMUNIDADE DE PERTENCIMENTO

A reciprocidade constituiu-se historicamente em um dos principais pontos de sustentação da territorialização dos colonos, expressa na comunidade de pertencimento. Segundo Sabourin (2009), a reciprocidade camponesa nasce e se fortalece na comunidade rural. Diz que a palavra “comunidade”, além de se referir à territorialidade-proximidade, carrega as noções de parentesco, espiritualidade (religiosa) e compartilhamento de recursos. Destarte, a comunidade camponesa brasileira assenta-se nos princípios de parentesco, localidade, sentimento de pertencimento e reciprocidade.

Analisando as “condições estruturantes” da reciprocidade no âmbito das comunidades camponesas do Nordeste do Brasil e valendo-se do referencial teórico sobre reciprocidade proposto por Temple, Sabourin (2009) destaca que a ajuda mútua entre camponeses corresponde a três tipos de estruturas elementares de reciprocidade: a reciprocidade binária, o compartilhamento do trabalho e a reciprocidade em forma de estrela. A primeira baseia-se na aliança ou relação regular entre duas famílias, geralmente entre vizinhos e compadres, resultando em uma reciprocidade que pode ser simétrica ou assimétrica. No segundo caso, ocorre a mobilização de todas as famílias de uma comunidade para a realização de um

trabalho em benefício de um agricultor (é o típico caso do mutirão brasileiro). Por fim, na reciprocidade em forma de estrela, ocorre a mobilização de todas as famílias da comunidade para assumir responsabilidades específicas em benefício da comunidade em geral, como é o caso da construção de um salão comunitário, uma capela, um açude comum.

Segundo o mesmo autor, no âmbito de uma comunidade camponesa, as relações de reciprocidade se dão em contraposição às relações meramente mercantis. Enquanto nas primeiras, fatores como a amizade e a religiosidade induzem ao compartilhamento e à ajuda mútua, nas últimas, fatores como a monetarização e a mercantilização induzem à competitividade e ao individualismo. Por isso, ele sugere o uso dos conceitos *troca* e *reciprocidade* em vez de mercantil e não mercantil, pois entende que se trata de uma dicotomia conceitual ou de dois princípios econômicos de natureza diferente, que têm entre si uma relação dialética. O autor apresenta essa dualidade nos modos de regulação existentes nas relações sociais camponesas, como dois tipos ideais, sendo que:

As regras de reciprocidade envolvem as relações de parentesco, aliança, ajuda mútua, dádiva, dote e herança. As regras da troca são aplicadas ao comércio, no marco do mercado capitalista e a certas prestações de trabalho ou serviço que passam a ser contabilizadas. (SABOURIN, 2009, p. 209).

É possível, no entanto, que possam ocorrer enganos na avaliação de relações de reciprocidade de uma comunidade camponesa, quando estas são mobilizadas em favor da produção de valores de troca e não são percebidos ou são parcialmente percebidos valores como a solidariedade e o compartilhamento.

O autor lembra ainda que:

A ajuda mútua e o compartilhamento dos saberes e da práxis constroem relações sociais e econômicas de reciprocidade que, por sua vez, produzem valores humanos éticos: respeito, amizade, confiança e principalmente responsabilidade e equidade. Participar da reprodução de tais valores sela alianças interindividuais e coletivas que contribuem para a parceria institucional. [...] As prestações de ajuda mútua, do compartilhamento do trabalho e do manejo coletivo de recursos comuns partilhados dão alguns exemplos de práticas econômicas gratuitas, baseadas no princípio da reciprocidade, que são essenciais para o desenvolvimento da produção agrícola. Mas como vimos, são também fundamentais para se manter a coesão da organização social em torno de valores humanos afetivos e éticos comuns. (SABOURIN, 2009, p. 217-260).

Dessa forma, o autor reafirma sua tese de que existe incompatibilidade ou impossibilidade de coexistência harmoniosa entre o princípio da troca e o princípio da reciprocidade. Para ele, “[...] a reciprocidade não se mistura à troca, e vice-versa. No melhor dos casos elas convivem; e, muitas vezes, uma domina a outra” (SABOURIN, 2009, p. 268).

### 3.4 MUDANÇAS NOS FORMATOS SOCIAIS E PRODUTIVOS RURAIS CONTEMPORÂNEOS: O PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA

O século XX, sobretudo a segunda metade, trouxe profundas mudanças ao meio rural, não apenas nos países ditos centrais, mas, também, nos países do chamado Terceiro Mundo. A penetração da racionalidade instrumental-mercantilista nos campos e a aproximação do homem rural com o mundo urbano, através do progresso das ciências das comunicações e dos transportes, promoveram a desterritorialização de milhões de camponeses em todo o mundo. Entretanto, indaga-se: Está o camponês irremediavelmente morto?

Fazendo coro com a teoria marxista leninista-kausiana, a morte do campesinato frente ao avanço do capitalismo no campo foi anunciada por Mendras (1978, p. 13):

A autarcia econômica, demográfica, social e cultural torna-se incompatível com o desenvolvimento de nossa sociedade. O camponês transforma-se em produtor agrícola que é, ao mesmo tempo, “empreiteiro” e “trabalhador”, proprietário de seus meios de produção, mas que não utiliza – ou só em pequena escala – mão-de-obra assalariada. O aldeão torna-se consumidor, da mesma forma que os cidadãos, já que chega mesmo a comprar seu pão, renúncia suprema para o camponês tradicional. A civilização urbana penetra na aldeia, a cultura chamada de “massa” oblitera a cultura camponesa. O fim dos camponeses [...], marca o término de um tipo de sociedade milenar cujo arranjo estrutural e cujos modos de transformação são aqui analisados. (MENDRAS, 1978, p. 13).

Discutindo o indicador simbólico da dominação econômica, Bourdieu (2000) admite os limites da reprodução social do campesinato francês ao referi-la como “reprodução proibida”. Nos termos propostos pelo autor, a aproximação cada vez maior da família do camponês ao mundo citadino induz aos casamentos fora do mundo campesino. Para rejeitar ou perder o gosto pelo campo, o camponês tem que entrar no jogo de conversão coletiva da visão de mundo. Se ele permanecesse fechado em torno de seus valores e crenças, não

perceberia a cidade como um bom lugar para se viver. Entretanto, este rompimento é cada vez mais facilitado, sendo as mulheres, principalmente e as filhas mais moças, as mais receptivas às mudanças no *habitus*. Segundo esse autor, romper-se-ia, assim, a fronteira do mundo camponês. A “autarquia psicológica” que mantinha o mundo familiar fechado acaba, e a tendência é o próprio esfacelamento da secular estrutura familiar camponesa.

Os grandes herdeiros condenados ao celibato são as vítimas da concorrência que passou a dominar um mercado matrimonial até então protegido pelos vínculos e pelos controles, não raro mal tolerados, da tradição. Ao determinar uma desvalorização brutal de todos os produtos do modo camponês de produção e reprodução, de tudo o que as famílias camponesas têm para oferecer, quer seja a terra e a vida no campo, quer seja o próprio ser do camponês, sua linguagem, sua roupa, suas maneiras, sua postura e até seu ‘físico’, a unificação do mercado neutraliza os mecanismos sociais que lhe garantiam, nos limites de um mercado restrito, um monopólio de fato, capaz de lhe fornecer todas as mulheres necessárias à reprodução social do grupo, e somente estas. (BOURDIEU, 2000, p. 107).

Uma importante contribuição para uma discussão teórica sobre as tipologias de grupos agrários existentes hoje no contexto capitalista é apresentada por Ploeg (2008). Sobre a caracterização dos grupos agrários contemporâneos, ele sustenta que o campesinato de fato desapareceu, porém admite que ainda persiste a “condição camponesa” nesses grupos, uma vez que considera existirem diferentes graus de campesinidade que variam no tempo e no espaço. A “condição camponesa” pode ser encontrada tanto no rural dos países centrais quanto dos periféricos e pode ser entendida, nos seguintes termos:

A condição camponesa representa um fluxo através do tempo. Ela é, pelo menos potencialmente, um processo dinâmico que pode se desenvolver em direções diferentes, com ritmos diferentes e através de mecanismos distintos, dependendo da condição social em que estiver imersa. [...] Sendo essencialmente um processo, torna-se possível, do ponto de vista analítico, discutir a condição camponesa em termos de “descampesinização” e “recampesinização”. (PLOEG, 2008, p. 52).

Cada vez mais, perpassada pela lógica do capital ou pelo interesse econômico e próxima da influência do modernismo vindo do mundo urbano, a comunidade tipicamente camponesa estaria se enfraquecendo, também, no Brasil. No contexto do Rio Grande do Sul, a agricultura familiar, predominantemente originada da colonização europeia, inseriu-se na lógica do capital e/ou do mercado desde sua origem no século XIX. Porém, foi a partir de fins

dos anos de 1960, com o advento da chamada “Revolução Verde”, que o empreendimento agrícola familiar assumiu formas produtivas e sociais, enquadradas no receituário da modernização capitalista, não obstante permaneçam formas que se identificam com a tradicionalidade.

### **3.4.1 O Debate Político e Teórico-Conceitual sobre a Territorialização do “Campesinato Brasileiro” dos Anos de 1960-70**

Como referido, as discussões teóricas acerca da existência e das características do campesinato brasileiro ganharam fôlego nos anos de 1960 e de 1970, resultando em várias produções bibliográficas, de autores de campos disciplinares diversos (sociologia, geografia, história, antropologia). O debate relacionado ao mundo rural centrava-se tanto em discussões de natureza política, sobretudo, sob o enfoque neomarxista da luta de classes, destacando o papel histórico do campesinato na sociedade brasileira, quanto em discussões de natureza teórico-conceitual na tentativa de explicar suas particularidades no conjunto da sociedade rural brasileira da época. Autores como Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Junior, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Otávio Guilherme Velho deixaram importantes contribuições para análises posteriores, particularmente para o campo da sociologia rural.

Fazendo referência a uma suposta dicotomia histórica existente no Brasil rural entre uma economia fechada, autônoma, representada pelos “sitiantes”, formadora de comunidades denominadas “bairros”<sup>4</sup> e uma economia de mercado ou “economia da sociedade global”, representada pelos latifundiários, Queiroz (2009) previa já nos idos de 1960 a metamorfose da primeira, que passaria para a economia de mercado, desde que fossem criadas as condições para esses sitiantes. No limite, ela entendia que deveria ser dado a eles o direito de acesso a dois recursos: instrução e financiamento. Entretanto, a autora reconhecia que, pelo fato de não ter “desenvolvimento mental suficiente”, o sitiante não conseguia aumentar o rendimento do trabalho que lhe permitisse incorporar-se à produção de mercado. Assim, enquanto existissem terras devolutas no Brasil e enquanto não se instruísem os sitiantes, a “economia rural

---

<sup>4</sup> A expressão “bairro” como designativo de uma comunidade rural é utilizada por Cândido que a define como: “unidade por excelência da sociabilidade caipira”. O autor sugere ainda que “aquém dele não há vida social estável, e sim o fenômeno ocasional do morador isolado, que tende a superar este estágio, ou cair em anomia; além dele, há agrupamentos complexos, relações mais seguidas com o mundo exterior, características de uma sociabilidade mais rica” (CÂNDIDO, 2009, p. 199).

fechada” tenderia a reproduzir-se nos sertões brasileiros, tornando apreensivos os desenvolvimentistas da época (QUEIROZ, 2009). Observa-se que a tese da autora se ancora exclusivamente no fator econômico e dentro do contexto da emergente modernidade capitalista brasileira que se fazia sentir no campo brasileiro da época. A territorialização do camponês de Queiroz, identificado como sitiante, portanto, dependeria de sua metamorfose em agricultor moderno, caso contrário a degradação econômica e social seria uma tendência no interior dos estados brasileiros. No trecho a seguir, a autora traça um quadro sinistro no horizonte do rural brasileiro contemporâneo, com reflexos também no mundo urbano em expansão:

O que sucede no estado de São Paulo aponta um triste caminho ao sitiante, o caminho da ruína sem remédio. O desenvolvimento econômico excessivamente rápido de certas regiões do país tem igual resultado, por atrair um número muito elevado de braços que desertam as lides agrícolas dos “bairros” atrás da miragem de salários elevados e de enriquecimento fácil; os que permanecem, insuficientes para ganhar a vida das famílias, sofrerão também abaixamento de seus níveis de vida, sem falar na falta de gêneros para vilarejos e povoados, nos quais parte da população depende também das pequenas roças dos sitiantes circunvizinhos. Nas cidades, o acúmulo de uma mão-de-obra mal preparada para a vida urbana tende a ser excelente meio de cultura para a formação de vagabundos e degenerados. Desequilibrada a vida do campo, para a grande parte da população, poder-se-á manter o ritmo do desenvolvimento econômico geral? (QUEIROZ, 2009, p. 66).

O campesinato brasileiro é colocado como uma forma social residual em vias de extinção, esmagado pelo avanço industrial. A vida nos “bairros” bucólicos, com suas rotinas, com seus círculos de trocas restritos, com suas racionalidades produtivas tenderia a ser drasticamente impactada, com o despovoamento gradativo promovido pelo êxodo constante. A racionalidade modernista, fundada no capital financeiro e intelectual, para a autora, poderia resolver esse problema, por inserir o sitiante na economia de mercado. No limite, esta é a base do fundamento teórico da corrente acadêmica modernista para explicar a metamorfose do camponês em agricultor familiar, isto é, a identidade de agricultor familiar foi construída a partir de uma concepção economicista que a coloca em oposição à do camponês tradicional. A representação social de agricultor familiar aqui se aproxima da ideia de agricultor moderno postulada por Weber ao se referir ao camponês alemão ocidental do século XIX. Em ambos os casos, a modernidade é colocada como um caminho definido exclusivamente pelo mercado global. Ademais, a autora expressa uma preocupação que era recorrente no meio acadêmico e

político da época, qual seja, a da luta incansável pela superação do atraso econômico e/ou subdesenvolvimento, ideia postulada, sobretudo, pela corrente dos *cepalinos*<sup>5</sup>.

Na mesma linha economicista de Queiroz e a partir do enfoque neomarxista da luta de classes, Velho (2009), considerando a aplicabilidade do conceito de camponês à análise do meio rural brasileiro, estabelece uma dicotomia entre “campesinidade” e “proletarização”. Levando em consideração a disponibilidade de terra e de mão-de-obra, enquanto fatores determinantes na configuração dos formatos sociais rurais brasileiros dos anos de 1960, o autor sugere que a condição de camponês e a de proletário seriam dois casos limite no Brasil, determinados ora pela abundância de terra e escassez de mão-de-obra, ora pela escassez de terra e abundância de mão-de-obra. Mas o autor adverte que entre esses casos limite, configuram-se numerosas situações que só o trabalho de campo poderia elucidar.

Trata-se, porém, de uma questão empírica a ser investigada: a de verificar como situar as diversas ocorrências concretas que se apresentam em nosso meio rural. Desde já, fica consignado que certamente não se trata de tarefa fácil, dada a variedade de manifestações locais de agrupamentos e classes. (VELHO, 2009, p. 91).

Portanto, as condições determinantes da territorialização camponesa seriam, segundo Velho, a abundância de terras e a escassez de mão-de-obra, somadas à fraca integração aos mercados, de acordo com o esquema reproduzido a seguir. Essas condições eram encontradas nas frentes de expansão existentes no Brasil, sobretudo, nas regiões de fronteira agrícola da época: Norte e Nordeste.

---

<sup>5</sup> Economistas e outros cientistas sociais, membros da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), órgão da ONU, criado no final da década de 1940 para discutir a questão do subdesenvolvimento da América Latina e propor medidas para superá-lo. Ver: Fonseca (2000).

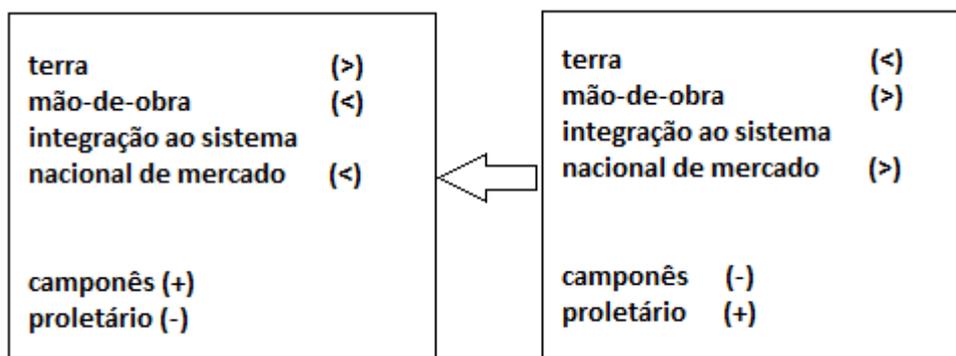


Figura 3 – Formatos sociais rurais brasileiros dos anos de 1960, segundo Otávio Velho.

Fonte: Velho (2009, p. 94).

A partir da tese do autor, fica bastante explícita a ideia da inviabilidade da continuidade da territorialização camponesa, à medida que vai se esgotando o estoque de terras ou mediante o incremento demográfico. Isso fatalmente poderia acontecer com a “crise da terra camponesa”, após o esgotamento das frentes de expansão em terras devolutas<sup>6</sup>.

Veja-se que, para Velho, a capitalização e a profissionalização do camponês das frentes de expansão não são possibilidades consideradas ou determinantes para a configuração de novos formatos sociais rurais no Brasil, diferentemente do que sugere Queiroz. Isto é, para Velho, o esgotamento gradativo do estoque de terras nas frentes de expansão, devido ao avanço da privatização capitalista redundaria na desterritorialização do camponês e na sua proletarianização.

Também na perspectiva neomarxista da luta de classes, admitindo a existência de um Brasil feudal anterior ao Brasil capitalista, Guimarães (2009) sugere que a territorialização da classe camponesa, representada segundo ele por trabalhadores rurais miseráveis, constantemente subjugados pela classe dominante, sempre existiu no Brasil, pois:

Jamais, ao longo de toda a história da sociedade brasileira, esteve ausente, por um instante sequer, o inconciliável antagonismo entre a classe dos latifundiários e a classe camponesa, tal como igualmente sucedeu em qualquer tempo e em qualquer outra parte do mundo. (GUIMARÃES, 2009, p. 48).

<sup>6</sup> No próximo capítulo são apresentadas algumas considerações sobre as frentes de expansão.

Segundo o autor, a “classe camponesa”, que vivia nas brechas deixadas pelo latifúndio (espaços entre as sesmarias), nas sesmarias abandonadas ou não totalmente cultivadas e nas terras devolutas, constituiu-se como contraponto ao latifúndio sesmarial e compunha-se de milhões de trabalhadores de variadas etnias (negros e mulatos forros ou fugidos da escravidão, índios destribalizados, mestiços de todas as matizes e categorias e brancos de origem portuguesa). Segundo Guimarães (2009, p. 51), “intrusos e posseiros foram os precursores da pequena propriedade camponesa”, o autor salienta que devido a esse atrevimento e bravura na busca por uma nesga de chão para o seu sustento, muitos camponeses pagaram com a vida.

De acordo com esse autor, portanto, a territorialização camponesa no Brasil esteve historicamente limitada pela resistência latifundiária, constituindo-se em uma luta entre as populações pobres do campo contra os todo-poderosos senhores da terra, situação que só se alteraria no sul, a partir do século XIX, com a chegada dos imigrantes europeus.

Pelo que precede, buscou-se neste capítulo trazer à tona alguns elementos teóricos clássicos e contemporâneos, que pudessem contribuir para o entendimento dos processos contemporâneos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização de populações rurais, particularmente, no caso brasileiro. Postula-se aqui que teorias como a da racionalidade em Weber e das representações sociais permitem estabelecer nexos explicativos sobre tomadas de decisão por parte das populações rurais quanto às mobilidades espaciais – migrações campo-campo ou migrações campo-cidade – diante das condições que lhes são oferecidas, nos diferentes cenários históricos e contextos geográficos.

O próximo capítulo resgata aspectos históricos do processo de desreterritorialização de populações rurais do Norte do Rio Grande do Sul, atendo-se a uma temporalidade fixa que abarca o final do século XIX até o final do século XX, período em que se consolidou a apropriação oficial das chamadas terras de matas na região, estabelecendo-se a última fronteira agrícola no Estado sulino.

## **4 AS DESRETERITORIALIZAÇÕES DOS RURAIS DO NORTE DO RS: DO FINAL DO SÉCULO XIX AO FINAL DO SÉCULO XX**

A história das populações rurais do Norte do Rio Grande do Sul deve ser reconhecida como uma história pontilhada por lutas por território. A partir do final do século XIX, a última fronteira agrícola do Rio Grande do Sul – região ainda coberta por florestas (mata atlântica e de araucárias) preservadas – se torna ponto de encontro entre três segmentos sociais: o indígena, o caboclo (pequeno posseiro) e o colono de descendência europeia.

Essa história, no entanto, não está ainda suficientemente analisada pela historiografia contemporânea. Não se tem a pretensão de aprofundar este debate no escopo deste capítulo de forma exaustiva, tarefa desnecessária por fugir, em parte, ao que foi proposto nesta tese. Ainda assim, pretende-se pontuar alguns eventos com o intuito de entender melhor tanto o contexto das lutas por território em si, quanto as estratégias de seus protagonistas.

### **4.1 O AVANÇO DA “FRONTEIRA DA CIVILIZAÇÃO” NO BRASIL**

A história da expansão ou da ocupação demográfica e econômica do espaço geográfico brasileiro ao longo de 500 anos foi marcada por desencontros, conflitos, destruições e mortes. Como sugere Martins (2009, p. 132): “A história contemporânea da fronteira, no Brasil, é a história das lutas étnicas e sociais”. A luta pela conquista de territórios ou para não perdê-los, num contexto geográfico de milhões de quilômetros quadrados de terras férteis, tem colocado frente a frente, em diferentes momentos da história nacional e em regiões diversas, grupos étnicos e sociais distintos, constituindo uma fronteira onde há um desencontro de temporalidades históricas (MARTINS, 2009). Esse desencontro na fronteira dá-se porque de um lado se colocam os ditos civilizados e de outro os índios ou porque de um lado está o latifundiário e/ou o agricultor capitalista e de outro o camponês (caboclo posseiro).

Ao reconhecer a fronteira como um lugar de alteridade, onde o conflito impede a fusão dos tempos e a história da diversidade e da pluralidade não é reconhecida, Martins analisa o fenômeno da ocupação territorial do espaço brasileiro induzida pela lógica do mercado e suas consequências sobre as populações tradicionais, a partir de um referencial teórico do campo

da antropologia, da geografia e da história. Assim, ele tece considerações sobre as conceituações inerentes à condição de fronteira. Sublinha que uma corrente dos geógrafos dos anos de 1940 definiu como *zona pioneira* ou *frente pioneira* a linha de contato entre o moderno e o arcaico ou a linha limite entre moderno e “vazio demográfico”. Por sua vez, a corrente antropológica dos anos de 1950, preocupada com os impactos causados pela expansão da população branca sobre as populações indígenas, ao inserir no contexto da expansão também as populações pobres (rotineiras, não indígenas) como garimpeiros, vaqueiros, posseiros, etc., definiu essas frentes de deslocamento de populações civilizadas e de atividades econômicas como *frentes de expansão*.

Apoiado em estudos de autores que estabelecem uma diferenciação entre fronteira demográfica e fronteira econômica, Martins (2009, p. 138) remete a discussão sobre a problemática dos conflitos em áreas de fronteiras brasileiras para o terreno da historiografia, ao sugerir que:

É possível, assim, fazer uma primeira *datação histórica*: adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora. Digo que se trata de uma primeira datação histórica porque cada uma dessas faixas está ocupada por populações que ou estão *no limite da história*, como é o caso das populações indígenas, ou estão inseridas *diversamente na história*, como é o caso dos não-índios, sejam eles camponeses peões ou empresários. (MARTINS, 2009, p. 138, grifo do autor).

As duas fronteiras remetem a dois diferentes contextos da ocupação territorial: o da frente de expansão e o da frente pioneira. Porém, o autor adverte que a distinção entre tais frentes é um instrumento útil apenas quando as duas concepções são trabalhadas na sua unidade, quando é destacada a temporalidade própria da situação de cada grupo social da fronteira, não só como diversidade social de categorias sociais, mas também como diversidade em relação aos modos e tempos de sua participação na história. Complementa dizendo que o tempo do camponês inserido numa economia de excedentes é um, enquanto o tempo do agricultor moderno é outro, assim como o do grande empresário rural e o do índio.

O autor reconhece ainda que no Brasil, para os membros da sociedade de fronteira, esta aparece frequentemente como o limite do humano. Ela é o limite da humanidade. Para além dela está o não humano, o natural, o animal. Em sua reflexão, o autor se atém, sobretudo, no avanço da fronteira pelo Norte do Brasil, na segunda metade do século XX. Reconhece-se, no entanto, que esta situação deu-se, também, no Norte-Noroeste do Rio Grande do Sul, entre o final do século XIX e começo do século XX.

#### 4.2 O AVANÇO DA FRONTEIRA ECONÔMICA NO NORTE-NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Os primeiros povoamentos formados mediante iniciativas de conquistadores europeus no Rio Grande do Sul aconteceram através das missões jesuíticas espanholas, na fronteira oeste, a partir da primeira metade do século XVI. Mais tarde, dada a disputa territorial entre as coroas de Espanha e Portugal pela banda oriental da Bacia do Rio Uruguai, o incentivo à ocupação oficial deu-se pela distribuição de sesmarias a militares, dando origem às estâncias militares, ao longo dos séculos XVIII e XIX. Esse movimento ou deslocamento de populações brancas sobre territórios tribais ocorre de forma não sistemática e atinge as áreas de campos do Planalto Médio, do sul e do sudoeste do Estado. Concomitantemente, caboclos e tropeiros se embrenham nas matas do Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul, fenômeno desencadeado pelos ciclos do bandeirantismo e do tropeirismo de muares. Neste momento, surge uma primeira situação de fronteira, nos termos propostos por Martins (2009).

Com a independência do Brasil, em uma busca pela consolidação do Estado-Nação, à continuação da estratégia geopolítica iniciada no Estado colonial de definir as fronteiras internacionais com os países da região do Prata, somava-se o desejo do Estado Provincial em introduzir uma outra matriz econômica para o Rio Grande do Sul, ao lado da pecuária. Foram então instaladas as primeiras colônias de imigrantes europeus no Estado, com a introdução de famílias alemãs nos vales dos rios dos Sinos, Caí e Taquari a partir de 1824. A colonização a partir de imigrantes europeus prosseguiu ao longo da segunda metade do século XIX, com a formação de colônias de imigrantes italianos, na encosta inferior e superior da Serra do Nordeste. Estes primeiros núcleos coloniais de alemães e italianos – mesclados por núcleos étnicos minoritários, como o de poloneses – formaram o que Roche (1969) denominou de “colônias velhas”.

A partir do final do século XIX, inicia a ocupação das áreas de matas do Norte-Noroeste, processo que se consolida em meados do século XX. São principalmente colônias multiétnicas que se originam dos fluxos migratórios internos, oriundos das colônias velhas. Porém, formam-se também várias colônias etnicamente homogêneas, sobretudo, constituídas por colonos de origem alemã, que resultam de um duplo movimento: tanto das migrações internas, quanto de migrações internacionais.

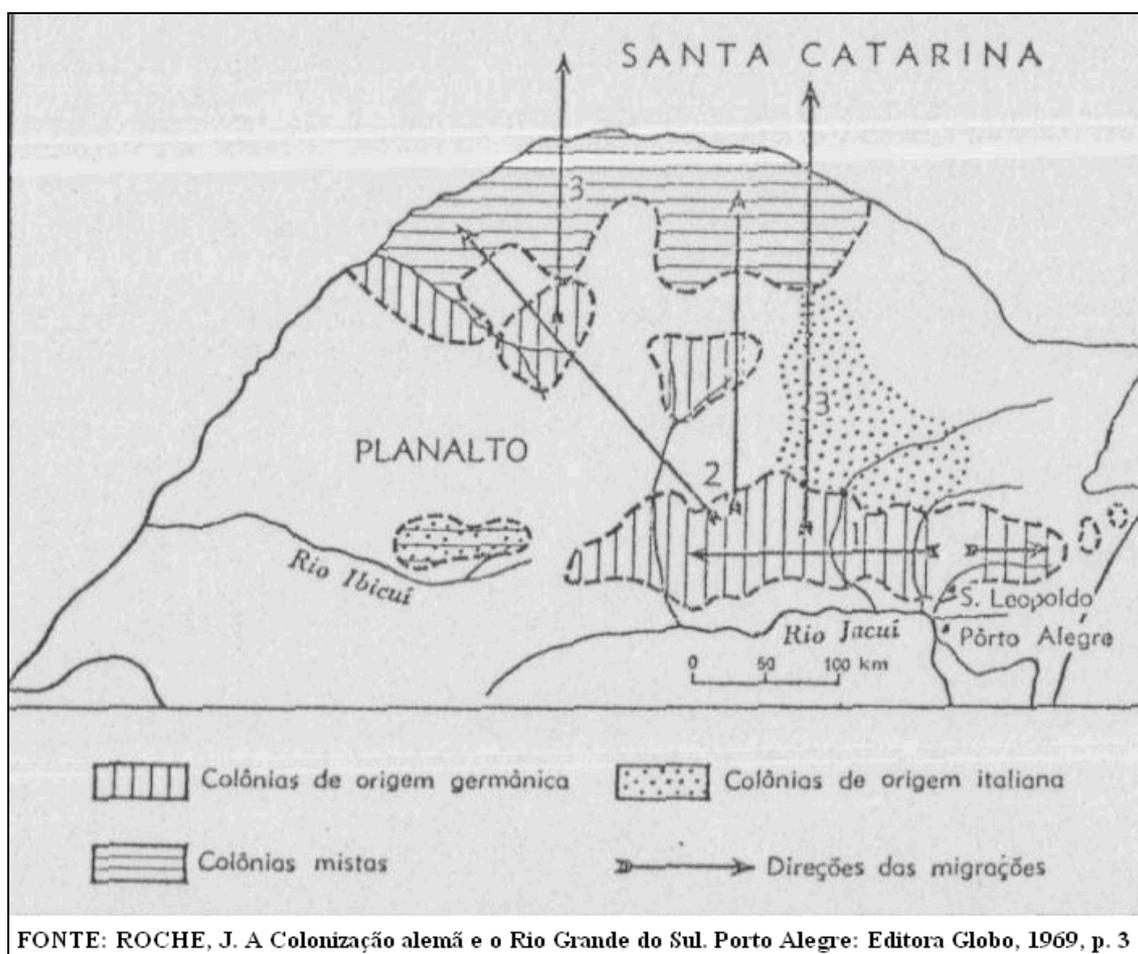


Figura 4 – Territorialização da agricultura familiar-colonial em áreas de matas do Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX

Fonte: Roche (1969).

O período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX marca, portanto, a configuração de uma segunda situação de fronteira no Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul. Novamente o Estado se coloca como estrategista e agente da civilização, porém agora atentando mais para objetivos econômicos do que geopolíticos. Fazia parte da

ideologia positivista, castilhistaborgista<sup>1</sup>, a ideia da colonização a partir da matriz étnica europeia, como estratégia para modernização e consolidação de mercados.

Com o objetivo de sintetizar os acontecimentos desencadeadores de conflitos na luta por territórios e os atores envolvidos nessas disputas, situando-os na linha do tempo histórico, com fulcro na tese de Martins, elaborou-se o esquema a seguir (Figura 5), sem ter a pretensão de fazer simplificações ou reducionismos. A ideia é mostrar como, em diferentes momentos, diferentes atores constituíram a sociedade de fronteira, como propôs Martins (2009, p. 141).

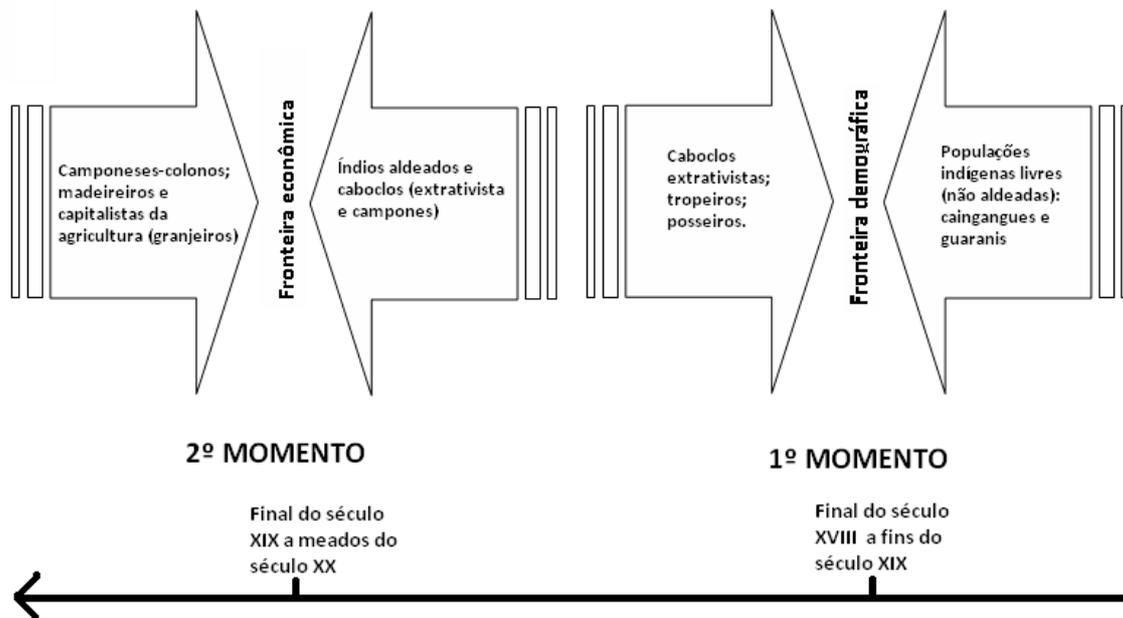


Figura 5 – Fronteiras de conflitos por território no Norte-Noroeste do Rio Grande do Sul em diferentes momentos.

Fonte: Adaptado de Carini (2005, p. 180) e baseado na teoria de Martins (2009, p. 132-167).

A fronteira que se estabelece no primeiro momento, esse em que se coloca pela primeira vez o “civilizado” à frente do “selvagem”, não tem o poder de impacto degradante e desterritorializante quanto à fronteira do segundo momento. O deficitário acervo tecnológico e a fraca inserção nos mercados dos atores colocados do lado da “civilização” – como no caso

<sup>1</sup> Na análise da história política do Rio Grande do Sul, a ideologia castilhistaborgista é referida para designar o pensamento político representado pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR), que predominou no Estado entre 1893 a 1930, período marcado pelo autoritarismo de dois governos: Julio de Castilhos e Borges de Medeiros, respectivamente.

dos caboclos-ervateiros, sobre os quais se discorre na sequência deste capítulo –, em um contexto econômico de prevalência de relações pré-capitalistas de produção, permite certa permeabilidade na fronteira demográfica ou certa fluidez nas relações entre os dois lados. No entanto, alguns registros documentais denunciam a existência de uma situação de conflito permanente, sobretudo, entre índios caingangues e tropeiros na região do Planalto Médio e Alto Uruguai, desde pelo menos meados do século XIX, tendo sido registrados ataques constantes de índios a grupos transeuntes e revides dos últimos, através da contratação de bugreiros, situação que ensejou a criação dos primeiros aldeamentos indígenas e as tentativas de catequese (CARINI, 2005). A primeira desterritorialização da comunidade indígena caingangue se inicia, portanto, naquele momento histórico em que tem início a ocupação das terras ditas devolutas. Assim, Estado, por meio das políticas de aldeamento, prepara o terreno para o avanço da segunda fronteira, a fronteira econômica.

A segunda fronteira desponta quando o índio já estava “amansado” e confinado nas reservas. No entanto, por mais trágico que tenha sido o ato de subtração despótica de seus territórios, reduzidos a pequenas áreas de confinamento, os indígenas se veem diante de nova ameaça desterritorializadora. Agora o lado do “civilizado”, se apresenta com armas e argumentos muito mais poderosos. A frente de expansão despreza normatizações que haviam permitido a preservação dos espaços mínimos de confinamento dos índios e se impõe também sobre territórios caboclos, de forma que há uma mudança nas partes. O “lado de lá” da fronteira passa a não contar apenas com indígenas, mas agrega, também, outros grupos pobres, considerados atrasados pelas forças civilizadoras. Este assunto é focado no próximo tópico.

#### 4.3 A TERRITORIALIDADE DO COLONO, DO INDÍGENA E DO CABOCLO NOS LIMITES DA FRONTEIRA ECONÔMICA

Não há esperança de a agricultura corresponder à riqueza produtiva sem o melhoramento das vias de comunicação, abrindo-se boas estradas de rodagem, estabelecendo-se pontes nos arroios e, sobretudo, depois disso, colonizar-se a região ubérrima [fértil] do vale do rio Uruguai em sua margem esquerda acima da freguesia de Nossa Senhora da Luz de Nonoai [Nonoai] e margem direita do rio Passo Fundo, tributário daquele. A ideia de colonizar o alto Uruguai, traduzida em fato, mudará a face das coisas. As mãos calosas do colono inteligente, revolvendo a face da terra

banhada pelas águas do magestoso rio, desvendarão tesouros que já não são mistérios para ninguém. (OLIVEIRA, 1990, p. 157).<sup>2</sup>

As citações acima indicam a visão dos políticos positivistas passofundenses do final do século XIX e apontam para as metas das políticas públicas locais para o setor agrícola: colonização via inserção de colonos de descendência europeia, que ocupariam os espaços dos caboclos e dos indígenas. Sim, não havia espaços nem para índios, nem para caboclos neste projeto.

Relativamente à ideia de desterritorialização do indígena, outro relatório da mesma câmara municipal, apresentado à Assembleia Legislativa em 1874, não deixa dúvidas sobre a visão preconceituosa das autoridades municipais da época em relação aos indígenas e sobre o desejo de transformar os territórios indígenas em territórios para colonos:

Uma colônia agrícola em Nonoai será um celeiro do Rio Grande, e mais do que isso, será também o instrumento civilizador das hordas indígenas, que vivem submersas nas trevas, amando a vadição, tendo por únicos prazeres a crápula (libertinagem) e a pilhagem (saque). [...] A agricultura que é o trabalho e a riqueza, tem em si o germen da civilização. (OLIVEIRA, 1990, p. 123-124).<sup>3</sup>

Ressalta-se que, no processo de colonização do Norte-Noroeste rio-grandense, prevaleceram dois meios de apropriação da terra: através da colonização pública e da colonização privada. Em ambos os casos a distribuição de lotes seguiu o padrão agrário colonial, com a constituição de colônias traçadas a partir de linhas ou travessões, cuja área média de cada lote era de 25 hectares. Isso reproduzia, mais ou menos, o padrão fundiário e o estilo de ocupação do espaço colonial das “colônias velhas”. Desconsiderou-se, portanto, a racionalidade de caboclos e indígenas, não acostumados a espaços restritos de ocupação intensiva para a sua territorialização.

Com a “corrida para o Norte” ou salto para o planalto, o mercado de terras na região se torna um importante fator de acumulação capitalista. Várias companhias colonizadoras se dispuseram a fazer investimentos no mercado imobiliário de terras, geralmente associando o negócio imobiliário a outros tipos de negócios, mormente o da exploração da madeira.

---

<sup>2</sup> Relatórios da Câmara Municipal de Passo Fundo remetidos à Assembléia Legislativa da Província, 1880-1881.

<sup>3</sup> Relatório da Câmara Municipal de Passo Fundo remetido à Assembléia Legislativa da Província, 1874.

Vale destacar que essas colônias multiétnicas se originaram após 1850, ou seja, depois da promulgação da Lei de terras nº 601. Essa lei passa a impedir o acesso à terra por meio da posse, como ocorria anteriormente, proibindo as aquisições de terras públicas por outra forma que não o da compra. Este é um expediente que determina o início da desterritorialização do pequeno posseiro caboclo, percebido pelo senso comum e por alguns autores como um tipo humano não acostumado “aos alambrados” ou mais acostumado a um sistema de vida errante, sem muito apego a uma comunidade específica ou sem a tradição do “aldeamento”, conforme referiu Maestri (2005).

A legitimação ou titulação das posses via medição e extração de títulos, concedidos por órgãos governamentais, favorecia os poderosos (latifúndio) e se tornava algo praticamente impossível para as populações pobres, excluídas ou apenas parcialmente incluídas nos mercados (ARDENGI, 2003; GORONDER, 2005; MARCON, 1997). Isso contribuiu significativamente para um processo de desterritorialização compulsória contínua dos camponeses caboclos, que agora passam a enfrentar cada vez mais barreiras para sua fixação ou sedentarização. Se por um lado o caboclo do Rio Grande do Sul, a exemplo do indígena (sobretudo o caingangue), tinha tendência ao nomadismo, herança de uma tradição agrícola familiar não aldeã, nos termos propostos por Maestri (2005), por outro, ele foi forçado a migrar constantemente. Como observou Martins (2009, p. 150), em sua análise sobre os efeitos do avanço da fronteira econômica em âmbito nacional:

Quando não integrados no mercado de trabalho, os camponeses eram e são expulsos de suas terras e empurrados para ‘fora’ da fronteira econômica, ou para ‘dentro’ como assalariados sazonais. Se encontram terras livres mais adiante, continuam a tendência migratória, mesmo que para pontos mais distantes. (MARTINS, 2009, p. 150).

Assim, acentua-se no Norte do Rio Grande do Sul, a exemplo de outros rincões do Brasil, o processo de desreterritorialização cabocla. À medida que o latifúndio e a fronteira agrícola definida pela ocupação de colonos de origem europeia iam avançando, as comunidades caboclas abandonaram suas terras, sob a forma de posses, por novas terras, enquanto existiam (MAESTRI, 2005). A perda do território pretérito redundava na abertura ou aquisição de novo território (sítio), porém em condições de uso mais precárias (terras de pouco valor, terrenos dobrados e pedregosos, solos de escassa fertilidade natural). Logo, a fronteira econômica “batia às portas do rancho”, induzindo a uma nova retirada, com nova

fixação logo adiante. Isso, como já foi dito, enquanto houve terras e interesse em nelas se reterritorializar. Na maioria dos casos, o destino final foi a migração para outros estados, no limiar da fronteira agrícola ou na periferia das cidades da região Norte do Estado e da grande Porto Alegre.

Por outro lado, as grandes posses, pertencentes a luso-brasileiros capitalizados, em geral estancieiros ou sesmeiros (GORONDER, 2005) ou tropeiros paulistas radicados na região Norte do Rio Grande do Sul depois da abertura do “Caminho de Palmas”<sup>4</sup>, geralmente eram facilmente legalizadas. Muitas acabam sendo posteriormente vendidas a empresas colonizadoras privadas que as fragmentavam em lotes e vendiam aos colonos de origem europeia<sup>5</sup>.

Algumas posses legitimadas eram vendidas espontaneamente, adquiridas por capitalistas que as fragmentavam e re-vendiam aos colonos oriundos das chamadas “terras velhas”. Porém, muitas vezes os grandes posseiros e as colonizadoras avançavam sobre pequenas posses e sítios pertencentes a caboclos pobres, pequenos agricultores-coletores, que não dispunham de recursos financeiros e/ou influência política para a legitimação. (MAESTRI, 2005; RÜCKERT, 1999; VENCATO, 1994). Vencato (1994, p. 171) é taxativo ao afirmar que, em Sarandi, a Colonizadora Gomes e Silva & Cia, ligada ao governo borgista por interesses político-econômicos, promovera a desterritorialização de inúmeros posseiros extrativistas que “mantinham, ciosamente, a defesa das matas, uma vez que delas se serviam para obter alimentos necessários à subsistência”. Segundo o mesmo autor, essa situação teria sido determinante para o ingresso dos caboclos da costa do Rio da Várzea nas hostes revolucionárias maragatas, na luta contra as forças governamentais borgistas na revolução de 1923, enquanto os colonos de descendência europeia teriam aderido às forças do Governo<sup>6</sup>.

Vê-se que, nos idos de 1920, se visualiza um cenário de agravamento dos conflitos sociais na fronteira econômica dessa região do Rio Grande do Sul, prenunciando a primeira “crise da terra” no Estado sulista, crise esta que se agrava a partir dos anos de 1940, com o esgotamento da colonização em terras devolutas ou fim da fronteira agrícola e invasão das

---

<sup>4</sup> O Caminho de Palmas é considerado pela historiografia regional como o último caminho das tropas, por onde passavam os muares que eram vendidos no mercado de Sorocaba, São Paulo. Iniciava em Cruz Alta - RS, cortava as matas do Médio Uruguai, nos municípios de Santo Antônio da Palmeira (hoje Palmeira das Missões) e Nonoai, passava pelo Oeste Catarinense, Centro-Oeste do Paraná, e, seguindo pelo Planalto Meridional, ia até Sorocaba-SP (MARCON, 1994).

<sup>5</sup> Como foi o caso da Colônia Xingu (atual município de Novo Xingu), que se originou de uma posse pertencente a uma cidadã de nome Rita Maria do Espírito Santo (CARINI, 2005; FENNER et al., 1997).

<sup>6</sup> Ressalte-se que na Revolução de 1923 o Rio Grande do Sul estava dividido entre dois grupos políticos. Os partidários de Borges de Medeiros (borgistas ou ximangos), representantes das forças oficiais do Governo, combateram os partidários do líder político Joaquim Francisco de Assis Brasil (assisistas ou maragatos), as forças revolucionárias.

terras indígenas por caboclos sitiantes e colonos de descendência europeia, na luta pela territorialização.

#### **4.3.1 Indígenas e Caboclos e seus “Territórios Provisórios”**

A história regional do Rio Grande do Sul já conta com uma razoável quantidade de publicações resultantes de estudos sobre as transformações territoriais ocorridas no Estado, ao longo de dois séculos, sobre lutas na definição de fronteiras, com destaque para as discussões sobre questões de limites com países da região do Prata, em que, em geral, se sobressaem textos apologéticos, enaltecendo as virtudes, a bravura e a coragem do tipo humano cognominado de “gaúcho”. No caso do Norte e Noroeste, no entanto, como foi dito no começo deste capítulo, o debate é recente. Ele centra-se nos formatos sociais rurais que se constituíram nesses contextos, sobretudo, ao longo do século XX, seus atores e mediadores e seus conflitos. Conforme se salientou, os principais atores neste palco, índios, caboclos e colonos, estabeleceram entre si relações nem sempre amistosas. Tanto indígenas quanto caboclos foram vítimas do processo de ocupação/colonização, uma vez que o projeto colonizador promoveu a destruição da base material e simbólica territorializadora de seus territórios. Trata-se do choque entre diferentes racionalidades, moldadas através de diferentes temporalidades, as quais determinam diferentes formas de relação com o meio natural e com o contexto sociocultural do entorno.

Em relação à territorialização de indígenas e de caboclos do Brasil, alguns registros documentais e estudos destacam a tendência ao nomadismo desses grupos sociais, motivado pela forma de vida mais dependente da natureza do que da agropecuária. Ao discutir o processo de formação do campesinato brasileiro, Maestri (2005) assevera que, ao contrário do que aconteceu com a América Andina e Central, o território brasileiro jamais conheceu comunidades indígenas que dominassem formas de produção agrícola avançadas ou comunidades aldeãs. Segundo esse autor, a horticultura tupi-guarani não incorporava trabalho pretérito à terra, não produzia excedentes para a formação de estoques em celeiros para provisões futuras e não conhecia culturas de ciclo longo (MAESTRI, 2005).

A tendência ao nomadismo dos caingangues do Norte do Rio Grande do Sul determinaria o caráter provisório dos primeiros aldeamentos formados em meados do século XIX no Norte da Província. Há que se ressaltar que os aldeamentos, a exemplo das reservas

demarcadas no início do século XX, foram territórios instituídos despoticamente pelo Governo Provincial ou Estadual para atender a interesses estratégicos de ocupação-colonização, nos limites das fronteiras (demográfica e econômica), como já foi inferido. Marcon (1994) afirma que, em 1850, o Governo Provincial pretendia formar um único aldeamento no Rio Grande do Sul, na região de Nonoai, reunindo indígenas de Guarita, Cacique Doble e Nonoai. Porém houve resistência da comunidade indígena, sendo que, no trajeto de Cacique Doble para Nonoai, o grupo de Doble teria sido surpreendido por um grupo inimigo entre Pontão e Nonoai, e este confronto resultou em várias mortes. Afirma ainda que “[...] os dados sobre o número de índios aldeados, a partir de 1846, oscilam violentamente de ano para ano. Onde parecia haver um aldeamento sólido, no ano seguinte os índios dispersavam-se e retornavam para as matas e somente retornavam aos aldeamentos e por algum tempo em caso de falta de alimentos ou de roupas” (MARCON, 1994, p. 128-130).

Vê-se que o avanço da frente de expansão na fronteira demográfica do Norte e Noroeste rio-grandense provocou a reação indígena. Além da migração compulsória, promoveu a destruição das bases físico-geográficas e ontológicas territorializadoras dos indígenas. Como disse Martins, além de colocar o indígena diante de uma humanidade diferente, a dos civilizados, o avanço da frente de expansão repercute tanto nos rearranjos espaciais de seus territórios, quanto nas relações intertribais (MARTINS, 2009).

É inegável a forte vinculação entre território e natureza quando se trata de sociedades indígenas, as quais, economicamente, dependem muito das condições físicas de seu entorno para viver, onde efetuam caçadas, pescadas e coletas. Porém, há que se considerar também o valor simbólico do espaço natural – terra, mata, rios, animais – para as comunidade tradicionais na construção de suas identidades. Assim, a destruição dos limites territoriais intertribais pode determinar o confronto entre tribos inimigas. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que uma comunidade tribal como a caingangue do século XIX concebia seu território como área controlada para usufruto de seus recursos, sobretudo, os naturais. Entretanto, além desse indicador, o espaço por ela apropriado servia também como referencial idealista na criação e recriação de mitos e símbolos. Aceitar o aldeamento, portanto, significava renunciar ao território pretérito e ao próprio modo de viver e pensar e, por vezes, pôr-se ao alcance do inimigo.

Destarte, a comunidade indígena caingangue do século XIX não concebia seu território como um espaço apropriado, privatizado e fragmentado, de acordo com a percepção da sociedade moderna, mas como um espaço de pertencimento e de apropriação simbólico-religiosa coletiva. Em face disso, a territorialização imposta pelo Estado pela via dos

aldeamentos ou das reservas acabou se constituindo numa ação desterritorializadora. A fixação em áreas com limites estritos impediu o indígena de atender ao seu instinto territorializante nato.

Em relação à forma cabocla de territorialização existente no Norte-Noroeste rio-grandense no século XIX e princípio do século XX, deve-se considerar sua base material de reprodução social. O caráter pouco sedentário do camponês caboclo referido por Maestri (2005) e Martini (2006) teria relação direta com as condições naturais da região, caracterizada por paisagens que alternavam campos e matas, onde os ervais dispersos exigiam longas caminhadas e abundavam as terras de matas favorecendo os pousios após algumas colheitas, numa época de fraca densidade demográfica (ZARTH, 2002). Segundo Zarth, isso também justifica a racionalidade do caboclo de então, em relação aos rudimentares sistemas agrícolas adotados. Entretanto, o mesmo autor reconhece que a condição de vida errante do caboclo existiu nos limites da fronteira econômica, onde e quando fora forçado a migrar compulsoriamente devido à apropriação das matas pelos colonizadores. Porém, em muitos casos, quando conseguiram se estabelecer próximo a extensos ervais, os caboclos tenderam à sedentarização. Essa tese é corroborada por Martins (2009) quando afirma que:

Embora tendencialmente migrem em família e até em grupo, há uma rede familiar mais extensa e viva que constitui a referência nesse movimento. Em cada etapa do deslocamento, os membros da família, os compadres, os antigos vizinhos já chegados, acolhem os que vêm depois e serão acolhidos mais adiante pelos que se foram antes. (MARTINS, 2009, p. 150).

Conforme se pode concluir pela citação, existia uma lógica territorializadora nos movimentos migratórios dos camponeses caboclos na fronteira econômica. A teia de relações de parentesco e compadrio existente para além da família era mantida após a emigração, facilitando a reterritorialização. Entretanto, havia um componente ou elemento territorializador que fora historicamente decisivo na fixação do colono, enquanto fator aglutinador ou de coesão social camponesa, como se verá no próximo tópico, que estava ausente no cotidiano do caboclo. Este elemento era a capela. O indicador simbólico capela, como índice de manifestação religiosa e local de encontros ou infraestrutura de organização social (BONETI, 1998), não existiu no mundo camponês caboclo do Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul. Desse modo, a reterritorialização tornou-se sempre provisória, ou seja, não

existindo vínculos profundos, nem com a terra nem com a comunidade de pertencimento, o caboclo estaria sempre propenso a migrar.

Para o caso específico da região de interesse nesta tese, Zarth (1998) elenca algumas estratégias territorializadoras caboclas para além do extrativismo da erva-mate, ao afirmar que:

Nas áreas onde não havia produção de mate, a possibilidade de reunir recursos econômicos para adquirir bens de consumo no mercado passava pela venda de trabalho esporádico para estancieiros, para as companhias de colonização ou para o Estado, na construção de obras ou em serviços de polícia. Na condição de agregados ou posseiros, os lavradores mantinham relações com as estâncias e com os centros de comércio, por meio dos produtos da floresta ou de suas roças – ervas medicinais, aves, pequenos animais, alimentos e tudo mais que pudessem vender ou trocar. (ZARTH, 1998, p. 63).

Vê-se que, para o autor, o caboclo do Norte e Noroeste do Estado Sulino, ao estar vinculado a alguns mercados, aos estancieiros na condição de agregado, ao Estado ou às companhias colonizadoras, mantinha certa estabilidade territorial, razão pela qual não deveria ser considerado como um nômade. Para o referido autor, os deslocamentos ou migrações ocorriam quando os imigrantes europeus ou imigrantes oriundos das colônias velhas “[...] fechavam as possibilidades dos nacionais de se reproduzirem como camponeses independentes nas zonas florestais” (ZARTH, 1998, p. 65).

Ao discutir a territorialização dos caboclos do Sudoeste do Paraná, Boneti faz coro com a tese de Zarth, ao afirmar que, antes da chegada dos migrantes de descendência europeia – catarinenses e gaúchos – ao Sudoeste do Paraná, já havia naquela região uma estrutura social e econômica sedimentada pelos caboclos (BONETI, 1998). Porém, o mesmo autor admite que os caboclos daquela região paranaense praticavam um tipo de produção expansiva, sem preocupação com a estruturação de propriedades, em face do caráter provisório de utilização da terra (BONETI, 1998, p. 99). A territorialização provisória é ressaltada ainda na obra deste autor quando ao afirmar que: “o caboclo gostava muito de cavalos, talvez por sentir-se nômade [...] Como os caboclos não possuíam uma infra-estrutura produtiva definitiva na propriedade rural, eles não dispunham de uma estrutura física de sua organização social” (BONETI, 1998, p. 95).

Gehlen (1998, p. 130), referindo-se ao processo de exclusão social a que foi submetido o caboclo, também evoca sua tendência ao nomadismo ao afirmar: “[...] o caboclo, na sua

trajetória de nômade/pioneiro, enfrentou-se com os índios, com os fazendeiros e com os colonos, porém, nunca conseguiu transformar suas possessões em propriedades”.

A racionalidade territorializadora cabocla no Médio Uruguai, região Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul, consistiu-se em uma busca constante por matas para derrubar. Como informa Taglietti (2008, p. 78), “derrubar, queimar, plantar, colher e abandonar, depois os ‘tigueros’ para não carpir”, era a rotina do caboclo sertanejo, registrada pelos funcionários da Diretoria de Terras de Frederico Westphalen em seus relatórios durante as medições e legitimações de terras no começo do século XX.

Na década de 1870, o explorador alemão Maximiliano Beschoren, em viagem ao Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, registrou a rotina de vida dos moradores da região de Nonoai. Admirava-se com o pouco apego às coisas materiais, como se pode concluir pela citação: “Mesmo que se cultivem os demais produtos como feijão, milho, mandioca, tabaco, etc, encontrando sempre um bom mercado, ninguém planta mais do que é preciso para o consumo. [...] As pessoas querem apenas viver, pensam somente no hoje” (BESCHOREN, 1989, p. 51). Na passagem por Campo Novo, na direção Noroeste do Estado, o autor reconhece a situação dos caboclos ao afirmar que “pelas casas e demais instalações conclui-se que a população é bem pobre” (1989, p. 62). Mas, reconhece também que a ideia de ‘pobre’ é apenas uma questão de ponto de vista de um europeu, ao afirmar: “Porém viajando-se por essas terras logo perde-se a mania alemã de julgar a fortuna das pessoas pela aparência e conforto como vivem” (BESCHOREN, 1989, p. 62).

A precariedade das casas, a falta de ênfase em cultivos de ciclo longo são indicadores de que a forma cabocla original de territorialização no Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul apresentava um caráter de pouca estabilidade. Maestri (2005) sustenta que nas terras caboclas, assim como nas indígenas, pela inexistência de sólidas comunidades familiares e aldeãs e pelas frágeis ligações orgânicas com a terra ocupada, a desterritorialização de caboclos e índios foi facilitada em favor, sobretudo, do avanço do latifúndio via apossamento ou compra fraudulenta.

No entanto, Zarth (2002) tem chamado atenção para o fato de que os caboclos ou “camponeses nacionais” do Sul do Brasil, notadamente os do Norte do Rio Grande do Sul, não estavam isolados nem totalmente fora dos mercados, haja vista que a produção de erva-mate destinava-se à exportação para os países do Prata. Ademais, os “camponeses nacionais” formavam um contingente populacional que viabilizava peões para o trabalho nas estâncias e para o desmatamento inicial nas colônias oficiais e particulares (ZARTH, 2002).

Enfim, o debate acadêmico-historiográfico sobre a questão da (des)territorialização indígena e cabocla no Norte do Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX ainda não acabou, porém permite visualizar pontos de confluência teórica entre as diversas correntes. O principal ponto a reter é o de que a desterritorialização desses grupos sociais deu-se inicialmente, como já foi salientado, pela destruição de suas bases materiais e simbólicas territorializadoras: o mato e a erva-mate nativa. No entanto, mais do que isso, as desterritorializações desses sujeitos foram consolidadas por políticas públicas de colonização que contemplaram o colono de descendência europeia, induzidas pela ideia de suplantação da racionalidade dos povos tradicionais pela racionalidade moderna produtivista.

Na condição de sujeito principal das frentes de expansão da região do Rio Grande do Sul em apreço, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, o caboclo experimentou desde meados do século XIX até meados do século XX um constante movimento de desterritorialização-reterritorialização-desterritorialização. Essa lógica se explica, de um lado, pelas condições econômicas, e de outro, pela própria racionalidade cabocla, que se expressa por um certo desapego ao privado. A perda da terra deu-se pela impossibilidade de legitimação, devido aos custos dos serviços cartoriais, pela pressão do latifúndio e das companhias colonizadoras, além de outros agravantes. Porém ocorreu também por meio da venda espontânea das terras aos colonos de origem europeia, em geral, mediante troca por animais, utensílios ou ferramentas, isto é, sem o envolvimento de valores em moeda, como referido por Boneti (1998). Reconhecer essas questões é renunciar ao reducionismo simplista que explica a desterritorialização cabocla apenas pela pressão externa.

A venda da terra pelo caboclo era induzida por suas necessidades imediatas. A terra apossada por ele tinha um valor de troca. Possuindo uma infraestrutura produtiva precária, o valor da mesma era estabelecido de acordo com sua área apropriada passível de utilização, sobretudo. A racionalidade territorializadora cabocla ligava-se, pois, às necessidades mais imediatas desses sujeitos, sendo a terra para eles o espaço e lugar de vida necessário para a reprodução social familiar (GEHLEN, 1998). Não existia trabalho pretérito a ser recuperado ou ressarcido e não havendo apego ao capital ou à acumulação, o caboclo tendia a migrar ante qualquer ameaça ou oferta. Após a perda ou a venda da terra, deslocava-se na direção das terras devolutas. Encontrando a mata ainda não privatizada, buscava constituir nova base territorial, reproduzindo-se socialmente, conforme sua racionalidade e condições materiais.

Os limites para a territorialização cabocla, consoante sua racionalidade territorializadora, foram estabelecidos pela colonização oficial. Os indicadores dos lotes rurais impostos pela Diretoria de Terras e Colonização (DTC) não eram compatíveis com as formas

tradicionais de exploração da terra, ameaçando a continuidade do sistema extensivo de produção (BONETI, 1998). A forma intensiva de exploração da terra induziu à quebra de tradições, alterando substancialmente as relações do “lavrador nacional” com a natureza.

A necessidade de áreas mais amplas para os cultivos e para as criações (porcos) obrigou o camponês-caboclo a fazer derrubadas mais frequentes, devido à precariedade do acervo técnico e dentro de um sistema extensivo de exploração da terra (com derrubadas, queimadas e pousios). Ademais, a fragmentação da terra em pequenos lotes privados ou individualizados alterou antigos sistemas de produção, como o sistema de *faxinal*<sup>7</sup>. Esta e outras alterações no âmbito da produção e das relações sociais do mundo caboclo do Rio Grande do Sul, como sugere Gehlen (1998), serviram para redefinir sua identidade socioprofissional e sociocultural e, em geral, produziram exclusão e pobreza.

Gehlen sustenta que, para se adaptar à nova lógica imposta pela modernização capitalista que balizou a implantação da agricultura familiar no sul do Brasil, desde meados do século XIX, bem antes da “Revolução Verde” dos anos de 1960-70, o caboclo deveria primeiro incorporar a ética do trabalho no seu *modus vivendi* (reconversão valorativa do trabalho). Além disso, deveria sujeitar-se à lógica da tecnificação, que impõe o tempo como controle e a produtividade como objetivo. Referindo-se à mudança na forma de viver e de pensar do caboclo que a lógica de modernização acarretou, o autor avalia:

É possível, portanto, imaginar o impacto que gera na estrutura de vida e de representação cabocla a modernização, entendida, em primeiro lugar, como imposição da centralidade ética do trabalho e, em segundo lugar, como a implantação de relações capitalistas e de métodos e técnicas de trabalho que buscam aumentar a produtividade do tempo de trabalho. É uma dupla conversão ou reversão do *modus vivendi* da cultura cabocla. (GEHLEN, 1998, p. 133-134).

Ao contrário do caboclo, o colono, em geral, conseguiu se adequar melhor às exigências da agricultura familiar sob o referencial moderno. Porém, é necessário enfatizar que a territorialização de colonos no Rio Grande do Sul não deve-se somente à sua vinculação com os mercados. Ela também envolveu elementos culturais e simbólicos, típicos das sociedades camponesas europeias. Esse assunto é tratado no próximo tópico.

---

<sup>7</sup> Sistema de produção que integra extrativismo, pecuária e agricultura, em que uma comunidade camponesa possui uma área de terra de mata para uso coletivo. As propriedades em geral ficam dispostas em círculo e a área de uso coletivo (mata) encontra-se nos fundos (GEHLEN, 1998). Este sistema vigora em algumas regiões do Brasil, e é preservado graças a políticas públicas específicas.

### 4.3.2 A Racionalidade Territorializadora do Colono de Descendência Europeia no Rio Grande do Sul

Conforme já referido, a colônia de descendência europeia foi introduzida no Rio Grande do Sul enquanto estratégia geopolítica e de desenvolvimento econômico. O colono europeu seria o outro desejado. Aquele que se punha ao lado dos vencedores, disposto a contribuir com sua racionalidade ocidental-cristã para “o ato civilizatório”. Assim, uma nova lógica territorializadora se instaura. À lógica territorializadora indígena e cabocla, mais baseada no nomadismo do que no sedentarismo, como propuseram Maestri (2005) e Gehlen (1998), opunha-se a lógica da colônia, fundamentada na constituição de sólidas comunidades rurais nas linhas e travessões próximos aos mercados.

#### 4.3.2.1 A capela e a comunidade

Há um elemento territorializador não econômico que se constitui em um diferencial importante na comparação entre o camponês caboclo e o colono de origem europeia. Trata-se da comunidade de pertencimento. Maestri (2005, p. 222), na discussão que faz sobre a matriz social do campesinato brasileiro, recorda que “a comunidade aldeã camponesa desempenhou sempre um papel essencial na superação tendencial do isolamento das unidades produtivas” e que nessa comunidade, onde a tradição se manifesta mais fortemente, os agricultores têm resistido às classes exploradoras.

Para o colono do Rio Grande do Sul, a capela constituiu-se historicamente, tanto nas colônias velhas quanto nas novas, na célula embrionária que deu origem e sustentação à comunidade de pertencimento.

Desde o primeiro momento, logo que se instalou na colônia, o colono tratou de construir sua capela, que passou a constituir-se no elemento essencial de aglutinação e coesão social e cultural. Por exemplo: erigida estrategicamente em locais que facilitassem o acesso dos moradores dos travessões, cada capela da Colônia de Caxias era consagrada a um padroeiro e construída segundo padrões arquitetônicos do Norte italiano, exigências dos próprios colonos (AZEVEDO, 1975). A comunidade constituía-se de colonos ligados/vinculados à capela.

Segundo Maestri (2005), devido ao isolamento dos colonos ao longo das linhas e travessões, a comunidade colonial do Rio Grande do Sul não se constituiu numa aglomeração de casas, com o formato das vilas ou aldeias rurais europeias. Mesmo assim, a partir da edificação da capela, enquanto local de culto, se delineia o espaço comunitário, o qual acaba assumindo um papel social importante, como aglutinante da vizinhança, rompendo muitas vezes os contornos territoriais estabelecidos pelos laços de família e pela teia extensa das parentelas. Portanto, a comunidade, enquanto núcleo urbano da colônia, ganha um formato social a partir da capela e se fortalece com a agregação de outros elementos do “equipamento social básico”: salão paroquial, escola, comércio e algumas casas - não necessariamente de famílias dedicadas à lavoura (AZEVEDO, 1975).

A comunidade colonial passa a se constituir desde a instalação das colônias em lugar de pertencimento, onde se estabelecem e se fortalecem relações de solidariedade-reciprocidade. Azevedo, referindo-se aos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul, comenta o grau de consciência comunitária dos colonos, assim se expressando:

A consciência de comunidade manifesta-se na solidariedade em determinados momentos e em certo orgulho de pertencer à mesma. A rivalidade e a emulação são expressões desse sentimento. Numa delas, cantava-se em dias de festa: *Quá in San Giacomo/ son tutti insieme./ Come noi altri/ non güe ne altri/ E se güe ne ancora/ Chi vignè fora* (Aqui em San Giacomo/ Somos todos unidos./ Como nós/ Não há outros/ E se ainda houver/ Que saltem fora). (AZEVEDO, 1975, p. 185, grifo do autor).

Nas comunidades coloniais do Rio Grande do Sul proliferaram e institucionalizaram-se certos elementos simbólicos trazidos da Europa, que pouca ou nenhuma presença tinham nas comunidades caboclas. Um dos elementos simbólicos fundamentais foi a religião. A religião adentra no cotidiano do colono e passa a compor **o** ou a interferir **no** dia a dia das famílias. Estabelece-se uma relação do colono sul-rio-grandense com o mundo do sagrado, como em tantas outras culturas camponesas. Porém, como destacou Azevedo (1975), o colono, ao mesmo tempo em que estabeleceu uma relação com o sagrado, procurou subordinar as forças sagradas e dobrá-las à sua vontade, de acordo com seus interesses, sejam relacionados aos ciclos produtivos agrários, sejam relacionados à saúde da família, aos preços dos produtos, à segurança individual e da família. A religião se torna um componente valioso de territorialização para os colonos, portanto, para além da função social, enquanto elemento simbólico ligado ao ciclo produtivo agrário e ao da vida da família do agricultor-colono.

A força da religião faz com que a Sociedade da Capela possua um poder de articulação e coesão social superior ao de qualquer outro elemento da comunidade de agricultores-colonos. A reciprocidade simétrica, por exemplo, manifestada pela comunidade em um momento de infortúnio ocorrido em alguma família, quando todos ajudam na construção da casa, na limpeza ou na colheita da lavoura da família impossibilitada de trabalhar, tem na religião uma âncora disciplinadora. Esse é, portanto, um aspecto diferenciador na comparação entre a territorialização dos agricultores-colonos e a territorialização dos caboclos. Enquanto para os primeiros a capela cumpre papel de elemento de coesão social e de superação do isolamento, para os últimos, embora tenham aderido a certos rituais religiosos, a construção desses locais de culto era dispensada, como observa Boneti (1998).

#### 4.3.2.2 O sistema produtivo

O padrão de exploração da propriedade rural do colono, desde os primórdios da colonização, além de atentar para o atendimento das necessidades de subsistência imediata, sempre buscou contemplar a produção de produtos para o mercado. Ainda que em graus variados, os colonos estiveram conectados aos mercados desde o começo da colonização, logo que foi superada a fase de isolamento territorial por falta de vias de acesso. Ao contrário de uma agricultura quase exclusivamente de subsistência, em que se comercializa apenas e esporadicamente algum produto, como na tradição cabocla, nas colônias de descendentes europeus, a produção comercial andava junto com a produção de subsistência ou muitas vezes à frente dessa, quando o colono, por exemplo, privava-se ou reduzia o consumo familiar para permitir sobras para a mercantilização.

Como postula Maestri, a necessidade de recursos para o pagamento da terra, dos impostos, da dívida colonial determinava a orientação mercantil forçada, “contrabalançando tendências ao acaboclamento” (MAESTRI, 2005, p. 265).

Sobre a produção comercial da Colônia Alemã do Vale do Rio dos Sinos, Roche (1969, p. 251) afirma que “[...] o fumo foi cultivado pelos colonos desde a chegada destes e muito além de suas próprias necessidades. Em 1832, já se instalavam pequenas fábricas de charutos em São Leopoldo e Porto Alegre.”

A produção comercial, visando a resultados econômicos e fiscais, é o objetivo primordial da colonização para as autoridades governamentais do Rio Grande do Sul, que na

segunda metade do século XIX intensificam esforços para atrair imigrantes. Para tanto, por volta de 1865, elas preocupavam-se com a abertura de estradas e melhorias das que já existiam e com a dotação de infraestruturas para a prosperidade das colônias (AZEVEDO, 1975, p. 201).

O imediato fortalecimento das relações mercantis nas colônias, tão logo elas foram implantadas, determinou que os colonos buscassem estratégias de territorialização efetivas. Assim, as unidades produtivas coloniais buscaram a intensificação dos cultivos; a adoção de técnicas de cultivo visando o aumento da produção, como a adubação e a rotação de culturas; os cultivos diversificados (culturas de ciclo curto e longo) e o investimento em benfeitorias: paiol, cantina, chiqueiro, galinheiro, potreiro, parreiral e outras.

A busca pela mercantilização também determinava a adoção de estratégias de territorialização próximo aos núcleos urbanos, como indica o historiador Maestri (2005):

Ao contrário das comunidades caboclas, as comunidades coloniais esforçavam-se para se localizarem o mais próximo possível das aglomerações urbanas e melhorarem seus meios de acesso a elas, devido à importância crescente das trocas mercantis. Para esses produtores coloniais, não havia dúvidas que ocupar a última e mais distante colônia era definitivamente “o fim da picada”. (MAESTRI, 2005, p. 265).

O processo de “acaboclamento” do colono de descendência europeia ocorreu, segundo o autor, sempre e no lugar onde não foi garantida a ligação entre a gleba colonial e o mercado, onde o colono limitou-se à produção para alimentar sua família. A integração do colono à economia de mercado seria, pois, o ingrediente diferenciador essencial na comparação com o caboclo. No entanto, deve ser ressaltado o fato de que os colonos aderiram à tradição cabocla ou tenderam ao “acaboclamento”, usando uma expressão do autor, também, por outras razões. Uma das práticas cotidianas do colônia gaúcha, relacionada ao sistema produtivo agrícola, foi a da derrubada-queimada-plantio.

Por longo tempo, a técnica da derrubada-queimada-plantio aproximou índios e caboclos dos colonos de origem europeia. Reconhecendo a origem indígena da técnica da agricultura itinerante da derrubada-queimada, Roche (1969, p. 288) afirma que ela ajuda a explicar a vocação pioneira dos teuto-brasileiros:

Admitindo que se justificasse a adoção da queimada na origem da colonização, quando se tratava de desbravar a floresta virgem, o que surpreende é a conservação dessa técnica há mais de cento e vinte e cinco anos, e sua extensão a todas as zonas cultivadas por todas as gerações de teuto-brasileiros; é a impermeabilidade dos grupos rurais aos novos processos de cultura que os imigrantes posteriores conheceram na Alemanha em fins do século XIX e princípios do século XX. Parece-nos que a vocação pioneira dos colonos pode explicá-lo. (ROCHE, 1969, p. 288).

A exemplo da colônia alemã, estudada por Roche, outras colônias – como a italiana e a polonesa – também aderem à prática da derrubada-queimada como forma de implementação dos cultivos na fronteira econômica, não sendo a “vocação pioneira” exclusividade da etnia alemã.

Em relação ao uso da derrubada-queimada como prática corriqueira de cultivos nos primitivos núcleos coloniais italianos, Azevedo (1975) admite que essa prática foi adotada pelos colonos italianos, tornando-se um componente de aculturação introjetado no seu cotidiano, graças ao trabalho dos diretores de terra, engenheiros medidores de lotes e agrônomos, os quais estavam encarregados de dirigir a implantação das colônias, orientando os agricultores na escolha das terras para os plantios, no preparo do terreno e na escolha de plantas para cultivar, desconhecidas dos colonos.

É necessário frisar que essa racionalidade indígena-cabocla da derrubada-queimada acabou se tornando corriqueira nas práticas agrícolas de colonos europeus, mesmo após o advento da modernização tecnológica e expansão dos adubos químicos. Por mais de duas décadas desde os anos de 1960, além das queimadas de capoeiras, foi prática costumeira a queimada dos restos de culturas – sobretudo do trigo e da soja – em todo o Norte gaúcho. Mesmo na atualidade, a queimada pode ser observada em algumas propriedades familiares tradicionais de qualquer origem em várias comunidades rurais do Rio Grande do Sul.

Portanto, é fundamental reconhecer as diferenciações em termos de racionalidades territorializadoras entre os camponeses-caboclos e os colonos, porém, o processo de aculturação, intermediado ou não, determinou uma aproximação cultural entre os dois grupos capaz de definir estratégias de territorialização comuns. Isso ocorreu, tanto nas colônias velhas, no Vale do Rio dos Sinos e na Serra Gaúcha, quanto no Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul.

Se a territorialização camponesa-cabocla e de agricultores-colonos foi determinada por estratégias que têm a ver com aspectos culturais diferenciados, tendo colocado, ao longo do século XIX e começo do século XX esses dois grupos em lados opostos, a desterritorialização

do final do século XX colocou-os do mesmo lado. Essa questão se detalha na subseção a seguir.

#### 4.4 A DESTERRITORIALIZAÇÃO DE COLONOS PELA LÓGICA DO CAPITALISMO

O início da territorialização de colonos de descendência europeia no Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul deu-se na última década do século XIX e se firmou entre 1920 e 1940, graças ao avanço da fronteira econômica. Após esse período de consolidação da agricultura colonial de descendência europeia, acentua-se a fragmentação fundiária e inicia-se a diáspora de sul-rio-grandenses rumo à fronteira econômica em outros estados sulinos. No âmbito regional, a “crise da terra camponesa” empurra milhares de famílias empobrecidas para terras indígenas e faz emergir as primeiras reações de agricultores sem-terra contra o latifúndio. Este é o foco desta subseção.

##### 4.4.1 A “Crise da Terra Camponesa” e as Invasões de Terras Indígenas

A expansão da ocupação das terras de matas do Norte do Rio Grande do Sul promoveu ao longo de 30 anos um surto demográfico espetacular. De 1920 até 1950, milhares de famílias de colonos fincaram raízes mata adentro, incorporando rapidamente terras novas ao contexto da colonização induzida pelo Estado. Os dados demográficos obtidos a partir dos censos do IBGE mostram os indicadores desse crescimento populacional. A título de exemplificação e como base, tomaram-se as populações dos municípios de Sarandi e Iraí, na microrregião do Médio Uruguai, a partir de 1940. O IBGE apurou no censo demográfico de 1940 a existência de uma população total de 54.161 habitantes, distribuída nos dois municípios citados. O primeiro contava com 39.195 habitantes, enquanto o segundo alcançava 14.966. Dez anos depois, no censo de 1950, a população total aumentou para 93.604 habitantes, um incremento de 139%. Individualmente, porém, considerando a população de Iraí, que de 14.966 passou para 37.959 habitantes, percebe-se que o incremento foi de 154%,

tendo sido maior em algumas áreas e menor em outras (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981).<sup>8</sup>

O aumento do número de estabelecimentos agropecuários e da produção agrícola da área ao longo da década de 1940, conforme é mostrado nas tabelas a seguir, permite apontar que, embora a fronteira econômica já tivesse ultrapassado os limites territoriais do Rio Grande do Sul e avançado para o Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, nos anos de 1940 houve uma grande expansão-intensificação da agricultura colonial na região, expressa pelo aumento do número de estabelecimentos e da produção de alguns produtos, típicos deste tipo de agricultura, como o feijão e o milho.

Tabela 1 - Aumento do número de estabelecimentos agropecuários em dois municípios do Médio Alto Uruguai gaúcho ao longo da década de 1940

<b>Município</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>
Iraí	1.232	5.221
Sarandi	3.203	6.833

Fonte: Carini (2008, p. 119).

Na Tabela 1, percebe-se que o aumento expressivo do número de estabelecimentos agropecuários não foi acompanhado pelo aumento da área ocupada. Em 10 anos, enquanto o incremento médio no número estabelecimentos foi de 172%, o aumento médio da área ocupada foi de apenas 66%. Isso mostra que houve um acentuado processo de minifundização na região, fruto das partilhas por herança, e a intensificação da ocupação de terras menos valorizadas. Um outro fator da intensificação da ocupação territorial foi o início da ocupação de terras indígenas, mormente a de Serrinha, ainda que, naquele momento, sem a anuência do Estado do Rio Grande do Sul (CARINI, 2005, 2008).

O aumento na produção agrícola, conforme mostra a Tabela 2, é, também, um indicativo da intensificação da ocupação da terra na região de abrangência dos municípios de Iraí e Sarandi. Reflete, pois, não somente o aumento da área trabalhada e seu melhor

<sup>8</sup> Não foram encontrados dados censitários anteriores a 1940 para a região em estudo.

aproveitamento, possivelmente devido ao abandono de certas práticas do campesinato caboclo, como a derrubada-queima-plantio, seguida do pousio, e ao uso de adubações.

Tabela 2 - Variação da produção agrícola, considerando os três principais produtos da agricultura familiar dos anos 1940, em dois municípios.

Municípios	Produção (Em toneladas)/Ano					
	Feijão		Trigo		Milho	
	1939	1949	1939	1949	1939	1949
Iraí	823	4844	566	4583	11782	21341
Sarandi	805	5185	2686	12785	21282	39621

Fonte: Carini (2008, p. 120).

Ao longo dos anos de 1940 o estoque de terras públicas e devolutas do Rio Grande do Sul se esgota, enquanto a demanda por terra aumenta incessantemente. Uma dessas demandas é fruto da chegada dos migrantes, vindos das chamadas “terras velhas”<sup>9</sup>, além daquela gerada em face da numerosa prole dos agricultores. Tomando-se por base o número de pessoas vivendo no meio rural e o de estabelecimentos agropecuários existentes em 1950, é possível observar que, no caso particular de Sarandi e Iraí, em média, cada estabelecimento agropecuário contava com sete pessoas. Subtraindo-se o casal, deduz-se que cada família tinha em média cinco filhos (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981).

A principal opção dos agricultores empobrecidos para se manterem territorializados foi a invasão das reservas indígenas. Assim, desencadeia-se a partir do final dos anos 1940 e, sobretudo, ao longo dos anos de 1950 um intenso processo de intrusão nas reservas indígenas. A maior parte dos primeiros intrusos nas reservas são caboclos. Desterritorializados pela fronteira estabelecida pela colonização oficial nas áreas de matas das terras públicas e “devolutas”, eles são forçados a invadir as reservas indígenas, na busca por matas para derrubar, na luta pela reterritorialização. Em seguida, vinham os colonos, que adquiriam os sítios abertos na mata pelos caboclos, em geral por preços irrisórios (CARINI, 2005).

Como está explicitado na Tabela 3, a seguir, das 11 reservas caingangues e guaranis, demarcadas entre 1910 e 1918, localizadas na metade Norte do Rio Grande do Sul, em apenas três não houveram expropriações: Carreteiro, Guarita e Ligeiro; sendo que duas foram

<sup>9</sup> Primeiras áreas de colonização por europeus no Rio Grande do Sul.

extintas: Serrinha e Ventarra. As outras tiveram suas áreas subtraídas por diversos atos governamentais em diferentes momentos.

Tabela 3 - Demarcações e expropriações de terras indígenas no Rio Grande do Sul 1910-1968

<b>Reservas</b>	<b>Ano da demarcação</b>	<b>Área original (ha)</b>	<b>Área Expropriada (ha)</b>	<b>Período da Expropriação</b>
Cacique Doble	1910	5.676,33	1250,05 <sup>10</sup>	1940-60
Carreteiro	1911	600,72	-	-
Caseiros	1911	1.003,74	1.003,74	1927 e 1933
Guarita	1917	23.407	-	-
Inhacorá	1911	5.859	4.799	
Ligeiro	1911	4.552	-	-
Nonoai	1911	34.908	22.427	1949 e 1962
Serrinha	1911	11.950	11.950	1949 e 1963
Ventarra	1911	753,25	753,25	1962 a 1968
Votouro (caingangue)	1918	3.100	1.660	1962
Votouro (guarani)	1918	741	461	1962
<b>TOTAL</b>	-	<b>92.551,04</b>	<b>44.303,04</b>	-

Fonte: Rio Grande do Sul (1998).

A crise na terra camponesa, intensificada nos anos de 1950, é ressaltada por Ruckert (2003) que elege como principal fator de seu agravamento na região do Planalto Médio e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul o avanço do capital comercial e da agricultura capitalista. Esse fator, aliado ao fracionamento das pequenas propriedades coloniais, determina a desterritorialização do colono em favor da territorialização do capitalista arrendatário que se transforma (metamorfoseia) e passa a ser capitalista proprietário.

O autor afirma que o que realmente ocorreu na região do antigo município de Passo Fundo, que abarca terras do Planalto Médio e do Médio e Alto Uruguai, entre 1940 e 1950, foi um “[...] fracionamento progressivo do estabelecimento num espaço que tende a se restringir e se adensar” (RÜCKERT, 2003, p. 135). No mesmo período que se dava esse fracionamento, como destacado acima, ocorriam contínuas emigrações de “excedentes camponeses” desta região gaúcha para o Oeste catarinense e Sudoeste paranaense. Isso

<sup>10</sup> O relatório do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 29 de abril de 1997 apresenta a seguinte conclusão acerca da reserva de Cacique Doble: a) Área original demarcada pelo Estado 5.676,33 ha; b) Área registrada pela Diretoria de Terras e Colonização, entre 1936 e 1940, 5.450 ha; c) Área registrada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), 4.508 ha; d) Área definida por decreto federal, em 27/03/91, 4.426, 3 ha. Subtraindo-se da área original a área atual, obtém-se o valor de 1.250,05 ha, que deve ser considerado terra expropriada e colonizada.

indicaria que o fracionamento de pequenas propriedades “[...] estaria levando, já naquele momento, a um estrangulamento estrutural e de que a estrutura agrária no Estado não teria mudanças que pudessem alterar o rumo das relações entre os homens e a terra” (RÜCKERT, 2003, p. 142).

O maior dilema do mundo camponês do Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul a partir da virada dos anos 50 para os 60 foi sua reprodução social. A combinação de dois fatores tornara a agricultura colonial, nos moldes da tradição herdada dos antigos núcleos de colonização europeia, praticamente inviável: a) O tamanho diminuto dos lotes coloniais, resultado de partilhas por herança pretéritas, impossibilitava a realização de novas partilhas dificultando assim o acesso à terra para a maioria dos agricultores empobrecidos e/ou de seus filhos, forçando-os a migrar, a tornar-se agregados ou peões de agricultores mais capitalizados; b) A penetração do capitalismo na agricultura alterava gradativamente a relação do agricultor com a terra, deixando-o cada vez mais dependente do capital e de um conjunto de fatores produtivos cada vez mais complexos, incluindo as tecnologias – mecanização e uso de insumos químicos – que redundaram na necessidade de aumentar a quantidade de terra agricultável e de reduzir a de braços. Ambos os fatores contribuíram para formar um ambiente social propício a enfrentamentos e conflitos (TEDESCO; CARINI, 2007).

Deve ser salientado que meio século antes da crise da terra do Norte gaúcho, o dilema da falta de terra já era uma realidade nos antigos núcleos de colonização europeia no nordeste gaúcho. O esgotamento das terras disponíveis para a ocupação/colonização no nordeste do Rio Grande do Sul, região de assentamentos de colonos imigrantes, ocorreu em face da impossibilidade de retalhamento da unidade produtiva familiar diante das tradicionais partilhas por herança. Esse fator, aliado à falta de uma política agrária que contemplasse a democratização do acesso à terra via Reforma Agrária e certa preferência histórica do colono de descendência europeia por terras de matas, seguindo o raciocínio de Bernardes (1997), determinou o avanço da colonização em direção às últimas áreas florestadas do Estado. Assunto sobre o qual já se discorreu.

Já no começo dos anos de 1960, estabelecem-se alguns *fronts* de conflito por território envolvendo agricultores sem-terra, denunciando, claramente, que a “crise da terra camponesa” no Norte do Rio Grande do Sul continuava sem solução. No interior das reservas indígenas, notadamente na de Nonoai, toma formato o *front* dos posseiros com os índios. Fora delas, o *front* dos primeiros agricultores sem-terra com os latifundiários. Naquele momento, alguns eventos contribuem para o acirramento das tensões sociais em torno da questão da terra na região em apreço: 1) ocorre uma significativa redução do fluxo migratório para oeste de Santa

Catarina e sudoeste do Paraná (GEHLEN, 1983), regiões que até então eram consideradas válvulas de escape de possíveis pressões por terra, enquanto áreas de absorção de “excedentes camponeses” produzidos em terras gaúchas; 2) surge a crise do trigo gerada pelas importações desenfreadas e a custo baixo; 3) a precariedade do acervo técnico dos camponeses colocava-os em situação de ligeira desvantagem em relação aos agricultores capitalistas modernizados, sobretudo, em face das exigências modernizantes em torno da cultura da soja; 4) a região tornara-se terra de passagem de migrantes que buscavam territorializar-se nos estados de Santa Catarina e Paraná, fator que promovia intercâmbios, contatos, organizações em torno da questão fundiária; 5) a oferta de trabalho urbano permanecia reduzida (TEDESCO; CARINI, 2007).

Nesse contexto de crise da terra camponesa, ganha força a ideia da ocupação ou colonização das reservas indígenas e florestais do Rio Grande do Sul, consideradas por quase todas as correntes políticas locais da época (inclusive por certos segmentos que se diziam de esquerda) como sendo “terras improdutivas” ou mal aproveitadas para fins econômicos e, por isso, passíveis de serem utilizadas para fins de reforma agrária. Por outro lado, movimentos sociais pela terra e por transformações sociais se multiplicavam país afora, alguns influenciados pelas Ligas Camponesas surgidas ao longo dos anos de 1950, e davam o tom dos discursos políticos, esboçando-se aí as primeiras iniciativas de organizações, reações e lutas pela posse da terra e pela supressão das desigualdades sociais no campo.

Na região em análise, surgem algumas estratégias ou ações práticas no sentido de buscar a (re)territorialização camponesa. De fato, entre 1960 e 1963, consolidou-se a ocupação da Terra Indígena de Serrinha por colonos e camponeses caboclos e intensificou-se a invasão da terra indígena de Nonoai. No mesmo período, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER)<sup>11</sup> promove a primeira invasão de terras na região, a partir da organização do Acampamento de Capão da Cascavel, na Fazenda Sarandi, no município do mesmo nome (TEDESCO; CARINI, 2007).

A territorialização de agricultores sem-terra nas terras indígenas forçava a desterritorialização indígena. Em 1967, um grupo de jesuítas realizou um levantamento socioeconômico e cultural em três toldos do Rio Grande do Sul e constatou que no toldo de

---

<sup>11</sup> O MASTER foi um movimento organizado e liderado por políticos do Rio Grande do Sul ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Consolidou-se em 1960 por ocasião de uma tentativa de retomada de uma área de 1.800 ha no interior do município de Encruzilhada do Sul que há 50 anos estava em poder de 300 famílias de posseiros. Depois disso, organizou diversas ações de ocupação, sendo a de Capão da Cascavel, na Fazenda Sarandi, a mais importante por sua repercussão política. Teve maior visibilidade entre 1960 e 1963 e foi extinto com o Golpe Militar de 1964 (ECKERT, 1984; GEHLEN, 1983; TEDESCO; CARINI, 2007).

Nonoai encontravam-se mais de 500 famílias de intrusos (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO DO SUL, 1978). Em meados de 1969, a situação tinha se agravado a tal ponto que, após visita pastoral realizada ao toldo, o padre da Paróquia de Frederico Westphalen fez o seguinte desabafo ao bispo diocesano da mesma cidade: “Os índios vêm fugindo de sua área pressionados pelos invasores. Para se ver a extensão destas invasões dos últimos meses, basta dizer que só num dia entraram em torno de 60 famílias, e que os 1000 e poucos índios de há três anos só restam ainda uns 700 na área, tendo os restantes fugido” (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO DO SUL, 1978, p. 21).

Há que se registrar o fato de que as intrusões nas terras indígenas do Rio Grande do Sul não eram promovidas apenas por agricultores sem-terra. Capitalistas arrendatários e madeireiros também faziam investidas sobre os territórios indígenas, quase sempre, sob ‘vistas grossas’ das autoridades ou órgãos tutelares dos índios. Aqui há que se considerar, no entanto, o caráter diferencial das intrusões. Enquanto a invasão das reservas por madeireiros e arrendatários capitalistas objetivavam exclusivamente o lucro (ou a territorialização do capital), as investidas dos agricultores sem-terra representavam, sobretudo, estratégias de territorialização das famílias, de luta pelo reconhecimento do direito de ter uma nesga de chão para sua reprodução social.

A abertura de pequenos sítios, com roçados de milho, feijão, abóboras..., destinava-se principalmente à subsistência da família do agricultor, geralmente formada por uma prole numerosa. Diferentemente deste, o madeireiro e o arrendatário eram absenteístas e viam na terra e na mata uma oportunidade a mais de lucro, por isso geralmente os conflitos davam-se entre o indígena e o posseiro pobre, em face do maior tempo de contato entre ambos, com a permanência constante do colono sitiante no interior da reserva, disputando o mesmo território: espaço agrícola, espaço comunitário, floresta, rios, caça, fontes de água e outros recursos naturais.

#### 4.5 TRAJETÓRIAS DOS INTRUSOS EM SERRINHA

Como já foi referido, a TIS, com 11.950 ha, foi demarcada em 1911 e intrusada ao longo dos anos de 1950 e finalmente, colonizada no começo dos anos de 1960. No final dos anos de 1990, ela foi retomada pelos indígenas, produzindo o desalojamento dos agricultores. Esses agricultores desalojados constituem a base empírica desta tese. Nesta última subseção,

deste terceiro capítulo, analisa-se as trajetórias históricas das famílias dos agricultores pesquisados, no intuito de conhecer suas origens socioétnicas.

O quadro 3 mostra a origem das famílias intrusadas. Das 52 famílias estudadas, 39 (75%) informaram que elas ou seus ascendentes (pais ou avós) haviam entrado na TIS durante a década de 1950 e começo de 1960, sendo por isso consideradas intrusas ou descendentes de intrusos, pois naquela época ainda havia índios na TIS e não havia se consumado oficialmente a extinção da mesma pelo Governo do Rio Grande do Sul, o que ocorreu em meados da década de 1960. As 13 famílias restantes entraram na área nos anos de 1970 e de 1980, adquirindo de boa fé propriedades de antigos invasores, já legitimadas ou escrituradas, por isso não são consideradas aqui intrusas.

<b>Município ou microrregião de origem do(a) chefe do domicílio ou de seus ascendentes</b>	<b>Etnias informadas</b>	<b>Nº de informantes</b>	<b>Períodos de intrusão/Nº informantes</b>
Grande Sarandi (1)	Italiana Cabocla Alemã	14	Década de 1950/09 Década de 1960/05
Grande Erechim (2)	Italiana Cabocla Polonesa Ucraniana Espanhola	19	Década de 1950/18 Década de 1960/01
Soledade	Italiana Alemã	03	Década de 1950/03
Palmeira das Missões	Italiana	01	Década de 1960/01
Victor Greff	Cabocla	01	Década de 1950/01
Marau	Cabocla	01	Década de 1950/01

Quadro 3 - Origens, etnias e períodos de intrusão dos chefes das UPF estudados ou de seus ascendentes

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2009).

1 Corresponde ao território do Município de Sarandi originalmente. Atualmente, compreende o território de 18 municípios do Médio Uruguai. O município de Sarandi originou-se da Colônia Sarandi, fundada em 1918.

2 Território do antigo município de Erechim, cuja colonização teve início em 1902, com implantação de várias colônias multiétnicas na região. Originariamente, o município de Erechim denominava-se José Bonifácio. Em 1940, além da sede municipal, constituíam o território de José Bonifácio os seguintes distritos: Barro, Carlos Gomes, Cotegipe, Marcelino Ramos, Paulo Bento, Princesa Isabel, Quatro Irmãos, Rio Novo, São Valentin, Severiano de Almeida e Viadutos. A maioria das sedes distritais originara-se de colônias (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981, p. 139).

Percebe-se que a maioria das famílias provêm de duas regiões tributárias: a “Grande Sarandi”, cujas colônias foram formadas a partir de 1918, região onde se insere a TIS, e a “Grande Erechim”, onde a colonização iniciou a partir de 1902. Embora sejam regiões cuja colonização deu-se quase na mesma época, existem diferenças que remetem às suas origens coloniais. O primeiro aspecto diz respeito à questão étnica. Enquanto na região de Sarandi predomina um substrato étnico mais homogêneo, com a preponderância de descendentes de italianos, na grande Erechim, encontra-se uma população mais heterogênea em termos étnicos, ainda que o grupo de origem italiana seja também majoritário. O segundo aspecto diz respeito às origens territoriais dos agricultores. Na região de Erechim, muitos colonos vieram diretamente da Europa, enquanto na região de Sarandi, quase todos provieram de migrações internas, das colônias velhas, pertencentes à segunda ou terceira geração de estrangeiros.

Algumas considerações serão feitas a seguir sobre a colonização da Grande Erechim, haja vista que mais de um terço dos agricultores desterritorializados da TIS pesquisados, conforme explicitado no quadro 3, migraram dessa região na década de 1950, alojando-se nessa terra indígena.

#### **4.5.1 A (Des)territorialização dos Colonos da Grande Erechim**

Sobre a colonização da Grande Erechim, vários autores têm realizado pesquisas específicas sobre as diversas colônias, trabalhos estes que redundaram em publicações que dão ênfase a temáticas variadas (GRITTI, 1997, 2008; WENCZENOVICZ, 2002; WOLFF, 2005, 2008).

Wolff (2008) discute o papel da ferrovia que cruzava pelo Norte Gaúcho, ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo, para a formação da Colônia Barro – atual município de Gaurama, enfocando a complexidade sociocultural resultante da presença da ferrovia e de uma mescla de componentes étnicos. Wenczenovicz (2002) se atém aos aspectos econômicos, políticos e sociais da imigração polonesa para o Rio Grande do Sul em geral e para a colônia Treze de Maio (atual cidade de Áurea) em particular. Por sua vez, Gritti (1997, 2008) discute a colonização judaica e polonesa na região da Grande Erechim, destacando alguns aspectos diferenciadores entre ambas e a questão das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes poloneses para sua territorialização em solo sul-rio-grandense.

Como é possível reter pelas abordagens das autoras, a colonização da Grande Erechim contou com a presença de uma multifacetada gama de grupos étnicos. Seguindo os trilhos da ferrovia São Paulo-Rio Grande, aportam na Colônia Barro (atual Gaurama) em maior número italianos, alemães, poloneses e, em menor número, russos, ucranianos, lituanos, prussianos, espanhóis, holandeses, portugueses e austríacos (WOLFF, 2008). Além desses grupos, Gritti (2008) destaca a presença de judeus em solo do Norte gaúcho, mais precisamente na Colônia Agrícola de Quatro Irmãos, introduzidos por uma empresa colonizadora entre 1904 e 1930. A mesma autora ressalta que, nos registros de entrada de imigrantes na região polarizada por Erechim, correspondentes aos anos de 1911 a 1914, encontram-se imigrantes de nacionalidades alemã, austríaca, polaca, russa, italiana, portuguesa, sueca, holandesa e de dois japoneses (GRITTI, 2008).

A construção do último trecho da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, no começo do século XX, cortando a região de matas do Norte do Estado a partir de Passo Fundo em direção ao Rio Uruguai, apresentava-se como uma importante estratégia do Estado Positivista no sentido de integrar e desenvolver a região coberta por matas. A construção da ferrovia, facilitaria a colonização, possibilitando alcançar o mais inóspito recanto mata adentro. Wenczenovicz (2002) lembra que a demarcação de terras em Erechim foi iniciada em 1904 graças ao estudo do traçado por onde deveria passar a ferrovia e que esta foi a espinha dorsal do planejamento da colônia Erechim. Wolff (2008, p. 14) aponta que a ferrovia “[...] no Rio Grande do Sul, conectando-se com Porto Alegre, através de Santa Maria, inseriu o Norte do estado na rota obrigatória do comércio, fator determinante na propulsão do processo de ocupação e colonização bem como dos negócios ao longo do curso da ferrovia”.

O campesinato que se forma na Grande Erechim a partir da chegada desses grupos étnicos apresenta características diferenciadas em relação ao das colônias velhas. Diferentemente dessas, em que as comunidades foram formadas por núcleos coloniais étnica e socioculturalmente homogêneos, nas colônias da Grande Erechim, configuraram-se formatos socioétnicos heterogêneos. Em primeiro lugar, obviamente, há que se considerar o contexto histórico diferenciado em que se deu a colonização e as origens diversificadas dos colonizadores. Além de migrantes-camponeses oriundos das terras velhas, imigrantes europeus de variadas nacionalidades e profissões aportavam na região. Em relação às profissões ou ocupações dos colonos, Wolff (2008, p. 21) informa que “[...] boa parte dos alemães que chegaram à colônia Barro era oriunda de pequenas cidades da Alemanha, onde trabalhavam nas minas de carvão ou na metalurgia; muitos eram ferramenteiros, o que lhes

facilitou a improvisação de suas próprias ferramentas, quando, forçosamente, adaptaram-se aos serviços na agricultura”.

Assim, os primeiros núcleos coloniais da Grande Erechim apresentam em sua gênese características de certa pluriatividade. Às atividades agropecuárias visando a produção para a subsistência e comercialização de excedentes, acrescentavam-se a mercantilização da madeira, a fabricação e comercialização da banha, os moinhos coloniais e a produção de ferramentas e outros artigos artesanais. Ressalta-se que o comércio foi dinamizado pela abertura da ferrovia.

No entanto, a situação socioeconômica dos agricultores em geral desde os primórdios da colonização denunciava a precariedade das condições de sua territorialização. Dentre os grupos estrangeiros aportados na região da Grande Erechim, os poloneses são referidos pelas autoras, citadas nesta subseção, como sendo os que chegaram e se territorializaram em solo gaúcho em piores condições. Sobre o assunto, duas autoras fazem coro ao ressaltar o fato de que após abandonarem seu país de origem por absoluta falta de condições para sua reprodução social, os imigrantes poloneses não receberam em solo brasileiro a atenção merecida, sendo jogados à própria sorte em terras de pouco valor para a agricultura e insuficientes para abrigar todos. Além do mais, foram discriminados e estigmatizados pelas autoridades governamentais do Rio Grande do Sul que os consideravam inferiores em comparação com outros grupos, como italianos e alemães, por exemplo (WENCZENOVICZ, 2002; GRITTI, 2008). O racismo acabou atingindo também esse grupo que acabou sendo estigmatizado e menosprezado, produzindo-se um senso comum na opinião pública em geral que passou a colocá-lo num patamar de igualdade em relação ao caboclo, ao índio e ao negro (WOLFF, 2008).

A exemplo da Grande Sarandi, o processo de fracionamento das terras dos colonos é percebido também na Grande Erechim no decorrer da década de 1940, denunciando o início da “crise da terra camponesa”. Como já foi sugerido, este foi um momento particularmente importante sob o ponto de vista das transformações territoriais no meio rural do Norte gaúcho. No Planalto Médio e em grande parte do Médio e Alto Uruguai ocorre a emergência dos capitalistas da agricultura. São comerciantes, industrialistas, profissionais liberais e funcionários públicos que se tornam proprietários fundiários (RÜCKERT, 2003). Ressalta-se que boa parte desses capitalistas eram filhos de colonos capitalizados.

No contexto da agricultura colonial, no entanto, enquanto alguns ascendiam socialmente capitalizando-se e tornando-se proprietários de glebas maiores e lançando-se à triticultura, outros tendiam à desterritorialização rural, tornando-se assalariados rurais,

agregados ou sem-terra. Isto é, tornavam-se desterritorializados reais ou virtuais nos seus próprios territórios. Em um primeiro momento, apesar do excessivo parcelamento fundiário, resultante das partilhas por herança, o colono demonstrou sua capacidade de resistência à desterritorialização, quando buscou se ajustar ou se adaptar à lógica do capitalismo em emergência. O colono (sobretudo o camponês-caboclo) tentou recriar seu território a partir das condições impostas pelo capital comercial e industrial. Rückert (2003, p. 48) sugere que essa foi uma das contradições do modo capitalista de produção na região do planalto, isto é, “a reconstrução do território camponês”.

Voltando ao caso da Grande Erechim, percebe-se pela Tabela 4, a seguir, que também nessa microrregião ocorreu um intenso processo de minifundização ao longo da década de 1940.

Tabela 4 - Aumento do número de estabelecimentos agropecuários e da área ocupada na Grande Erechim ao longo da década de 1940

	<b>1940</b>	<b>1950</b>
Nº de estabelecimentos agropecuários	7.598	13.080
Área ocupada (ha)	248.925	343.794

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (1981).

Embora de uma forma menos intensa do que no caso da região da Grande Sarandi, a fragmentação territorial ou minifundização ocorreu também na Grande Erechim. O aumento de 72% no número de estabelecimentos agropecuários, inferior ao aumento da área ocupada que foi de 38%, sinaliza que as propriedades coloniais, que já eram pequenas, foram fragmentadas e reduzidas ainda mais. Além disso, deve-se ressaltar a precariedade das condições das terras dessa região para cultivos anuais. Tratando das condições materiais de reprodução social encontradas na colônia polonesa de Erechim, Wenczenovicz (2002) apresenta dados interessantes sobre as condições das terras onde foram assentados milhares de poloneses pobres. Os dados foram extraídos de documentos encontrados na Prefeitura Municipal de Erechim e são emblemáticos para uma análise sociológica sobre a situação dos colonos poloneses da Grande Erechim no começo do século XX. A maior parte dos lotes registrados são classificados como lotes de terra ruim e muito ruim, terra de segunda e terceira

classe. Os melhores são registrados como lotes de terra regular. Em vários registros aparecem também ressalvas do tipo: terra com muita pedra e colono pobre.

A fragmentação excessiva e as condições da terra forçavam as famílias pobres a migrarem em busca de outras terras, em novas fronteiras. As palavras de um entrevistado de origem polonesa dão o indicador do drama:

O meu pai entrou na reserva indígena em abril de 1957. Meus dois irmãos mais novos, que eram piás na época, vieram um ano antes pra garantir a posse [...] vieram muitas pessoas da região de Erechim, viu. Porque um ia avisando o outro, sabe. Achavam que era muito futuro entrar nesta reserva, pra garantir uma terra, porque a terra era escassa lá em Erechim. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>12</sup>

Procurou-se neste capítulo fazer uma retrospectiva histórica sobre o processo de desreterritorialização ocorrido no Rio Grande do Sul, particularmente, nas regiões Norte e Noroeste, ao longo dos séculos XIX e XX. O propósito foi mostrar como, em momentos distintos na linha do tempo histórico, diferentes fatores induziram a desterritorialização de famílias rurais pobres. Algumas vezes forçadas a migrar compulsoriamente, em face dos projetos governamentais, em outras induzidas a migrar pela falta de condições para sua reprodução social, esses movimentos sempre promoveram situações de tensão e conflitos nas linhas de fronteira. As reterritorializações em condições diferenciadas entre os diversos grupos além de apontar para o quadro de graves desigualdades sociais rurais, denunciam racionalidades territorializadoras variadas. No próximo capítulo, discute-se a campesinidade e a modernidade como condições determinantes da reterritorialização dos agricultores de Serrinha, apresentando-se, inicialmente, algumas ferramentas metodológicas para facilitar a análise dos dados e das falas dos atores entrevistados no decorrer do trabalho de campo.

---

<sup>12</sup> JOÃO. **Entrevista**. Linha Pipiri, Três Palmeiras, RS, 7 jan. 2010.

## **5 A CAMPESINIDADE E A MODERNIDADE NAS ESTRATÉGIAS DE RETERRITORIZAÇÃO DOS DESALOJADOS DE SERRINHA**

Conforme apresentado no capítulo anterior, os desreterritorializados de Serrinha constituem uma gama de numerosas e variadas experiências individuais, no contexto da ocupação do espaço pela agricultura familiar. Neste capítulo, apresenta-se as principais características das famílias pesquisadas e as mudanças ocorridas nas UPFs, tanto em termos econômicos quanto socioculturais, na passagem do velho para o novo território. Procura-se compreender as racionalidades dos reterritorializados a partir de indicadores ou parâmetros econômicos, sociais e culturais, encontrados nas diferentes unidades de produção familiar pesquisadas.

Dois aspectos foram considerados centrais para a análise das racionalidades e representações sociais indutoras das estratégias de reterritorialização dos agricultores pesquisados: a campesinidade e a modernidade capitalista. Como foi referido na introdução, ambos são concebidos como essenciais para a permanência de uma família de pequenos agricultores no meio rural e decisivos para sua reprodução social, ainda que num contexto dominado pela agricultura de escala.

De posse dos dados obtidos no trabalho de campo, decidiu-se inicialmente desenvolver uma proposta metodológica que permitisse dimensionar o grau de variabilidade da racionalidade camponesa e da racionalidade moderna capitalista, através da elaboração de dois índices: a) o Índice de Campesinidade da Unidade Produtiva Familiar (ICUPF) e b) o Índice de Modernidade da Unidade Produtiva Familiar (IMUPF). Enquanto o índice de campesinidade expressa uma proximidade ou distanciamento com as formas sociais rurais típicas das colônias de descendência europeia, referenciando modos de trabalhar e viver que foram decisivos para a reprodução social do colono imigrante e das gerações vindouras, o índice de modernidade aponta para o grau de inserção ou de integração-subordinação das UPFs aos acervos tecnológicos e aos mercados modernos. Entende-se que essa metodologia permite dar mais consistência objetiva às informações coletadas no trabalho de campo, possibilitando fazer comparações, quantificações, diferenciações e projeções. Essa proposta metodológica foi inspirada em trabalhos realizados por vários autores (CONTERATO, 2008; KAGEYAMA, 2008; TOLEDO et al., 2002), embora se reconheça que esses estudos tiveram outro foco de análise.

## 5.1 METODOLOGIA DE CÁLCULO DO ICUPF E DO IMUPF

Para o cálculo do ICUPF e do IMUPF, estabeleceram-se algumas variáveis e para cada uma delas, alguns indicadores, de acordo com o que se considerou determinante, tanto para a condição expressiva do grau de campesinidade ou condição camponesa (PLOEG, 2008), quanto para a condição de agricultor capitalista modernizado, segundo os fundamentos teóricos considerados (CONTERATO, 2008; GEHLEN, 2004; PLOEG, 2008; SABOURIN, 2009; SCHNEIDER, 1999; SILVA, 2003; TEDESCO, 1999; WANDERLEI, 2001). Obviamente, outros indicadores e variáveis poderiam ser coletados. Porém, para o que foi proposto neste estudo, foram considerados suficientes aqueles aqui elencados. Como sugere Conterato (2008), a definição das variáveis por parte do pesquisador se dá a partir de suas convicções teóricas.

Ressalta-se que neste estudo não foram usados dados estatísticos extraídos de fontes secundárias (tais como o IBGE, FEE-RS e outras), dados relativos ao contexto social rural regional ou que expressam o desenvolvimento territorial rural, estilos de agricultura ou outros enfoques já consagrados. Julgou-se esse procedimento dispensável, na medida em que neste estudo não é central o debate sobre desenvolvimento territorial, seja ele rural ou geral, mas as estratégias de reterritorialização dos atores, individualmente e/ou coletivamente.

Há que se ressaltar que cada variável resulta em dois índices, referentes a dois momentos: antes da desterritorialização e após a reterritorialização. Finalmente, os diversos índices das variáveis constituirão o índice geral de cada família pesquisada.

### 5.1.1 Variáveis da Campesinidade

Para o cálculo do índice de campesinidade de cada uma das 52 unidades familiares pesquisadas, foram definidas cinco variáveis: 1) diversificação do sistema econômico; 2) trabalho e família; 3) produção para o autoconsumo; 4) reciprocidade; 5) crenças camponesas (cosmovisões), e um total de 13 indicadores. Na variável diversificação do sistema econômico, consideraram-se os indicadores que mostrassem o número de fontes de renda, tanto as globais, que apontam para a possibilidade de pluriatividade, quanto as específicas da agropecuária, que sinalizam o grau de diversificação agropecuária da unidade. Na variável

trabalho e família, observou-se o grau de variabilidade do número de trabalhadores na família, através do cálculo das Unidades de Trabalho Homem (UTH)<sup>1</sup> e seu envolvimento com as atividades agrícolas, através da observação: área de terra da propriedade/UTH. A variável produção para o autoconsumo sinaliza para uma das principais características da agricultura camponesa que é a produção para a subsistência. A análise da diversificação da produção para autoconsumo permite que se observe o maior ou menor envolvimento da família com sua segurança alimentar e autonomia, o que, historicamente, tem caracterizado o sistema de produção camponês. A variável reciprocidade aponta para a rede de relações sociais existentes antes da desterritorialização, isto é, na comunidade de origem, e na nova comunidade, estabelecidas nos círculos de vizinhança e parentesco. Por fim, julgou-se importante inserir para efeito de cálculo do índice de campesinidade das famílias pesquisadas a variável crenças camponesas, contemplando dois indicadores: crença em benzeduras e na influência da Lua nas atividades agrícolas ou agropecuárias. Essas são algumas crenças que, segundo a literatura pesquisada, sobretudo no campo da antropologia, fazem parte do imaginário de pessoas que vivem no campo, desde recuados tempos.

No quadro 4, mostra-se de forma sintética os principais indicadores em cada variável e sua importância na definição do índice por variável e do índice geral.

---

<sup>1</sup> O cálculo das UTHs da Unidade de Produção Familiar baseou-se na metodologia proposta por LIMA et al. (2005), com adaptações do autor. Assim, considerou-se *uma* unidade de trabalho homem a força de trabalho de um homem adulto da família em 300 jornadas anuais, computando-se apenas as pessoas da família (excluindo-se, portanto, o trabalho de pessoas contratadas, pois essa prática não foi declarada por nenhuma das famílias entrevistadas). Partindo-se das informações colhidas através do questionário, estabeleceu-se que: A) 1 UTH = Cada pessoa (ambos os sexos) de 14 a 64 anos que trabalha em tempo integral na UPF (inclusive em trabalho doméstico). B) 0,7 UTH = Cada pessoa com mais de 14 anos que trabalha na UPF e estuda e/ou cada pessoa que trabalha na propriedade em tempo parcial. C) 0,5 UTH = Cada pessoa com mais de 64 anos que se ocupa de alguma atividade na UPF.

<b>VAR IÁV EIS</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>Valor Mínimo</b>	<b>Valor Máximo</b>
Diversificação do sistema	Número de fontes de receita globais da UPF (+)	0	*
	Número de fontes de receita agropecuárias e agroindustriais da UPF (+)	0	*
	<b>Índice médio da variável</b>	-	-
Trabalho e	Nº de UTHf da UP (+)	0	*
	Terra (ha)/UTHf (-)	0	*
	<b>Índice médio da variável</b>	-	-
Produção para o	Nº de produtos da horticultura e “pequena lavoura” (p/subsistência) (+) – Produtos considerados: feijão, arroz, batatinha, batata doce e mandioca.	0	5
	Nº de produtos da pecuária de subsistência (+) – Produtos considerados: galinhas, ovos, leite, suínos.	0	4
	Nº produtos da agroindústria familiar de subsistência (+) – Produtos considerados: queijo, banha, salame, açúcar mascavo e geleias (ou schmier).	0	5
	<b>Índice médio da variável</b>	-	-
Relações sociais na Comunidade -	Costuma trocar serviços com vizinhos (+): Nunca= 0 Esporadicamente = 0,75 Sempre = 1	0	1
	Costuma trocar carnes com vizinhos (+): Nunca = 0 Esporadicamente = 0,75 Sempre = 1	0	1
	Participações de membros da família na comunidade local – Participações consideradas: Igreja, bocha, futebol, clube de mães, grupos de família.	0	5
	<b>Índice médio da variável</b>	-	-
Crenças	Existem pessoas da família que acreditam em benzeduras: Ninguém = 0; Algum = 0,75; Todos = 1	0	1
	Costuma observar as fases da lua para práticas agrícolas ou agropecuárias: Nunca = 0; Às vezes = 0,75; Sempre = 1	0	1
	<b>Índice médio da variável</b>	-	-

Quadro 4 - Variáveis e indicadores na definição do Índice de Campesinidade

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2009).

Legenda:\* Valor máximo encontrado.

### 5.1.2 Variáveis da Modernidade Capitalista

Para a definição do índice de modernidade capitalista das famílias pesquisadas, foram consideradas quatro variáveis: 1) uso da terra; 2) acervo tecnológico; 3) dependência financeira e 4) escolaridade.

Em relação ao uso da terra, novamente foi considerado o indicador da relação terra/UTH, como no caso do cálculo do índice de campesinidade, porém, aqui a preocupação foi averiguar a capacidade de exploração de uma área agrícola por UTH em cada unidade familiar, o que mostra o grau de tecnificação-mecanização de cada exploração. Ainda nesta variável, o indicador percentual de terra cultivada aponta para o grau de intensificação do uso da terra, característica, também, de explorações tipicamente modernas.

A variável acervo tecnológico abarca um rol maior de indicadores, permitindo averiguar o grau de mecanização, insumização e automatização da UPF. Considera-se aqui tanto a utilização ou não de acervo tecnológico, quanto a produtividade obtida na lavoura de grãos e na produção leiteira, consideradas as atividades comerciais de maior importância econômica das UPFs.

Em relação à dependência financeira, considera-se ser esta uma das principais características da agricultura moderna-capitalista, altamente demandadora de investimentos, tanto para a produção (custeios), quanto para a infraestrutura da propriedade (investimentos). Um atrelamento mais ou menos intenso do agricultor ao sistema financeiro indica sua adesão maior ou menor aos pacotes tecnológicos e maior ou menor uso da racionalidade instrumental produtivista.

Por fim, quanto a variável escolaridade, deve-se salientar que ela passou a ser considerada imprescindível a partir do avanço da modernização, que lança a cada dia novos desafios ao agricultor, tanto no que tange à questão da produção, quanto à gestão da UP.

O Quadro 5 mostra a disposição de cada variável, com seus respectivos indicadores.

VARIÁVEIS	INDICADORES	Valor Mínimo	Valor Máximo
1- USO DA TERRA	Relação terra (n° há)/UTH (+)	0	*
	Percentual de lavoura mecanizada (+)	0	100
	Percentual de terra cultivada (+)	0	100
	<b>Índice médio verificado na variável</b>	-	-
2- ACERVO TECNOLÓGICO	Mecanização da lavoura (+): - Não utiliza = 0 - Utiliza em menos de 50% da Prop.= 0,5 - Utiliza em mais de 50% e menos de 100% = 0,7 - Utiliza em 100% da prop. = 1	0	1
	Uso de insumos (+) – Tipos de insumos considerados: sementes selecionadas, adubos químicos (NPK), Adub.quím. (ureia), herbicidas, inseticidas, fungicidas.	0	6
	Relação número de vacas/UTH (+)	0	*
	Litros de leite/vaca/dia (+)	0	*
	Relação sacos de grãos/UTH (+)	0	*
	<b>Índice médio verificado na variável</b>	-	-
	3- DEPENDÊNCIA FINANCEIRA	Utilização de empréstimos (+) a) Não utiliza = 0 b) Só para custeio = 0,5 c) Só para investimentos = 0,75 d) Para custeio e investimentos = 1	0
<b>Índice verificado na variável</b>		-	-
4- ESCOLARIDADE	Número médio de anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais que vivem na UPF (+). - Analfabeto = 0 - Primário incompleto = 3 - Primário completo = 4 - Fundamental incompleto = 5 - Fundamental completo = 8 - Médio incompleto = 9 - Médio Completo = 11 - Superior incompleto = 13 - Superior completo = 15	0	11**
	<b>Índice médio verificado na variável</b>	-	-

Quadro 5 - Variáveis e indicadores na definição do Índice de Modernidade

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2009).

Legenda:

\* Valor máximo encontrado.

\*\* Número de anos de estudo considerado ideal segundo o IBGE (KAGEYAMA, 2008).

Definidas as variáveis e os indicadores, passa-se à elaboração dos índices. Salienta-se que em algumas variáveis os índices já foram definidos ou determinados, a partir de uma escala de valores que resultou da escolha do autor com base no rol de respostas obtidas nos questionários. Este é o caso, por exemplo, da variável dependência financeira, em que apareceram quatro tipos de situações. Ademais, cada indicador deve vir acompanhado do tipo de relação que tem – positiva ou negativa –, dependendo de sua importância para a campesinidade ou modernidade. Há uma relação positiva se o aumento do indicador contribui para reforçar as características de campesinidade ou de modernidade. Ao contrário, há uma relação negativa se o aumento do indicador representar um distanciamento do padrão típico. Por isso, cada indicador deve apresentar o sinal (+ ou -) que lhe foi atribuído (CONTERATO, 2008). Na definição do índice de campesinidade apenas um indicador apresenta relação negativa (quadro 1), enquanto na definição do índice de modernidade nenhum indicador tem relação negativa.

### 5.1.3 Metodologia de cálculo do Índice de Campesinidade e de Modernidade

Para o cálculo dos índices de campesinidade e de modernidade, utilizaram-se as fórmulas, conforme segue:

- se a relação do indicador for favorável à racionalidade camponesa ou à modernidade, então:

$$I = \frac{x - m}{M - m}$$

- se a relação do indicador for desfavorável à racionalidade camponesa ou à modernidade, então:

$$I = \frac{M - x}{M - m}$$

**I** = Índice de campesinidade – racionalidade camponesa ou de modernidade da UPF calculado, referente a cada indicador

**x** = Valor observado de cada indicador

**m** = Valor mínimo considerado

**M** = Valor máximo considerado

## 5.2 MUDANÇAS NOS ÍNDICES GERAIS DE CAMPESINIDADE E MODERNIDADE DOS RETERRITORIALIZADOS

Apresentou-se nos tópicos anteriores uma síntese sobre uma metodologia construída com o propósito de se obter o perfil das famílias desalojadas pesquisadas, sob os pontos de vista econômico, social e cultural. A partir deste momento, demonstra-se os índices de campesinidade e modernidade, de acordo com as diferentes variáveis consideradas, com o propósito de, juntamente com a análise das entrevistas, encontrar nexos explicativos relativamente às estratégias de reterritorialização empregadas pelos sujeitos da pesquisa. Deve-se ressaltar de antemão que houve uma redução geral nos índices de campesinidade da maioria das famílias pesquisadas, na comparação entre a situação existente Antes da Desterritorialização (AD) com a encontrada Após Reterritorialização (AR). Inversamente, houve aumento nos índices de modernidade, sinalizando uma tendência para a adesão dos entrevistados à agricultura de escala e/ou à agricultura atrelada aos grandes mercados de *commodities*.

### 5.2.1 Índices Gerais de Campesinidade

A Tabela 5, a seguir, mostra os índices de campesinidade, de acordo com cada uma das cinco variáveis. Percebe-se que há certa desarmonia entre as variáveis, pois as duas primeiras, apresentando índices significativamente mais baixos, destoam das demais, as quais revelam índices mais elevados e mais harmônicos entre si.

Tabela 5 - Índices de campesinidade por variável

VARIÁVEIS	AD (1999-2002)	AR (2009)
Diversificação do sistema econômico	0,490	0,477
Trabalho e família	0,622	0,549
Produção para o autoconsumo	0,913	0,831
Reciprocidade	0,902	0,708
Crenças camponesas	0,824	0,806
Média aritmética	0,749	0,715

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (2009).

Relativamente às duas variáveis que apresentaram índices gerais mais baixos que os demais, algumas considerações devem ser feitas aqui, ainda que este assunto volte a ser enfocado e de forma mais detida ao longo do próximo capítulo. Em relação à diversificação do sistema econômico, os dados confirmam duas características da agricultura familiar do Norte-Noroeste do Rio Grande do Sul, já discutidas ou analisadas em vários trabalhos, como o de Conterato (2008), quais sejam: a tradição da monoatividade e a pouca diversificação da produção agropecuária. O que se acrescenta nesta pesquisa é que isso está tendendo ao agravamento. Obviamente, considerando os índices no cômputo geral ou no conjunto do grupo pesquisado, parece ter havido pouca variação em 10 anos, que compreendem o período pesquisado (fins dos anos de 1990 a fins dos anos 2000). Entretanto, avaliando-se de forma individualizada, percebem-se diferenças entre as unidades pesquisadas, consoante as tipologias de desreterritorializados, das quais se tratará no quarto capítulo.

Na Tabela 6, na sequência, mostra-se a evolução das fontes de renda das famílias pesquisadas, considerando-se todo o conjunto. Entretanto, o número de alternativas de renda agropecuária teve expressiva redução, como será mostrado adiante.

Tabela 6 - Número médio de fontes de receita dos agricultores pesquisados

<b>Fontes</b>	<b>AD (1999 – 2002)</b>	<b>AR (Ano agrícola 2008/2009)</b>
Fontes globais (menos aposentadorias)/Família	1,4	1,6
Aposentadorias/Família	0,5	0,9
Nº Total de fontes/Família	1,9	2,5

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (2009).

As unidades ou famílias tinham em média, com base no último ano agrícola antes do desalojamento, um número menor de fontes de receitas globais e passaram a contar com uma média maior de fontes no ano agrícola 2008/2009, conforme Tabela 6. Esse aumento parece expressar uma condição favorável à reprodução social dessas famílias. No entanto, ele não representa uma tendência à pluriatividade, condição considerada positiva para a agricultura familiar contemporânea, consoante estudos de vários autores (PLOEG, 2008; SCHNEIDER, 1999), uma vez que o acréscimo das fontes de renda se devem aos trabalhos esporádicos ou sazonais – como as prestações de serviços, trabalhos como diaristas e outros – que representam muito mais estratégias de luta pela sobrevivência do que garantias de ganhos efetivos e melhoria das condições de existência. Observa-se também o aumento considerável na média de aposentadorias por família, refletindo o envelhecimento da população rural pesquisada.

O mais importante a reter aqui é que no cômputo geral das atividades agropecuárias o número de opções de renda reduziu-se, com uma forte preferência por alguns produtos, sobretudo, soja e leite. Antes da desterritorialização, cada unidade familiar produzia uma média de 3,9 produtos agropecuários comercializáveis. Essa média caiu para 3,1, após a reterritorialização. A migração compulsória colocou o agricultor frente a uma situação em que teve de fazer escolhas em termos produtivos. Nessas escolhas, pesou o fator mercado e a rentabilidade, assim como o fator mão-de-obra. O abandono de algumas atividades como a suinocultura e a produção de feijão, por exemplo, altamente demandadoras de mão-de-obra, foi determinado tanto pela falta de mercado e incentivos em termos de preços, quanto pela diminuição no número médio UTHs por famílias.

O principal produto da agricultura comercial a sofrer forte redução na área plantada foi o feijão, que antes era cultivado por 27 famílias (52% das famílias entrevistadas) e passou a sê-lo em 11 famílias (21% das famílias entrevistadas). A Tabela 7 explicita a variação na

produção média por UPF dos quatro principais produtos da agropecuária comercial: soja, milho, trigo, feijão e leite. Salienta-se mais uma vez que há variações entre as UPFs pesquisadas por tipologia as quais serão analisadas no próximo capítulo.

Tabela 7 - Produção média por UPF dos principais produtos da agropecuária comercial e sua variação

Produtos	AD Último ano agrícola	AR Ano agrícola 2008/2009	Variação percentual
Soja (scs/ano)	235	554	+ 135%
Milho (scs/ano)	210	229	+ 9%
Trigo (scs/ano)	129	124	- 3,9%
Feijão (scs/ano)	19	11	- 42%
Leite (lts/mês)	1223	2820	+ 131%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (2009).

Em relação à pecuária comercial, o suíno aparecia como uma fonte de renda em cerca de 30% das propriedades, antes da desterritorialização. Apenas um dos 52 entrevistados declarou estar produzindo suínos, com vistas à comercialização, em 2009, porém em pequena escala.

A variável trabalho e família também apresentou índices mais baixos, tanto no primeiro momento quanto no segundo, com sensível queda, após reterritorialização (Vide Tabela 5). O indicador que mais influenciou para a queda do índice nesta variável foi o número de UTHs por UPF. Uma análise mais aprofundada em relação a esse e outros indicadores será feita no próximo capítulo, porém de antemão sublinha-se que houve grande variação nesse quesito entre as famílias. Enquanto em algumas houve forte diminuição na força de trabalho, em outras houve significativo aumento.

Quanto à produção para o autoconsumo, houve queda na produção em geral, principalmente de produtos da agricultura e da agroindústria. Os produtos que deixaram de ser produzidos na maioria das UPFs foram, por ordem: arroz, batatinha, açúcar mascavo e geleias.

Em relação a variável reciprocidade, conforme exposto no quadro 1, foram considerados três costumes, mencionados reiteradas vezes pelos entrevistados, como indicadores importantes: 1) trocas de carnes entre vizinhos; 2) troca de dias de serviços e 3) participação de membros da família em trabalhos na comunidade local, a partir do seu

envolvimento em diferentes grupos sociais. O que mais contribuiu para a redução do índice desta variável foi a redução das trocas de serviços e de participações comunitárias.

Destaca-se aqui, por sua significância cultural e importância histórica para a reprodução social do campesinato brasileiro, a questão das trocas de serviços entre vizinhos, muito comum nas comunidades rurais do Brasil, tanto do “Brasil caboclo ou caipira” (CANDIDO, 2009) quanto das comunidades de colonos europeus do Rio Grande do Sul, cuja expressão maior é o conhecido “mutirão” ou “puxirão”<sup>2</sup>. Como estratégia de coesão social no Brasil rural tradicional, o mutirão inseriu-se no cotidiano das comunidades camponesas como uma manifestação do princípio da troca-dádiva do dar-receber-retribuir, nos termos propostos por Mauss (2008). Brandão (2009), numa de suas reflexões sobre o trabalho voluntário no Brasil rural tradicional, destaca o trabalho-festa ou o trabalho-ritual como expressões do princípio de generosidade, gratuidade e de solidariedade, presentes no campesinato brasileiro, porém, lamenta que isso esteja se perdendo pelo enviesamento de regras e valores de um mundo regido pelos interesses utilitários do mercado de dinheiro, de bens e de trabalhos.

A troca de dias de serviço acontecia na maioria das famílias entrevistadas antes da desterritorialização. Diante da pergunta: costuma trocar serviços com vizinhos? O entrevistado podia optar por uma dentre três respostas: nunca (não costuma); esporadicamente (eventualmente, não rotineiramente) e sempre (rotineiramente). A Tabela 8, a seguir, especifica o resultado por opção.

Tabela 8 - Número de agricultores que realizam trocas de dias de serviços com vizinhos, de acordo com suas respostas

Respostas	AD		AR	
	Nº de Famílias	%	Nº de famílias	%
Sempre (rotineiramente)	40	77	25	48
Esporadicamente	11	21	12	23
Nunca	01	02	15	29
Total	52	100	52	100

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (2009).

<sup>2</sup> O termo puxirão era utilizado por colonos de origem italiana do Rio Grande do Sul para se referir a mutirão. De acordo com o dicionário Aurélio, outra variação de mutirão é muxirão (CARINI, 2005, p.211).

Observa-se que houve variação entre os dois momentos, sobretudo em relação aos que declararam nunca participarem de trocas de serviços. Antes da desterritorialização, de alguma forma, praticamente todas as famílias apelavam para as entreadjudas como estratégia de viabilização de tarefas, sobretudo, as demandadoras de intensa mão-de-obra em espaço curto de tempo. Várias foram as explicações para essa mudança: alteração na rotina dos trabalhos, com abandono de algumas atividades bastante demandantes de mão-de-obra, como no caso do cultivo do feijão; separação da comunidade de pertencimento, com a inserção dos agricultores em territórios de estranhos ou de pessoas com costumes diferentes; terceirização de serviços; arrendamento de parte das terras, reduzindo a necessidade de mais mão-de-obra em momentos de “aperto”; falta de relação de confiança entre vizinhos (com argumentos do tipo: “eles não te dão muita atenção” ou “porque não se sabe se a gente é ajudado depois”). No entanto, ressalta-se que, embora no cômputo geral dos entrevistados tenha se observado forte diminuição desse costume, na direção do abandono, indicando uma redução da variável reciprocidade, uma análise individualizada permite perceber que alguns agricultores preservaram essa característica ou declararam que após a reterritorialização passaram a realizar as trocas com mais frequência, sobretudo, em função do modo como foi reorganizada a comunidade a partir de reassentamentos bem planejados. Salienta-se que foram exatamente esses os casos em que se constataram maiores progressos na situação econômica geral das famílias e também maior satisfação pessoal dos entrevistados. Isso será mais bem esclarecido no próximo capítulo.

## **5.2.2 Índices Gerais de Modernidade**

Conforme proposto por Silva (2003), existe uma diferenciação na “pequena” produção que apresenta tendências de trajetórias opostas: uma parte dos pequenos produtores tenderia a ascender à condição de empresas familiares, via tecnificação e capitalização, e uma outra andaria em sentido oposto, entrando em franco processo de proletarização. Entre dois extremos – para cima a agricultura empresarial e para baixo a proletarização – a “pequena produção” no Brasil assume uma extensa gama de formas, ora pendendo para uma ora para outra condição social.

Em relação aos agricultores pesquisados, observou-se que houve uma tendência geral à modernização das unidades familiares, após as migrações compulsórias, incluindo aquelas

guiadas pela racionalidade camponesa tradicional, sobre as quais se discorre, a seguir. Na Tabela 9, são apresentados os índices das quatro variáveis consideradas para efeito de cálculo do índice geral de modernidade capitalista da UPF.

Tabela 9 - Índice de modernidade por variável

<b>Variáveis</b>	<b>AD (1999-2002)</b>	<b>AR (2008/2009)</b>
Uso da terra	0,542	0,620
Acervo tecnológico	0,309	0,468
Dependência financeira	0,542	0,706
Escolaridade	0,317	0,380
Média Aritmética Geral	0,428	0,544

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (2009).

Percebe-se um aumento geral nos índices em todas as variáveis, comparando-se os dois períodos, sinalizando para uma leve tendência à modernização capitalista (conservadora) das UPFs pesquisadas. No entanto, em duas variáveis, acervo tecnológico e escolaridade, mesmo tendo havido aumento dos índices após a reterritorialização, os índices apurados são significativamente mais baixos do que os das demais variáveis. Em relação ao acervo tecnológico, constatou-se baixa produtividade do trabalho na média geral das UPFs pesquisadas, considerando-se a Unidade Padrão (UP) ou a Unidade de Valor Máximo (UVM), apesar de ter havido expressivo aumento nas variáveis mecanização e insumização. Isso é explicado pela média de produção baixa por UTH, encontrada nas UPFs de agricultores tradicionais, o que acabou rebaixando a média geral.

Em relação ao indicador escolaridade, a pesquisa confirmou o que o IBGE, através dos censos, vem apurando: a população que vive no meio rural brasileiro, em geral, possui baixa escolaridade. Nota-se que houve pequeno aumento no índice de escolaridade do primeiro para o segundo momento. Porém, muito aquém do que se poderia esperar para um período que varia entre 7 e 10 anos, refletindo o contínuo êxodo de jovens para as cidades. A média geral de escolaridade de cada domicílio pesquisado foi de 3,64 anos de estudo antes da

desterritorialização<sup>3</sup> e 4,35 anos de estudo em 2009. Essa média é ligeiramente inferior a do Rio Grande do Sul em 2005 que foi de 4,51 anos, ficando um pouco superior à média brasileira para o meio rural que foi de 3,35, no mesmo ano, porém abaixo da média brasileira para a população em geral que foi de 6,1 em 2002, segundo Kageyama (2008).

As variáveis “uso da terra” e “dependência financeira” apresentaram índices significativamente superiores às demais. Em relação a primeira variável, há que se ressaltar a intensificação do uso da terra, com aproveitamento maior e melhor da propriedade pela adesão a tecnologias modernas, como a mecanização, com aumento da produção e produtividade. A intensificação dos cultivos se explica pelas melhores condições topográficas e melhor qualidade dos solos das terras de reterritorialização. Em relação a segunda, observou-se um aumento na adesão dos agricultores pesquisados aos empréstimos, tanto para custeio, quanto, principalmente, para investimentos. Isso reflete uma maior oferta de recursos para a agricultura familiar nos últimos dez anos, sobretudo, graças a alguns programas do Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e suas várias linhas de crédito, tais como o Pronaf Mais Alimento ou o Programa Mais Alimento (PMA). A maior parte dos empréstimos de investimento foram canalizados para o setor leiteiro, notadamente para a compra de matrizes (melhoramento genético), ordenhadeiras e resfriadores a granel. Em segundo lugar, aparece a compra de máquinas e implementos, sobretudo, tratores, plantadeiras e pulverizadores. Uma parcela menor, mas não menos importante, destinou-se à construção de moradias e galpões (principalmente no caso dos reassentados).

Como foi referido acima, a melhora no acervo técnico e a maior adesão dos agricultores a financiamentos se devem às mudanças nas políticas públicas ocorridas nos últimos anos para o setor agropecuário, mormente as políticas em âmbito federal, disponibilizando mais recursos financeiros e mais facilidade de acesso aos mesmos. Entretanto, se devem também a fatores inerentes ao processo de relocação das UPFs. A inserção dos migrantes em contextos geográficos altamente exigentes em termos técnico-productivos e dominados por mercados seletivos contribuiu para torná-los mais dependentes do capital e menos autônomos. Isso será explicitado no próximo capítulo.

---

<sup>3</sup> Último ano anterior ao desalojamento.

## 6 MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA VIDA DOS DESRETERITORIALIZADOS, SEGUNDO A TIPOLOGIA DE AGRICULTORES

Conforme foi exposto na introdução, a análise dos dados coletados, transformados ou não em índices, somada às falas dos atores entrevistados e às observações do pesquisador ao longo da pesquisa de campo, permitiram fazer aproximações e separações entre os pesquisados. Dessa forma, optou-se pela construção de uma tipologia para análise das racionalidades dos agricultores pesquisados, postulando-se a existência de três tipos de reterritorializados: a) agricultores tradicionais, b) agricultores modernizados e c) agricultores semimodernizados. Reitere-se que a classificação não obedeceu a critérios rígidos e teve a finalidade exclusiva de testar as hipóteses.

Na Tabela 10, a variação dos índices gerais, segundo a tipologia, pode ser observada, a partir da média aritmética dos índices calculados, de acordo com as diferentes variáveis de campesinidade e/ou de modernidade dos pesquisados dentro de seus respectivos grupos.

Tabela 10 - Índices de Campesinidade e de Modernidade segundo a tipologia de desreterritorializado

TIPO	ICUPF		IMUPF	
	AD (1999-2002)	2009	AR (1999-2002).	2009
TIPO 1 – Tradicionais	0,768	0,694	0,261	0,334
TIPO 2 – Modernizados	0,720	0,589	0,439	0,718
TIPO 3 - Semimodernizados	0,715	0,544	0,350	0,575

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (2009).

Ao serem analisados os índices expostos na Tabela 10, é possível reter algumas mudanças ocorridas nas famílias dos desreterritorializados, comparando-se a situação das UPFs antes do desalojamento e após a reterritorialização.

Em relação à campesinidade, observa-se que houve uma ligeira queda dos índices nos três tipos, ainda que em proporções diferenciadas entre si. Percebe-se que na sua origem todos apresentavam índices relativamente altos, refletindo condições sociais rurais que se aproximam de uma agricultura de tradição colonial. Após a desterritorialização houve mudança no modo de viver, produzir e nas relações de reciprocidade dos pesquisados, refletindo uma forte tendência ao abandono de certas práticas e/ou comportamentos considerados aqui como tradicionais, obviamente, em menor grau nos modernizados. Entretanto, observa-se que o tipo 2, representando o agricultor modernizado, portanto com maior índice de modernização capitalista, não foi o que teve maior queda no ICUPF. Isso sinaliza para o que se está defendendo nesta tese, ou seja, que o apelo à modernidade não significa, necessariamente, o abandono total da tradição, quando se trata da agricultura familiar.

Em relação às mudanças nos IMUPFs, reafirma-se o que foi exposto em tópicos anteriores, isto é, todos os desreterritorializados tenderam, ainda que em proporções diferentes, à modernização, indicando transformações nas formas organizativas e produtivas das UPFs. Contudo, a maior mudança ocorreu com o grupo dos modernizados (tipo 2), os quais já apresentavam em suas propriedades de origem índices médios superiores aos demais. O domínio de certas tecnologias e o fato de já possuírem algumas máquinas e equipamentos quando do desalojamento justificam sua tendência à modernização, sem no entanto, como foi demonstrado, perder totalmente suas características que expressam um comportamento tradicional. Pretende-se deixar mais explícito esse aspecto nos próximos tópicos.

## 6.1 PRUDÊNCIA, AVERSÃO AO RISCO E RESISTÊNCIA: CASOS EMBLEMÁTICOS DE DESRETTERRITORIZADOS TRADICIONAIS

Os sete agricultores enquadrados na tipologia ‘tradicionais’ apresentam trajetórias de vida semelhantes. Todos são descendentes de migrantes pobres que saíram da região do antigo município de Erechim, no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, nos anos de 1950 e entraram na reserva indígena de Serrinha, na luta pela territorialização, no contexto do início da “crise da terra camponesa”, no Rio Grande do Sul, conforme abordado no terceiro capítulo. Acostumados a uma rotina de trabalho e de vida tipicamente tradicionais, e a um sistema de produção baseado quase exclusivamente em fatores naturais (solo com boa fertilidade

natural), mais apegados à comunidade local, foram os mais prejudicados pelo desalojamento. Suas relações sociais estabelecidas no âmbito da comunidade de pertencimento foram rompidas bruscamente pelos desalojamentos e não puderam ser restabelecidas totalmente nas novas comunidades. Suas rotinas de trabalho, consoante suas racionalidades produtivas, em alguns casos, foram alteradas forçosamente pela necessidade de migrar. Ademais, em alguns casos, houve descompasso entre as indenizações das benfeitorias (casas, galpões, cercados) – sob a responsabilidade da FUNAI – e as indenizações pela terra – sob a responsabilidade do Governo do RS – induzindo-os a uma situação de crise. Crise financeira (endividamento), crise emocional. Não obstante essas adversidades, esses agricultores decidiram continuar no meio rural, reproduzindo seu modo de viver tradicional, procurando reterritorializar-se em ambientes naturais e sociais que lhes fossem familiares, porém sob precárias condições para sua reprodução.

Alguns casos emblemáticos são apresentados a seguir, para analisar as racionalidades e as representações desses desreterritorializados.

Uma das características que mais identifica os agricultores classificados como tradicionais é a prudência. Por meio das declarações dos entrevistados, é possível reter as razões que os levaram a fazer certas escolhas no momento do desalojamento. Apenas um dos sete agricultores aceitou ir para um reassentamento, mesmo assim, depois de alguns anos, decidiu abandonar a propriedade e a condição de reassentado e voltar para a região de origem, onde os demais já haviam se estabelecido. A seguir, a trajetória de Adelino, que não se adaptou à nova terra e decidiu voltar para suas origens, de Jorge e de outros agricultores, que preferiram não ir para os reassentamentos, temendo não conseguirem se adaptar, por ficarem longe dos recursos e dos seus. Além disso, destacam-se as representações dos agricultores desse grupo em relação às suas condições de vida após a reterritorialização.

### **6.1.1 As Representações sobre as Condições para Produzir e a Decisão de Remigrar**

Em janeiro de 2009, o pesquisador esteve no reassentamento Conquista das Missões, no município de Catuípe, entrevistando o reassentado Adelino, 55 anos; sua esposa, 42 anos e o filho único de 20 anos. O filho parou de estudar e pretende continuar na lavoura. Portanto, existe potencialmente a possibilidade da sucessão na família, ainda que sob condições financeiras difíceis.

Adelino foi desalojado de sua propriedade de 6 hectares, situada na Terra Indígena Serrinha, interior do município de Engenho Velho. Sua propriedade, a exemplo da maioria das situadas na parte da TIS pertencente aos municípios de Constantina, Três Palmeiras e Engenho Velho, apresenta terrenos declivosos e pedregosos<sup>1</sup>. No reassentamento, recebeu 15 hectares de terra 100% mecanizáveis. Porém, na entrevista realizada no começo de 2009, insistia que não estava se adaptando à nova propriedade. Apesar de dispor de mais terra e propícia à mecanização, ele disse que a vida de sua família só piorou depois que saiu da Serrinha, onde a terra era “mais forte”. Disse que na nova propriedade foi obrigado a lidar com bancos e a se endividar, algo que nunca ocorrera antes.

Porque lá eu tinha pouca terra, mas não devia nada pra ninguém. O que eu tinha era meu. Aqui o que eu tenho devo tudo pros bancos. Então piorou, né. Porque se o senhor tem pouco, mas é seu, é melhor do que ter bastante e não ser. [...] Lá eu produzia pouco e sobrava, porque não tinha despesa, né. Aqui, eu planto mais, produzo mais, mas não sobra nada. Porque tem que comprá tudo. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>2</sup>

Na propriedade de Serrinha, Adelino produzia comercialmente feijão (uma média de 15 a 20 sacos por ano), soja (100 a 150 sacos/ano) e criava suínos. O milho era destinado aos animais, principalmente porcos. A produção de leite era destinada ao consumo da família, seja *in natura* ou transformado em queijo. Além desses produtos, “tinha as miudezas”, isto é, vários produtos da agropecuária de subsistência ou da “pequena agropecuária”. No reassentamento, Adelino passou a produzir comercialmente leite, soja e milho, sendo o milho destinado quase exclusivamente à alimentação das vacas. Tinha, em janeiro de 2009, um plantel médio de 5 a 6 vacas, que produziam em torno de 1000 litros de leite por mês. Produzia ainda uma média de 250 sacos de soja por ano, porém, dizia que “pro pequeno, produzir soja não dá lucro”, devido às altas despesas com insumos e o pagamento de trabalhos terceirizados de máquinas e equipamentos (pagamentos para semear, aplicar venenos e colher).

Adelino, em sua fala, deixava transparecer seu inconformismo pela dificuldade de fazer a terra do reassentamento produzir naturalmente como a de Serrinha, sem a necessidade

---

<sup>1</sup> Saliente-se que as melhores terras para a prática da agricultura intensiva e mecanizada, por conseguinte de maior valor comercial, encontram-se na parte sul e sudeste da TIS, território pertencente ao município de Ronda Alta.

<sup>2</sup> ADELINO. **Reassentamento Conquista das Missões**. Catuípe/RS, 10 jan.2009.

dos artificialismos tecnológicos modernos. Assim, dizia que a produção tornara-se cara e que muitos produtos tradicionais da culinária da colônia, como o feijão e a banha, passaram a ser comprados:

Galinhas tenho algumas no terreiro. Eu tinha 3 porcos aqui, morreram todos, não sei o que é que deu. Lá pelo menos sempre tive pra comer. Depois que viemos pra cá tivemos que comprar até o feijão e a banha. Lá o porco dava pouca despesa. O milho dava bem e a única despesa com o milho lá era com a semente e o serviço. Lá dava bem o milho, o feijão, a mandioca, a abóbora. Aqui o milho dá bem, mas tem que investi. Se não investi, não colhe. A abóbora aqui eu nunca pude colher. Dá uns bichinhos, come tudo. As vez num dia tá bonita, no outro termina. O feijão, nem planto mais, porque não dá. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>3</sup>

A naturalização do processo de produção de frutíferas também era referida como uma das vantagens das terras da região de Serrinha em relação as do reassentamento. Sobre o assunto, o entrevistado diz que:

No caso das frutas, tem que ter muito tratamento. E o lugar aqui também não serve pra fruta. Plantei tudo que foi fruta quando vim morar aqui: ameixa, pêra, caqui, pêsego, laranja, bergamota..., só sobrou um pé de caqui. O resto morreu tudo. Lá onde eu morava, só não tinha maçã porque dava uma doença na fruta. O resto tinha de tudo e produzia bem. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>4</sup>

No que diz respeito ao cálculo comparativo de custos ou à relação custo-benefício entre uma morada e outra, Adelino assim se expressou:

Lá era meio sofrido, tudo a braço, terra dobrada e tal, mas o que se fazia sobrava tudo, tudo era dinheiro, porque só se contava a semente e o serviço. É que o serviço a gente não pode contá; porque tem que trabaiá, né. Aqui se tu fizer 10 mil, gasta os 10 mil [...] você vê entrá 10.000, mas logo gasta os 10.000; no fim não sobra nenhum 'pila'. Lá, se você produzia e vendia um porco, sobrava ele inteiro. Porque o trato era na base do milho, abobra, mandioca, batatas. Cansei de ir pra roça e encher uma carroça de abobras. Aqui onde é que vai conseguir isso? Não colhi 10 abobras desde que vim pra cá. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> ADELINO. **Reassentamento Conquista das Missões**. Catuípe/RS.

<sup>4</sup> ADELINO. **Reassentamento Conquista das Missões**. Catuípe/RS.

<sup>5</sup> ADELINO. **Reassentamento Conquista das Missões**. Catuípe/RS.

A falta de integração à nova comunidade do reassentamento pôde também ser constatada. Ao ser indagado sobre o assunto, disse que participava muito pouco. “Aqui é muito diferente. Lá a gente participava mais”. Passou a contar uma longa história sobre a participação de sua família na antiga comunidade, relatando que seu pai fora um dos fundadores da comunidade de Linha Polita, na Serrinha; que construiu a primeira igreja e lutou para a construção da primeira escola, mais de 40 anos atrás. E que ele, Adelino, foi presidente do esporte por aproximadamente 16 anos. A esposa acrescenta que lá (na Serrinha) ela participava das missas, do terço<sup>6</sup>, dos encontros de família; “porque os vizinhos tavam perto; aqui não se tem condições nem de ir numa missa, a capela e a maioria dos vizinhos estão longe” e queixa-se: “nós não temos carro, nem moto e ir a pé, é longe” (Ivanir reassentamento Conquista das Missões, Catuípe, entrevistada pelo autor em 10/01/2009). Além disso, os entrevistados declararam que só podem contar com a cooperação dos colegas reassentados, pois não podem confiar nos fazendeiros. Em relação aos fazendeiros, Adelino disse que são os principais responsáveis pela contaminação das águas e destruição dos pomares, devido à aplicação do herbicida 2,4 – D, nas lavouras situadas próximas à sua propriedade, geralmente, através de pulverizações por aviação.

Diante das dificuldades financeiras e inviabilidade de “tocar a lavoura de soja por conta”, o entrevistado declarou que naquela safra de 2008/2009 tivera de vender os bois e arrendar parte da terra para um plantador de soja. “Agora só lido com o leite”. A maior parte do trato das vacas é de pastagens de inverno e verão. Os trabalhos da lavoura de milho, conforme já informado, são viabilizados pelo pagamento de prestadores de serviços de máquinas (vizinhos capitalizados).

Sobre o futuro da família, Adelino dizia ser incerto. Dizia que o filho, que só estudou até a 8ª série, deverá continuar na propriedade, na esperança de que um dia as coisas melhorem para a agricultura. Porém, disse que se pudesse venderia sua propriedade e compraria uma próxima do lugar onde nasceu e viveu por mais de 40 anos. Mas fazia questão de frisar que essas terras teriam que ter as mesmas características das terras da Serrinha. Por enquanto, disse, “não posso, porque nem sei se esta terra me pertence. Se na Serrinha, que a terra tinha escritura, imposto tudo pago, tiraram de nós, o que dizer dessa que ainda não temo escritura”. Disse que seguidamente sonha que está voltando para a antiga propriedade na Serrinha: “Se pudesse voltar prá antiga morada, voltaria hoje ainda. Carregava meus trapo e ía na mesma hora”.

---

<sup>6</sup> Tipo de reza que faz parte do ritual católico.

Efetivamente, Adelino realizou seu sonho de voltar à região da Terra Indígena de Serrinha. Em 12 de outubro de 2009, 10 meses após a primeira entrevista no reassentamento, o pesquisador o encontrou em sua nova morada, no interior do município de Três Palmeiras, a cerca de 8 km da velha morada no interior da Terra Indígena de Serrinha. De volta às suas raízes, vivendo numa propriedade de 9 hectares, com terreno semelhante à propriedade de Serrinha, o entrevistado se mostrava feliz. Indagado sobre sua nova morada, disse: “Aqui eu tô contente. Não é o mesmo lugar onde eu tava, na Serrinha, mas fica na mesma região, né. Esta é a região onde eu sei lutá. Porque aquela região onde eu tava (no reassentamento) é uma região boa, mas pra quem tem bastante dinheiro, que investe bastante e sabe lutá com isso”.

Na nova morada, em outubro de 2009, Adelino projetava seu futuro optando por algumas atividades agrícolas tradicionais ou praticadas antes da saída da Terra Indígena de Serrinha, predominantemente. A produção prioritária de produtos para o autoconsumo e de alguns para o mercado foi retomada:

Já plantei um pouco de milho; feijão ainda não plantei porque choveu muito. Mas já preparei a terra, no que o tempo me deixar, vou prantá. Como eu tava lê dizendo, na roça a gente tem que plantar de tudo, especialmente pra comer, né. E lá o que é que eu tirava pra comer? Só uma mandioquinha e um pouco de milho, o mais tinha que comprá tudo. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>7</sup>

Além da retomada dos produtos tradicionais, a volta dos cultivos sem insumos ou com a utilização de poucos insumos químicos foi anunciada pelo entrevistado como uma “vantagem que favorece o pobre”. Indagado sobre o uso de adubos químicos disse: “Aqui não precisa; tá aí a terra pra ver”. Alegando que a terra é “forte”, informou que só utiliza ureia. Repetiu o que dissera na primeira entrevista, quando estava no reassentamento, que a utilização de insumos químicos encarece a lavoura e inviabiliza a permanência do agricultor pobre no meio rural e que, por isso, o pobre precisa permanecer na “terra forte”. Além disso, prosseguia com a produção leiteira parcialmente modernizada.

---

<sup>7</sup> ADELINO. **Entrevista 2**. Linha Pinheiro, Três Palmeiras/RS, 12 jan. 2009.

### 6.1.2 Dificuldades de Adaptação às Novas Bases Produtivas e Sociais

Outro caso emblemático de desreterritorializado tradicional é o do agricultor Jorge, 53 anos. A exemplo de Adelino, também reside hoje no interior do Município de Três Palmeiras, com sua família de sete pessoas. Além dele, moram na mesma casa a esposa e uma filha portadora de necessidades especiais. Numa pequena casa ao lado vivem o filho casado, a nora e dois netos. Porém, todos trabalham na mesma terra e usufruem da mesma produção. Entretanto, o filho já esteve desligado da família várias vezes e pretende sair novamente para a cidade, se conseguir emprego. Portanto, a reprodução social da família não está garantida, pois não há certeza sobre a existência de um sucessor. Além da receita com a lavoura, a família vive com a renda de uma aposentadoria e do Bolsa-Família.

Na Terra Indígena de Serrinha sua propriedade tinha 22 hectares. Apesar de ter uma área expressiva, considerando a média dos lotes rurais da parte com terrenos mais acidentados da TIS, disse que plantava apenas uns 20% da área. O restante era considerada imprópria para cultivos intensivos. Quando a indenização foi efetuada pelo Estado, foi feita a partilha entre sete herdeiros, ele e outros seis que já haviam partido para a cidade. Com a indenização da parte que lhe coubera como herdeiro, Jorge adquiriu a nova propriedade de seis hectares, próxima à divisa com a Terra Indígena de Serrinha, distante aproximadamente seis quilômetros da antiga morada.

Ao ser indagado sobre sua preferência por uma propriedade tão próxima ao lugar de origem, argumentou que não quis se aventurar num reassentamento: “Aqui to perto dos recursos e da minha gente”. Por isso disse estar satisfeito com a nova morada. Porém, reconhece que a propriedade não tem o espaço suficiente para que ele possa trabalhar da forma como estava acostumado na antiga morada. As representações sociais do entrevistado se aproximam do que se tem encontrado na literatura sobre o pensamento do camponês caboclo, conforme foi abordado no terceiro capítulo. Um aspecto interessante da “racionalidade cabocla” pôde ser observado no entrevistado em relação às criações de animais, quando defendeu a forma extensiva de criação. Sobre o assunto, reconheceu ser o local impróprio para criações, disse que lá ele estava mais longe dos vizinhos: “O que eu mais reneguei aqui é o espaço apertado; a gente não tem espaço pra podê criá uma criação, um porco sorto. Sorta e já vai na roça do vizinho”. A esposa complementa, indicando para o pesquisador: “o senhor vê, ali já é terra do vizinho; lá é área indígena, então não dá, né”. Para amenizar o problema do espaço físico, Jorge disse que conseguira uma autorização de um

agricultor absenteísta, proprietário de uma propriedade próxima, para soltar o gado e os porcos numa lavoura em pousio. Porém, reconhecia que se tratava de uma solução emergencial, “enquanto o dono não pranta”.

Em relação à racionalidade produtiva, o entrevistado reforça a tese do agricultor Adelino de que “todo o agricultor pobre precisa de terra ‘forte’”. Salienta: “hoje em dia, caro como tá o adubo, não dá, né. Temos aí esta terra boa que quase não carece de adubo, mesmo assim não tá fácil, imagina se tivesse que usar adubo e calcário!”.

As representações sociais de terra produtiva do entrevistado assemelham-se às de Adelino e remetem à ideia de terra com fertilidade natural. Indagado sobre o que considera terra favorável para a agricultura, Jorge disse: “A terra pra mim tem que ser terra preta, assim, terra forte que não dependa de adubo. Se for terra fraca já viu, né. Pro pobre não serve” (Jorge, Linha São Roberto, Três Palmeiras, entrevistado pelo autor em 06/11/09).

Os agricultores tradicionais apresentaram argumentos semelhantes para justificar a decisão de não ir para um reassentamento. Além da comunidade, dos conhecidos, dos amigos, o fator terra teve um forte apelo. As representações de terra possuem sua âncora na falta de recursos para o uso de tecnologias. Para eles, o trabalho braçal, ainda que sendo “judiado”, encontra resposta numa terra “própria”. Embora reconheçam que existe a possibilidade de ganhos com o uso de tecnologias avançadas, conformam-se com a situação em que se encontram e dizem que a disposição para o trabalho e o sacrifício traz como recompensa a possibilidade de se ter mais lucro: “Porque quem tá em cima de um trator, claro que tem resultado melhor. Mas aquele que não tá, se ficar de braços cruzados, fica sem nada, né. Então o que sai destas lavouras é quase tudo lucro” (João, Linha Pipiri, Três Palmeiras, entrevistado pelo autor em 07/01/2010).

As imagens da Figura 6, a seguir, mostram alguns aspectos da reterritorialização dos agricultores tradicionais, relativamente às condições da terra, às moradias e ao trabalho.



Figura 6 – Imagens da reterritorialização de agricultores tradicionais

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

A falta de opções para melhorar as condições de trabalho e de renda em muitos casos foi agravada pela necessidade de sair do território de origem com urgência, como se deduz pelas falas dos entrevistados.

Nóis tinha que saí de uma hora pra outra. Aí eu tinha comprado uma outra morada aqui perto. Comprei aquela pelo Banco Terra. Uma parte eu pagaria pelo Banco Terra, outra parte eu pagaria com o dinheirinho que ia receber da minha terrinha e das casas lá (da Serrinha). Mas, levei 5 anos pra receber das casas (indenização da FUNAI) e a minha terrinha tá até hoje lá. Não recebi ainda. Aí fazer o quê, tive que pegar uma parte desta área aqui e assumir o compromisso com o Banco Terra. O senhor vê, vai aonde com todos estes anos que a gente tem? Se quebra o resto que se tem. Uns anos pra cá eu só tô indo pra trás. Então consegui comprar este lugarzinho aqui, mas só pra ter onde morar. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>8</sup>

<sup>8</sup> CELSO. *Entrevista*. Linha Progresso, Três Palmeiras/RS. 12 jan. 2009.

Outro entrevistado também apresenta argumentação semelhante para justificar a precariedade das condições de sua propriedade:

Porque tava demorando demais pra sair a terra, no fim a gente tava lá meio sozinho, fiquei sozinho três meses. Aí garrei e botei a terra à venda. Saí, procurei em tudo o que foi lugar, aqui que encontrei este pedacinho. Foi o que dava pra eu pagar. No fim, quase que não consegui pagar, porque demorou 3 anos e meio pra vim o dinheiro do governo. E aí, sabe, a gente não entende muito das coisas, a gente não sabe lê e nem escrever, achava que o juro era por ano e era por mês. Deus me livre! O juro a 1 e meio por cento, quando vi tava lá em cima. Porque eu só tinha dado o dinheiro da Funai (indenização pelas benfeitorias) no negócio. Daí o Estado prometia que ia pagar, mas não pagava. No fim tive que devolver um pedaço de terra que tinha comprado, devolvi 2.800 m<sup>2</sup>, e ainda tive que emendar no dinheiro, tive que dá mais do que o valor que tinha comprado. Emendei mais R\$ 4.000,00 pra podê ficá com este pedacinho aqui. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>9</sup>

A escassez de terra, aliada à precariedade das condições do solo para produzir (solo erodido, pedregoso e acidentado) limitam a produção à subsistência dessas famílias e à venda de alguns excedentes. É o caso da produção de milho, transformado na própria propriedade, reproduzindo uma prática de tradição colonial: “este ano vendi uns saquinhos, a maior parte tenho que segurá pros terneros, vacas, galinhas, pros porquinhos...; de vez em quando vendo uns bichinhos desses” (CELSO).

A precariedade das condições de vida e as novas exigências no que se refere às condições produtivas – tecnologias, relações com mercados, relações com instituições financeiras, condições climáticas, condições do solo – colocam obstáculos à permanência dos agricultores tradicionais na agricultura. As manifestações de inconformismo com a situação foram expressas nas entrevistas de quase todos os sujeitos desse grupo. É interessante reter aqui as representações dos agricultores em relação às causas determinantes dessa situação. Praticamente todos eles, ao se referirem às suas condições produtivas, sugerem que essas condições e o seu agravamento se devem às migrações compulsórias.

---

<sup>9</sup> JOÃO. **Entrevista**. Linha Nova, Três Palmeiras/RS, 6 nov. 2009. O entrevistado queixou-se que recebeu do Governo do Estado menos pela indenização da terra do que o valor estimado no levantamento fundiário. Disse que o levantamento foi feito por um governo, que a classificou na categoria B, mas que o pagamento foi feito pelo governo seguinte como terra da categoria C. Ressalte-se que as terras foram classificadas em 3 categorias (A, B e C), consoante suas características naturais (possibilidade de mecanização, declive do terreno, existência de pedras ou outros entraves ao cultivo, localização, acesso a vias públicas, etc.).

Lá era melhor, se vivia uma vida tranquila. Não se gastava como se gasta hoje. Porque hoje fazer dinheiro [...] acabou. Essa lavoura que o senhor vê aí, eu devo tudo pro banco. Se chover, eu pago, se não chover, não pago. Coisa séria viu. A ureia, o senhor sabe, o ano passado paguemo 90, 100 pila. O adubo também. Agora diminuiu, mas o produto não vale mais nada. Então vai viver do quê? Eu tenho 4 hectare de máquina aqui, tô arrendando todos os anos, porque não consigo plantar, não tem como. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>10</sup>

A fala expressa um sentimento de inconformismo pela necessidade de altos investimentos na atividade, aliada à baixa valorização dos produtos produzidos. Em geral, a despeito das condições para produzir, a maioria dos pesquisados desse grupo reconhece que não há como continuar produzindo no modo tradicional: “Porque só a custa de arado de boi hoje não se faz mais nada” (ZENIR). Porém, considera inviável a aplicação de recursos em tecnologias e a obtenção de financiamentos. Assim, voltando-se para suas origens, encontram no tempo passado e no outro lugar, condições de vida e de trabalho mais favoráveis: “Lá era melhor [...] Não se gastava como se gasta hoje...” (ZENIR).

Uma outra característica dos agricultores desse grupo é o apego ao lugar de pertencimento. Dentre todos os pesquisados, foram os mais impactados pela desterritorialização e que apresentaram maiores dificuldades de adaptação. A fala do entrevistado, a seguir, é carregada de sentimentos de apego ao lugar, medos do desconhecido e dúvidas sobre o futuro:

Pra saí de lá quase fiquei louco. Perdi a cabeça. O vizinho que me vendeu a terra, que mora logo ali é testemunha. Eu tive que entregar os negócios pra ela (esposa) e pro filho, porque perdi a memória. Porque de uma hora pra outra fiquei na rua; pensei, pra onde é que eu vou agora? Pra debaixo de um barraco? Daí pra sair longe, nem pensar. A gente se criou aqui, aqui é o lugar da gente, não tem sair daqui. Só não nasci aqui. Vim de São Valentin com 6 anos, numa família que tinha 14 filhos, mas vivo aqui [refere-se à região da TIS] até hoje. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>11</sup>

A migração compulsória desse agricultor tradicional, como ficou explícito pela fala acima, impactou-o emocionalmente, sobretudo, por trazer incertezas em relação ao futuro da família. O compromisso com o destino da família diante da possibilidade “de ficar na rua” após o desalojamento, denota a obrigação moral de um chefe de família que é muito forte em se tratando de um agricultor tradicional. A necessidade de “entregar os negócios” para a

<sup>10</sup> ZENIR. **Entrevista**. Linha Pipiri, Três Palmeiras/RS, 6 nov. 2009.

<sup>11</sup> ZENIR. **Entrevista**. Linha Pipiri, Três Palmeiras/RS, 6 nov. 2009.

esposa ou para um filho, ainda não elevado à condição de sucessor, representa uma situação limite, que só encontra motivos para se efetivar em casos extremos.

## 6.2 FORTALECIMENTO DO GRUPO FAMILIAR E CAPITALIZAÇÃO: O AGRICULTOR FAMILIAR MODERNIZADO OU PROFISSIONALIZADO

O grupo de agricultores desreterritorializados do TIPO 2 – Agricultores modernizados ou profissionalizados –, a exemplo do TIPO 3, apresenta uma multiplicidade maior de subtipos do que o grupo do TIPO 1. Dessa forma, a tarefa de buscar pontos comuns entre as famílias de pesquisados desses tipos não foi fácil. Mesmo assim, os entrevistados foram agrupados e constituem uma interessante base para uma análise ou teorização. Das 19 famílias desse grupo, 16 foram reassentadas (84%) e 3 foram indenizadas (16%).

Conforme está explicitado no quadro 1 (na introdução), o agricultor profissionalizado apresenta certas características que o colocam em posição de vantagem econômica, frente aos agricultores dos demais tipos. Algumas destas características são analisadas a seguir, ilustrando-se com alguns estudos de caso específicos.

### 6.2.1 A Força da União da Família

A Tabela 11 mostra a variação no número de UTHs/UPF nos três tipos, para efeito de comparação. Percebe-se que apenas o grupo do TIPO 2 apresentou aumento no número de UTHs após reterritorialização. Em 13 das 19 famílias desse grupo o casamento de pelo menos um filho e a permanência dos recém-casados na “família-tronco” asseguraram as condições para a expansão de atividades como a produção leiteira, exigente em mão-de-obra, concomitantemente a outras atividades, ampliando o leque de possibilidades de ganho via diversificação.

Tabela 11 - Número médio de UTHs/UPF de acordo com os diferentes tipos de agricultores

TIPOS	Número médio de UTHs/UPF	
	AD	AR
TIPO 1 – Tradicionais	3,5	3,11
TIPO 2 – Modernizados	3,91	4,16
TIPO 3 – Semimodernizados	3,42	3,01

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (2009).

Em 6 das 13 famílias com sucessores casados, moram, na mesma casa, mais de um casal de recém-casados. Caso emblemático foi o da família de Cestílio, 66 anos, reassentado no reassentamento São Sebastião, no município de Coronel Bicaco. Nesta UPF, permanecem unidas à “família-tronco” três famílias de filhos recém-casados, formando uma espécie de clã de treze pessoas. Cada família vive em sua própria casa, porém o trabalho é em geral feito coletivamente. As casas foram construídas, estrategicamente, todas enfileiradas, junto à casa paterna. Cada família tem sua horta separada, porém, alguns produtos da “pequena lavoura” para autoconsumo, tais como: feijão, mandioca, batata-doce e amendoim, são produzidos em conjunto. O mesmo ocorrendo com a pecuária de autoconsumo. Quanto à produção comercial, tudo é produzido em conjunto. Após o pagamento das despesas de produção e/ou financiamentos, se houver sobra, esta é dividida em partes iguais entre as quatro casas, incluindo o casal de idosos. As aposentadorias do casal de idosos ficam com os próprios aposentados, isto é, não entram no caixa geral. Segundo informou o entrevistado, o dinheiro das aposentadorias é usado para custear despesas com a compra de medicamentos, eventuais despesas hospitalares e outras despesas do casal. Disse que o dinheiro das duas aposentadorias é suficiente para cobrir quase todas as despesas do casal, inclusive o combustível do “carrinho” e que, por essa razão, não precisa retirar o dinheiro do caixa, referente à parte que lhe toca no rateio do lucro com a produção agrícola.

Entrevistado pelo pesquisador em novembro de 2009, Cestílio explica como tem sido o dia a dia do “clã”, a rotina de trabalho da família, desde o tempo da Terra Indígena de Serrinha até aquele momento. A seguir, trechos da conversa com o entrevistado:

Nós trabalhamos tudo junto. Viemos de lá, onde cada um tinha o seu pedacinho de terra. Cada um plantava o seu cantinho. Só que a terra era toda minha. Tinha 30 hectares de terra. Daí viemos aqui e resolvemos trabalhar todos juntos. Fizemos 4 partes da produção e decidimos não dividir mais a terra. Plantamos todos juntos e dividimos em quatro partes. Só as despesas da casa, cada um tem a dele, cada um na casa dele. O resto, todas as despesas de máquinas, implementos, tudo é dividido em

4 partes. Quebrou uma máquina, um trator, é dividido em 4 partes. Tudo igual. Depois eu quero te mostrar um pouco da realidade. Porque acho que são poucas as famílias assim. Se compramos um pedaço de terra, é dividido em 4 partes. Tem um dos filhos, o Eusébio, o segundo, que faz o caixa de toda a família. Tudo vai para um caixa, desde horas de trator, horas de máquina que se faz pra fora, vai tudo pro caixa único, inclusive as despesas com combustível e manutenção das máquinas, tudo vai pra um caixa. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>12</sup>

Como se percebe, o entrevistado demonstra orgulho e confiança. No final da entrevista, fez questão de mostrar o patrimônio e a organização da família. Mostrou os galpões, máquinas, implementos, as quatro hortas construídas em anexo às casas, onde cada família cultivava as verduras e outras hortaliças que não entram no rol da produção coletiva. Fez questão também de apresentar ao pesquisador as três noras, que se encontravam trabalhando no galpão, em torno de uma mesa, limpando feijões para depois serem divididos em quatro partes (conforme imagens da Figura 7).

Segundo o entrevistado, a forma de organização social e econômica da UPF e a união permitiram ganhos econômicos e aumento do patrimônio ao longo de sete anos, desde a desterritorialização, comparando com a situação anterior ao desalojamento. Porém, a preocupação de Cestílio, na condição de responsável-chefe da UPF, era assegurar harmonia e entendimento ao grupo. Disse que está constantemente reunindo a família e passando conselhos: “Eu sempre peço, tá aqui a mãe que pode dizê também, que é pra gente se tolerá. Que não é pra discuti. Quebrou alguma coisa, quebrou. Compra outra, né. Então nós temo trabalhando assim”.

---

<sup>12</sup> CESTÍLIO. **Entrevista**. Reassentamento São Sebastião, Coronel Bicaco/RS, 27 nov. 2009.



Figura 7 – Imagens da reterritorialização dos modernizados pelo fortalecimento do grupo familiar

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

O envolvimento do grupo familiar no trabalho coletivo, com a divisão familiar do trabalho, assegura o compromisso de cada um para a obtenção de um resultado que será compartilhado. Mesmo aquele trabalho considerado “menos nobre”, sob o ponto de vista da racionalidade formal do cálculo financeiro, é visto como importante pelo grupo. Na família de Antônio, 64 anos, também morador do reassentamento São Sebastião, a divisão de tarefas e o comprometimento individual nas atividades da UPF normatizam a vida e o trabalho nessa unidade familiar. O responsável-chefe da UPF, ao ser questionado sobre o dia a dia da família declara que:

Aqui todo mundo pega na enxada. O senhor pode ver os calos nas minhas mãos. Eu, no caso, pego no cabo da enxada e do arado. Porque aqui sou eu que vou lavar (de boi), não deixo o filho. O filho vai com o trator. Que nem hoje, elas (nora e esposa)

tiraram o leite, eu tratei os bichos, fui buscar pasto pras vacas. Porque eu não gosto de tirar leite. Eu prefiro, então, acha o pasto pras vacas. Porque o Adir [filho] toma conta do serviço com as máquinas. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>13</sup>

Como se percebe pela fala do entrevistado, a UPF modernizou-se, porém preserva fortes traços de campesinidade. Em primeiro lugar, o envolvimento das pessoas da família e a valorização do trabalho, seja qual for, fortalece o grupo. O trabalho é considerado uma obrigação moral pelo entrevistado, que se orgulha de ter calos nas mãos, apesar da UPF poder contar com tecnologias que podem dispensar a força braçal. O indivíduo é valorizado não pelo que ele(a) sabe fazer, mas pelo que efetivamente faz. Não há trabalho mais ou menos importante. O que importa é o grupo. Os calos nas mãos são mostrados com orgulho porque sinalizam a condição de agricultor comprometido com a sua obrigação de provedor do sustento. Não se percebe que haja discriminação em relação às tarefas a serem realizadas no dia a dia. Tirar leite (com ordenhadeira mecânica), por exemplo, é o serviço da esposa e noras, porém informa que desde jovem sempre ajudou a tirar leite, embora esta seja uma atividade de que não gosta e “como agora ficou mais fácil, por causa da ordenhadeira, né, então fica pra elas” (Antonio). Por isso, prefere realizar outras tarefas, mesmo que sejam mais difíceis.

Em relação aos futuros herdeiros ou sucessores da UPF, Antonio informou que “o neto mais velho já disse que pretende ficar na lavoura”. A mãe do menino, no entanto, intervém, acrescentando: “é, ele me disse que não vai mais estudar, que vai ficar na roça. Mas, vai estudar, sim; porque hoje tem que estudar”. Aqui uma outra representação social de trabalho na lavoura. Essa percepção de trabalho como atividade de “gente sem estudo” foi manifestada por vários outros entrevistados pertencentes a este e aos outros grupos. Houve um desabafo da jovem mulher que lamentava informar que ela, aos 31 anos, havia estudado somente até a 4ª série do ensino fundamental. Por essa razão, insistia em dizer que o jovem, com apenas 13 anos, não deveria parar de estudar para se dedicar à lavoura. Este é um tema ao qual será dedicado mais tempo de análise ainda neste capítulo.

Outro exemplo de fortalecimento do grupo familiar que pode ser citado é o da família de Guilherme, desalojado que adquiriu duas propriedades no interior do município de São José das Missões, onde vive com a esposa e três filhos, todos solteiros. A propriedade-sede tem 32,5 hectares e foi adquirida com recursos recebidos das indenizações da propriedade antiga e com a venda de parte do plantel de vacas que tinha quando saiu da Serrinha. O

---

<sup>13</sup> ANTONIO. **Entrevista**. Reassentamento São Sebastião, Coronel Bicaco/RS, 27 nov. 2009.

entrevistado informou que teve que se desfazer de parte das vacas, pois na indenização sua terra fora sub-valorizada, recebeu do Estado apenas R\$ 5.000,00 por hectare de indenização, enquanto teve de desembolsar R\$ 10.000,00 por hectare, na compra da nova propriedade. Uma outra propriedade, com 20 hectares, foi adquirida via financiamento pelo Banco da Terra, em nome do filho mais velho. Embora ainda não esteja previsto nenhum casamento, a permanência de pelo menos o filho mais velho na casa paterna é desejada por todos; tanto os pais quanto os filhos fazem planos para manter a família unida. Decidido a continuar na lavoura, o filho mais velho, que já tem terra em seu nome, fala sobre a possibilidade dos irmãos permanecerem na lavoura também:

Penso que isso mais tarde vai ser discutido na família. Pra ver, né. Porque são 3 irmãos, tem que ver se os outros vão estudar e sair ou se vão continuar aqui também. Também tem a questão da privacidade do pai. No caso ele desde que casou com a mãe sempre vem sofrendo pra conseguir as coisas. Sempre se endividando pra conseguir ter um pedaço de terra. Então, estaria na hora dele começar a ter um descanso, né. Já poderiam viver um pouco, né. E os filhos ir tocando a propriedade. Mas, acho que isso mais pra frente vai ser visto. Sempre visando o melhor pro grupo (DEPOIMENTO ORAL).<sup>14</sup>

O pensamento no grupo, a ideia de fortalecer o grupo enquanto estratégia de resistência sinaliza para a possibilidade de reprodução social desta UPF. O estudo do jovem rural sempre representou a possibilidade do abandono do campo. Entretanto, o pai visualiza uma possibilidade de conciliação do estudo com o trabalho no meio rural.

O mais novo vai concluir o ensino médio e vai fazer vestibular. O meu sonho sempre foi ter um filho agrônomo. Vamos ver se o governo ajudar e se ele for bem nas provas, né. Eu já falei pra ele. Mas, ele disse que não quer sair muito longe. Daí eu disse, não, de repente você pode trabalhar familiarmente. Pode dar assistência ou trabalhar pra fora e continuar vinculado com a família. Porque hoje em dia dá pra pensar em muitas coisas (alternativas). (DEPOIMENTO ORAL).<sup>15</sup>

Via fortalecimento do grupo familiar, pela retenção dos filhos à casa paterna, criam-se condições para a diversificação das atividades agrícolas, garantindo a ocupação dos membros da família em diferentes momentos ao longo do ano agrícola. Entretanto, a produção em

---

<sup>14</sup> FRANCIEL. **Entrevista**. Linha Cristo Rei, São José das Missões/RS, 3 ago. 2009.

<sup>15</sup> GUILHERME. **Entrevista**. Linha Cristo Rei, São José das Missões/RS, 3 ago. 2009.

escala, em face da modernização, tende a induzir o agricultor à monoculturação. Os agricultores modernizados, por disporem de maquinários e de mais recursos financeiros, tendem a reduzir menos suas atividades, na comparação com os demais tipos. Isso será mais bem explicitado no tópico a seguir.

### 6.2.2 Diversificação das Atividades Produtivas

Entre as famílias de agricultores pesquisadas, o grau de diversificação das atividades produtivas agropecuárias e agroindustriais, estas últimas considerando-se apenas as destinadas ao autoconsumo, varia muito de uma para outra. No entanto, no cômputo geral observou-se uma tendência geral para a diminuição no número de atividades após a reterritorialização, tanto em relação à produção para comercialização (fontes de receitas agropecuárias ou provenientes de atividades realizadas na unidade de produção), quanto para o autoconsumo. Uma comparação entre os tipos de agricultores, no entanto, sinaliza para diferenciações individuais com uma ligeira vantagem para os agricultores modernizados. A Tabela 12 e os gráficos 1, 2 e 3, a seguir, ilustram o que se está afirmando.

Tabela 12 - Número médio de fontes de receitas agropecuárias/UPF de acordo com cada tipo

<i>TIPOLOGIA</i>	<b>Fontes de receitas agropecuárias/UPF</b>	
	AD	AR
TIPO 1 – Tradicionais	3,4	3,1
TIPO 2 – Modernizados	4,4	3,5
TIPO 3 – Semimodernizados	4	2,8

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (2009).

Os Gráficos 1 e 2, a seguir, explicitam a variação do percentual médio de famílias por número de fontes de receita agropecuárias (produtos comerciais), antes da desterritorialização e após a reterritorialização, considerando o total de famílias pesquisadas. Percebe-se que após a reterritorialização houve uma maior diferenciação entre as famílias, denunciando alterações no formato organizacional e produtivo das UPFs, com tendência para a monoculturação.

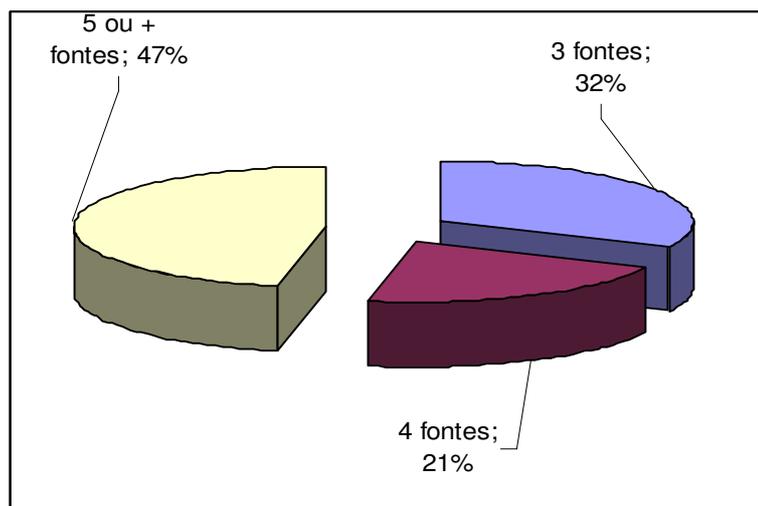


Gráfico 1 – Percentual de famílias por número de fontes de receitas agropecuárias AD

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2009).

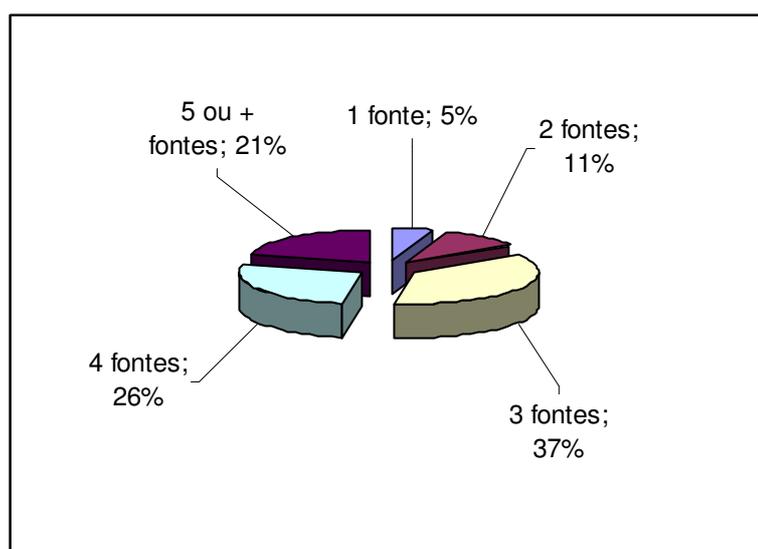


Gráfico 2 – Percentual de famílias por número de fontes de receitas agropecuárias AR

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2009).

Efetivamente, o Gráfico 1 mostra claramente que antes da desterritorialização a diversificação produtiva constituía-se em estratégia das famílias, uma vez que quase a metade delas tinha cinco ou mais fontes de receita oriundas da produção agropecuária, característica que se coaduna com a tradição das colônias de origem europeia do Rio Grande do Sul. Ademais, nenhuma família tinha menos de três fontes.

Já o Gráfico 2 mostra uma maior variação, pois o percentual de famílias que tinham cinco ou mais fontes caiu para menos da metade, surgindo famílias com duas e até com apenas uma fonte de renda agropecuária. Isso sinaliza para uma tendência à especialização desses agricultores ou para uma redução das alternativas de renda.

Não obstante a redução no número de atividades agrícolas ou agropecuárias no cômputo geral das UPFs pesquisadas, em algumas famílias o número de produtos, seja para comercialização (conforme está explicitado na Tabela 13), seja para autoconsumo, manteve-se estável ou até aumentou. Obviamente, no caso da produção comercial, na maioria das famílias, existem um ou dois produtos de maior expressão, sendo os demais relegados a uma condição secundária. É o caso da produção leiteira e de soja, conforme mostrado na Figura 8.



Figura 8 – Imagens da reterritorialização com prioridade para a pecuária leiteira e produção de grãos.

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

O Gráfico 3 contém uma síntese das transformações verificadas nas famílias no que se refere ao número de fontes de receitas agropecuárias, na comparação entre a situação encontrada antes da desterritorialização (AD) e após a reterritorialização (AR), considerando-se a tipologia. Nota-se uma ligeira superioridade percentual de famílias com 4 e 5 ou mais fontes de receitas no tipo 2 em relação aos tipos 1 e 3.

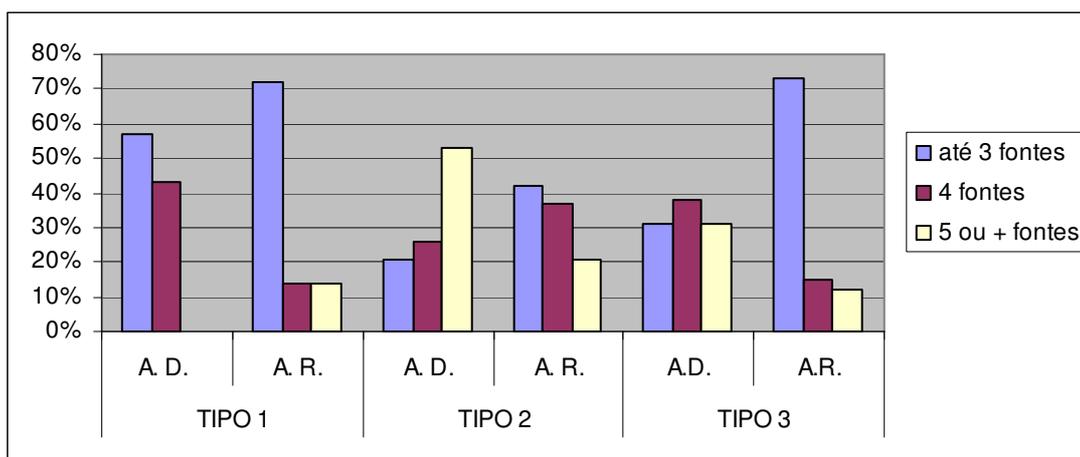


Gráfico 3 – Variação do percentual de famílias por número de fontes de receitas agropecuárias, considerando os três tipos de agricultores

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2009).

Em relação à produção para autoconsumo, no levantamento feito através do questionário, foram considerados 14 produtos, tidos como típicos ou tradicionais da lavoura, pecuária e agroindústria familiar das colônias do Norte-Noroeste do Rio Grande do Sul, conforme informações obtidas com os entrevistados. Dos cinco produtos da lavoura de subsistência: feijão (este cultivado, também, para fins comerciais por parte de algumas famílias), arroz, mandioca, batatinha e batata-doce, dois deixaram de ser produzidos após reterritorialização em mais de 90% das famílias: o arroz e a batatinha. No caso do arroz, a alegação foi a de que não tinham mais onde descascá-lo<sup>16</sup>. No caso da batatinha, o argumento foi o de que a terra da nova propriedade não tinha a fertilidade natural e as características físicas (“terra de pedregulho”) ideais, segundo os entrevistados, para uma boa produtividade.

<sup>16</sup> Na região da terra indígena de Serrinha, sobretudo na época imediatamente anterior ao desalojamento, fins dos anos de 1990, ainda existiam vários moinhos coloniais para a fabricação de farinha de milho e, em anexo, os descascadores de arroz. Com a modernização, foram desaparecendo.

Em relação aos produtos da pecuária de subsistência: galinhas, ovos, leite e suínos, não houve redução no número de produtos, mas nas quantidades produzidas. A maior parte das famílias informou que estava criando menos galinhas, conseqüentemente, produzia menos ovos. Também haviam reduzido o plantel de porcos. A explicação sobre a redução dessas criações foi a de que haviam diminuído o consumo de muitos desses produtos e que lhes faltava tempo para se dedicar às lides com esses animais. O maior envolvimento dos homens com os trabalhos com máquinas e das mulheres na lida com a atividade leiteira, foram argumentos para justificar a falta de tempo.

Em relação aos produtos da agroindústria artesanal, mais difundida entre os agricultores de descendência europeia do que entre os agricultores caboclos, a produção de queijo foi mantida em mais de 90% das famílias, ainda que tenha aumentado a venda de leite. Nesse quesito da agroindústria artesanal de subsistência, houve redução na produção de geleias e, principalmente, de açúcar mascavo. A produção de geleias foi reduzida, acompanhando a redução na produção de açúcar mascavo e de frutas, matérias-primas utilizadas para o seu fabrico. Isso ocorreu principalmente entre as famílias dos reassentamentos. A alegação foi a de que, no caso do açúcar mascavo, as condições de solo e clima não permitiam produzir uma cana adequada para se obter “um açúcar que presta”. No caso das frutas, a explicação era a de que o uso do veneno 2-4-D<sup>17</sup> pelos “granjeiros”<sup>18</sup>, com pulverizações por aviação, afetava os pomares, provocando queda das flores e frutas pequenas ou até a morte do pomar.

A produção leiteira e a sojicultura aparecem como as atividades agrícolas comerciais preferidas. O milho é cultivado em parte para fins de produção de silagem e em parte para a produção de grãos. Em menor escala aparece o trigo e a pipoca, esta cultivada em 3 das 19 propriedades do grupo, todas integradas a uma agroindústria de um município da região da Serra do Nordeste do Rio Grande do Sul. Esses são os produtos no âmbito da produção em escala.

No entanto, em algumas propriedades foi possível encontrar atividades voltadas para mercados específicos, economia de escopo. O caso mais emblemático é o da família de Antonio, supramencionada. A família produz para fins comerciais oito tipos de produtos, sendo 4 para o comércio em grande escala (*commodities*): soja, milho, trigo e leite e 4 para comércio local: feijão, mandioca, pipoca e suínos, parte da produção se destina ao Programa

---

<sup>17</sup> Herbicida ou dessecante usado para matar certos tipos de inços resistentes ao Glifosato.

<sup>18</sup> Empresários rurais ou fazendeiros, proprietários de grandes propriedades, situadas próximo aos reassentamentos, dedicados exclusivamente a produção de *commodities*, sobretudo, soja e trigo.

Fome Zero e parte a pequenos comerciantes, atravessadores e/ou consumidores locais. O entrevistado disse que a venda dos porcos se dá esporadicamente; a maior parte é destinada a um pequeno abatedouro de uma cidade próxima ou ele mesmo abate e vende a carne para compradores locais. Disse que neste caso “fica meio difícil, né, porque hoje em dia a fiscalização tá em cima”.

Um dos entraves da produção diversificada, segundo as pessoas da família entrevistada, é a falta de mão-de-obra. Essa carência é explicada pelo fato de que além dos trabalhos na produção, existe aquele para o beneficiamento e, em alguns casos, para a entrega dos produtos. A nora e a esposa de Antonio queixavam-se de que dava muito serviço preparar os pacotes dos alimentos do Programa Fome Zero: “tem que ficar um dia inteiro preparando, fazendo os pacotes; porque tem que ser tudo em porções: três e cinco kg de feijão, três de pipoca, cinco de mandioca”.

### **6.2.3 Capitalização e Modernização nas Reterritorializações**

Ploeg (2008), na discussão que faz sobre a territorialização camponesa no contexto da modernidade capitalista, em obra que trata das diferentes estratégias de luta por autonomia do campesinato contemporâneo frente ao poder do que chama “impérios alimentares”, aponta para algumas possíveis alternativas para os camponeses em um iminente processo de “recampesinização”. A reconstituição do campesinato, na direção da mudança de estratégia visando a sua reprodução social, dá-se de forma não repetitiva. Isto é, a reconstituição do campesinato tende a promover formas variadas de (re)territorialização camponesa, que são superadas continuamente incorporando novas demandas e redefinindo novas estratégias. Portanto, a reconstituição “[...] se desenvolve de forma dinâmica e heterogênea; seu roteiro está, de certa forma, constantemente sendo reescrito de acordo com as dificuldades e desafios que surgem ao longo do caminho” (PLOEG, 2008, p. 296).

Os desafios e as oportunidades que se apresentaram aos agricultores desterritorializados de Serrinha na busca pela reterritorialização levou-os a se valerem de certas estratégias que se mostraram mais eficientes. Como uma importante oportunidade, destaca-se a possibilidade de aumento no tamanho da propriedade. Efetivamente, a maioria desses agricultores desterritorializados teve aumentada a área de suas propriedades. As 52 famílias pesquisadas tinham propriedades com área média de 13,6 hectares/UPF antes da

desterritorialização, passando para 19,8 ha na nova. Como já foi proposto na introdução, os primeiros reassentados<sup>19</sup> foram beneficiados por políticas públicas do Governo do Estado da época, tendo sido contemplados com lotes rurais maiores em comparação aos últimos reassentados e aos que decidiram adquirir lotes por conta própria, usando os recursos obtidos com as indenizações pagas pelo Estado do Rio Grande do Sul pela terra, da Funai pelas banfeitorias e, em alguns casos, com financiamentos pelo Banco da Terra.

Ressalta-se também que melhorou a qualidade da terra e a localização dos lotes das famílias reassentadas. Com mais terra e mais favorável à mecanização, o agricultor que já possuía alguma máquina e alguns implementos na antiga morada pôde se estruturar melhor, aderindo ainda mais aos pacotes tecnológicos modernos. Este foi o caso do grupo dos modernizados. No entanto, é importante que se esclareça, isso aconteceu com as famílias desse grupo em maior escala e com os semimodernizados, em menor escala. Situação contrária verificou-se com os agricultores tradicionais.

A Tabela 13 mostra a variação no tamanho médio das propriedades agrícolas dos agricultores pesquisados segundo a tipologia. Observa-se que os agricultores do Tipo 2, que já possuíam propriedades com áreas médias maiores do que os demais, ampliaram-nas numa proporção superior aos outros após a reterritorialização, aumentando a diferença em relação aos demais ou distanciando-se em termos fundiários, principalmente em relação aos tradicionais (Tipo 1). Essa foi, segundo os próprios entrevistados, uma das razões da melhoria e ampliação do acervo tecnológico desses agricultores.

Tabela 13 - Área média dos estabelecimentos em cada tipo de desreterritorializados

TIPOS	Área média dos estabelecimentos (ha)	
	AD	AR
TIPO 1 – Tradicionais	10,3	8,1
TIPO 2 – Modernizados	19,7	34,3
TIPO 3 – Semimodernizados	10,8	17,1

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (2009).

É importante frisar que a maioria dos agricultores modernizados não melhorou seu acervo tecnológico individualmente. A estratégia que mais deu certo, segundo relato dos próprios agricultores, foi a formação de grupos para a compra de máquinas, implementos e/ou

<sup>19</sup> Reassentados entre 2000 e 2002.

equipamentos modernos. Essa estratégia foi adotada em vários reassentamentos formados por grupos oriundos da mesma comunidade, a maioria parentes em primeiro e/ou segundo grau. Esse foi o caso do reassentamento Cristo Rei, no município de Chiapeta, Noroeste do Estado. Nesse reassentamento, formaram-se diversos grupos de sócios, em vários momentos, objetivando facilitar a compra de máquinas e/ou equipamentos novos. De acordo com o tipo e valor do bem adquirido, o grupo é maior ou menor. Além disso, o rateio do pagamento do patrimônio e, posteriormente, do custo de manutenção do bem, em geral, não é feito de forma equitativa. Cada sócio tem certa quantidade de cotas, de acordo com o número de hectares de sua propriedade. Conforme relatado por um dos associados:

Essa forma de sociedade surgiu no início do reassentamento. É por hectare. Conforme a quantidade de terra, ficava com uma certa porcentagem de parte nas máquinas. Depois, nos consertos das peças, quando estragasse, também. Foi assim na compra. Quem tinha mais terra pagou uma porcentagem mais alta. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>20</sup>

O grupo de sócios é composto em sua maioria por parentes – irmãos, cunhados e primos, preferencialmente. No caso do grupo de Irineu, apenas um dos integrantes não é parente. Segundo o entrevistado, “é por isso que deu certo até o momento, porque quando precisa decidir, vai pela maioria dos sócios, né. O que a maioria dos sócios decidir, tá decidido”. Em relação a ordem dos plantios ou colheitas e possíveis desentendimentos entre sócios por causa disso, ele diz: “Já planeja antes; combina, né, um planta antes outro, depois. Que nem o caso do milho, começa num lugar e vai indo até o último”. Porém reconhece que “um dia pode não dar mais certo”. Entretanto, entende ser esta a única saída para o “pequeno” [...] “Imagina ter um trator sozinho ou uma plantadeira, com pouca terra, não tem como sustentá essas máquinas, porque as máquinas têm um custo altíssimo, além do custo pra compra, tem a manutenção” (Irineu, entrevista supracitada).

Dependendo do tipo de patrimônio adquirido, o número de sócios, bem como a quantidade de cotas por sócio aumenta ou diminui:

Em seis, temos o trator e a plantadeira de sete linhas que é por hectare. Daí temos também a ensiladeira, só que essa todos têm a mesma porcentagem, independente da quantidade de terra. Nessa condição tem também o pulverizador e o esparramador de

<sup>20</sup> IRINEU. **Entrevista**. Reassentamento Cristo Rei, Chiapeta/RS, 9 out. 2009.

ureia. Temos também a ceifa (colheitadeira) que é por hectare, só que essa tem mais sócios. Tem 12 sócios. (DPOIMENTO ORAL).<sup>21</sup>

Um outro entrevistado do mesmo grupo de Irineu aponta como principal vantagem de se ter maquinários e equipamentos em conjunto a racionalização do uso desses bens: “a gente tem o maquinário de acordo com a quantia de terra que a gente tem, não sobra máquina, não se tem que fazê horas de trator pra fora pra não deixá ele parado” (Leocir, reassentamento Cristo Rei, entrevistado em 09/10/2009).

O apelo aos financiamentos bancários tem sido outra estratégia usada pela maioria das famílias pesquisadas, refletindo-se num considerável aumento nos índices da variável dependência financeira, revelando, por conseguinte, maior adesão dessas UPFs à modernização tecnológica. Entretanto, aqui novamente verificam-se disparidades no que tange ao uso de recursos bancários entre os três tipos, como se percebe na Tabela 14.

Tabela 14 - Variação dos índices de dependência financeira de acordo com os diferentes tipos

TIPOS	AD	AR
TIPO 1 – Tradicionais	0,357	0,357
TIPO 2 – Modernizados	0,711	0,974
TIPO 3 – Semimodernizados	0,558	0,788

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (2009).

Novamente percebem-se disparidades, sobretudo, na relação entre modernizados e tradicionais. Os elevados índices de adesão aos financiamentos dos primeiros é reflexo, sobretudo, dos contínuos investimentos na compra de máquinas, implementos e equipamentos e do custeio das lavouras, a cada ano mais exigentes em insumos químicos, especialmente defensivos para controle de pragas e doenças. Programas governamentais de apoio à renovação da frota de maquinários, como o PMA-Pronaf do Governo Federal, por exemplo, também têm contribuído para o aumento no volume de financiamentos.

<sup>21</sup> IRINEU. **Entrevista**. Reassentamento Cristo Rei, Chiapeta/RS, 9 out. 2009.



Figura 9 – Imagens da reterritorialização dos modernizados: Agricultura de escala, tecnologia e dependência de financiamentos

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Como já foi referido, a maioria dos agricultores desalojados-modernizados foi reassentada . Isso permitiu a reconstituição de grupos de parentelas – irmãos, tios, sobrinhos, genros – já existentes antes da desterritorialização e até a formação de novos grupos no reassentamento. Como consequência positiva, essa estratégia facilitou e reforçou a reciprocidade.

### 6.3 TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM MÁQUINAS E A DESESTRUTURAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

O grupo de agricultores desreterritorializados do tipo semimodernizados abarca exatamente 50% dos pesquisados. Das 26 famílias enquadradas neste grupo, 17 (65%) foram

para reassentamentos e nove (35%) foram indenizadas e com a indenização adquiriram propriedades nos municípios da própria região de origem. A exemplo dos agricultores tradicionais, estas nove famílias indenizadas preferiram não se aventurar em reassentamentos, demonstrando uma certa prudência ou aversão ao risco.

Além de ser mais numeroso o grupo dos semimodernizados é, também, o mais heterogêneo e, por isso, o mais complexo para se analisar. A organização social e produtiva dessas UPFs ora se aproxima das unidades de produção do Tipo 1, ora do Tipo 2, isto é, alguns desses agricultores apresentam desempenhos e/ou comportamentos que se aproximam dos modernizados, outros apresentam características típicas dos tradicionais. Três características, no entanto, são peculiares desse grupo: a) os agricultores passaram a utilizar mecanização em praticamente 100% de suas lavouras, após a reterritorialização, mas não possuem máquinas (ou nunca possuíram), dependendo, por conseguinte, da terceirização dos trabalhos (plantios, tratos culturais e colheitas); b) a média de pessoas por família diminuiu após a reterritorialização na maioria das famílias, resultando num decréscimo também no número de UTHs/UPF – muitos filhos ou pessoas idosas que antes faziam parte da força de trabalho acabaram migrando para as cidades, por ocasião dos desalojamentos, devido à demora para o pagamento das indenizações ou para a efetivação dos reassentamentos ou ainda porque não se adaptaram às novas moradas; c) o número médio de atividades ou fontes de receita agropecuárias por família diminuiu mais neste grupo, na comparação com os demais.

Comparando a Tabela 11 (UTHs/UPF) com a Tabela 12 (Fontes de receitas agropecuárias/UPF), percebe-se que houve queda tanto no UTHs por UPF quanto no número de atividades agropecuárias comerciais, apesar do aumento no tamanho médio das propriedades (vide Tabela 13) neste grupo de agricultores. Isso induz a se pensar que houve perda no grau de campesinidade dessas famílias que estão apelando para estratégias de reprodução social que não contemplam duas das principais características da agricultura camponesa ou colonial: o trabalho familiar e a diversificação.

Mesmo com a diminuição no número de UTHs/UPF, na maioria das famílias existe ociosidade de mão-de-obra. Isso se explica pelo reduzido número de ocupações agropecuárias e pela terceirização da maior parte dos trabalhos. Com isso, em algumas famílias, os filhos e às vezes o próprio responsável pelo domicílio saem para trabalhar como diaristas ou como mensalistas em estabelecimentos agrícolas próximos ou acabam migrando para a cidade. Em geral, isso determina a diminuição do vínculo destes com a UPF, que acabam perdendo o “gosto pela terra”, parafraseando um dos entrevistados. Um agricultor entrevistado, morador

do reassentamento 19 de Abril, no município de Santo Augusto, informa que pretendia se dedicar à produção leiteira, porém argumentava:

Não vou deixá de plantar soja e milho (pra grão), nem pensar. Porque se fosse pra produzir mais leite, daí teria que ter mais gente na casa. Só nós dois e já com 50 anos, não é fácil. É que o rapaz não vai ficar, ele já saiu, né. Ontem mesmo ele veio buscar a mudança. Foi trabalhar numa granja de porco. Por que nós ficá aqui em 3, por enquanto não adianta. Não tem serviço. Porque a lavoura a gente paga pra fazê. [...] Hoje eu mais administro. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>22</sup>

Percebe-se que houve uma mudança nas relações de trabalho dessa UPF. A lógica da funcionalidade do empreendimento familiar tradicional, assentada no tripé terra-trabalho-família e na diversificação, se desfez após a desterritorialização. Na sua origem, ele era um agricultor tradicional, vivendo em oito hectares de terra, usando exclusivamente trabalho familiar, braçal e de tração animal. Hoje, possuindo uma propriedade um pouco maior (12,5 ha) e com excelentes condições para a mecanização, se dedica ao cultivo de soja e milho, em que atua apenas como administrador.

Enquanto alguns entrevistados demonstraram certo conformismo com a nova situação/condição de agricultores terceirizadores, outros lamentaram não poderem dispor de recursos para a aquisição de máquinas e mais terra para viabilizarem a mecanização:

O Tinei queria a roça. O sonho dele é a roça. Ele adora trabalhar na roça com maquinário. O Tinei, se nós tivesse máquinas, meu Deus do céu. Quando nós tava ali em cima [**primeiros dois anos, quando estavam todos na sede da fazenda, trabalhando em conjunto**] ele vivia mexendo com motores [...] era a paixão dele, e ele já tava entendendo bastante. Ele já colhia com ceifa, plantava [...] (DEPOIMENTO ORAL).<sup>23</sup>

É, por ele ficaria sempre em cima de uma ceifa ou trator; só que aqui, dois homens com 12 hectare de terra não dá. Na verdade, teria que ter pelo menos mais um lote. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>24</sup>

Nas falas dos entrevistados, são exaltadas as habilidades do filho, que havia migrado para a cidade, e sua disposição para trabalhar com máquinas, enquanto o pai reconhece a inviabilidade da permanência de “mais um homem” para viver em apenas 12 hectares de terra.

<sup>22</sup> CELSO. **Entrevista**. Reassentamento 19 de Abril, Santo Augusto/RS, 27 jul. 2009.

<sup>23</sup> CRISTINA. **Entrevista**. Reassentamento 19 de Abril, Santo Augusto/RS, 27 jul. 2009.

<sup>24</sup> NELSO. **Entrevista**. Reassentamento 19 de Abril, Santo Augusto/RS, 27 jul. 2009.

O desejo do pai, no entanto, era manter os filhos por perto, alegando que, se pudesse, “seguraria os filhos aqui na agricultura pra ficá mais tranquilo, porque daí se sabe que não estão usando drogas”.

A ideia da transformação da lógica de reprodução do empreendimento é expressada nas duas falas. Trata-se de uma UPF que tinha na sua origem características que se aproximavam do campesinato tradicional ou caboclo: exclusividade do trabalho familiar, fraca vinculação com mercados, baixa insumização e trabalho predominantemente braçal. Essa lógica de reprodução é transformada radicalmente com o reassentamento. A inserção no mercado de *commodities*, as condições geográficas e o novo contexto socioeconômico global exigem uma racionalidade nova, que clama por capitais (financeiros, técnicos, culturais) ausentes na família. Por isso, a situação se complica e a reprodução social está ameaçada, embora permaneça o sonho do filho de “subir nas máquinas”.

### **6.3.1 Reassentados e Indenizados: Racionalidades e Trajetórias Diferenciadas**

A despeito das características comuns a todos os agricultores semimodernizados citadas acima, é possível observar diferenças entre reassentados e indenizados. A principal característica diferenciadora é o estado de espírito ou de ânimo dos agricultores, manifestado nas entrevistas. Os reassentados se mostraram muito mais confiantes em relação ao futuro, planejando inclusive a volta dos filhos que há algum tempo haviam partido para a cidade. A fala do reassentado ilustra um pouco o que se está sugerindo:

Se nós conseguisse mais algum pedaço, pra eles ficá junto comigo. Porque o rapaz mais velho já tava em São Paulo e veio de volta. Foi, trabalhou um tempo e voltou. Não adianta, eu tenho só esses dois piás, a gente condições pra dá um estudo bom não tem, trabaíá de empregado, sem estudo, também dá pouco. Então eu disse: venham aqui, que depois vamos dar um jeito. Vamos comprar mais um pedacinho de terra, vamos lidá com umas vacas, quem sabe vamo botá um chiqueiro, se nós consegui mais uma terra. Botá um chiqueirão grande, né. Então, vai indo. Com vaca, estufa, chiqueiro, lavoura [...] um pouco com uma coisa um pouco com outra, funciona, né. Tu não vai ficar rico, mas pra vivê tu faz, né. Porque fiz este financiamento, em nome do piá, pra esta estufa. Agora vamo tentá com esse Banco da Terra. Queria ver se conseguisse comprar mais um pedacinho pra ele. Pra por o chiqueiro como te disse e mais umas vacas. Por exemplo, ao em vez de 10 vacas,

como eu tenho, botar umas 25. Daí, enquanto cuida de uma coisa, vai cuidando de outra, né. Enquanto isso, os pequeno podem crescê. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>25</sup>

Nota-se que há uma preocupação desse entrevistado em diversificar a produção, “pra dar serviço pros piá”, reforçando a campesinidade via diversificação, enquanto estratégia de sobrevivência ou de capitalização. A fala “enquanto isso, os pequeno podem crescê” revela o sonho na viabilização da unidade de produção, através do fortalecimento do grupo familiar, via diversificação. Isso destoa do discurso daqueles que rejeitam a ideia da diversificação, sob a alegação da falta de mão-de-obra. Isto é, enquanto uns rejeitam a ideia da diversificação, alegando essa carência, outros buscam a diversificação como estratégia para reter a força de trabalho.

Contrariamente ao caso do reassentado citado, a maioria dos indenizados, inseridos em contextos rurais da região de origem, mostrava-se insatisfeita por alguma razão, seja em relação às políticas públicas para a agricultura, seja com os vizinhos (comunidade), com o tempo (“que uma hora faz seca, outra hora enchente”) ou por outros motivos. Indagados se gostariam que seus filhos continuassem no meio rural, em geral, eram enfáticos, conforme a fala deste entrevistado:

Ah, não. Hoje a agricultura está inviável. Hoje não tá fácil. O que a gente tem pra vender não vale mais nada. Produto, quando a gente não tem, daí vale, quando tem, não vale nada, às vezes nem querem. Os filhos que vão pra cidade vão encontrar um trabalho que dá mais do que aqui na lavoura; eles se puderem buscar uma vida melhor, acho que é melhor eles irem atrás do melhor. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>26</sup>

Os reassentamentos, levados a efeito a partir da organização dos próprios desalojados, apresentaram-se como formas mais apropriadas de reterritorialização. Como disse um entrevistado, “recomeçar a vida junto daqueles que você conhece, em quem pode confiar, é bem melhor do que no meio de estranhos” (MOACIR, entrevista já citada). Na próxima subseção, algumas considerações sobre esse assunto.

---

<sup>25</sup> ADEMIR. **Entrevista**. Reassentamento Cristo Rei, Chiapeta/RS, 9 set. 2009.

<sup>26</sup> LUIS CARLOS. **Entrevista**. Linha Pipiri, Três Palmeiras/RS, 6 nov. 2009.

### 6.3.2 “Forasteiros” versus Enraizados

Um dos motivos de insatisfação dos indenizados em relação ao lugar de reterritorialização diz respeito à falta de adaptação à “nova comunidade de enraizamento”. Aqui se deve ressaltar que, enquanto na maioria dos reassentamentos houve transplantação de uma antiga comunidade para o novo local, com a preservação das antigas redes sociais de reciprocidade, no caso dos indenizados, ocorreu o contrário. Houve o esfacelamento das comunidades de origem, com o rompimento de redes de relações sociais e de parentesco que contribuíam para a coesão social. Vários indenizados entrevistados manifestaram descontentamento, sobretudo, em relação aos costumes dos novos vizinhos. As falas de dois entrevistados indicam a dimensão do problema:

Aqui os vizinhos passam até seis meses sem se visitar. Bom, pra te dizer a verdade, sabe com quem a gente se ajuda aqui? Com o meu amigo que veio de lá. Com o Roncai, aí de cima, que o senhor deve ter entrevistado também. Porque eu ajudo ele a plantar milho, fui lá esses dias com a minha plantadeirinha a boi; ele vem aqui, me ajuda na carneação. Se troquemo carne. Mas, só com ele. Já os outros vizinhos aqui são diferentes. Então mudou completamente o ritmo aqui, viu. O pessoal aqui é diferente. Já eu e ele toquemo no mesmo ritmo de lá. Aqui se você encontrar alguém na estrada, ele pára no máximo dois minutos e já se manda. Lá, o nosso costume era quando a gente se encontrava, tocasse de ficar até meia hora sentado num barranco de estrada, a gente ficava proseando. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>27</sup>

Mudou a vizinhança, né. Cada um na sua casa. Lá costumavam se visitar mais. Lá se costumava trocar serviços, aqui não tem. Trocava serviços porque se fazia a mão, na safra, cortar soja. Na carneação de um porco ou de uma criação [...] Lá embaixo a gente tinha a turma da bola, se jogava todos os sábados, domingos. Aqui nunca mais joguei depois que vim de lá. Então muda, o cara estranha. Lá nós tinha o nosso time, mesmo que meio de idade. Então se divertia, jogava aqui e ali. Porque eu não sou de bodega. Aqui o pessoal gosta de bodega (DEPOIMENTO ORAL).<sup>28</sup>

As falas dos dois entrevistados expressam muito e trazem implícita a ideia da perda da campesinidade. Deve-se considerar que ambos têm suas origens fortemente marcadas por relações sociais e modos de vida que remetem ao *ethos* de colono. Apresentando um alto índice de campesinidade antes da desterritorialização, houve forte queda posteriormente. O ICUPF de Moacir passou de 0,786 antes da desterritorialização para 0,541 depois. Por sua vez, o ICUPF de Olímpio teve uma queda ainda mais acentuada, passando de 0,782 antes para

<sup>27</sup> MOACIR. *Entrevista*. Linha Maraschim, Engenho Velho/RS, 26 dez. 2009.

<sup>28</sup> OLÍMPIO. *Entrevista*. Linha Maraschim, Engenho Velho/RS, 26 dez. 2009.

0,455 depois. São mudanças bem mais expressivas do que a média geral dos pesquisados em que a variação foi de 0,734 antes para 0,609 depois. O indicador reciprocidade foi o que teve maior decréscimo.

A reciprocidade teria origem na dialética da dádiva do dar e receber proposta por Mauss. Segundo este autor, “[...] recusar-se a dar, negligenciar o convite, como recusar receber, equivale declarar a guerra; é recusar a aliança e a comunhão” (MAUSS, 2008, p. 71). A manutenção dos valores humanos éticos sobrepostos ou colocados acima do puro interesse econômico egoísta constitui a base das estruturas de reciprocidade simétrica, nos termos propostos por Sabourin (2009). Os excertos das entrevistas citados acima expressam o descontentamento com a mudança para o novo contexto social rural, onde passaram a viver após a reterritorialização. Em outro trecho, um dos entrevistados denuncia o interesse econômico egoísta de um de seus novos vizinhos: “Passou um cara um dia desses com a ceifa e não quis colher minha soja. Disse: é, mas você não veio falar antes pra mim, agora não posso. Lá não acontecia isso, o vizinho que tinha máquina colhia de todos os da linha. Então mudou completamente, né” (OLÍMPIO).

Diante da situação desconfortável em que se encontram, boa parte dos indenizados entrevistados, enquadrados como semimodernizados, demonstrou interesse em vender suas propriedades e ir para a cidade ou adquirir uma outra propriedade rural próxima a algum parente ou antigo vizinho.

Diferentemente dos indenizados, os reassentados mostram-se, em geral, orgulhosos de sua comunidade. Falam sobre o “recomeço” como uma importante etapa de suas vidas. As imagens da figura 10 expressam simbolicamente os diferentes momentos da (re)construção da comunidade, com ênfase na religiosidade.



Figura 10 – Imagens da Reterritorialização pelo fortalecimento da comunidade no reassentamento, com ênfase na religiosidade.

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

### 6.3.3 Do Campo para a Cidade e o Retorno ao Campo

Se alguns dos agricultores reterritorializados pensam em vender suas propriedades e ir para as cidades, por não se adaptarem ao novo contexto social rural, como foi explicitado acima, outros, depois de migrarem para a cidade, decidiram voltar para o meio rural. Isso aconteceu com 5 dos 26 entrevistados do grupo.

De acordo com as entrevistas realizadas, a decisão de migrar para a cidade estava ligada a fatores variados: a) demora do Governo do Estado do Rio Grande do Sul na efetivação dos levantamentos fundiários, indenizações e/ou reassentamentos; b) necessidade de buscar trabalho, em face das dificuldades econômicas provocadas por secas; c) dificuldades de convivência com os indígenas, forçando a saída imediatamente após as indenizações das benfeitorias pela Funai, porém antes que tivesse sido resolvida a questão da

terra com o Estado; d) atrativos da cidade, propalados por parentes já radicados nelas, durante visitas.

Embora tenham migrado para a cidade por razões diferenciadas, os agricultores apresentaram justificativas semelhantes a respeito da decisão de retornar ao campo. É possível reter algumas representações sobre a vida e o trabalho no campo e na cidade, um espaço se contrapondo ao outro, pelas falas dos entrevistados a seguir.

Porque eu me criei na agricultura. Gosto da agricultura. Quando saí, fui pra cidade, mas, me parece que lá não é o meu lugar. Então resolvi voltar. Eu só fui pra cidade porque nós tinha que saí de lá da Serrinha. Então, enquanto a gente não arranjasse terra, fui pra cidade. Porque a gente não tinha pra onde ir, não tinha mais a terra pra plantar. Então acabei indo pra cidade. Mas, sempre com a ideia de que, no momento que nós conseguisse a terra, eu voltaria pra agricultura. A minha ideia sempre foi essa. [...] eu me sinto mais livre, mais solto, aqui no interior. Mais à vontade. Lá na cidade, parece que tudo está mais fechado. Sei lá, essa questão do horário [...] até porque o meu horário lá era bem sofrido, na verdade sobrava pouco tempo pra ficar com a família. Saía logo de meio-dia e voltava três, quatro da madrugada. Daí dormia até quase meio-dia e já tinha que ir pro trabalho de novo. Isso de segunda a sábado, sobrava só o domingo pra descansar. [...] aqui eu consigo ficar mais à vontade [...] sabe, criado no interior, né. É isso, acho que é a questão da liberdade, há mais liberdade no interior. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>29</sup>

Eu me criei na agricultura, né. Eu não sei lidar com nada na cidade. Não tenho profissão nenhuma, a não ser agricultor. Daí, a cidade pra mim não me serve. Então por isso nós ficamos esperando até o Governo arrumar terra pra nós. Então, quando o governo arrumou esta terra aqui, eles me ligaram, disseram, olha, tem terra lá em Chiapeta, quer morar com nós? Daí eu vim olhar a terra aqui, disse, não, eu vou pra lá. Daí viemo embora. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>30</sup>

Porque eu me criei na lavoura e é o que eu sei fazer e gosto de fazer. Lá no frigorífico, como eu não tinha estudo, o pior serviço tocava pra mim. Era pendurar frangos, de noite. Tinha que pendurar 18 cargas de frango por noite, em 4 pessoas. Chegava no fim da noite eu tava quase morto, de tanto trabalhar. Além disso, a firma tava meio falindo, me deixaram dois anos sem férias. Então já tava ficando doente, me deu uma depressão, nem sabia direito o que era. Cada vez que ia fazer uma refeição, formava uma bola assim aqui, não conseguia engolir. Então fui nos médicos. Me levaram pra Caxias, Porto Alegre, fizeram todo o tipo de exame e não acharam nada. Daí o médico me disse, deve ter alguma coisa que tu não tá contente, por que você não tem nada. [...] daí decidi voltá pra lavoura. [...] Terra representa o que eu sei fazer. A única coisa que sei fazer é trabalhar na terra. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>31</sup>

<sup>29</sup> DOLCIMAR. **Entrevista**. Reassentamento 19 de Abril, Santo Augusto/RS, 11 nov. 2009. Após sair da TIS, este agricultor viveu 3 anos em Passo Fundo.

<sup>30</sup> JOSÉ MILTON. **Entrevista**. Reassentamento Novo Horizonte, Chiapeta/RS, 4 dez. 2009. Após sair da TIS, o entrevistado viveu 4 anos em Porto Alegre.

<sup>31</sup> VALMIR. **Entrevista**. Linha Morais, Sagrada Família/RS, 3 jul. 2009. Após sair da TIS, o entrevistado viveu 4 anos em Garibaldi, trabalhando num frigorífico de aves.

Percebe-se que há uma sintonia nas falas dos entrevistados quanto às razões que os fizeram voltar ao meio rural após já estarem radicados no meio urbano. As representações sociais do campo como o lugar que oferece certas vantagens, como a garantia de trabalho para aquele que “não tem uma profissão, a não ser agricultor”, aliam-se à ideia de agricultor como aquele que tem liberdade. Em que pese o argumento recorrente de muitos agricultores de que a lavoura é um lugar que exige esforço físico excessivo, raramente recompensado com retorno financeiro (CARNEIRO, 2003), as entrevistas permitem perceber o inconformismo dos entrevistados em face do trabalho penoso enfrentado por eles na cidade.

Porém, a permanência no campo ou o retorno a ele daqueles que foram para a cidade não parece ser algo garantido. Boa parte dos entrevistados do grupo de agricultores semimodernizados manifestou o desejo de migrar para a cidade após obter a aposentadoria.

#### 6.4 RELAÇÕES MERCANTIS

A migração compulsória, além de promover mudanças na vida dos agricultores, como as já descritas, também provocou substanciais alterações nas relações mercantis após reterritorialização. Uma das características da agricultura colonial do Rio Grande do Sul na sua origem era a articulação ou a dependência do colono ao comerciante local. A classe dos comerciantes da linha, em geral colonos que se transformavam em capitalistas, teria sido, segundo Roche (1969), a única classe rural a enriquecer nas velhas colônias alemãs, lançando as bases para a penetração das sementes do capitalismo nas colônias. Nas colônias novas do Norte do Rio Grande do Sul e, particularmente, naquela estabelecida no interior da Terra Indígena de Serrinha, o comerciante das linhas ou pequenos povoados continuou hegemônico nas relações mercantis dos agricultores familiares até os anos de 1980. Aos poucos, e com o avanço da agricultura de grande escala, esses comerciantes foram perdendo espaço para as grandes cooperativas e empresas integradoras (CARINI, 2005).

Não se tem o propósito de discutir aqui a história do sistema cooperativo no Rio Grande do Sul, porém deve-se salientar que ele passou a ter um papel determinante na consolidação da Revolução Verde, sobretudo, a partir dos anos de 1970. Assim, de dependente-subordinado ao “pequeno capital”, o agricultor passou a ser dependente-subordinado ao grande capital. No Norte-Noroeste do Rio Grande do Sul, o sistema cooperativo cresceu de forma magistral, como uma estratégia do Estado capitalista dentro de

um projeto modernizante (TEDESCO et al., 2005). O sistema cooperativo passa a ser um instrumento de modernização agrícola e de aumento da produção/produktividade (CARINI, 2005).

A partir dos anos de 1980, na maioria dos municípios de agricultura de tradição colonial do Rio Grande do Sul, os comerciantes, que antes tinham suas bases nas linhas, picadas e travessões das colônias e, portanto, estavam próximos dos colonos, transferem suas casas comerciais para as sedes dos municípios. Porém, continuam mantendo, ainda que em um volume cada vez menor, relações de comércio com os colonos. Assim, parte dos entrevistados disse que até final dos anos de 1990 (início da saída dos agricultores da Terra Indígena de Serrinha) ainda vendia quase a totalidade de suas colheitas a comerciantes locais<sup>32</sup>. A Tabela 15 ilustra o volume de comércio realizado com comerciantes locais pelos agricultores pesquisados, no último ano agrícola antes das desterritorializações.

Tabela 15 - Percentual de famílias que venderam seus produtos a comerciantes locais no último ano agrícola AD, por percentual de vendas, de acordo com os diferentes tipos.

<b>Volume das vendas</b>	<b>Tradicionalis (%)</b>	<b>Modernizados (%)</b>	<b>Semimodernizados (%)</b>
Não venderam	0	31,6	30,8
Venderam até 50% da produção	0	47,4	26,9
Venderam de 51 a 70% da produção	14,3	0	7,7
Venderam de 71 a 100% da produção	85,7	21	34,6
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (2009).

Percebe-se que, nas condições de mercantilização AD, todos os agricultores dependiam do comércio local, ainda que em percentuais diferenciados consoante a racionalidade. Obviamente, os agricultores tradicionais, por suas peculiaridades, eram bem mais dependentes.

Após a reterritorialização, ocorreu um intenso processo de mudança nas relações mercantis desses agricultores, com o fortalecimento do monopólio do comércio exercido pelas

<sup>32</sup> Entende-se aqui por comerciantes locais aqueles estabelecidos no meio rural, nos povoados, linhas ou sedes de distritos e que no caso das colônias de descendentes de europeus do Rio Grande do Sul, tanto nas chamadas Colônias Velhas quanto nas Novas, desempenharam papel exponencial para a inserção dos colonos nos mercados.

grandes cooperativas, que passam a se beneficiar do trabalho e a exercer grande influência nas decisões dos agricultores, como ocorrera no passado com os comerciantes das linhas, porém nesse momento de forma bastante sofisticada. Assim, de um sistema de comércio em que prevaleciam as relações pessoais ou subjetivas, amistosas, entre agricultor e comerciante, passou-se para um sistema de relações contratuais, altamente burocratizadas e objetivas entre agricultor e cooperativa ou agricultor e empresa integradora.

Os dados apresentados na Tabela 16, abaixo, mostram uma situação de mudanças nas relações mercantis dos agricultores, sobretudo, dos modernizados e semimodernizados, sinalizando para a existência de um forte atrelamento dos mesmos aos grandes mercados da economia de escala.

Tabela 16 - Percentual de famílias que venderam seus produtos a comerciantes locais no ano agrícola 2008/2009, por percentual de vendas, de acordo com os diferentes tipos

<b>Volume das vendas</b>	<b>Tradicionais (%)</b>	<b>Modernizados (%)</b>	<b>Semimodernizados (%)</b>
Não venderam	0	79	81
Até 50% da produção	57,1	21	15
De 51 a 70% da produção	0	0	0
De 71 a 100% da produção	42,9	0	4
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (2009).

Obviamente, o principal mercado comprador e vendedor passou a ser a cooperativa, que se transforma no agente negociador e, por conseguinte, controlador da vida econômica do agricultor. Agora o nível dos negócios não se restringe aos produtos coloniais e às mercadorias (“secos e molhados”) consideradas de primeira necessidade, comprados e vendidos em relações subjetivas (“olho no olho”, como disse um dos entrevistados) como ocorria no tempo do comércio local, mas passa a existir uma complexa rede de relações comerciais de caráter impessoal, com a subjugação do agricultor ao capital comercial, agroindustrial e financeiro, através do sistema cooperativo. Além da comercialização de produtos agrícolas e insumos, as relações entre cooperativas e agricultores envolvem, também, a assistência técnica, a difusão de novas tecnologias, inclusive a assistência social. Não é objetivo tratar em profundidade desse assunto, porém, é importante que seja lembrado, pois teve papel decisivo no processo de reterritorialização de muitas famílias.

Referindo-se às relações mercantis no âmbito da agricultura familiar, Silva (2003) afirma que a dependência-subordinação do pequeno agricultor ao grande capital, através de sua rearticulação com agroindústrias e cooperativas, deixa-o com muito pouco espaço para manobras. Tanto as indústrias quanto as cooperativas, ao firmarem contratos de compra e venda, determinam as condições em que devem ocorrer as parcerias, estabelecendo critérios rígidos quanto ao que deve ser produzido, qualidade, periodicidade, compra de insumos e fidelidade na entrega do produto. O autor assevera ainda que, não obstante a aparência de um caráter de produção mercantil independente, o capital socializa o processo de produção camponesa, impondo o controle sobre o próprio processo de trabalho, salientando que não interessa ao grande capital, representado pelas empresas ou grandes cooperativas, a desativação das unidades camponesas pela perda das propriedades, por isso estabelecem mecanismos de compensação.

Os agricultores menos vinculados aos circuitos mercantis do agronegócio – notadamente os tradicionais e alguns semimodernizados – queixaram-se da falta de oportunidades para a comercialização de produtos que não se enquadram na economia de escala, as “miudezas”. Um entrevistado declarou: “com exceção da soja, leite e milho, tá difícil de vender alguma coisa” (OSVALDO, Linha Lajeado Bonito, Engenho Velho, entrevistado pelo autor em 17/10/09). Segundo o agricultor, ‘antes’ da saída da TIS era fácil vender uma galinha, uma dúzia de ovos, dois, três sacos de feijão, porém tornou-se muito difícil. Osvaldo, comparando sua condição de reterritorializado com a situação na “outra morada”, revela:

O trabalho era o mesmo. Só que lá se tinha mais renda. Se produzia uma galinha tinha pra quem vender. Aqui às vezes tem algum produto, tem uma galinha pra vender, não querem; carneia um porco, tem um salame, uma banha, oferece, diz não, eu não quero; oferece uma carne lá de uma criação que se “desconta”, é a mesma coisa. Essa que é a grande diferença. Lá se vendia de tudo: amendoim, feijão, batatas, aipim, galinhas, ovos, o que tivesse. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>33</sup>

A vinculação dos agricultores ao grande capital forçou-os a aderir aos pacotes tecnológicos modernos, na busca de maior eficiência, com aumento da produção e da produtividade e com a melhoria da qualidade dos produtos. O setor produtivo que mais avançou em termos de eficiência, após a reterritorialização, foi o leiteiro com ganhos de

---

<sup>33</sup> OSVALDO. **Entrevista**. Linha Lajeado Bonito, Engenho Velho/RS, 17 out. 2009.

produção/produtividade, tanto pelo melhoramento genético, quanto pelas melhorias no manejo e alimentação. As imagens da Figura 11 dão uma ideia do nível de tecnificação do setor.



Figura 11 – Reterritorialização via melhorias técnicas no setor leiteiro.

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

No entanto, em relação aos reais ganhos financeiros resultantes dessas melhorias operadas pelas condições técnicas, as opiniões dos entrevistados se dividem. Os tradicionais e os parcialmente modernizados, em geral, reclamam que o aumento da produção-produtividade não cobre os custos das tecnologias devido aos baixos preços pagos pelas empresas ou cooperativas: “Pensa só, tem que vender um quilo e meio de leite, pra comprar um quilo de ração. Porque tem que dar a ração na medida, porque senão não dá certo”. (Neusa, Linha Pipiri, Três Palmeiras, entrevistada pelo autor em 06/11/09). Outra agricultora entrevistada

compara a produção mais dependente da natureza de antes com a produção dependente da agroindústria de hoje:

A gente quase não tinha gasto com as vacas antes. Hoje produzem mais, mas também se gasta mais. Então, eu digo que quase dá na mesma coisa. Eu lá tirava menos leite, mas não gastava dinheiro em ração; dava só o trato [**alimentação**] que tirava da lavoura. Hoje, é quase só na ração, toda comprada. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>34</sup>

A fala de outra entrevistada, esta pertencente ao grupo dos modernizados, é indicativa de uma outra racionalidade. Falando sobre a recente integração de sua UPF a uma empresa transnacional do setor do leite, disse que havia conseguido ganhos financeiros pela melhor qualidade do produto.

No começo, a gente entregava sem orientação nenhuma. Do mesmo jeito que entregava pra outras empresas. Daí veio o primeiro resultado e deu um pouco alterado na bactéria ACC. Então veio um piá [**técnico**] que é o responsável pela região e disse: é assim e assim. Nós já lavava as teteiras da ordenhadeira com água quente, só mudamos o detergente. Porque nós usava dois tipos de detergente, um de manhã e outro de noite. Daí ele disse: use todo o dia o mesmo e só passe três vezes por semana aquele que você usa de noite. Foi feito assim e já mudou. Depois que ele deu esta orientação, só duas amostras que deu um pouco alta; inclusive o rapaz falou que era pra gente reclamar, porque eles descontam, né. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>35</sup>

A entrevistada expôs, também, sua opinião sobre os segredos para ter sucesso na pecuária leiteira:

Mas pra saber certinho quanto vai receber tem que calcular a quantia de gordura, as proteínas, as células somáticas o ACC, que é uma bactéria. Daí tudo tem o seu valor aí. Depois ainda tem o adicional de mercado e o adicional de cotas, que eles dizem. [...] Nós é oito meses que estamos entregando pra esta empresa. Até hoje nunca ganhamos menos do que os outros [**demais produtores de leite do reassentamento, não integrados**], sempre uns centavinhos a mais. Esse mês, por exemplo, eles receberam R\$ 0,56 e nós R\$ 0,59. Isso limpo né, porque bruto o nosso deu R\$ 0,61 e o deles R\$ 0,57. (DEPOIMENTO ORAL).<sup>36</sup>

<sup>34</sup> JANDIRA. **Entrevista**. Reassentamento da Cascata, Sarandi/RS, 19 set. 2009.

<sup>35</sup> JANE. **Entrevista**. Reassentamento São Sebastião, Coronel Bicaco/RS, 27 nov. 2009.

<sup>36</sup> JANE. **Entrevista**. Reassentamento São Sebastião, Coronel Bicaco/RS, 27 nov. 2009.

Pela fala da entrevistada, observa-se que há um embate entre uma racionalidade técnico-produtivista, cuja lógica é a escala e a qualidade, alicerçada no conhecimento, na técnica e no poder de barganha e outra tradicional-conservadora, alicerçada na naturalização do processo produtivo. A primeira induz à crença na autonomia ou independência do agricultor; enquanto a segunda reclama por atenção das políticas públicas garantidoras de preços e de mercados. Ploeg (2006), resumindo resultados de uma pesquisa realizada na Holanda, faz uma comparação entre as abordagens camponesa e empresarial na produção leiteira desse país, concluindo que os resultados apontam a vantagem da ‘abordagem’ camponesa, de custo baixo, em relação à empresarial, de alta tecnologia, na medida em que a primeira conjuga as possibilidades de maior emprego produtivo e valor agregado.

## **7 AS ESTRATÉGIAS DE RETERRITORIALIZAÇÃO DOS AGRICULTORES DESALOJADOS DA TERRA INDÍGENA DE SERRINHA**

Neste último capítulo, discutem-se os aspectos mais significativos expressos nos dados compilados e nas entrevistas, apresentados ao longo do quinto e do sexto capítulos, tendo-se em conta o enfoque teórico adotado: racionalidades e representações sociais definidoras de estratégias de reterritorialização dos agricultores migrantes compulsórios desalojados da Terra Indígena de Serrinha e expressivas de sua cidadania.

A análise feita no capítulo anterior possibilita compreender as singularidades, as semelhanças e as diferenças entre os atores pesquisados, permitindo inclusive a construção de uma tipologia. Porém, por si só, elas são insuficientes para explicar as tendências dos fenômenos desencadeadores de processos de reterritorialização, o que se torna possível, entretanto, por meio da aproximação das teorias, da análise de dados e das declarações, as quais expressam continuidades/permanências que, no limite, apontam para racionalidades definidoras das estratégias de reterritorialização dos pesquisados.

Assim, neste capítulo, apresentam-se explicações sobre o que efetivamente é determinante na definição das estratégias de reterritorialização dos agricultores familiares desterritorializados, considerando as hipóteses propostas. Julga-se que a análise dessas estratégias possibilite compreender o que leva um agricultor a fazer escolhas com o fito de reterritorializar-se no espaço rural, após ter sido desalojado de sua propriedade neste início de século XXI, e quais políticas públicas podem de fato contribuir ou dificultar o processo de reterritorialização.

O capítulo apresenta-se dividido em quatro subseções. Na primeira, explicam-se as racionalidades (re)territorializadoras dos agricultores desalojados, cujas ações se situam entre a tradição – consideradas irracionalidades por Weber – e a racionalidade instrumental ou do cálculo financeiro, exigência da modernidade. Na segunda, discute-se o fortalecimento do grupo familiar, pela retenção de braços na unidade produtiva e a autoexploração da mão-de-obra familiar na UPF, enquanto estratégias de resistência à desativação. Na terceira subseção, apresenta-se a diversificação produtiva agropecuária, aliada à especialização de parte da produção, como estratégias econômicas de reterritorialização. Na quarta e última subseção, discute-se o papel da comunidade de pertencimento, enquanto *locus* de redefinição e

reafirmação da identidade sociocultural dos agricultores, como condição para assegurar sua reterritorialização.

### 7.1 RACIONALIDADES (RE)TERRITORIALIZADORAS

Os estudos de caso considerados, classificados segundo a tipologia construída, apresentam-se como terrenos férteis para análises e confrontações teóricas, a partir das teorias que constituem as ferramentas de análise utilizadas.

As estratégias de reterritorialização adotadas pelas UPFs pesquisadas, identificadas e caracterizadas a partir das entrevistas, conforme tipologia de agricultores definida, revelam diferentes racionalidades nas suas tomadas de decisão. Ainda que fatores externos tenham influenciado positiva ou negativamente as escolhas dos agricultores, elas foram adotadas consoante condições materiais; convicções sobre as possibilidades de ganhos e perdas; relações interpessoais de amizade e entreajuda; e inclusive segundo as percepções (indicador cultural).

Em sua reterritorialização, os agricultores guiados pela racionalidade moderna-productivista, dispendo de capitais (econômico e social) tendem a expandir suas atividades, por se adequarem às novas exigências tecnológicas e de mercado; por responderem positivamente aos estímulos externos, beneficiando-se das políticas públicas destinadas às famílias desalojadas, reforçando ou rearticulando o grupo familiar. Dessa forma, ficam propensos à acumulação, na medida em que respondem com mais eficácia aos apelos da modernização e às demandas do mercado. Eles melhoram suas condições de vida e aumentam seu patrimônio. Por sua vez, os agricultores tradicionais, pouco influenciados por estímulos externos (financiamentos, oferta de terras propícias para utilização de tecnologias modernas), reterritorializam-se lançando mão de estratégias conservadoras de reprodução, sem se submeterem a riscos. Em geral, tendem a reproduzir sua situação de excluídos economicamente, enfraquecendo o grupo familiar, limitando suas ações à busca de territórios que lhes sejam familiares, porque relutam a se distanciar de suas referências, tanto em termos socioeconômicos quanto socioculturais.

Como se tem insistido, as estratégias de reterritorialização dos atores pesquisados ligam-se às suas racionalidades e estas oscilam, indo de um extremo ao outro, entre um patamar que representa a agricultura tradicional, com baixo nível tecnológico e fraca inserção

nos mercados, e outro que se identifica com o moderno *agronegócio* ou agricultura familiar moderna, mediante utilização de tecnologias avançadas, forte inserção nos mercados de escala e atrelamento ao sistema financeiro. Entre esses extremos encontra-se uma faixa com uma gama variada de situações, que oscilam entre o moderno agronegócio e a agricultura tradicional e que, nesta tese, se convencionou chamar de “agricultura parcialmente modernizada”.

Conforme enunciado, os agricultores semimodernizados, embora se valendo de algumas tecnologias modernas em suas atividades agropecuárias, apresentam produtividades mais baixas do que a média dos modernizados; dependem da terceirização dos trabalhos com máquinas e equipamentos, o que encarece os custos de produção; em geral, mostram atividades, embora pouco diversificadas, com nível avançado de tecnificação. Entretanto, a modernização do setor produtivo da UPF não se constitui em fator único garantidor de reterritorialização. A pesquisa mostrou que a modernidade capitalista não exclui a campesinidade. As UPFs que revelaram os mais altos índices de modernidade não foram aquelas com os menores índices de campesinidade.

Ademais, a propriedade da terra não é suficiente para determinar o grau de satisfação do agricultor na sua busca por um espaço de reterritorialização. Assim, postula-se que não basta dar terra ao agricultor desalojado para que se sinta (re)territorializado. Portanto, estar reterritorializado é diferente de sentir-se reterritorializado. Em outras palavras, estar enraizado ou radicado num espaço é diferente de exercer a territorialidade neste espaço. A territorialidade manifesta-se em escalas múltiplas e variadas, nas relações pessoais e fundamenta-se na identidade. Destarte, o migrante compulsório ao experimentar uma (con)vivência em espaço onde se forjam territorialidades que lhes são estranhas, sente-se um forasteiro em sua nova comunidade.

Ainda que alterem suas formas ocupacionais, aderindo parcialmente a algumas técnicas ditas modernas, passando de uma agricultura familiar com atividades mais diversificadas para uma agricultura centrada apenas na produção de certos produtos, notadamente as *commodities* mais valorizadas devido ao mercado internacional, os agricultores, quanto mais tradicionais, mais se identificam com formas de agir e pensar herdadas de seus antepassados e reproduzidas arduamente no contexto rural dominado pela lógica da modernidade capitalista. A capacidade de suportar uma rotina de trabalho desgastante e insalubre, aderindo apenas minimamente aos recursos do acervo técnico disponível hoje à agricultura, justifica a decisão de permanência desses agricultores tradicionais em ambientes considerados impróprios para a agricultura guiada pela

racionalidade da maximização das taxas de lucro. A questão que se apresenta é: seria essa uma decisão irracional? Weber (1991), em sua análise sobre o ótimo de rendimento calculável no trabalho, reconhece que a inclinação ao trabalho de caráter tradicional é típica na agricultura e indústria doméstica.

A racionalidade (re)territorializadora de agricultores tradicionais, fortemente ancorada na tradição do campesinato caboclo, não obstante os avanços do mundo atual nos campos dos conhecimentos científicos, das comunicações e das informações, exigindo novas posturas e competências dos agricultores, prima por estratégias que remetem a contextos sociais rurais pretéritos. Ao se deparar com ambientes que requerem a racionalidade produtiva moderna, que se pauta no cálculo financeiro e se baseia em altos investimentos, esses agricultores tendem a abandonar suas terras e a buscar novos ambientes que sejam propícios à sua territorialização, ainda que provisoriamente. Aqui há que se considerar o fato de que a territorialidade expressa a maneira como os indivíduos lidam com o território, denotando concepções e racionalidades, que variam entre os indivíduos. Assim, a estratégia governamental da reterritorialização via reassentamento, tanto contribui para a reprodução social de certas famílias, já plenamente inseridas no agronegócio, quanto pode resultar em fracasso, apressando a desativação, no caso daqueles agricultores apegados à tradição. Os agricultores tradicionais, quando desterritorializados, procuram se reterritorializar em espaços rurais que lhes sejam familiares. Forçá-los ou induzi-los a aderir aos reassentamentos pode significar uma nova desterritorialização, uma vez que são forçados a viver em territórios com outros agenciamentos e com bases materiais de reprodução social distintas das de seu habitat.

Relativamente à gestão econômica, Weber (1991) entendia que:

Tanto o cálculo em espécie quanto em dinheiro são técnicas racionais. Mas, de modo algum, estes dois abrangem a totalidade de gestão econômica existente. É que, além deles, há a ação economicamente orientada de fato, mas alheia ao cálculo. Pode estar orientada pela tradição ou condicionada por fatores afetivos. (WEBER 1991, p. 67).

Conforme foi sugerido no quarto capítulo, historicamente, as três principais formas sociais constituidoras da matriz do campesinato do Norte e Noroeste gaúcho foram a comunitária indígena, a familiar cabocla e a familiar colonial de herança europeia. A partir dessa matriz, produziu-se uma dualidade e desencadeou-se todo um debate, ancorado no paradigma do desenvolvimento econômico e do progresso, que negou a importância do

indígena e do caboclo para o desenvolvimento rural (diga-se agrícola). Sob esse prisma, a territorialização do indígena e do caboclo não seriam relevantes.

Assim, as ações do Estado Moderno voltadas para o desenvolvimento econômico, via políticas de colonização, promoveram a territorialização do agricultor colono e a desterritorialização dos indígenas e caboclos. O Movimento Indígena (MI), desencadeado nos anos de 1970, atendeu, ainda que em parte, aos anseios dos indígenas. Porém, o caboclo, por não ter uma identidade étnica tão nítida, ainda não teve uma política de inclusão específica<sup>1</sup>. Entretanto, a pesquisa comprovou que a identidade étnica não é suficiente na definição de uma estratégia reterritorializadora. Agricultores descendentes de europeus, submetidos a situações de privação, definem suas estratégias de (re)territorialização rural, a partir de representações sociais que valorizam o ambiente natural, sobretudo, a terra. Isso os aproxima da racionalidade tradicional historicamente definida como cabocla. Trata-se de uma condição de acaboclamento, que acaba por definir diferenciações de cidadanias.

Como foi suposto na primeira hipótese, as diferentes racionalidades nos processos de reterritorialização resultam das diferentes formas de inserção dos agricultores no meio rural, acompanham a evolução dos processos produtivos, porém reforçam permanências expressivas da tradicionalidade. Portanto, as escolhas dos agricultores guiados pela racionalidade tradicional não podem ser consideradas irracionais. Nas decisões de plantar sem adubo, usar queimadas para facilitar a limpeza do terreno, submeter-se a jornadas de trabalho braçal estafantes entra o cálculo. Não é o mesmo cálculo do agricultor moderno, mas é também uma ação que remete a um fim, nos termos propostos por Weber. O fim almejado é a produção agropecuária, a partir das condições fundiárias, técnicas e financeiras que lhes foram impostas. Aqui se observa que é dada maior ênfase aos valores humanos do que aos valores materiais. A valorização do trabalho, como meio de prover as necessidades da família, para se ter o suficiente, como obrigação moral de um chefe de família se contrapõe à racionalidade da maximização das taxas de lucro, em que o trabalho se torna secundário.

Um caso semelhante é apresentado por Mooney (1988), em estudo que ele discute os limites da racionalidade formal de Weber na agricultura. Ao apresentar quatro estudos de caso de agricultores de Wisconsin (EUA), onde se observam diferentes racionalidades, ele discute os limites da racionalidade do cálculo financeiro na agricultura, colocando o ideal de trabalho (*craftship*) como o contraponto à racionalidade formal. Na tipologia de *farmer* que encarna

---

<sup>1</sup> Existem no Brasil políticas públicas de inclusão para negros e índios consideradas grandes avanços em termos de conquistas sociais dessas comunidades nos últimos anos. Não existe uma política específica para caboclos, até porque o conceito de caboclo é polissêmico e induz a várias interpretações.

este ideal, a maximização de lucro na agricultura não é um fim em si mesmo, mas um meio para este fim. A calculabilidade monetária entra no processo de produção desse tipo de agricultor, mas se subordina à totalidade do cultivo da terra como meio de vida. Assim, o autor adverte para o fato de que a obsessão pela busca incessante da maximização das taxas de lucro na agricultura torna-se, na verdade, uma irracionalidade, pois a meta é sempre usar dinheiro para se obter mais dinheiro e não obter dinheiro para satisfazer às necessidades do agricultor.

Diferentemente dos agricultores ditos tradicionais, os agricultores já inseridos no sistema de agricultura tecnificada, com seus negócios atrelados ao sistema financeiro e ao mercado agrícola de escala, antes do desalojamento, encontram no reassentamento a possibilidade de expansão de suas propriedades. Ressalta-se que existem diferenças no que diz respeito às formas de conceber a questão do uso da terra, nas distintas racionalidades, ou seja, por um lado, a terra concebida como agricultável por sua fertilidade natural e, por outro, por ser mecanizável. O entendimento de que uma terra é boa por ser mecanizável e propícia para o desenvolvimento da agricultura de escala transmite a ideia de intervenção na natureza como algo natural e a de subvalorização do trabalho braçal. Além disso, o uso de tecnologias, que alteram a capacidade natural para produzir, é considerado de fundamental importância. A ideia de terra boa ser aquela que tem boa fertilidade natural (a terra gorda, segundo alguns agricultores) sinaliza uma maior valorização do trabalho em detrimento do uso de tecnologias modernas. A valorização do trabalho acima da técnica reforça a importância do grupo familiar na produção. Assim, a permanência dos filhos na casa paterna é desejada. Porém, esta condição acaba não se tornando possível pela falta de perspectivas de se obter uma produção rentável, no caso dos agricultores tradicionais ou por falta de ocupações agrícolas, no caso dos agricultores semimodernizados, os quais terceirizam a maior parte dos trabalhos na produção de *commodities*.

As representações sociais de terra dos agricultores tradicionais remetem à percepção de sua inclusão em um contexto de agricultura tradicional. A ideia de terra favorável ou desfavorável, boa ou ruim para a agricultura que os agricultores têm indica uma visão de terra como fonte inesgotável de nutrientes, capaz de fazer a planta produzir sem interferência de meios artificiais. Isso encontra eco tanto nas concepções de terra do camponês caboclo, quanto do antigo colono-imigrante assentado em terras de matas do Rio Grande do Sul, como foi referido no segundo capítulo. A terra tida como “fraca” e “seca” do reassentamento – solo argiloso e profundo, com pouca matéria orgânica – contrastaria com aquela “forte” de uma região de matas do Alto Uruguai, que ainda mantém razoável fertilidade natural e alguma

cobertura florestal. Uma razão de ordem cultural seria, portanto, a âncora dessa representação social de terra cultivável (MOSCOVICI, 2007).

Bernardes (1997), ao se referir à separação rígida entre duas formas econômicas encontradas no Rio Grande do Sul desde o século XIX com a chegada dos imigrantes europeus – a pecuária extensiva observada nas áreas de campos e a agricultura colonial típica das áreas de matas –, diz que a opção dos colonos imigrantes europeus do passado pelas terras de matas é explicada como uma questão de “persistência da tradição cultural”. Em certo sentido, a ocupação das terras de matas foi uma imposição do estancieiro no início, ante a ameaça que o imigrante representava à sua soberania sobre os campos. Porém, a opção pelas matas acabou sendo bem aceita pelo imigrante mais tarde (BERNARDES, 1997). Essa persistência em ficar radicado numa terra dobrada e pedregosa parece constituir a lógica da reprodução dessas famílias de agricultores considerados aqui tradicionais. Expressam-se, portanto, valores simbólicos ligados à terra, para além dos valores materiais e da racionalidade técnica operacional.

No contexto das reterritorializações, os agricultores guiados pela racionalidade do cálculo financeiro são favorecidos pelas políticas públicas de relocação, notadamente pelos reassentamentos. Juntamente com a política de reassentamento *stricto sensu*, outras medidas governamentais de incentivo à fixação do homem no campo e à produção agropecuária, ou seja, políticas complementares tais como financiamentos para investimentos e custeios com juros subsidiados e prazos mais longos favorecem àqueles que já têm experiências ou trânsito facilitado nos canais institucionais, isto é, os possuidores de fichas cadastrais “limpas” junto aos bancos e bons saldos em suas contas bancárias. Ao contrário destes, para os agricultores considerados aqui tradicionais, a reterritorialização, quando implica a necessidade de adesão a estratégias produtivas que exigem recursos financeiros que eles não têm ou com os quais não sabem lidar ou com racionalidades favoráveis à competitividade, se torna em geral uma aventura, marcada por fracassos que, não raro, levam ao abandono do rural.

Postula-se aqui, portanto, que aquele agricultor familiar inserido na lógica do mercado moderno, onde a racionalidade do cálculo financeiro e a adesão aos pacotes tecnológicos se fazem imprescindíveis, pode ser beneficiado por uma situação de desterritorialização compulsória, podendo aumentar seu patrimônio após a reterritorialização, como assevera a segunda hipótese. Ele, ao mesmo tempo que busca adaptar-se às novas condições econômicas (produtivas e de mercado) do território em que está inserido, aproveita-se da situação aparentemente desfavorável, racionalizando investimentos e replanejando sua propriedade,

aproveitando-se dos incentivos governamentais colocados a seu dispor, adquirindo máquinas, equipamentos e mais terra.

Ademais, o agricultor desalojado moderno, ao ser reassentado, pode ascender à condição de líder de um grupo de reassentados, capitalizando para si benefícios econômicos, tais como a prestação de serviços com máquinas ou mesmo arrendamento de parte das terras dos agricultores de menos posses.

Como foi explicitado no sexto capítulo, estratégias diferenciadas, resultantes de diferentes racionalidades, induzem a processos de reterritorialização distintos. Os agricultores modernizados e semimodernizados, mais dotados de capitais (econômicos, sociais) e mais guiados pela racionalidade do cálculo financeiro, optaram por reassentamentos em terras favoráveis à expansão da lavoura para produção em escala (agronegócio). Os tradicionais optaram por terras desfavoráveis à mecanização e, até certo ponto, impróprias para a agricultura, porém situadas próximo ao lugar de origem e com custo mais baixo. Em ambos os casos encontraram-se agricultores que declararam sentirem-se reterritorializados por razões diferentes. Todos esses agricultores, entretanto, fizeram questão de afirmar a importância de aspectos ligados à campesinidade como fundamentais para o enraizamento, tais como: a preservação da unidade familiar, as relações de parentesco, a vizinhança, leia-se a reciprocidade.

Como se tem insistido, a modernização da unidade de produção familiar, por si só, não é condição suficiente para a reinserção ou permanência de agricultores no meio rural. Ressalta-se que pelo menos três aspectos relacionados à campesinidade, já discutidos aqui, são fundamentais enquanto estratégias de resistência e/ou adaptação à lógica do capitalismo agroindustrial contemporâneo: 1) a reprodução do trabalho familiar; 2) a diversificação da produção (ainda que acompanhada da especialização parcial) tanto comercial quanto para autoconsumo e 3) a reciprocidade desenvolvida no âmbito da comunidade de pertencimento (esta envolve a preservação e fortalecimento de redes de parentesco). Esse assunto se aborda nas próximas subseções.

## 7.2 REPRODUÇÃO E AUTOEXPLORAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA FAMILIAR ENQUANTO ESTRATÉGIAS DE RETERRITORIZAÇÃO

Conforme foi enfatizado no segundo capítulo, Ploeg (2008) discute a (re)territorialização camponesa a partir de uma visão neomarxista que admite a existência de uma via de mão dupla no rural contemporâneo, considerando-se os processos sociais de transformação do rural no atual momento do capitalismo global. Segundo esse autor, dois movimentos podem desembocar na formatação de cenários rurais diferenciados: a descampesinização e a recampesinização. A descampesinização, responsável pelo esvaziamento demográfico dos campos, é resultante sobretudo dos impactos perversos provocados pela ação do que ele convencionou chamar de “impérios alimentares”. Em sentido oposto, pode ocorrer a recampesinização, responsável pela preservação ou restabelecimento do tecido social rural. Nesse sentido, o autor alerta que:

Na recampesinização a gramática camponesa é mais articulada, e de forma mais coerente e abrangente, enquanto se materializa na prática, em realidades socioeconômicas mais fortes, mais convincentes e mais auto-sustentadas. A descampesinização diz respeito à tendência oposta: a um enfraquecimento, erosão ou até desaparecimento de práticas camponesas e da racionalidade associada a elas. Tanto a descampesinização como a recampesinização podem ser introduzidas a partir do exterior ou emergir do interior. (PLOEG, 2008, p. 52).

Desse modo, a tese apresentada pelo autor reafirma a importância da campesinidade no processo de (re)territorialização de agricultores familiares, neste início do século XXI. Segundo ele, os fatores desencadeadores daqueles dois processos podem se originar tanto no exterior quanto no interior dos estabelecimentos.

Toda a estratégia de produção voltada para a redução da força de trabalho significa uma regressão no modo camponês de fazer agricultura. Essa estratégia, perseguida nos modos capitalista e empresarial de fazer agricultura, não condiz com a lógica da racionalidade camponesa, sendo que seus reflexos são nocivos à reprodução social de uma UPF (PLOEG, 2008).

O casamento do filho(a) do agricultor assegura a continuidade da UPF, pela possibilidade de garantir a reprodução social da família e a continuidade da identificação da família com a terra. Por isso o casamento envolve interesses entre as partes (WOORTMANN,

1995). Postula-se aqui, com base no que ficou evidenciado na pesquisa de campo, que os casamentos de filhos dos agricultores e a permanência dos casados unidos ao grupo familiar (família-tronco) garantem a reterritorialização dos desterritorializados em condições favoráveis à reprodução social, na medida em que permitem a organização coletiva do trabalho internamente à família-tronco e, em alguns casos, externamente, extrapolando os limites da célula-familiar e envolvendo várias outras famílias de parentes em segundo grau. Para alguns teóricos do campo da antropologia, esta organização coletiva interna é o que sustenta a permanência ou sobrevivência do campesinato. A desestruturação deste coletivismo interno, que pode ser acentuado pela modernização tecnológica, altera toda a dinâmica funcional da unidade familiar e é um forte indicador do declínio da economia camponesa (WORTMANN, 1995).

Expressa-se aqui uma realidade constatada empiricamente, no trabalho de campo. De acordo com o que foi abordado nos capítulos quarto e quinto, as famílias reterritorializadas que se mostraram mais satisfeitas em seus territórios foram também aquelas que tiveram aumento no número de UTHs, comparando-se a situação vivenciada nos últimos anos antes da desterritorialização com o ano agrícola de referência pós-reterritorialização (2008/2009).

A volta dos filhos que haviam partido para a cidade em busca de emprego, o esforço para manter os filhos casados junto à casa-tronco, como foi explicitado no capítulo anterior, refletem a preocupação com a manutenção e ampliação da força de trabalho. Todavia, é preciso considerar os efeitos negativos das técnicas agrícolas modernas e da divisão do patrimônio familiar por herança pelos casamentos, como estratégias ameaçadoras da integridade do núcleo familiar, podendo contribuir para a saída de pessoas por falta de ocupação. Vários entrevistados demonstraram essa preocupação. Para o enfrentamento desse problema, vários pesquisadores contemporâneos vêm sugerindo que existe a necessidade dos empreendimentos familiares apelarem para estratégias como a pluriatividade e a diversificação das atividades agropecuárias. A diversificação da produção, a disponibilização de algum membro da família para o assalariamento, o recurso ao estudo como capital cultural, a adoção de determinadas atividades intensivas em termos de trabalho e de espaço podem constituir-se em estratégias para o enfrentamento do problema da fragmentação do patrimônio.

O estudo e um emprego urbano evitam a divisão do patrimônio familiar entre os co-herdeiros, tornando-se uma nova forma de herança, um investimento alternativo à agricultura. Por isso, na hora de decidir pela terra ou pela relocação na terra, um agricultor desterritorializado busca redimensionar o potencial de mão-de-obra disponível na família,

inclusive para decidir se vai continuar no campo ou não. Se a área do reassentamento ou a que foi adquirida com indenizações for insuficiente diante do número de filhos que desejam continuar na lavoura, geralmente o agricultor apela para o expediente da compra de outras glebas, via financiamentos<sup>2</sup>. Porém, a falta de terras disponíveis para compra nas vizinhanças poderá comprometer a continuidade ou a reprodução social da família reterritorializada, por forçar a saída de filhos, seja para outras áreas rurais distantes ou, no limite, para os centros urbanos. Aliás, esse é um aspecto interessante a ser observado nas situações de desterritorialização: uma família rural desterritorializada, considerando a mão-de-obra disponível, tanto pode ser reterritorializada no meio rural, com vantagens, pela manutenção dos membros (sobretudo filhos homens) na unidade-tronco, como pode ser prejudicada na sua reterritorialização pela impossibilidade de reter mão-de-obra.

Uma estratégia interessante de viabilização econômica das UPFs modernizadas é a aglutinação dos lotes pertencentes a várias pessoas de uma mesma família-tronco, aproximando famílias que antes da desterritorialização estavam separadas numa única propriedade. Essa se constitui numa estratégia contrária à fragmentação do patrimônio e à fragilização do grupo familiar<sup>3</sup>. Ao invés da individualização dos lotes, ocorre a união, com a preservação da família-tronco. Trata-se de uma estratégia interessante de recampesinização. Isso contribui, indiscutivelmente, para o fortalecimento do trabalho familiar, evitando a dispersão da família, com a saída dos filhos para a cidade, como acontece contemporaneamente no meio rural. Com a aglutinação dos lotes, as famílias viabilizam o uso de tecnologias modernas nas atividades agrícolas, passando a ter maior capacidade de endividamento e maior poder de barganha nas relações mercantis.

A união das famílias pela via da aglutinação dos lotes, expediente largamente usado entre UPFs modernizadas, porém não encontrado entre famílias de agricultores tradicionais e/ou semimodernizados, favorece internamente as relações sociais de reciprocidade, pela manutenção e fortalecimento dos laços de parentesco, de sorte que, conforme proposto por Woortmann (1995), a reprodução social da família e do patrimônio dependem, também, das

---

<sup>2</sup> O apelo aos financiamentos do Banco da Terra, uma forma de acesso à terra bastante difundida na região, foi sugerida por alguns entrevistados e se constituiu em estratégia de outros. Porém alguns deles reclamaram das barreiras burocráticas para se obter recurso e reconheceram as dificuldades que um agricultor pobre teria para saldar sua dívida com o Banco.

<sup>3</sup> Os primeiros reassentamentos foram formados entre os anos de 1999 a 2002, no início da desocupação da TIS, por força de uma política do Governo do Estado do Rio Grande do Sul da época, que aliava o Programa de reassentamentos de desalojados de áreas indígenas com um Programa de Reforma Agrária, coordenado pelo Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo (GRAC). Na época muitas famílias foram contempladas com mais terra do que possuíam no interior da TIS. Isso facilitou a aglutinação de lotes e o fortalecimento de algumas UPFs.

relações de parentesco e não apenas dos fatores de produção ou das condições materiais para produzir. As parcerias para a compra de máquinas e implementos, as trocas de dias de serviço, por exemplo, são facilitadas nesse grupo pela confiança recíproca que se estabelece entre as famílias.

Vale sublinhar o fato de que o isolamento das famílias rurais no campo é fator facilitador do abandono deste, sobretudo, quando se trata de comunidades sólidas (principalmente étnicas), onde os agricultores preservam fortes redes de relações sociais com vizinhos, ainda que não sejam parentes. Como disse um dos entrevistados, “quando não se tem com quem conversar, com quem tomar um chimarrão, com quem desabafar [...] fica difícil, viu”. Nesse caso, as pessoas idosas sofrem mais, por terem uma capacidade de resiliência menor do que os jovens. Além disso, os jovens ficam mais tempo envolvidos com trabalhos e, em geral, viajam mais, por isso, é comum ocorrer a separação parcial da família no momento da desterritorialização, quando muitos idosos migram para a cidade, na direção de parentes já migrados, aumentando a possibilidade da remigração do restante da família.

Nas famílias mais identificadas com a racionalidade tradicional (com índices de campesinidade mais elevados), devido à falta de capital e recursos técnicos e, face a racionalidade não produtivista-mercantilista, a permanência de filhos na UPF nem sempre é reclamada. Ocorre que, diferentemente do camponês russo, nos termos propostos por Chayanov (1974), o agricultor familiar tradicional aqui analisado, além de contar com os resultados de seu trabalho para sua sobrevivência, pode também contar com recursos oriundos de políticas assistenciais ou compensatórias (aposentadorias, Bolsa Família). Como não há condições para a expansão do negócio, via compra de mais terra, esse agricultor se dispõe a trabalhar uma porção de terra, de acordo com a força de trabalho de sua família. Se faltarem braços ou sobrar terra, apela para o arrendamento de parte da terra a terceiros. Se sobrarem, em geral esses braços são dispensados da UPF e tornam-se mão-de-obra disponível para ser contratada por capitalistas rurais ou potencialmente propensa para migrar para os centros urbanos.

Mesmo dispondo de algumas tecnologias para o desenvolvimento de uma agricultura moderna, a pesquisa mostrou que alguns agricultores apelam para estratégias que remetem a formas tradicionais de fazer agricultura para manterem-se territorializados. O trabalho braçal em substituição ao uso de máquinas; o uso da enxada para as capinas na lavoura de soja, em que pese a existência de dessecantes, usados, sobretudo, nas variedades transgênicas; a adubação com esterco em vez dos adubos químicos constituem-se em estratégias de resistência e luta pela permanência em atividades como a sojicultura, que reclamam cada vez

mais por capital, espaço físico e profissionalismo. No entanto, acredita-se que apenas o agricultor impregnado por uma racionalidade camponesa, que se sujeita ao sofrimento e/ou à autoexploração, resistindo à ideia de migrar em busca de conforto nas cidades, está disposto a suplantar tais dificuldades. Ademais, só acontece nas unidades familiares que dispõem de força de trabalho e que, em face das tecnologias disponíveis, permanecem durante grande parte do tempo ociosos. Portanto, neste caso, a estratégia do apelo ao trabalho braçal familiar tem dupla função: reduzir custos de produção e manter ocupada a mão-de-obra, evitando-se as saídas para as cidades.

### 7.3 A DIVERSIFICAÇÃO E A ESPECIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIAS COMO ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS FAVORÁVEIS À RETERRITORIALIZAÇÃO

Uma das principais características da agricultura colonial ou agricultura das colônias de descendentes europeus no Rio Grande do Sul sempre foi a policultura. A produção com dupla finalidade, consumo e mercado, sempre fez da diversificação mais do que uma orientação de natureza econômica, com fins lucrativos-especulativos: foi concebida também como estratégia de produção voltada à subsistência. O advento da agricultura moderna, com o surgimento das especializações produtivas, exigidas pelas indústrias ou agroindústrias situadas a montante e a jusante do setor agrícola, como insistentemente vem sugerindo Silva (2003), criou um cenário de crise na agricultura colonial tradicional, que luta para se adaptar.

Além da pluriatividade, a diversificação da produção agropecuária e a integração lavoura-pecuária são apontadas por especialistas como importantes estratégias de territorialização de agricultores familiares. No que diz respeito à integração lavoura-pecuária, deve-se admitir que, historicamente, esta tem sido uma das principais características da agricultura colonial, desde as chamadas colônias velhas. Vanderlei (2001, p. 24) considera a policultura-pecuária “uma sábia combinação entre diferentes técnicas” que tenderam ao equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas e de criação animal.

Tendo por base o rural europeu, Ploeg (2008) elaborou um esquema teórico no qual mostra o que convencionou chamar de “a coreografia da recampesinização”. As unidades produtivas estariam passando por um processo de transição, tendendo para seis movimentos ou estratégias de recampesinização. Segundo este autor estaria sendo gestada uma mudança

de paradigma no contexto da agricultura familiar. Poder-se-ia ajuizar que esses movimentos tendem ao aumento da autonomia das unidades produtivas, à reconstituição da base de recursos dessas unidades, ao aumento do valor agregado, ao estabelecimento de novas relações entre produtores com a sociedade e natureza, além de outras mudanças dentro do processo de recampesinização. Essa “coreografia da recampesinização” estaria ocorrendo através: 1) da diversificação, processamento na unidade e circuitos curtos; 2) da agricultura de baixo custo; 3) da refundamentação da agricultura na natureza; 4) da pluriatividade; 5) de novas formas de cooperação local, e 6) do melhoramento da eficiência da conversão de insumos em produtos (PLOEG, 2008).

Conforme foi apontado no quinto capítulo, a maioria das UPFs pesquisadas diminuiu o número de atividades produtivas agropecuárias após a reterritorialização. Cabe indagar se essa realidade tenderia a levar essas UPFs à desterritorialização-descampesinização, denunciando a existência de uma territorialização em condições precárias. Em grande medida sim. Efetivamente, as unidades familiares com maior redução no número de atividades são também aquelas em que os entrevistados manifestaram maior desinteresse pela agricultura, mostrando-se mais descontentes com sua situação. Entretanto, existe uma tendência crescente das UPFs em conciliar a diversificação com a especialização em alguns produtos, como no caso da soja e do leite. Dessa forma, não obstante a adesão à diversificação, alguns produtos recebem uma atenção muito maior do que outros, tanto na produção quanto na armazenagem e/ou beneficiamento, induzindo à profissionalização parcial das famílias. Confirma-se, portanto, o que foi postulado na primeira hipótese: as rupturas ou permanências quanto às formas produtivas ocorrem em face das diferentes formas de reinserção dos agricultores no meio rural e acompanham a evolução histórica dos processos produtivos e mercadológicos. Contemporaneamente, a diversificação da produção agropecuária (inclusive para autoconsumo), aliada à especialização centrada em alguns poucos produtos (ou às vezes num único) para fins mercantis, exercem papel decisivo para a (re)territorialização de agricultores familiares em regiões dominadas pelo agronegócio, porque atendem ao mesmo tempo ao clamor do mercado moderno em expansão e à exigência das UPFs de gerar trabalho para reter os filhos na casa paterna.

Confirmando o que foi constatado em outros estudos, esta pesquisa demonstrou que, além do expediente da diversificação da produção, com a agregação de valores aos produtos da economia de escopo e a pluriatividade ou obtenção de rendas extralavoura, só resta um caminho para manter territorializado um agricultor familiar dentro de uma base social tipicamente familiar, neste início do século XXI, reduzindo-se o risco da desativação-

desterritorialização ou descampesinização: o aumento da área agrícola e a especialização na produção de *commodities* agrícolas, porém sem dispensar a mão-de-obra familiar, com vista à redução de custos de produção.

A estratégia do aumento da área agrícola sem abrir mão da mão-de-obra familiar induz de uma forma ou de outra à diversificação. O agricultor, aderindo à economia típica da agricultura camponesa ou colonial, mantém a divisão do trabalho no âmbito familiar pela diversificação das atividades. Com mais atividades, mantém os filhos na casa-tronco pela necessidade de mão-de-obra, mediante a possibilidade de ocupação em atividades variadas. A manutenção de braços na UPF se justifica pela necessidade de mão-de-obra diante da exigência de aumento da escala de produção com redução de custos.

Mas, é possível tornar uma agricultura diversificada estando ela atrelada aos circuitos mercantis agroindustriais que valorizam apenas alguns poucos produtos (*commodities*) e a produção em escala? Efetivamente, esta pesquisa demonstrou que a redução no número de atividades agropecuárias nas UPFs mais modernizadas, após a reterritorialização, veio acompanhada da especialização em algumas atividades específicas, notadamente na produção leiteira e na sojicultura. A busca pela eficiência e profissionalização tem sido a tônica das famílias que aderem constantemente aos pacotes tecnológicos mais modernos, buscando sempre atualizar-se e reestruturar-se no sentido de adequar suas bases materiais de produção às novas exigências do mercado, em constante evolução. No entanto, verificou-se que as mesmas famílias modernizadas, não obstante sua adesão à especialização e preferências em termos de atividades mais rentáveis, mostraram-se propensas à diversificação, com a produção de uma variada gama de produtos, comercializados localmente. Isso sugere que, é possível encontrar numa mesma unidade familiar economias de escala e de escopo, uma não excluindo a outra. Em outras palavras, a tão propalada *dicotomia* economia de escala *versus* economia de escopo esmaece quando a base de estudo sai do nível macro e se fixa no nível micro.

O esforço na busca da reterritorialização e da reprodução social induz as famílias mais dotadas de capitais e com maior disponibilidade de mão-de-obra à diversificação da produção comercial. A integração lavoura-pecuária, no entanto, dá-se de forma parcial. Em geral, ocorre apenas graças ao setor leiteiro, que demanda silagens de milho e sorgo e pastagens artificiais. Como praticamente não existem outras criações comerciais, além da pecuária leiteira, a produção de milho que excede àquela necessária para a silagem é comercializada no mercado de grãos. Sugere-se aqui, portanto, que a diversificação produtiva nas UPFs vem sofrendo mudanças que se situam no tempo e no espaço. O tradicional casamento da

policultura agrícola com a pecuária diversificada, típico da agricultura colonial, foi substituído pelo casamento entre monocultura agrícola e monocultura pecuária, típico da empresa capitalista.

A especialização produtiva, exigência de um mercado em constante mutação, exige do agricultor familiar mudanças de estratégias que podem ser impactantes na estrutura ou na organização produtiva da UPF. Para um agricultor que passa pela experiência da desterritorialização, esse processo pode ser ainda mais impactante por colocá-lo repentinamente numa situação de mudança. O impacto depende do grau de inserção nos mercados em que ele se encontra antes de ser desterritorializado e a forma como ocorre a relocação. Os agricultores mais dotados de capitais e mais preocupados com o futuro de seus negócios, em geral são também os que têm maior poder de pressão junto às autoridades governamentais, conseguindo se reterritorializar num curto espaço de tempo e podendo escolher seus novos territórios. Outras famílias, com menos capitais, dependem da boa vontade dos governantes e, muitas vezes, permanecem vários anos à espera de um reassentamento ou indenização, sem se envolver com atividades agrícolas. Quando voltam às atividades agrícolas, encontram um cenário tecnológico e de mercado pouco conhecidos. Assim, a especialização produtiva pode ficar comprometida. Ademais, o agricultor que fica vários anos sem plantar se descapitaliza, perde parte da mão-de-obra, em face da migração dos filhos que é facilitada, ficando à mercê das políticas públicas compensatórias<sup>4</sup>.

A passagem da economia da diversificação, nos moldes da tradição camponesa-colonial, para a economia da diversificação com tendência à especialização, nos moldes da agricultura familiar moderna, enseja mudanças no sistema produtivo familiar. Em primeiro lugar, ocorre a desvinculação da lavoura das criações. Em segundo lugar, a diversificação requer a necessidade de observância de novas racionalidades produtivas. É o caso da produção para o Programa Fome Zero, cujos produtos devem atender a certas exigências (padronização, beneficiamento, higiene) ou o de certos produtos não comercializados nos mercados de *commodities*, como o feijão, agora não mais destinado à venda aos comerciantes locais das linhas ou travessões nas colônias, mas a empresas atacadistas, altamente exigentes em termos de qualidade do produto. Fora do seu contexto original, o agricultor reterritorializado é, muitas vezes, levado a pensar que essas novas exigências se devem à

---

<sup>4</sup> Encontraram-se na pesquisa de campo famílias de desterritorializados que permaneceram até cinco anos fora do setor rural. Quando voltaram, depararam-se com problemas como: falta de conhecimento do mercado e de linhas de crédito, além da ausência de capital próprio para investir.

mudança territorial (mudança no espaço), quando, na verdade, se explicam muito mais às mudanças no tempo.

#### 7.4 RECIPROCIDADE E CIDADANIA

O peso ou a força das relações sociais determinadoras de uma territorialidade, estabelecidas por um grupo social, nas várias esferas ou ambientes: trabalho, família, política, define uma identidade espacial. A territorialidade de um agricultor familiar é constituída pelo conjunto daquilo que ele vive cotidianamente: relações com o trabalho, com o não trabalho, com o religioso, com a família, com a vizinhança. A territorialidade constitui-se, portanto de uma totalidade de relações biossociais em interação.

Como foi proposto no segundo capítulo, seguindo na direção das postulações de autores como Raffestin (1993) e Corrêa (1996), o território se constrói tanto pela apropriação material como pela apropriação simbólica do espaço; estas apropriações indicam tanto uma dimensão de controle de fato, quanto uma dimensão afetiva.

A reterritorialização de agricultores familiares depende das condições para a viabilização econômica do empreendimento familiar, por isso a observância das condições geográficas, geológicas, mercadológicas é importante. No entanto, isso não é tudo. A permanência de um reterritorializado no meio rural só é possível se for observado o que realmente une o agricultor ao seu território. A pesquisa mostrou que olhar o desterritorializado apenas sob o prisma da economia pode ser arriscado.

A campesinidade, entendida como um *ethos* de colono, nos termos sugeridos por Tedesco (1999), promove a reterritorialização de um agricultor desterritorializado porque tende a recompor seus agenciamentos coletivos, nos termos propostos por Deleuze e Guattari, e contribui para o exercício da cidadania. O *locus* onde as condições se mostram mais favoráveis à recomposição dos agenciamentos coletivos, capazes de reafirmar a identidade sociocultural de um agricultor desterritorializado é a comunidade de pertencimento, porque ela é o local de encontro dos indivíduos que buscam reafirmar seu *ethos*. Como referiu Giddens, a comunidade local, típica das culturas pré-modernas, fornecendo um meio familiar, contribui para a solidificação de um ambiente de confiança. Segundo o mesmo autor, “o meio local é o lugar de feixes de relações sociais entrelaçadas, cuja pequena extensão espacial garante sua solidez no tempo” (GIDDENS, 1991, p. 104-105).

Como foi apresentado no terceiro capítulo, para um colono, a comunidade de pertencimento – aquela onde são consolidadas as redes de reciprocidade – representa um fator da territorialidade. Em geral, a comunidade de pertencimento se origina e se consolida pelos laços de vizinhança e parentesco. Assim, ela é determinada não apenas pela localização geográfica dos agricultores, mas, principalmente, pelos vínculos ou laços de amizade e confiança que os une. A comunidade para o agricultor familiar enraizado ou territorializado, nos termos em que se está propondo, é o substrato necessário para a estabilidade ou fixidez. Sem esse substrato, a territorialidade fica sob ameaça. Obviamente, o mesmo não se pode dizer de um empresário agrícola que concebe a terra apenas como meio de produção. Para esse ator, cujas relações de confiança baseiam-se em sistemas abstratos, desencaixados, distantes, o que realmente conta é saber como é a terra fisicamente e não quem mora nela. A territorialidade do empresário, portanto, é evidenciada apenas pela lógica do lucro.

Como foi referido no terceiro capítulo, a palavra comunidade quando relacionada à vida no meio rural de tradição camponesa, tem uma conotação que vai além da territorialidade-proximidade. Ela é expressão tanto da religiosidade, quanto da reciprocidade e solidariedade. Quando um agricultor decide optar por uma determinada comunidade para morar em vez de outra, após ser desterritorializado, não o faz apenas pensando nos mercados. A lógica que justifica a escolha desse agricultor se relaciona à autorrealização e à busca da preservação de valores emancipatórios na direção da continuidade da solidariedade, do bem-estar coletivo, da manutenção de valores éticos, do respeito às individualidades, do comprometimento. Os entrevistados que se mostraram queixosos por não terem mais vizinhos como antes, com quem podiam conversar, “parar e sentar-se na beira da estrada, mesmo em dias de serviços, pra trocar ideias” (Moacir, entrevista já citada), ou podiam efetuar trocas de carnes, certamente não buscaram a terra de reterritorialização apenas com o fito de produzir para o mercado e obter lucros. Observa-se que para eles, o vizinho não é visto apenas como o outrem sobre o qual se exerce uma influência planejada, visando a obter vantagens ou a atingir pontos fracos. O outrem é visto por eles como alguém com quem podem estabelecer acordos e consensos racionais, cujas ações são mediadas pela comunicação livre, objetivando a coordenação de atividades comuns, sob a égide da responsabilidade e satisfação sociais.

Nessa perspectiva, postula-se que existe um hiato entre o *estar* reterritorializado e o *sentir-se* reterritorializado. Restituir a terra ao agricultor que a perdeu não significa, necessariamente, promover a reterritorialização. Há um significado específico de terra para o agricultor reterritorializado a partir de sua racionalidade e condição socioeconômica e cultural. O agricultor que se sente reterritorializado não vê seu território apenas como lugar de

morada provisória e/ou lugar para enriquecer. Ele se sente um enraizado. No caso dos agricultores tradicionais ou mesmo os modernizados que apresentam altos índices de campesinidade, a terra não se traduz apenas como o espaço da produção, mas também como o lugar de intensas relações de vizinhança, parentesco, amizade, reciprocidade. Por outro lado, o *estar* reterritorializado sugere uma condição provisória, em que o *locus* onde se desenvolvem as relações sociais de âmbito afetivo-tradicional pouco interessa. Aqui é possível visualizar uma dicotomia entre duas racionalidades: a instrumental e a substantiva, nos termos propostos por Weber.

Obviamente, a importância da comunidade depende dos valores etnoculturais definidores da identidade sociocultural dos agricultores. Sendo a religiosidade um dos valores determinantes da conduta comunitária, sobretudo, dos colonos de descendência europeia, observou-se que a capela cumpre papel territorializador fundamental. De fato, nos reassentamentos elas são edificadas logo que se instalam as primeiras famílias e recebem o nome do padroeiro da antiga capela. A capela edificada “em meio aos tocos de soja”, isto é, construída às pressas logo após a chegada dos agricultores desalojados ao reassentamento, como primeiro equipamento do grupo, revela a importância da religião enquanto elemento territorializante. Assim, se pode dizer que este é um outro elemento típico das culturas pré-modernas, as quais têm nas cosmologias religiosas, enquanto modos de crença e práticas rituais que fornecem uma interpretação providencial da vida humana e da natureza, um ambiente de confiança (GIDDENS, 1991). Os fiéis, seguidores de uma mesma doutrina, compartilham o mesmo território. O território da igreja ou da capela de tal padroeiro ou de tal credo. Já aqueles agricultores que não pertencem ao mesmo credo religioso tornam-se pessoas desterritorializadas em termos religiosos. No âmbito do reassentamento, dir-se-ia que elas estariam apenas parcialmente territorializadas.

Um indicador da importância territorializante da religião é o próprio nome da comunidade. Nas comunidades de forte herança colonial, sobretudo as de origem italiana e alemã, o nome da comunidade é o mesmo do(a) santo(a) padroeiro(a). A transferência do(a) padroeiro(a) da velha para a nova comunidade traz simbolicamente a ideia de continuidade do grupo de pertencimento e da reprodução das relações de reciprocidade.

A preservação de uma comunidade ou a reprodução de comunidades existentes antes da desterritorialização em novas bases territoriais é fundamental para a preservação das redes de parentesco e vizinhança, mantendo coesos grupos rurais formados por redes de parentelas, assegurando a continuidade das redes de reciprocidade simétrica. Nesse caso, o reassentamento coletivo, quando formado por grupos de agricultores saídos de uma mesma

comunidade rural e que se reúnem espontaneamente, é o expediente mais indicado. Assim, antigos grupos reunidos em associações são preservados. No plano prático, isso representa encurtar caminhos para a organização dos agricultores em grupos ou associações, objetivando ações coletivas territorializadoras, tais como a compra e o uso coletivo de máquinas e equipamentos agrícolas, por exemplo. Porém, para além desse indicador utilitarista, a manutenção da coesão do grupo de parentelas impede a destruição de agenciamentos coletivos comuns promotores de reciprocidades.

Entretanto, é relevante ressaltar que, diante das individualidades e interesses privados, muitas vezes criam-se nas comunidades de reassentados relações de reciprocidade assimétricas. No processo de desreterritorialização, devido às oportunidades que se abrem para a ascensão ao poder de lideranças locais e para a intervenção externa de mediadores, tais como sindicatos de trabalhadores rurais, partidos políticos e ONGs, criam-se paternalismos que podem simplesmente romper as estruturas seculares de reciprocidade camponesa.

Na análise que faz sobre formas de organização e atuação de associações camponesas, no âmbito das ações coletivas, Sabourin enfatiza a administração da interface entre aquilo que chama de mundo doméstico (a família e a comunidade) e a sociedade externa: o mercado, a administração e a cidade, alertando que na maioria das vezes essa interface dá-se através do que chama de “passarelas ou pontes” que assumem papéis de mediadores. Esses mediadores tanto podem ser líderes comunitários locais, quanto instituições externas, tais como igrejas, ONGs, serviços públicos ou partidos políticos. A mediação, embora contribua para o acesso aos recursos e/ou para o desenvolvimento de projetos de interesse da comunidade local, pode gerar o fortalecimento de formas paternalistas ou clientelistas de relação com autoridades políticas. Destarte, como resume Sabourin (2009, p. 97), “[...] as organizações profissionais vieram se sobrepôr às estruturas de reciprocidade camponesa ou substituí-las, o que torna mais complexa a adaptação constante de novas formas de coordenação da ação coletiva”.

As migrações compulsórias podem contribuir para a desarticulação de antigos grupos comunitários, separando parentes ou vizinhos, induzindo-os à dispersão e, não raro, ao abandono do rural. Com raras exceções, a saída dos agricultores de junto dos *seus* promove a perda de referências, altera costumes, leva ao encontro com estranhos, trazendo incertezas e desconfianças. Esse desencontro ou dispersão pode ocorrer tanto nos casos de indenizações, quanto em reassentamentos mal planejados. Tal como disse um reassentado que antes de ser desalojado pertencia a uma comunidade diferente da dos demais reassentados, falando sobre sua nova comunidade: “as pessoas lá eram melhor do que as daqui [...] tem uns daqui que são meio racistas; [...] tem um grupinho da bocha que querem tá sempre na cancha” (José Milton,

Reassentamento Novo Horizonte, entrevistado pelo autor em 04/12/2009). Assim, a desesperança é a tônica do dia a dia desses “reterritorializados”. Eles não planejam o futuro, porque sonham em partir para uma nova aventura. Eles se consideram desterritorializados, pois não têm sua comunidade de enraizamento. Eles se sentem desterritorializados, ainda que estejam radicados em um determinado espaço geográfico, por que se defrontam com uma territorialidade estranha. Assim, postula-se que toda a proposta de reassentamento que não atentar para importância da preservação da comunidade, pode resultar em fracasso.

A comunidade rural desempenha um papel importante na vida de um agricultor como definidora de uma identidade. Ao contrário do anonimato dos centros urbanos, sobretudo das médias e grandes cidades, o espaço rural permite a visibilidade. Assim, ao invés de ser apenas mais um num centro urbano, o agricultor muitas vezes prefere ser aquele que tem nome, endereço e profissão em sua comunidade. Ademais, o sentimento de pertencimento à comunidade, concretizado na extensa rede de relações pessoais baseada na solidariedade e em estreitos vínculos de interconhecimento, reforça a sensação de segurança e tranquilidade, em contraste com a insegurança na cidade (CARNEIRO, 2003).

A desterritorialização compulsória pode induzir o agricultor a migrar para a cidade, mesmo que essa não seja uma decisão livre do desterritorializado. Em geral isso ocorre quando o agricultor é forçado a sair de seu território sem que lhe sejam oferecidas as condições para sua imediata reterritorialização<sup>5</sup>. No entanto, esse agricultor, quando forçado a migrar para a cidade, tende a voltar para o meio rural. O retorno ao meio rural tem a ver com a própria identidade socioprofissional de agricultor, forjada na luta do dia a dia, no saber fazer das lides da roça. Apesar do esforço físico e sofrimento do agricultor, quase nunca recompensados, a preferência pelo campo sinaliza para a afirmação de sua “identidade de colono” ou identidade socioprofissional, nos termos propostos por Gehlen (2009). Mesmo que o trabalho na cidade seja menos sofrido, a realização pessoal do agricultor que retorna ao campo é justificada porque ele reencontra na terra a identidade que perdera quando mudara-se para a cidade. Além disso, a propriedade da terra lhe assegura o *status* de homem livre, que não depende de patrão, que não precisa se sujeitar às ordens de outrem, que tem o controle do tempo em suas mãos.

---

<sup>5</sup> No caso dos desalojados de áreas indígenas do Rio Grande do Sul, isso tem ocorrido com frequência devido à existência de duas instâncias de poder estatal, que não têm atuado em sintonia, decidindo sobre seu destino: O Governo do RS e a FUNAI. Por parte do Governo do RS, a falta de recursos (e por vezes de vontade política dos governantes) tem provocado atrasos no pagamento de indenizações das propriedades e/ou no encaminhamento dos reassentamentos daquelas famílias já indenizadas pela FUNAI. Ressalta-se que ao Governo do RS compete o encaminhamento de reparações pelas terras, enquanto à FUNAI compete as indenizações pelas benfeitorias (casas, galpões, cercas, árvores frutíferas, açudes).

Mais uma vez, aqui se poderia remeter ao debate proposto por Deleuze e Guattari (1997) em torno da desterritorialização e reterritorialização. Como foi focado no primeiro capítulo, o Estado e as sociedades capitalistas se constituem pelo processo de desterritorialização. Ao definir despoticamente instâncias territoriais, eles promovem a desterritorialização daqueles que vivem guiados por outros agenciamentos coletivos e/ou desejos que não sejam os do capital (dir-se-ia, aqueles que não têm suas vidas guiadas exclusivamente pela racionalidade do capital).

A saída do agricultor do campo para a cidade é, em geral, sentenciada por circunstâncias variadas que são limitadoras da cidadania porque induzem ao desenraizamento: dificuldades financeiras, questões familiares, envelhecimento da força de trabalho, políticas agrícolas malsucedidas, avanço do latifúndio. A desterritorialização do agricultor que migra para a cidade implicaria, em tese, sua reterritorialização na cidade. Porém, esta reterritorialização impõe um movimento contínuo de desreterritorialização, pois a cidade apresenta uma multiplicidade de territórios, com uma gama variada de agenciamentos coletivos estranhos ao agricultor. A falta de qualificação profissional faz com que este agricultor busque trabalho em qualquer atividade que se apresente como possibilidade de garantia de um mínimo para viver. Na perspectiva deleuze-guattariana, cada um desses locais de trabalho se apresenta como um território diferente. No caso dos agricultores pesquisados, as fábricas, com suas rotinas, com seus corpos próprios, seus agenciamentos coletivos, desterritorializaram os agricultores que ainda preservavam forte ligação (profissional, sentimental, cultural) com a terra de origem.

Muitos grupos sociais podem estar “desterritorializados” sem deslocamento físico, sem níveis de mobilidade espacial pronunciados, bastando para isto que vivenciem uma precarização das suas condições básicas de vida e/ou a negação de sua expressão simbólico-cultural. [...] Assim como mobilidade não significa, compulsoriamente, desterritorialização, imobilidade ou relativa estabilidade também não significa, obrigatoriamente, territorialização. (HAESBAERT, 2004, p. 251-252).

Portanto, o retorno ao meio rural do agricultor que migrou para a cidade após sua desterritorialização compulsória é indicador de que tanto a identidade socioprofissional quanto a identidade sociocultural são definidoras de estratégias de (re)territorialização. Essas identidades, quando forjadas no contexto de uma comunidade rural onde se preservam ou se

reproduzem relações de trabalho ou formas de produção e modos de vida pretéritos constituem o que se convencionou chamar de campesinidade.

Para o agricultor migrante compulsório, identificado com o emblema da campesinidade, a cidade se mostra imprópria para o exercício da cidadania, por isso se traduz em espaço da desterritorialização. A falta de preparo profissional para almejar trabalho que seja rentável para suprir suas necessidades básicas e para atender aos apelos do consumismo, transforma-o num excluído. Não há condições para a mobilidade nesse espaço. Nem vertical, na direção da ascensão social, nem horizontal, na direção do deslocamento em busca de melhores espaços que assegurem sua reprodução social.

Portanto, conseguir um pedaço de terra para morar e uma casa, seja numa área rural ou na cidade, não significa obter as condições para a (re)territorialização. Como refere Santos (2007), a partir da ideologia do consumo, o direito à moradia se confunde com o direito de ser proprietário. Porém, ser dono de um terreno ou casa, assim como ser dono de uma propriedade rural, não assegura o direito de se ter uma moradia estável.

Sintetizando o que foi exposto neste capítulo, sustenta-se que as estratégias de reterritorialização de agricultores familiares em ambientes dominados pela agricultura de escala tendem à reforçar a modernidade e enfraquecer certos aspectos da campesinidade. No entanto, a modernidade não exclui totalmente a campesinidade. Em relação à modernização do sistema produtivo, a policultura (típica das colônias de descendentes de europeus) tende a ceder espaço para a monocultura em algumas propriedades, porém a diversificação produtiva ao lado da especialização se oferece como alternativa interessante. Ademais, dois aspectos relacionados à campesinidade desempenham papel decisivo para a reinserção e/ou permanência de agricultores nas atividades rurais, enquanto estratégias de resistência e/ou adaptação à lógica do capitalismo agroindustrial contemporâneo: a) ênfase no trabalho familiar (Chayanov, 1974) ou “intensificação continuada baseada na quantidade e qualidade do trabalho” (PLOEG, 2008, p. 134), expressa pelo elevado número de UTHs (Unidades de Trabalho Homem); b) reciprocidade, desenvolvida no âmbito da comunidade local, onde se estabelecem sólidas redes de parentesco e de vizinhanças (SABOURIM, 2008; WORTMANN, 1995).

Com base no que precede, postula-se que a desterritorialização compulsória de agricultores familiares os induz a tomar decisões com o objetivo de buscar sua reterritorialização. Isso implica fazer escolhas. As escolhas nem sempre são as melhores, pois em muitos casos, o desterritorializado, em face da urgência em desocupar sua propriedade, é forçado a aceitar o que lhe é oferecido pelo Estado, seja em termos de indenizações ou de

reassentamentos, ou a buscar por conta própria sua reterritorialização ainda que provisória. Assim, no processo de desreterritorialização, ocorrem perdas significativas na vida desses agricultores. Perdas financeiras, mas também perdas de referências e modos de agenciamentos coletivos. A reterritorialização, quando não planejada, leva o reterritorializado a se arrepender, tornando-o novamente desterritorializado. Por outro lado, a desterritorialização pode se tornar uma oportunidade para a capitalização. Isso é inerente às diferentes racionalidades existentes entre desterritorializados. Não se pode pensar uma política de reterritorialização única para todos indistintamente, tampouco pensar que apenas o fator econômico deva ser levado em conta nessas políticas públicas, pois, apesar dos apelos da modernização capitalista, a agricultura familiar contemporânea está impregnada de tradição camponesa ou campesinidade.

## 8 CONCLUSÃO

Nesta tese, foram analisadas as diferentes estratégias usadas por agricultores desalojados de seus territórios em sua luta pela reterritorialização. Esta reterritorialização é entendida enquanto processo de reestruturação da base material de reprodução social das UPFs e de rearticulação das redes de relações sociais, econômicas e culturais dos migrantes compulsórios. Para a compreensão de tais estratégias, foram identificadas as transformações ocorridas nas UPFs após sua reterritorialização e analisadas as percepções dos agricultores em relação a aspectos considerados determinantes para sua reprodução social ou permanência no meio rural em condições de dignidade.

A partir de uma base empírica escolhida no Norte do Rio Grande do Sul, região de predominância da agricultura de base familiar, pretendia-se confrontar até que ponto a “modernidade racionalista” ou do cálculo financeiro do capitalismo contemporâneo, sob a ótica weberiana, poderia influenciar positivamente ou negativamente no processo de reterritorialização dos agricultores desalojados. Até então, pelo fato de os agricultores estarem acostumados a formas de produzir concebidas como arcaicas (trabalho braçal, fraca insumização, fraca inserção nos circuitos mercantis), acreditava-se que a desterritorialização ou tenderia a forçar os agricultores a abandonarem a atividade rural ou poderia se constituir em uma oportunidade para a modernização produtiva e ascensão.

O deslocamento de agricultores familiares de seus territórios, compulsoriamente, aqui entendido como processo de desterritorialização, leva a pensar sobre as estratégias que lhes asseguram a reterritorialização, em bases geográficas, econômicas e socioculturais que permitam condições para a permanência no meio rural. Deve-se reconhecer que, no senso comum, assevera-se que em uma situação de desterritorialização compulsória potencializam-se fatores limitadores da reprodução social, tais como o desestímulo do migrante compulsório em prosseguir nas atividades rurais e descapitalização pela interrupção das atividades agrícolas, o que geralmente acontece na transição entre a saída de um território e a relocação em outro. A desativação ou o abandono do rural seria o expediente mais recorrente nesses casos.

O que se provou através deste estudo foi que não basta se pensar a reterritorialização apenas pelo viés do econômico. O legado de uma família rural desterritorializada não se limita à terra, enquanto meio de produção, às formas produtivas, às relações com os mercados. Ele

abarca, também, indicadores que se inserem no horizonte da subjetividade, envolvendo a família nuclear, a família extensiva ou o grupo da parentela, a vizinhança, amigos, estendendo-se, portanto, na instância da comunidade local. A recomposição das condições que permitam ao desterritorializado sua realização pessoal ou a reafirmação do exercício pleno da cidadania não se restringe aos fatores de produção.

Nessa perspectiva, sugere-se que as políticas públicas de reassentamento ou relocação de desterritorializados, o mesmo poder-se-ia dizer em relação às políticas de assentamento de sem terra, devem prever estratégias governamentais diversas diante de realidades complexas e diversificadas. Deve-se pensar na busca de soluções que respeitem, valorizem e resgatem experiências de vida distintas, resguardando as identidades e valorizando-as, como sugere Gehlen (1998).

As estratégias adaptativas adotadas pelos desreterritorializados, conforme postula a primeira hipótese, envolvem rupturas em relação ao passado, porém envolvem também permanências. Isso sugere que a modernidade, sempre desejada pelos fazedores de políticas públicas, não suprime a tradição. Ao transpor as fronteiras da propriedade rural compulsoriamente abandonada, o agricultor familiar reelabora seu projeto de vida, com um pé no futuro e outro no passado.

Com a migração forçada, ocorre um rompimento das relações culturais, sociais e econômicas pretéritas e os apelos da modernidade em ascensão se colocam como premissas para o recomeço. Assim, o fator econômico, sob a égide da racionalidade instrumental coloca-se como determinante. Esta pesquisa revelou, porém, que a busca por uma nova territorialidade se assenta em premissas que demandam o restabelecimento de conexões pessoais, como a reestruturação de redes de parentesco. Para além das conexões impessoais, típicas da modernidade racionalista, o migrante necessita restabelecer redes estabilizadoras de relações amigáveis que resistem através do espaço-tempo, como sugeriu Giddens.

As migrações compulsórias de agricultores familiares resultam em ganhos e perdas. Elas tanto podem levar à recomposição-reconstituição de formas sociais rurais em novos territórios, com ganhos para os migrantes, quanto podem levar as famílias rurais a reduzirem suas chances de reprodução social. A ruptura com o lugar, com o espaço familiar, pode potencializar iniciativas no sentido da busca da melhoria das condições de vida dos agricultores migrantes. Ao serem forçados a sair de suas terras em direção a um novo território, os agricultores podem ser estimulados a colocarem em prática antigos projetos deixados de lado, no “velho território” por falta de opções. Poder-se-iam citar como casos emblemáticos os agricultores que sonhavam com a compra de máquinas e equipamentos

novos e vêem essa possibilidade ser concretizada pelo reassentamento em terras propícias para mecanização e pela oportunidade de financiamentos colocados à sua disposição. Casos semelhantes aos dos agricultores que sonhavam construir suas casas novas, sonhos que foram protelados por falta de um estímulo externo e finalmente realizados com financiamentos para as relocações.

A reterritorialização de um agricultor familiar deslocado compulsoriamente de seu território depende, além dos recursos técnico-financeiros, da adoção de estratégias de adaptação (racionalidades adaptativas) aos contextos geoeconômicos encontrados nos novos territórios, evitando-se dessa forma a dispersão do grupo familiar. A família deslocada (desalojada) compulsoriamente, muitas vezes descapitalizada devido às indenizações de benfeitorias subvalorizadas ou à demora na relocação, necessita suportes, através de políticas públicas específicas, que atendam às suas necessidades e de acordo com suas racionalidades. Os projetos de reassentamentos devem levar em conta os contextos geoeconômicos onde são implementados e ser seletivos na escolha dos postulantes à terra de reterritorialização-recampesinização.

A reterritorialização de agricultores desprovidos de capitais (financeiros, culturais) e de tecnologias – situação revelada neste estudo – em ambientes dominados pela lógica do agronegócio, que exige fortes investimentos em terras e tecnologias (tecnologias caras), contemplando a especialização e a monoculturação, fica ameaçada, pois as unidades produtivas não conseguem reter a mão-de-obra do grupo familiar que é a própria essência da agricultura familiar ou do campesinato. Por sua vez, a perda de braços pela migração de filhos(as) desestimula o envolvimento da família com outras atividades agropecuárias que não aquelas pouco demandadoras de mão-de-obra. Essa condição acaba se tornando um círculo vicioso: terceirização de serviços/redução de braços/redução de atividades.

Portanto, a pesquisa reforçou a tese já consagrada de que a perda de mão-de-obra quando se trata de agricultura familiar representa a *descampesinização*, pois mesmo que a UPF sobreviva, enquanto base material para a produção, fatalmente terá que alterar radicalmente sua dinâmica territorializadora da agricultura familiar, baseada, além do trabalho familiar (divisão familiar do trabalho), na sucessão por herança, nas relações sociais de reciprocidade com a parentela. Porém, também mostrou que a adoção de tecnologias modernas, mesmo as poupadoras de mão-de-obra, não significa necessariamente a redução do número de braços numa família. Ela poderá, ao contrário, induzir ao aumento da mão-de-obra pela rearticulação ou reagrupamento das famílias e pela retenção na casa paterna de filhos migrantes potenciais.

Salienta-se que o processo de desreterritorialização de agricultores familiares pode provocar, por um lado, à reconstrução da identidade socioprofissional e, por outro, à reafirmação da identidade sociocultural. Ambas foram percebidas nas declarações dos pesquisados, de modo que são concebidas como representações sociais dos agricultores.

A reconstrução da identidade socioprofissional dá-se em função dos avanços nos processos produtivos e nos mercados que criam novas possibilidades através do tempo-espço. A ideia de agricultor modernizado em oposição ao tradicional, resulta da valorização da técnica moderna, com a ressignificação do trabalho. A modernização agrícola, no entanto, além de ser demandadora de capital exige racionalidade técnica ou disposição do agricultor para fazer investimentos inovadores.

A identidade sociocultural, na medida em que é forjada nas relações dos indivíduos no grupo etnocultural, inserido na comunidade local, tende a ser preservada ou reafirmada, desde que sejam preservadas as redes socioculturais, com a reestruturação de comunidades de parentes e vizinhos a partir da reterritorialização.

Por fim, ressalte-se que muitas outras questões relativas ao processo de reterritorialização de agricultores migrantes compulsórios não foram analisadas no escopo deste trabalho ou foram analisadas de forma superficial e se apresentam como desafios para futuros estudos. Uma delas poderia ser a análise da influência de fatores externos à propriedade do agricultor nas reterritorializações. Espera-se ter contribuído, ainda que de forma singela, para o desencadeamento do debate sobre esta temática.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Anpocs; Unicamp; Hucitec, 1992.

ALMEIDA, R. A. *Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul*. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade do Estado de São Paulo, Presidente Prudente, SP, 2003.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.

AMIM, S.; VERGOPOULOS K. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ARDENGHI, L. G. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no Norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, RS: UPF-Editora, 2003.

AZEVEDO, T. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1975.

BALANZA, D. P. *Visione sobre la territorialidad y el desarrollo rural*. La Paz: Fundación Tierra, 2001.

BERNARDES, N. *Bases geográficas do povoamento do Rio Grande do Sul*. Ijuí, RS: Editora da Unijuí, 1997.

BESCHOREN, M. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONETI, L. W. A exclusão social dos caboclos do Sudoeste do Paraná. In: ZARTH, P.A. et al. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí, RS: Editora da Unijuí, 1998.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

\_\_\_\_\_. Reprodução proibida: simbólica da dominação econômica. In: BOURDIEU, P. *O campo econômico: A dimensão simbólica da dominação*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

BRANDÃO, C. R. O trabalho como festa: algumas imagens e palavras do trabalho camponês acompanhado de canto e festa. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v.1.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Rio Grande do Sul. *Procedimento Administrativo nº 005/97: área Indígena de Serrinha*. Passo Fundo, RS, 17 set. 1998.

CANDIDO, A. As formas de solidariedade. In: WELCH, C. A. et al. *Camponeses brasileiros: Leituras e Interpretações clássicas*. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.

CARINI, J. J. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva Indígena de Serrinha, Norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, RS: UPF, 2005.

\_\_\_\_\_. Estratégias indígenas e camponesas de luta pela terra e pela reprodução social na terra no norte gaúcho – 1970 a 2007: o caso da reserva indígena da Serrinha. In: TEDESCO, J.C.; CARINI, J.J. *Conflitos agrários no norte gaúcho – 1980-2008*. Porto Alegre: Edições EST, 2008.

CARNEIRO, M. J. Agricultura, meio ambiente e turismo: desafios para uma agricultura multifuncional. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARVALHO, A. B. *Educação e liberdade em Max Weber*. Ijuí, RS: Editora da Unijuí, 2004.

CARVALHO, O. A.; MEDEIROS, R. M. V. Migrações compulsórias, lugar e territorialidade na construção de hidrelétricas no rio Uruguai. *Revista Estudos Amazonidas: Fronteiras e territórios*, v. 1, n. 1. p. 52-61, 2009. Disponível em: <<http://revista.uft.edu.br/Index.php/amazonidas/article/viewArticle/39>>. Acesso em: 1 ago. 2010.

CHAYANOV, A. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

COHN, G. *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO DO SUL. *Luta Indígena: informativo dos Índios e Missionários do Sul do Brasil*, n. 6. Xanxerê, SC: Publicação da Equipe Pastoral, ago. 1978.

CONTERATO, M. *Dinâmicas regionais do Desenvolvimento Rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CORRÊA, R. L. Território e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M. et al. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996.

DAGNINO, E. Cultura, cidadania e democracia: A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 54, 1997. v. 4.

ECKERT, C. *Movimento dos Agricultores sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. 1984. Dissertação (Mestrado em Ciência do Desenvolvimento Agrícola) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

ELLIS, F. *Peasant economics: Farm households and agrarian development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

\_\_\_\_\_. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University, 2000.

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FENNER, D. et al. *Xingu 100 anos: 1897-1997*. Constantina, RS: Artes Gráficas Constantina, 1997.

FLORES, M. A construção social de territórios e a globalização. *Em tese*, v. 1, n. 1, p. 87-108, ago./dez. 2003.

FONSECA, P. C. D. *As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino*. 2000. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/rbefinal.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2010.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

FREITAS, H. et al. O método de pesquisa survey. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 105-112, jul./set. 2000.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1981.

GASKELL, G. Entrevistas Individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GASKELL, G.; BAUER, M. W. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GEHLEN, I. Atores sociais. In: GEHLEN, I.; MOCELIN, D. G. (Org.). *Organização social e movimentos sociais rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. Identidade estigmatizada e cidadania excluída. In: ZARTH, P. A. et al. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí, RS: Editora da Unijuí, 1998.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004.

\_\_\_\_\_. Território, cidadania, identidades e desenvolvimento local sustentável. In: RIELLA, A. (Comp.). *Globalización, desarrollo y territorios menos favorecidos*. Montevideo: Imprenta Rosgal, 2006.

\_\_\_\_\_. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

GOHN, M. G. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GOLIN, T. As fronteiras sulinas. In: BOEIRA, N; GOLIN, T. (Coord.). *História do Rio Grande do Sul*: Império. Passo Fundo, RS: Méritos, 2006.

GORONDER, J. Regime territorial no Brasil escravista. In: STEDILE, J. P. (Org.). *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GRITTI, I. R. *Imigração judaica no Rio Grande do Sul e a Jewish Colonization Assocation e a Colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

\_\_\_\_\_. A colonização judaica e polonesa na região Norte do Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Colonos, colônias e colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Porto Alegre: EST Edições, 2008. v. 3.

GUARESCHI, P. Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre neopentecostais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GUIMARÃES, A. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros. In: WELCH, C. A. et al. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. [et al.]. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

\_\_\_\_\_. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari *Revista Geographia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 7-22, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/issue/view/8>>. Acesso em: 28 maio 2010.

JOVCHELOVITCH, S. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

KAGEYAMA, A. A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LANE, S.T. M. Usos e abusos do conceito de representação social. In: SPINK, M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAESTRI, M. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação do campesinato brasileiro. In: STEDILE, J. P. (Org.) *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. *Os senhores da Serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul (1975-1914)*. 2. ed. Passo Fundo, RS: UPF, 2001.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MARCON, T. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1997.

\_\_\_\_\_. O processo de aldeamento Indígena no Rio Grande do Sul. In: MARCON, T. *História e cultura kaIngáng no sul do Brasil*. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1994.

MARSDEN, T. *The condition of rural sustainability*. Assen, The Netherlands: Van Gorcun, 2003.

MARTINI, M. L. Tatu, caboclo, gaúcho a pé. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T. (Coord.). *História do Rio Grande do Sul: Império*. Passo Fundo, RS: Méritos, 2006.

MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, LDA, 2008.

MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOONEY, P. H. *My own boss? Class, rationality and the family farm*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1988.

MORAES, M. S. M. *No rastro das águas: pedagogia do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai (RS/SC) – 1978/1990*. 1994. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NICOLAS, D. H. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização? In: SANTOS, M. et al. (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, F. A. X. *Annaes do município de Passo Fundo: Aspecto histórico*. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1990. v. 2.

PAIM, E. S.; ORTIZ, L. S. (Coord.) *Hidrelétricas na bacia do rio Uruguai: guia para ONGS e Movimentos Sociais*. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2006.

PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. O modo de produção camponês revisitado. In: Schneider, S. *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-54.

QUEIROZ, M. I. P. Uma categoria rural esquecida (1963). In: WELCH, C. A. et al. *Camponeses brasileiros: leituras e Interpretações clássicas*. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório e conclusões do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 37.118/96 para analisar questões indígenas no Rio Grande do Sul. In: BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Rio Grande do Sul. *Procedimento Administrativo nº 005/97: Área Indígena de Serrinha*. Passo Fundo, RS, 17 set. 1998.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Meio Ambiente. Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler. *Biblioteca digital*. Disponível em <[http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/geo/bases\\_geo.asp](http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/geo/bases_geo.asp)>. Acesso em: 10 maio 2010.

ROCHA, H. J. O movimento dos atingidos por barragens na Bacia do Rio Uruguai: conquistas e desafios (2009-2010). In: TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. (Org.). *Conflitos agrários no Norte Gaúcho*. Passo Fundo, RS: IMED, 2010. v. III. p. 179-209.

ROCHE, J. *A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, A. T. *Max Weber e a sociologia da política e do Estado Moderno*. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

RÜCKERT et al. *A construção do território na região de Ronda Alta: ocupação e colonização (1831-1996)*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ronda Alta, 1999.

RÜCKERT, A. *Metamorfose do território: A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAINT-PIERRE, H. L. *Max Weber: entre a paixão e a razão*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. *Metodologia de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Editora da USP, 2007.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

\_\_\_\_\_. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização Industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

SCHULTZ, G. *Relações com o mercado e (re)construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica*. 2006. Tese (Doutorado em Agronegócios) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SEMINOTTI, J. J. O movimento dos AtIngridos por Barragens no Norte do RS: 1979-2007. In: TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. (Org.). *Conflitos agrários no Norte Gaúcho: 1980-2008*. Porto Alegre: EST, 2008. p. 128-153.

SILVA, J. G. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_. *Tecnologias e agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SOUZA, J. F. *A democracia dos movimentos sociais populares: uma comparação entre Brasil e México*. Recife: Bagaço; NUPED/UFPE, 1999.

SOUZA, W. J. et al. Entre a racionalidade Instrumental e a racionalidade substantiva: estudo sobre o dilema central do trabalho cooperativo. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2., 2003, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2003. p. 1-15.

SPINK, M. J. P. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TAGLIETTI, D. Políticas públicas e normatização agrária da Região do Médio Alto Uruguai-RS (1920/1960). In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Colonos, colônias e colonizadores: Aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Porto Alegre: EST Edições, 2008. v. 3.

TEDESCO, J. C. Contratualização e racionalidade familiar. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 2001.

\_\_\_\_\_. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1999.

TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. *Conflitos agrários no Norte gaúcho: 1960-1980*. Porto Alegre: Edições EST, 2007.

TEDESCO, J.C. et al. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980*. Porto Alegre: EST, 2005.

TOLEDO, V. et al. *La modernización rural de México: un análisis sociológico*. México: Secretaria de Médio Ambiente y Recursos Naturales; Instituto Nacional de Ecología; Universidad Nacional Autónoma de México, 2002.

TOURAINÉ, A. *Critica da modernidade*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VELHO, O. G. A. C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969). In: WELCH, C. A. et al. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.

VIANA, R. *Grandes barragens, impactos e reparações: um estudo de caso sobre a barragem de Itá*. 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 2001.

WARREN, I. S. *Redes de movimentos sociais*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

WEBER, M. *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo: Ática, 2006.

\_\_\_\_\_. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, G. (Org.). *Weber: Sociologia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2005.

\_\_\_\_\_. *Conceitos sociológicos fundamentais*. Lisboa, Portugal: Edições 70; LDA, 2009.

\_\_\_\_\_. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora da UnB, 1991. v. I.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

\_\_\_\_\_. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo, Campinas: Cortez; Editora da Unicamp, 1992. Parte 1.

WENCZENOVICZ, T. J. *Montanhas que furam nuvens: imigração polonesa em Áurea, RS (1910-1945)*. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 2002.

WOLF, E. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia e poder*. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

WOLFF, G. H. Rumo ao Norte, pelos trilhos: a Colônia Barro. Gaurama. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Colonos, colônias e colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Porto Alegre: EST Edições, 2008. v. 3.

\_\_\_\_\_. *Trilhos de ferro, trilhas de barro: a ferrovia no Norte do Rio Grande do Sul. Gaurama (1910-1954)*. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 2005.

WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. Brasília: Edunb; São Paulo: Hucitec, 1995.

ZARTH, P. A. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí, RS: Editora da Unijuí, 2002.

\_\_\_\_\_. Os esquecidos da história: exclusão do lavrador nacional no Rio Grande do Sul. In: ZARTH, P. A. et al. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí, RS: Editora da Unijuí, 1998.



## II. PERGUNTAS SOBRE A TRAJETÓRIA DO(A) RETERRITORIZADO(A):

### 2.1. Origem étnica da família:

A) Responsável-chefe: ( ) italiana ( ) alemã ( ) polonesa ( ) cabocla ( ) mestiça ( ) outra, qual? \_\_\_\_\_

B) Cônjuge: ( ) italiana ( ) alemã ( ) polonesa ( ) cabocla ( ) mestiça ( ) outra, qual? \_\_\_\_\_

### 2.2. Quem entrou na terra indígena?

( ) o próprio ( ) o pai ( ) o avô ( ) o bisavô

2.3. Em que ano ocorreu a invasão da terra indígena? \_\_\_\_\_

2.4. Qual a procedência (de onde vinha) a família que entrou na terra indígena? \_\_\_\_\_

2.5. Como se deu a ocupação da terra na terra indígena (esta pergunta se destina ao desalojado cuja família foi pioneira na ocupação da terra indígena)? \_\_\_\_\_

2.6. Em que ano saiu da terra indígena? \_\_\_\_\_

2.7. Em que ano foi morar nesta propriedade? \_\_\_\_\_

## III. PERGUNTAS SOBRE O ORÇAMENTO DA UNIDADE ECONÔMICA FAMILIAR E A PRODUÇÃO PARA SUBSISTÊNCIA

### 3.1. Fontes de receita:

Último ano AD	AR (2009)
a) atividade agropecuária ( )	a) atividade agropecuária ( )
b) agroindústria ( )	b) agroindústria ( )
c) aposentadorias ( )	c) aposentadorias ( )
d) auxílio doença ( )	d) auxílio doença ( )
e) prestação de serviços ( )	e) prestação de serviços ( )
f) trabalho como diarista ( )	f) trabalho como diarista ( )
g) outras	g) outras
Quais _____	Quais _____

### 3.1.1. Produção comercial, agropecuária e agroindustrial: Quais desses produtos eram (são) produzidos na propriedade visando ao comércio?

Último ano agrícola AD	Produção AR (ano de 2009)
a) soja ( )	a) soja ( )
b) milho ( )	b) milho ( )
c) feijão ( )	c) feijão ( )
d) trigo ( )	d) trigo ( )
e) fumo ( )	e) fumo ( )
f) leite ( )	f) leite ( )
g) frutas ( )	g) frutas ( )
h) verduras ( )	h) verduras ( )
Outros, quais: _____	Outros, quais: _____
i) suínos ( )	i) suínos ( )
j) caprinos ( )	j) caprinos ( )
l) bovinos ( )	l) bovinos ( )
m) aves ( )	m) aves ( )
n) queijo ( )	n) queijo ( )
o) salame ( )	o) salame ( )
p) vinho ( )	p) vinho ( )

### 3.1.2 Produção agropecuária e agroindustrial para subsistência: Quais desses produtos eram (são) produzidos na propriedade?

AD (com base no último ano agrícola AD)		AR (com base no ano agrícola 2008/2009)	
a) feijão ( )	a) galinhas ( )	a) feijão ( )	a) galinhas ( )
b) arroz ( )	b) ovos ( )	b) arroz ( )	b) ovos ( )
c) batatinha ( )	c) leite ( )	c) batatinha ( )	c) leite ( )
d) batata doce ( )	d) açúcar mascavo ( )	d) batata doce ( )	d) açúcar mascavo ( )
e) cebola ( )	e) conservas ( )	e) cebola ( )	e) conservas ( )
f) mandioca ( )	f) queijo ( )	f) mandioca ( )	f) queijo ( )
g) amendoim ( )	g) salame ( )	g) amendoim ( )	g) salame ( )
h) alho ( )	h) banha ( )	h) alho ( )	h) banha ( )
i) alface ( )	i) vinho ( )	i) alface ( )	i) vinho ( )
j) cenoura ( )		j) cenoura ( )	
l) beterraba ( )		l) beterraba ( )	
m) repolho ( )		m) repolho ( )	
n) couve-flor ( )		n) couve-flor ( )	
Outros, quais: _____		Outros, quais: _____	

## IV. PERGUNTAS SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

### 4.1. Características fundiárias e origens das propriedades:

#### 4.1.1 Áreas:

AD: \_\_\_\_\_ ha;

AR: \_\_\_\_\_ ha.

#### 4.1.2 Origens das propriedades

AD:

( ) herança ( ) compra de terceiros ( ) obtida do Estado (titulação)

AR:

( ) compra ( ) reassentamento ( ) realocação

#### 4.1.3 Características do terreno:

**Propriedade AD:**

\_\_\_\_\_ % plano; \_\_\_\_\_ % declivoso;

\_\_\_\_\_ % cultivável; \_\_\_\_\_ % impróprio para a agricultura ou destinado à reserva legal.

**Propriedade AR:**

\_\_\_\_\_ % plano; \_\_\_\_\_ % declivoso;

\_\_\_\_\_ % cultivável; \_\_\_\_\_ % impróprio para a agricultura ou destinado à reserva legal.

### 4.2. Forma de exploração do imóvel visando ao mercado:

AD:

pela própria família \_\_\_\_\_ %; finalidade: \_\_\_\_\_;

arrendamento: \_\_\_\_\_ %; finalidade: \_\_\_\_\_.

AR:

pela própria família \_\_\_\_\_ %; finalidade: \_\_\_\_\_;

arrendamento \_\_\_\_\_ %; finalidade: \_\_\_\_\_.

## V. PERGUNTAS SOBRE A PRODUÇÃO/ PRODUTIVIDADE

### 5.1. Produção/produktividade dos 4 principais produtos da lavoura comercial, por ordem de importância

Último ano agrícola AD	AR – Ano agrícola 2008/2009
Produto 1: _____; Total (Sacos ou Kg): _____; Scs ou kg/há: _____	Produto 1: _____; Total (Sacos ou Kg): _____; Scs ou kg/há: _____
Produto 2: _____; Total (Sacos ou Kg): _____; Scs ou kg/há: _____	Produto 2: _____; Total (Sacos ou Kg): _____; Scs ou kg/há: _____
Produto 3: _____; Total (Sacos ou Kg): _____; Scs ou kg/há: _____	Produto 3: _____; Total (Sacos ou Kg): _____; Scs ou kg/há: _____
Produto 4: _____; Total (Sacos ou Kg): _____; Scs ou kg/há: _____	Produto 4: _____; Total (Sacos ou Kg): _____; Scs ou kg/há: _____

### 5.2. Produção/produktividade de leite:

#### AR:

Número de lit./mês: \_\_\_\_\_;  
 Número médio de vacas do plantel: \_\_\_\_\_;  
 Produção média – lit./vaca/dia: \_\_\_\_\_.

#### AR:

Número de lit./mês \_\_\_\_\_;  
 Número médio de vacas do plantel: \_\_\_\_\_;  
 Produção média \_\_\_\_\_ lit./vaca/dia.

## VI. PERGUNTAS SOBRE À TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS, USO DE TECNOLOGIAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

### 6.1 Contratação de prestadores de serviços:

AD: ( ) Sim ( ) Não;

Serviços:

- ( ) plantios  
 ( ) colheitas  
 ( ) tratos culturais  
 ( ) outros, quais: \_\_\_\_\_.

AR: ( ) Sim ( ) Não;

Serviços:

- ( ) plantios  
 ( ) colheitas

- ( ) tratos culturais  
 ( ) outros, quais:\_\_\_\_\_.

### 6.2. Grau de mecanização da lavoura:

**AD:**

\_\_\_\_\_ % de terra cultivada em que era utilizada força braçal e/ou tração animal;

\_\_\_\_\_ % de terra cultivada em que era utilizada mecanização;

**AR:**

\_\_\_\_\_ % de terra cultivada em que é utilizada força braçal e/ou tração animal;

\_\_\_\_\_ % de terra cultivada em que é utilizada mecanização;

### 6.2.1 Sobre a posse de máquinas e implementos:

AD		AR	
tratores	( ) Sim; ( ) Não;	tratores	( ) Sim; ( ) Não;
automotrizes	( ) Sim; ( ) Não;	automotrizes	( ) Sim; ( ) Não;
ensiladeira	( ) Sim; ( ) Não;	ensiladeira	( ) Sim; ( ) Não;
enfardadeiras	( ) Sim; ( ) Não;	enfardadeiras	( ) Sim; ( ) Não;
ordenhadeira	( ) Sim; ( ) Não;	ordenhadeira	( ) Sim; ( ) Não;
grade	( ) Sim; ( ) Não;	grade	( ) Sim; ( ) Não;
pulverizador	( ) Sim; ( ) Não;	pulverizador	( ) Sim; ( ) Não;
plantadeira	( ) Sim; ( ) Não;	plantadeira	( ) Sim; ( ) Não;
arado	( ) Sim; ( ) Não;	arado	( ) Sim; ( ) Não;
subsolador	( ) Sim; ( ) Não;	subsolador	( ) Sim; ( ) Não;
outros, quais:_____		outros, quais:_____	

### 6.3. Uso de insumos:

**AD:**

( ) sementes selecionadas

( ) adubos químicos NPK

( ) herbicidas

( ) inseticidas

( ) fungicidas

**AR:**

( ) sementes selecionadas

( ) adubos químicos NPK

( ) herbicidas

( ) inseticidas

( ) fungicida

### 6.4. Assistência técnica:

**AD:** ( ) não recebia; ( ) recebia

Se recebia, numerar por ordem crescente de importância:

( ) Prefeitura

( ) Emater

- ( ) Cooperativas  
 ( ) Empresas integradoras ou vendedoras de insumos  
 ( ) outros

**AR:** ( ) não recebe; ( ) recebe

Se recebe, numerar por ordem crescente:

- ( ) Prefeitura  
 ( ) Emater  
 ( ) Cooperativas  
 ( ) Empresas integradoras ou vendedoras de insumos  
 ( ) outros

## VII. PERGUNTAS SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO E SOBRE FINANCIAMENTOS

### 7.1. Destino da produção:

AD	
Comerciante local	% de vendas:.....
Cooperativa	% de vendas:.....
Empresas integradores	% de vendas.....
Venda direta ao consumidor	% de vendas:.....
AR	
Comerciante local	% de vendas:.....
Cooperativa	% de vendas:.....
Empresas integradores	% de vendas.....
Venda direta ao consumidor	% de vendas:.....

### 7.2. Linhas de crédito utilizadas

AD		
Só custeio	( ) Sim; ( ) Não	Finalidade:
Só investimentos	( ) Sim; ( ) Não	Finalidade:
Custeio e investimentos	( ) Sim; ( ) Não	Finalidade:
AR		
Só custeio	( ) Sim; ( ) Não	Finalidade:
Só investimentos	( ) Sim; ( ) Não	Finalidade:
Custeio e Investimentos	( ) Sim; ( ) Não	Finalidade:

## VIII. PERGUNTAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA FAMÍLIA

### 8.1 Em quais entidades, associações e/ou movimentos sociais participava ou participa:

AD		
Associações de agricultores	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Sindicato de trabalhadores rurais	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Movimentos Sociais Agrários	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Partido político (com filiação)	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
AR		
Associações de agricultores	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Sindicato de trabalhadores rurais	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Movimentos Sociais Agrários	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Partido político (com filiação)	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não

## IX. PERGUNTAS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ASPECTOS DA CAMPELINIDADE

### 9.1 Por que você decidiu continuar na agricultura após o desalojamento?

### 9.2 Que tipo de atividades agrícolas você considera mais rentáveis? Por quê?

### 9.3 Em relação à situação anterior ao desalojamento, o(a) senhor(a) considera que sua vida:

- melhorou
- melhorou muito
- piorou
- piorou muito
- ficou igual

### 9.4 O(a) senhor(a) considera que essa melhora ou piora se deve ao quê? (numerar por ordem decrescente)

- ao tamanho da propriedade
- às condições da terra
- à comunidade
- às políticas públicas
- às mudanças na matriz produtiva
- à localização da propriedade

### 9.5 O(a) senhor(a) gostaria que seus filhos seguissem na agricultura?

- sim  não  não sabe

### 9.6 Qual seu plano para o futuro?

- continuar na agricultura mesmo que haja piora, fazendo o mesmo que está fazendo;
- buscar emprego fora da agricultura e continuar com a terra;
- desistir da lavoura, vender a terra e ir para a cidade;
- diversificar a produção e/ou mudar a matriz produtiva.

## REPRESENTAÇÕES DE TERRA, TRABALHO, FAMÍLIA E COMUNIDADE

9.7 Quando eu falo a palavra TERRA, o que vem à sua cabeça?

9.8 Quando eu falo em TRABALHO?

9.9 E a FAMÍLIA, o que representa para você?

9.10 Que importância o (a) senhor (a) dá à comunidade local?

### RECIPROCIDADE CAMPONESA E CRENÇAS

<b>9.11 Costumava (costuma) trocar dias de serviços com vizinhos?</b>	
<b>AD:</b> ( ) não ( ) às vezes ( ) sim, rotineiramente	<b>AR:</b> ( ) não ( ) às vezes ( ) sim, rotineiramente
<b>9.12 Costumava (costuma) trocar carnes com vizinhos</b>	
<b>AD:</b> ( ) não ( ) às vezes ( ) rotineiramente	<b>AR:</b> ( ) não ( ) às vezes ( ) rotineiramente
<b>9.13 Existiam (existem) pessoas da família que acreditavam (acreditam) em benzeduras?</b>	
<b>AD:</b> ( ) ninguém ( ) algum ( ) todos	<b>AR:</b> ( ) ninguém ( ) algum ( ) todos
<b>9.14 Observava (observa) as fases da lua para práticas agrícolas ou agropecuárias?</b>	
<b>AD:</b> ( ) não ( ) às vezes ( ) sempre	<b>AR:</b> ( ) não ( ) às vezes ( ) sempre
<b>9.15 Frequentava ou participava (frequenta ou participa) de quais destes eventos ou espaços?</b>	
<b>AD:</b> ( ) igreja ( ) bocha ( ) futebol ( ) clube de mães ( ) grupos de família ( ) grupos de terceira idade	<b>AR:</b> ( ) igreja ( ) bocha ( ) futebol ( ) clube de mães ( ) grupos de família ( ) grupos de terceira idade